

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
PUC-SP**

**Luane Neves Santos**

**O compromisso social da psicologia:  
um estudo sobre o desenvolvimento de um projeto crítico**

Doutorado em Educação: Psicologia da Educação

São Paulo  
2017

**Luane Neves Santos**

**O compromisso social da psicologia:  
um estudo sobre o desenvolvimento de um projeto crítico**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação: Psicologia da Educação sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Ana Mercês Bahia Bock.

**Doutorado em Educação: Psicologia da Educação**

São Paulo  
2017

**Banca Examinadora**

-----  
-----  
-----  
-----  
-----

Ausência

Carlos Drummond de Andrade

Por muito tempo achei que a ausência é falta.  
E lastimava, ignorante, a falta.  
Hoje não a lastimo.  
Não há falta na ausência.  
A ausência é um estar em mim.  
E sinto-a, branca, tão pegada, aconchegada nos meus braços,  
que rio e danço e invento exclamações alegres,  
porque a ausência, essa ausência assimilada,  
ninguém a rouba mais de mim.

*Para Marcus Vinicius de Oliveira Silva, sempre presente!*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer e Abraçar (Maria Bethânia)

Abracei o mar na lua cheia, abracei (Abracei o mar) / Escolhi melhor os pensamentos, pensei (Abracei o mar) / É festa no céu é lua cheia, sonhei (Abracei o mar) / E na hora marcada dona alvorada chegou para se banhar / E nada pediu, cantou pra o mar (e nada pediu) / Conversou com mar (e nada pediu) / E o dia sorriu / Uma dúzia de rosas, cheiro de alfazema / Presentes eu fui levar / Nada pedi, entreguei ao mar (e nada pedi) / Me molhei no mar (e nada pedi) só agradece!

Concluo essa longa jornada embalada pelas palavras de Maria Bethânia, pois a minha vontade nesse momento é só de agradecer e abraçar aos que caminharam comigo por todo esse tempo.

**Ao universo** pela generosidade e abundância de tantos encontros potentes, incluindo o amparo espiritual que sinto, ainda que faltem palavras para explicar.

**À minha família, representada pelos meus avós, Joais e Dilzete**, pela determinação, união, princípios sólidos e o incentivo para voar cada vez mais alto.

**Aos meus pais, Wellington e Noélia**, por uma vida dedicada a colaborar para a minha felicidade e por serem imprescindíveis na realização dessa tarefa.

**Aos meus irmãos, Juliana, Leonardo e Naiane**, pelo afeto e fraternidade.

**Ao meu marido, Leonardo**, por que ao seu lado meu dia sorri. As palavras parecem sempre insuficientes para expressar todo o companheirismo e amor que permeiam nossa relação. Sou grata pelo apoio cotidiano, por muitas vezes acreditar mais em mim do que eu mesma. Por ser, ainda, a força e o riso leve nos momentos difíceis.

**Ao Marcus Vinicius de Oliveira Silva** (*in memoriam*) por fazer parte da minha vida de maneira tão significativa e trazer a Ana pra mim com sua firme delicadeza.

**À minha orientadora, professora Ana Bock**, pela delicada firmeza a fazer florescer mesmo nos dias mais difíceis. Admiro profundamente sua maneira de ser profissional e pessoalmente: consistente, simples e espontânea, encarando a vida com esperança e otimismo. Não consigo imaginar a psicologia brasileira sem você.

**Ao grupo de pesquisa “A Dimensão Subjetiva da Desigualdade Social”** pela disposição de olhar e problematizar temas tão relevantes.

**Aos professores do Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: Psicologia da Educação (PED)**, especialmente a professora Wanda Aguiar, a Ia, pela partilha enriquecedora da psicologia sócio-histórica e a experiência no PROCAD, e a professora Mitsuko Antunes, a Mimi, pelas aulas maravilhosas e pela atenção e disponibilidade em contribuir para minha formação como pesquisadora.

**Ao Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: Formação de Formadores (FORMEP)**, especialmente às professoras Marli André e Laurizete Passos, a Lauri, pela confiança e aprendizagem nas vivências de tutoria e monitoria, além de terem se tornado pessoas tão queridas pra mim.

**Ao Edson, secretário do PED, e ao Humberto, secretário do FORMEP**, pela dedicação nesse trabalho precioso e por vezes invisível de fazer tudo caminhar.

**À Graça Gonçalves, Mitsuko Antunes, Marcos Ferreira e Oswaldo Yamamoto** pelas preciosas contribuições ao texto de qualificação e pela disponibilidade em participar da banca de defesa.

**À Elisa Rosa e Regina Helena de Freitas Campos** por serem suplentes na banca.

**À equipe de sócio-histórica da PUC-SP**, pela significativa experiência de trabalho coletivo, construído de maneira afetiva e prazerosa.

**Ao Instituto Silvia Lane**, por colaborar com a construção de uma psicologia para todos e todas.

**Ao coletivo Cuidar Bahia**, especialmente a Clarissa Guedes, Daniele Queiroz, Verena Souto, Liliane Teles e Rozana Fonseca, pelas discussões e vivências.

À fundamental equipe de profissionais que me auxiliaram no cuidado da saúde física e emocional ao longo dessa árdua jornada, **Renata Sá, Thaís Rosa, Daniela Santos, Djoyce Lima e Daiane Santos**.

**Aos amigos de Salvador, Alessivânia Mota, Camila Oliveira, Daiane Santos, Grayce Sant'Anna, Marcelo Magalhães e Milena Sobral**, por tornarem a minha vida ao mesmo tempo mais profunda, leve e divertida.

Especialmente a **Alessivânia** pelas contribuições na construção deste trabalho e a **Daiane** por estar presente nos dias de sol e de chuva.

**Aos queridos amigos do extremo sul da Bahia**, por tornarem Teixeira de Freitas uma cidade tão especial: “lugares são pessoas”.

**Aos amigos doutorandos**, Adriana Reis, Lisandra Príncipe, Nayana Teles, Solange Perdigão, Raizel Rechtman, Rita Kulnig, Rodnei Pereira e Rodrigo Toledo, pela partilha intensa das dúvidas, angústias, descobertas e inspirações. Cada um de vocês foi um grato presente nessa jornada.

Especialmente a **Rita**, pela parceria e companheirismo nos voos partilhados, noites em claro fazendo trabalhos e tantos sonhos projetados juntos.

E a **Rodnei e Rodrigo**, que me fazem ter a certeza de que há muito amor em São Paulo. Sou grata por tudo que vivemos e ainda vamos viver juntos.

**Ao Pensionato da Vila**, especialmente a Marta Lubambo e as minhas companheiras de quarto, Laura e Priscila, por todo o acolhimento.

**À Cibele** por partilhar a moradia em São Paulo e pela delicadeza da sua amizade.

**À minha turma de doutorado**, pela convivência enriquecedora nas disciplinas obrigatórias, nos cafés e nas conversas de corredor.

**Aos meus alunos, de muitos e diferentes lugares**, por estarem ao meu lado em uma dimensão tão importante da minha vida. “Não há docência sem discência”.

E para concluir, não poderia deixar de reafirmar o reconhecimento e gratidão **aos espaços formadores** que ao longo dos últimos quatorze anos fizeram parte da minha trajetória como psicóloga, pesquisadora e professora: **Universidade Federal da Bahia, Hospital Aristides Maltez, Centro de Biossíntese da Bahia, Faculdade da Cidade (Salvador), Faculdade Ruy Barbosa (Salvador), Faculdade Pitágoras (Teixeira de Freitas) e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**. Tudo o que sou hoje expressa um tanto de cada um desses lugares e, sobretudo, das pessoas que os tornaram tão significativos.

**Por fim, agradeço** à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (**CAPES**) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (**CNPQ**) **pelo financiamento dessa pesquisa**.

## RESUMO

O presente trabalho apresenta-se como um estudo historiográfico que tem por objetivo analisar o compromisso social da psicologia brasileira sob a ótica do desenvolvimento desse projeto profissional, entendido como um projeto crítico. A escrita historiográfica baseou-se no materialismo histórico dialético como perspectiva para a produção da leitura histórica, incluindo as categorias propostas por Antonio Gramsci: intelectuais orgânicos, relações de força e hegemonia. Os documentos analisados foram reunidos a partir de revisão de literatura, incluindo artigos, livros, dissertações, teses e do mapeamento de eventos da área da psicologia como as Mostras Nacionais de Práticas e as edições do Congresso Nacional da Psicologia, produzidos pelo Sistema Conselhos. Os projetos profissionais expressam princípios de projetos societários e podem ser construídos por qualquer categoria a partir de uma imagem ideal sobre si mesma e do efeito que deseja produzir no mundo. Como projeto profissional, o compromisso social apresenta três dimensões dialeticamente imbricadas: é, ao mesmo tempo, a condição do projeto, por fornecer a base filosófica no sentido de uma ideologia orgânica aos interesses das classes trabalhadoras evidenciando o alinhamento a um projeto societário alternativo à ordem capitalista; um elemento do projeto, sua face pública, quando se apresenta como um lema subsidiado pelas entidades representativas; e a designação ampla do projeto, agregadora de diferentes estratégias políticas para a consolidação dessa perspectiva. O compromisso social indica a perspectiva crítica como postura transversal aos diferentes atores e momentos históricos: inicialmente, uma crítica ao tipo de população atendida e ao local de trabalho; posteriormente aos instrumentos, modelos teóricos e métodos utilizados; e mais recentemente, na discussão sobre a viabilidade e os riscos colocados pela sua adoção como projeto na psicologia. A constituição do percurso histórico do compromisso social possibilitou-nos concluir que ele pretende contribuir para a transformação da sociedade e, em seu desenvolvimento, transforma substancialmente a psicologia.

**Palavras-chave:** Compromisso Social. Projeto Ético-Político. Projeto Profissional. História da Psicologia.

## ABSTRACT

This work is a historiographical study developed with the aim of analyzing the social commitment of Brazilian psychology in the light of its development and understood as a critical project. The historiographical writing was based on dialectical historical materialism as a perspective for the production of historical reading, including the categories proposed by Antonio Gramsci: organic intellectuals, relations of force and hegemony. The documents analyzed in this work were gathered from literature review, including articles, books, dissertations, theses as well as from the mapping of events of the area of psychology such as the *Mostras Nacionais de Práticas* (National Exhibits of Practices) and editions of the *Congresso Nacional da Psicologia* (National Congress of Psychology), produced by *Sistema Conselhos*. Professional projects express principles of society projects and can be constructed by any category from an ideal image about itself and the effect it wishes to produce in the world. As a professional project, social commitment presents three dialectically interwoven dimensions: it is at the same time the condition of the project by providing the philosophical base in the sense of an organic ideology to the interests of the working classes, evidencing the alignment to a society project, as an alternative to the capitalist order; an element of the project, its public face, when it presents itself as a motto subsidized by the representative entities; and the broad designation of the project, which aggregates different political strategies to consolidate this perspective. Social commitment indicates the critical perspective as transversal stance to different personages and historical moments: initially, criticism towards type of population served and workplace; subsequently, towards instruments, theoretical models and methods used; and most recently in the discussion of the feasibility and risks taken by its adoption as a project in psychology. The constitution of the historical course of social commitment enabled us to conclude that this project intends to contribute to the transformation of society and, in its development, substantially transforms psychology.

**Keywords:** Social Commitment. Ethical-Political Project. Professional Project. History of Psychology.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ABEP</b>	Associação Brasileira de Ensino da Psicologia
<b>ABNT</b>	Associação Brasileira de Normas Técnicas
<b>ABRAPEE</b>	Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional
<b>ABRAPSO</b>	Associação Brasileira de Psicologia Social
<b>AIDS</b>	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
<b>ALFEPSI</b>	Associação Latino-Americana para a Formação e o Ensino de Psicologia
<b>APAF</b>	Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças
<b>ANPEPP</b>	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia
<b>AVEPSO</b>	Associação Venezuelana de Psicologia Social
<b>BIREME</b>	Centro Latino Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
<b>BVS-PSI</b>	Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia
<b>CAPS</b>	Centro de Atenção Psicossocial
<b>CBP</b>	Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão
<b>CDH</b>	Comissão de Direitos Humanos do Conselho Feral de Psicologia
<b>CFP</b>	Conselho Federal de Psicologia
<b>CNE</b>	Conselho Nacional de Educação
<b>CNP</b>	Congresso Nacional da Psicologia
<b>COEP</b>	Comissão Organizadora dos Estudantes de Psicologia
<b>CONEP</b>	Conselho Nacional de Estudantes de Psicologia
<b>CRAS</b>	Centro de Referência da Assistência Social

<b>CREPOP</b>	Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas
<b>CRP-SP</b>	Conselho Regional de Psicologia de São Paulo
<b>CUT</b>	Central Única dos Trabalhadores
<b>DF</b>	Distrito Federal
<b>DST</b>	Doenças Sexualmente Transmissíveis
<b>DUDH</b>	Declaração Universal dos Direitos Humanos
<b>ECA</b>	Estatuto da Criança e do Adolescente
<b>ENADE</b>	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
<b>ENEPS</b>	Encontros Nacionais de Estudantes da Psicologia
<b>FENAPSI</b>	Federação Nacional dos Psicólogos
<b>FENPB</b>	Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira
<b>FIES</b>	Fundo de Financiamento Estudantil
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
<b>ISOP</b>	Instituto de Seleção e Orientação Profissional
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>MERCOSUL</b>	Mercado Comum do Sul
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>PAIF</b>	Programa de Atenção Integral às Famílias
<b>PEPSIC</b>	Periódicos Eletrônicos em Psicologia
<b>PNDH</b>	Programa Nacional de Direitos Humanos

<b>POT</b>	Psicologia Organizacional e do Trabalho
<b>PDC</b>	Projeto de Decreto Legislativo
<b>PLS</b>	Projeto de Lei do Senado
<b>PROUNI</b>	Programa Universidade Para Todos
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>PUC-SP</b>	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
<b>RAP</b>	Rede de Atenção Psicossocial
<b>SATEPSI</b>	Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos
<b>SciELO</b>	Scientific Electronic Library Online
<b>SEPUNE</b>	Secretaria de Psicologia da União Nacional dos Estudantes
<b>SIP</b>	Sociedade Interamericana de Psicologia
<b>SBP</b>	Sociedade Brasileira de Psicologia
<b>SBPOT</b>	Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde
<b>SUAS</b>	Sistema Único de Assistência Social
<b>UFBA</b>	Universidade Federal da Bahia
<b>ULAPSI</b>	União Latino-Americana de Entidades de Psicologia
<b>UNE</b>	União Nacional dos Estudantes
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>PÁGINA</b>
<b>Figura 01</b>	Dimensões do projeto do compromisso social	<b>154</b>
<b>Figura 02</b>	Campos de expressão do projeto do compromisso social	<b>195</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>PÁGINA</b>
<b>Quadro 01</b>	Periodizações da história da psicologia no Brasil	<b>70</b>
<b>Quadro 02</b>	Condições históricas para o estabelecimento do compromisso social	<b>121</b>
<b>Quadro 03</b>	Eventos com a discussão temática do compromisso social	<b>137</b>
<b>Quadro 04</b>	Desenvolvimento temático do Congresso Nacional da Psicologia	<b>146</b>

## SUMÁRIO

<b>INICIANDO A TECITURA .....</b>	<b>18</b>
<b>1. AS BASES DA PESQUISA .....</b>	<b>28</b>
1.1. Notas preliminares sobre a história da psicologia .....	28
1.2. O materialismo histórico dialético como perspectiva para a produção da leitura histórica.....	34
1.3. O papel dos intelectuais numa sociedade desigual: contribuições da filosofia da práxis .....	41
1.4. Os projetos coletivos: transitando entre projetos societários e projetos profissionais .....	52
1.5. Sobre o modo de entremear os fios: os procedimentos da pesquisa .....	57
<b>2. O ADVENTO DA PSICOLOGIA: UMA HISTÓRIA MARCADA POR COMPROMISSOS DIVERSOS.....</b>	<b>62</b>
2.1. A Psicologia como “filha e mãe” da modernidade .....	63
2.2. Psicologia brasileira: ciência e profissão tradicionalmente comprometidas com as elites .....	67
2.2.1. <i>Começando pelo começo? Ideias psicológicas no Brasil Colônia.....</i>	<i>71</i>
2.2.2. <i>O Brasil do século XIX: contribuições da educação e da medicina para as ideias psicológicas....</i>	<i>74</i>
2.2.3. <i>A Psicologia no Brasil no século XX: autonomização, consolidação e profissionalização .....</i>	<i>77</i>
2.3. Das condições para o estabelecimento de outro compromisso .....	86
2.4. As significações do compromisso social .....	122
<b>3. COMPROMISSO SOCIAL: UM PROJETO CRÍTICO PARA A PSICOLOGIA... 133</b>	<b>133</b>
3.1. O horizonte do século XXI: a ampliação.....	133
3.2. Campos de expressão do projeto do compromisso social .....	155
3.2.1. <i>Inserção e qualificação do trabalho das psicólogas nas políticas públicas .....</i>	<i>156</i>
3.2.2. <i>A condição autônoma e a produção do trabalho coletivo e interdisciplinar .....</i>	<i>164</i>
3.2.3. <i>A defesa dos direitos humanos: enfrentando a dominação em suas diversas expressões.....</i>	<i>169</i>
3.2.4. <i>Ampliação e fortalecimento das relações e instituições democráticas.....</i>	<i>178</i>
3.2.5. <i>Combate ao colonialismo cultural e defesa/organização da psicologia latino-americana.....</i>	<i>183</i>
3.2.6. <i>(Re)invenção dos saberes e práticas: a centralidade do exercício crítico.....</i>	<i>188</i>

3.3. Desafios do projeto do compromisso social .....	196
3.3.1. “Salvar” (ou não) a psicologia: é exequível comprometer-se? .....	196
3.3.2. Entre interesses corporativistas e uma corporação que se dispõe à luta.....	203
3.3.3 Relação com as subáreas/campos e a diversidade teórica da psicologia .....	207
3.3.4. A formação em psicologia na perspectiva do compromisso social .....	213
<b>4. TECENDO (A) MANHÃ: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>220</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>235</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>259</b>

## Tecendo a Manhã

João Cabral de Melo Neto

Um galo sozinho não tece a manhã:  
ele precisará sempre de outros galos.  
De um que apanhe esse grito que ele  
e o lance a outro: de outro galo  
que apanhe o grito que um galo antes  
e o lance a outro; e de outros galos  
que com muitos outros galos se cruzam  
os fios de sol de seus gritos de galo  
para que a manhã, desde uma tela tênue,  
se vá tecendo, entre todos os galos.

E se encorpando em tela, entre todos,  
se erguendo tenda, onde entrem todos,  
se entretendendo para todos, no toldo  
(a manhã) que plana livre de armação.  
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo  
que, tecido, se eleva por si: luz balão.

## INICIANDO A TECITURA<sup>1</sup>

O que significa escrever uma tese? O que significa ser capaz de defendê-la? Imaginando o trabalho pronto, elogiável ou não, muitas vezes perdemos de vista o processo que conduz a tal resultado. Escrever uma tese é como erguer uma tenda para abrigar considerações provisórias sobre algum aspecto da realidade. Requer sucessivos investimentos e esforços concentrados em muitos dias de paciência e disciplina, entremeados por momentos de dispersão e, às vezes, desespero. É trabalho solitário, mas que não se faz só, como os galos que tecem a manhã.

Diante da metáfora da escrita da tese como a tecitura de uma tenda, parece-nos importante conhecer quem a constrói, de onde parte, com que tipo de recursos torna tal iniciativa possível. Peço licença, então, para apresentar-me como “tecelã pesquisadora”, reconhecendo que esta pesquisa enquanto processo construtivo-interpretativo é organizado também a partir do lugar social e da perspectiva de quem a constrói. De que modo me constituí como sujeito, incluindo a escolha de trilhar esse caminho como psicóloga, docente e pesquisadora?

Nasci em Salvador em 1984, ano importante para o processo de redemocratização do país após duas longas décadas de ditadura militar, filha de uma bancária com um supervisor de manutenção eletromecânica. Minha trajetória está atravessada pela condição de ser mulher, brasileira, nordestina, baiana, jovem, oriunda de uma família da classe trabalhadora e ainda assim buscar me afirmar como intelectual numa sociedade profundamente conservadora e desigual. Tal iniciativa tem encontrado muitos desafios, acirrados pelo momento em que vivemos de instabilidade democrática e sucessivas violações do Estado de direito.

Ao longo desta existência relativamente curta, temas sociais como a injustiça, a pobreza, a violência, a dominação e tantos outros me inquietaram profundamente, às vezes me levando ao discurso apaixonado sobre a necessidade de mudar o mundo, às vezes me paralisando por completo. Digo isso, porque há aqui um

---

<sup>1</sup> Optamos pela grafia com *c* ao utilizar o vocábulo *tecitura* no presente trabalho, conforme indicado por Piacentini (2013), tendo em vista que ao significar “urdidura/organização” *tecitura* se associa com *tecer*, *tecido*, *tecelagem*, *tecelaria*, *tecidual*, *tecedura*, *tecedeira*. Já quando se refere à disposição das notas musicais que melhor convêm a uma voz é comum que se grafie *tessitura*.

esforço, uma deliberação: este trabalho se propõe a encontrar uma medida crítica; mas o que podemos considerar como crítico?

Desejamos que esse trabalho cumpra o seu papel crítico em produzir novas zonas de inteligibilidade sobre o tema estudado, mas esperamos, ao mesmo tempo, que façamos isso evidenciando não apenas o que falta. Consideramos, assim, que o exercício da crítica não precisa implicar uma postura fatalista do tipo que qualifica tudo como ruim. Há sabedoria na crítica que conhece os limites, mas também naquela que reconhece as possibilidades, os tensionamentos que podem significar avanços, talvez não para todos, mas para alguns. Almejamos um tom crítico, mas não pessimista, por que na busca por apreender as contradições da realidade intencionamos vislumbrar recursos que nos estimulem à luta e nos ajudem a superar tantos lutos.

Como profissional, sou uma psicóloga cuja identidade é compartilhada e estendida à docência e pesquisa. Iniciei a graduação em psicologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA) em maio de 2003. Uma formação consistente - ainda que incompleta -, diversificada em experiências teóricas e práticas. Passei pela psicologia organizacional, saúde mental, psicologia hospitalar, clínica e social, numa atitude de abertura e encantamento com cada subárea/campo de atuação. Vivi experiências que foram desde a participação em Empresa Júnior até estágios, núcleos de extensão e iniciação científica, que consolidaram em mim um profundo respeito pela diversidade epistemológica, teórica e metodológica da psicologia.

Surfava em muitas ondas até me deparar com um tsunami: o querido Marcus Vinicius de Oliveira Silva, que foi um grande companheiro nessa jornada de tornar-me psicóloga e, posteriormente, professora e pesquisadora. Apresentava-se para mim, o que ele já representava para muitos: o esforço de produzir cotidianamente uma psicologia crítica, inquieta, comprometida socialmente. Uma psicologia que se importa com todos e todas, não apenas com alguns, uma psicologia que suspeita, mas ao mesmo tempo, vê-se capaz de contribuir para a transformação de condições de vida tão desiguais, produtoras de sofrimento e injustiça social.

Marcus me acompanhou como professor, supervisor de estágio, orientador da iniciação científica e do mestrado. Com ele comecei a refletir sobre tecnologias vinculares, subjetividade numa perspectiva sócio-histórica, conceber a desigualdade

social como um objeto indispensável para a psicologia. Se ele contribuiu para a psicóloga que me tornei, mais ainda para minha construção como pesquisadora, fundamentalmente por sua atitude de estar ao lado, nem à frente nem atrás, precisamente ao lado, chamando o meu melhor, acolhendo o meu pior: provocando.

No mestrado, investigamos como as psicólogas que trabalham no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) em municípios da região metropolitana de Salvador lidavam com os atravessamentos subjetivos e objetivos da desigualdade social a partir dos encontros vinculares que produziam com os usuários do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) para conhecer como esse processo repercutia nas psicólogas<sup>2</sup> e em sua atuação profissional. Compreender o social como objeto da política e a atuação das psicólogas nas políticas públicas nos levou a refletir sobre o compromisso social das profissionais e da profissão.

Os resultados da minha pesquisa de mestrado evidenciaram fragilidades acadêmicas na formação e o sentimento de despreparo das psicólogas para atuar nas políticas sociais quando se considera uma prática que possa ser transformadora da realidade; mas esse não é um dado exatamente novo, ainda que significativo. A dissertação foi posteriormente publicada como livro (SANTOS, 2014) na Coleção “Construindo o compromisso social da psicologia” editada pela Cortez por iniciativa do Instituto Silvia Lane. E por que trago essas informações?

É preciso dar ciência ao leitor dos possíveis embaraços nesse percurso, pois nessa trajetória ainda iniciante já se apresentam alguns desafios: como o de ser uma psicóloga examinando a história da psicologia, que não apenas deseja investigar o compromisso social dessa ciência e profissão, mas também busca construí-lo nos saberes e práticas que produz. E por compromisso social, nesse momento, me refiro à perspectiva de olhar para o mundo e inquietar-me com a ordem de desigualdades e injustiças que o caracteriza por todos os lados, de

---

<sup>2</sup> Assim como realizado na dissertação (SANTOS, 2013), optamos no presente trabalho por priorizar a utilização do gênero feminino – psicóloga(s) – na referência genérica aos profissionais da psicologia, incluindo homens e mulheres. Tal escolha reporta-se à prevalência de mulheres na psicologia, que se caracteriza como uma profissão feminina. Nessa perspectiva, Lhullier e Roslindo (2013) ressaltam o desequilíbrio entre a composição majoritariamente feminina da profissão (nove em cada dez profissionais são mulheres) e a supremacia masculina na categoria no tocante a ocupação de posições de destaque, bem como as poucas problematizações sobre o uso prioritário da referência masculina - o psicólogo - na designação da produção científica da área.

questionar como isso me diz respeito enquanto pessoa, mas também como profissional, e de buscar desenhar alternativas de implicação com a mudança tão necessária e, ao mesmo tempo, tão difícil dessa realidade social complexa.

A partir dessas inquietações, no doutorado dois temas ganharam relevo: o compromisso social e a formação das psicólogas. Tais temas foram se enriquecendo ainda a partir da minha vivência profissional na academia como coordenadora de curso e professora universitária em diferentes instituições de ensino superior da rede privada, algumas delas ligadas a grupos educacionais. Essas experiências me colocaram do outro lado na formação: saí da condição de estudante para a de formadora e gestora, (re)conhecendo, como diria Caetano Veloso que “cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é”.

Iniciamos esta pesquisa com uma questão que pode parecer pretensiosa: como formar psicólogas comprometidas socialmente? Essa pergunta se desdobrou num grande problema: o que vem a ser, mesmo, o compromisso social da psicologia? Quais seriam os critérios para qualificar práticas ou profissionais como socialmente comprometidos? Qual a natureza desse objeto? Seria um tema? Um lema? Um projeto profissional? Como formar para algo que, aparentemente, sequer possui consenso em sua definição? Seria o compromisso social um daqueles conceitos no qual cabe tudo e que por isto não explicam nada? Que todos aparentemente entendem, mas ao esmiuçar as definições resta apenas uma grande confusão?

Começamos a suspeitar de algumas certezas...

Deparamo-nos, então, com o dilema: “compromisso social: há ou não um objeto”? Em delimitando sua existência, é possível materializá-lo como um objeto passível de investigação? Aferir com segurança suas expressões sociais? Seria ainda exequível uma profissão efetivamente comprometer-se em contribuir para a transformação da sociedade capitalista? Eram muitas as questões a requererem atenção antes de empreender esforços para discutir a formação das psicólogas nessa direção.

Impunha-se a necessidade de manter uma atitude aberta à exploração intelectual da temática e investigar o compromisso social em suas variadas

dimensões e apreensões, dialogar com as vozes da academia, dos profissionais, das entidades. Enfim, problematizar! Problematizamos tanto, que por muitas vezes julgamos “ter encontrado” o objeto de estudo, para logo em seguida “perdê-lo” novamente. Certezas transformaram-se em uma avalanche de dúvidas, e apesar da angústia que isso produz até hoje, essa atitude de suspeição nos conduziu a um lugar mais consistente, pois como bem enuncia Ferreira, M. (2009):

A caracterização do tipo de exercício de pensamento crítico mais próximo do polo radical inclui a possibilidade de que uma teoria, uma pesquisa ou intervenção profissional seja capaz de realizar crítica em relação ao próprio objeto sobre o qual ela é desenvolvida. Neste caso, o estudo do objeto é ao mesmo tempo um processo de crítica a ele. Esse objeto provoca no profissional algo mais que o exercício intelectual; ele motiva a sua inconformidade com a situação que está sendo examinada. (FERREIRA, M., 2009, p. 259).

O compromisso social apresenta vasto campo de significações e, partindo da perspectiva materialista histórico dialética, percebemos que ao responder afirmativamente a pergunta “compromisso social: há ou não um objeto?”, associada à demanda por uma maior precisão conceitual, emergia outro questionamento: qual a natureza desse objeto? O objetivo de apreender tal compromisso em sua essência para além das aparências colocou o desafio de superar as definições operacionais e compreendê-lo como elemento da realidade concreta, síntese de múltiplas determinações em movimento a partir das contradições constituídas por condições internas e externas à psicologia, em cada momento histórico. O entendimento do compromisso social requer, portanto, uma remissão à sua natureza ético-política.

Este objeto possui raízes antigas. Emerge nas problematizações quanto ao perfil da profissão e a função social das psicólogas, postas pelos profissionais por meio das entidades sindicais, conselhos profissionais, associações, e também nas críticas realizadas pela academia. É preciso considerar, ainda, as questões oriundas do desenvolvimento de campos como a psicologia comunitária e o processo de resistência à ditadura militar, configurando o compromisso social como tópico de interesse e discussões desde a década de 70 do século passado.

A década de 1980 foi marcada por lutas pela redemocratização do país que culminaram na formulação da constituição cidadã de 1988. Na psicologia ampliaram-se leituras críticas da realidade na produção do conhecimento e do fazer profissional, incluindo perspectivas sócio-históricas e críticas aos campos tradicionais da clínica, educação e trabalho, dadas as suas funções adaptativas e centradas no modelo médico de intervenção.

As experiências de trabalho em instituições públicas e a entrada das psicólogas na saúde mental ampliaram o campo de atuação suscitando novos desafios para os profissionais. Nesse mesmo período, houve a ocupação das entidades representativas por grupos progressistas, reorientando os interesses corporativistas para o engajamento da profissão em lutas sociais mais amplas, acompanhando a criação de entidades importantes, como a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) e a Federação Nacional dos psicólogos (FENAPSI).

Nos anos 1990, confrontaram-se as investidas da agenda neoliberal e a necessidade de enfrentamento à ela, com o fortalecimento dos sistemas de garantia de direitos por meio da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), da lei de diretrizes e bases da educação (LDB) (BRASIL, 1996), da formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990a), da luta pela Reforma Psiquiátrica, dentre outros. Na Psicologia, novas entidades foram constituídas, tais como a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) e o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), indicando o fortalecimento na organização da categoria. Observa-se um papel ativo das entidades representativas da profissão na defesa do compromisso social, que se estende aos anos 2000.

A discussão sobre o compromisso social apresenta diferentes significações ao longo da história da psicologia, destacando-se, inicialmente, a preocupação com as necessidades da maioria da população e foco na realidade que a envolve, para então firmar-se de modo mais explícito o objetivo de contribuir para a transformação social na direção de uma sociedade mais justa, igualitária, solidária e democrática, o que implicou uma perspectiva ética e posicionamento político por parte dos profissionais e suas entidades: uma categoria atuando de forma organizada.

Retomando a intenção de compreender o compromisso social a partir da discussão quanto à natureza deste objeto, percebemos que ao longo da história da psicologia, ele foi se constituindo como um projeto ético-político profissional crítico. E o que vem a ser isto?

Os projetos profissionais são construídos pela categoria profissional enquanto sujeito coletivo a partir de uma imagem ideal da categoria sobre si mesma e do efeito que deseja produzir no mundo, estabelecendo parâmetros para a relação da profissão com a sociedade. Tais projetos expressam princípios dos projetos societários, os quais buscam imprimir uma direção para a coletividade baseado em um determinado sistema de valores. Em uma sociedade capitalista, os projetos societários, assim como os projetos profissionais, são fundamentalmente projetos de classe, ainda que também se constituam a partir de determinações de natureza cultural, de gênero, étnicas, dentre outras.

Os projetos profissionais são notadamente marcados por dimensões éticas e políticas, tendo em vista a fundamentação de valores e a organização de ações para produzir impactos na coletividade, tanto na disputa por hegemonia na categoria, buscando produzir consensos em torno do projeto, como nos movimentos de interferência nos rumos da sociedade. Dado o destaque de tais dimensões, atualmente, os projetos profissionais são também designados como ético-políticos, reafirmando a indissociabilidade destes aspectos (NETTO, 2008). Na psicologia, tendo em vista as características do desenvolvimento do compromisso social, acrescentamos o adjetivo “crítico” ao designá-lo como um projeto profissional.

A diversidade característica do compromisso social, sobre o qual várias leituras e compreensões estão postas, indica a perspectiva crítica como postura transversal aos diferentes momentos históricos. Enquanto projeto crítico, apresenta como eixo central a reflexão sobre a qualidade da relação estabelecida pela psicologia - incluindo ciência e profissão, seus atores institucionais e individuais - com a sociedade. Um projeto que pretende transformar a sociedade, mas substancialmente transforma a psicologia, por que isto é fundamento para que ela possa efetivamente contribuir na transformação da sociedade.

Consideramos que o termo “compromisso social” designa três dimensões dialeticamente articuladas à sua constituição como um projeto profissional. É ao

mesmo tempo a condição do projeto por fornecer a base filosófica no sentido ético-político, evidenciando a direção da transformação e o alinhamento com um projeto societário alternativo a ordem capitalista; é um elemento do projeto, sua face pública, quando se apresenta como forte discurso na categoria profissional, um lema subsidiado pelas entidades representativas na difusão desta concepção; e é também a designação ampla do projeto, um agregador de diferentes estratégias políticas para a consolidação dessa perspectiva, denominado neste trabalho como campos de expressão do compromisso social. Cada uma dessas dimensões abarca contradições significativas que impulsionam o desenvolvimento do projeto e serão examinadas na tese.

Os campos de expressão são representativos dos esforços para empreender o projeto do compromisso social, disputando a hegemonia na categoria profissional e na forma de apresentar-se à sociedade. Trata-se de reflexões e ações, que vão constituindo-se ao longo da história da psicologia neste duplo movimento de transformar esta ciência e profissão para contribuir com a transformação da sociedade. Incluem-se nessa perspectiva a defesa dos direitos humanos e da inserção qualificada das psicólogas nas políticas públicas, o incentivo à produção do trabalho coletivo tanto pela participação em equipes multiprofissionais quanto pela construção interdisciplinar do conhecimento, o fortalecimento das relações e instituições democráticas, a valorização das produções brasileiras e latino-americanas por meio do combate ao colonialismo cultural e a necessidade de reformulação das práticas e produção de novos olhares sobre as teorias.

A diversidade do compromisso social, qualificado por vezes na literatura como um objeto polêmico, controvertido e polissêmico, é característica tanto da sua complexidade enquanto um projeto ético-político quanto das disputas internas na categoria pela hegemonia, incluindo o embate com outros projetos profissionais. Nesse sentido, um mesmo significante – compromisso social – possui vários significados, reporta-se a diferentes dimensões enquanto um projeto crítico (como condição, elemento e designação ampla) e refere-se a múltiplas estratégias empreendidas na ação política (acrescidas das críticas a estas), incluindo diversos atores, em variados momentos históricos.

Como dito anteriormente, nosso trabalho teve como origem a intenção de pesquisar a formação das psicólogas com vistas ao compromisso social, mas o adjetivo foi ganhando mais força do que o substantivo. O percurso colocou a dúvida quanto a tomarmos a formação como fim nesta pesquisa, dada a necessidade de antes compreender o compromisso social e tornar o estudo viável, no tempo disponível para concluí-lo. O estudo sobre o compromisso social o apontou como um significativo horizonte ético-político para a psicologia, o que poderá colaborar para reflexão da formação nessa direção em trabalhos futuros.

Explorar em profundidade o compromisso social, a partir de diferentes fontes documentais, reposicionou a pesquisa de modo mais amplo. Em vez da expectativa inicial de produzir uma definição consensual, por vezes operacional – que aparentemente produz maior precisão conceitual, mas tem potencial de esterilizar o objeto – passamos a buscar a construção de um campo de significações mais complexo, compreendendo o compromisso social como uma totalidade remetida à sua natureza ético-política. Na questão de pesquisa, examinaremos o compromisso social sob a ótica do desenvolvimento deste projeto crítico, recorrendo à história da psicologia para evidenciar como ele se constituiu, considerando as disputas por hegemonia na categoria profissional e o embate com outros projetos.

Sobre a organização dos capítulos, consideramos importante iniciar com a apresentação das bases epistemológicas, teóricas e metodológicas da pesquisa, as quais irão compor o capítulo 1. A discussão sobre a historiografia terá como fundamento o materialismo histórico dialético enquanto perspectiva para a produção da leitura histórica. Tal concepção é compreendida como filosofia da práxis, a partir das reflexões do pensador marxista italiano Antonio Gramsci. Deste autor recuperamos as categorias referentes aos intelectuais orgânicos, relações de força, ideologia e a compreensão do campo da cultura como alvo de disputas pela hegemonia na sociedade, o que nos auxilia a refletir sobre as profissões também como espaços de embate entre diferentes projetos societários.

Conceituaremos, ainda, a noção de projeto profissional diferenciando-o dos projetos societários e após a discussão filosófica que sustenta o método, destacaremos os aspectos procedimentais da pesquisa. As possibilidades e desafios

das psicólogas assumirem o compromisso social nos reportam a dimensões éticas e políticas da ação profissional, historicamente negada nas perspectivas positivistas.

O capítulo 2 retoma a história da psicologia tecida pelas próprias psicólogas, buscando evidenciar que foram estabelecidos compromissos diversos com a sociedade, ao longo do tempo. A partir da emergência de uma ciência e profissão que é ao mesmo tempo “filha e mãe da modernidade”, constituiu-se no Brasil uma psicologia historicamente comprometida com as elites. Tal processo, ainda que hegemônico, comporta muitas contradições, as quais irão gestar as condições para o estabelecimento de outra ordem de compromisso, designado como “compromisso social”. Considerando o movimento complexo da mudança de qualidade deste objeto, buscaremos ainda mapear o campo de significações a ele atribuídas.

O capítulo 3 assume a investigação do compromisso social na perspectiva de um projeto profissional crítico para a psicologia, problematizando suas dimensões: uma direção ético-política, constituinte da sua condição filosófica e reportada à necessidade de reorientar a função social das psicólogas; um forte discurso junto à categoria subsidiado principalmente pelas entidades representativas da psicologia e as estratégias de ação política para a consolidação do projeto, compreendidas enquanto campos de expressão, os quais desdobram variados desafios.

Buscamos, assim, investigar o movimento de transformação da psicologia que o projeto do compromisso social vem subsidiando na disputa por hegemonia na categoria. Nesta direção, o capítulo 4 comportará as considerações finais, compreendidas como provisórias a partir do referencial teórico adotado.

## **1. AS BASES DA PESQUISA**

O início de uma tese é marcado pela necessidade de apresentar a pesquisa em sua “síntese precária”, antes de ter explicitado os elementos necessários para compreensão da totalidade do trabalho, posicionando o desafio de como fazê-lo e em que medida. Neste capítulo introdutório optamos por apresentar as bases epistemológicas, teóricas e metodológicas que sustentam esta investigação por indicarem como foi se constituindo esta tecitura: um estudo no campo da história da psicologia com o propósito de historiar o projeto do compromisso social.

A historiografia compõe um campo rico em teorias e métodos. No caso da psicologia ganham relevo as problematizações acerca dos principais dilemas no processo de escrita da história, que serão abordados na primeira seção desse capítulo, bem como a definição do termo historiografia e a importância de produzir pesquisa histórica.

### **1.1. Notas preliminares sobre a história da psicologia**

Um estudo sobre a história da psicologia requer reflexões anteriores, mais gerais, sobre o que vem a ser a história, as características do conhecimento histórico e de como produzi-lo, para então poder discutir os meandros mais específicos da história da psicologia. Tais questões guiaram o historiador catalão Júlio Aróstegui ao problematizar o caráter ambíguo do termo história: aplicado tanto ao objeto – a realidade ancorada na experiência humana em sua temporalidade social –, quanto à disciplina que estuda tal objeto.

Para dirimir as confusões terminológicas, Aróstegui (2006) defende que o termo história mantenha-se referido ao desenvolvimento da história universal em seu transcurso temporal, enquanto a disciplina que estuda a história seja designada como historiografia e considerada uma prática científica subsidiada por teorias e métodos, inserida no ramo das ciências sociais. O autor analisa a historiografia, portanto, como estudo científico para além da produção artística ou literária.

A compreensão da historiografia como campo de estudo da história, representativo dos diferentes modos de conhecê-la, é coerente com o sentido etimológico da palavra, que se refere à “escrita da história”. Segundo o Dicionário de Conceitos Históricos, a historiografia trata mais especificamente da “reflexão sobre a produção e a escrita da História” (SILVA, Kalina; SILVA, Maciel 2009, p. 189). Há uma diversidade de formas de escrever a história, resultando na formação de diferentes escolas históricas – também denominadas de correntes historiográficas –, as quais expressam determinadas visões de mundo, homem e conhecimento, além de variados métodos históricos. O discurso dos historiadores, portanto, é produto de um tempo e uma sociedade, sendo imprescindível analisá-los sob tais aspectos.

Sobre as escolas históricas, Silva, Kalina e Silva, Maciel (2009) destacam a importância da historiografia francesa e da Escola dos Annales como revolucionária desse campo de estudos no século XX pela crítica contundente que dirigem à corrente positivista. Os autores apontam também o materialismo histórico dialético como significativa perspectiva entre os historiadores e intensa produção na área. Já no século XXI estabelece-se maior pluralidade teórica, além de ser retomada a discussão sobre objetividade proposta no passado pela escola metódica e das discussões pós-modernas produzirem suas influências, enfatizando os sujeitos ao invés das estruturas e destacando os problemas de gênero, etnia e raça.

Para conceituar o termo “historiografia”, Carvalho (2014) mapeia a contribuição de diferentes historiadores, tais como Charles Olivier Carbonell, Josep Fontana e Marie-Paule Caire-Jabinet, que coadunam a definição usual de “escrita da história”, ainda que acrescentem outros aspectos a discussão: o primeiro, por exemplo, refere-se à historiografia como a diversidade de formas em que o passado é representado; já esta última destaca que além de significar a escrita da história, a historiografia também se reporta a literatura histórica e a história literária dos livros de história.

Woodward (1998) enriquece o debate ao propor que o pensamento histórico é similar a outros tipos de trabalho intelectual, envolvendo análise e síntese. A rigor, a análise das fontes comporia o método histórico, enquanto a historiografia reportar-se-ia à síntese e escrita. Na prática, contudo, o termo “historiografia” vem sendo utilizado para ambos os momentos: desde a reunião dos dados até sua organização

em um resultado significativo. O autor defende, ainda, que a historiografia fomenta o desenvolvimento do pensamento crítico, que envolve o reconhecimento das fontes potenciais de preconceitos e a busca de sua superação; além da valorização de uma perspectiva dialógica no ensino da história.

Explicitada a compreensão da historiografia como escrita da história, antes de adentrar a discussão sobre as questões historiográficas propriamente ditas, consideramos importante questionar: por que fazer pesquisa histórica? Trata-se de um duplo movimento: destacar a relevância geral da pesquisa histórica para então aprofundar seu valor neste trabalho.

Sobre esta questão, Wertheimer (1998) reuniu algumas respostas: por ser um campo tradicional de estudos, que pode auxiliar tanto a evitar erros do passado quanto descortinar novas possibilidades, incluindo a emergência de ideias de pesquisa; além de demonstrar que o conhecimento é cumulativo e que deve ser prazeroso, intelectualmente. A mais importante razão para produzir pesquisa histórica, contudo, é constituir uma perspectiva adequada, reconhecendo que as ideias são produzidas numa realidade sociocultural determinada, sendo necessário compreendê-las à luz do seu tempo.

A leitura histórica é fundamental, também, para compreensão crítica dos fenômenos, sendo a pesquisa nesse campo uma via de aproximação da realidade concreta por meio da apreensão da sua historicidade e análise da totalidade. Compreender a história da psicologia, portanto, implica reconhecer a trama de relações internas e externas que a constitui (ANTUNES, 1998, 2005). Dito isto, fica mais fácil compreender por que este não era, em princípio, um trabalho historiográfico, mas tornou-se!

A opção pela historiografia foi construída diante das necessidades impostas pela questão de pesquisa, pelas características do objeto – compromisso social da psicologia – e pelos imperativos do referencial teórico metodológico (materialismo histórico dialético), visando compreender o desenvolvimento histórico do projeto do compromisso social. Compartilhamos da perspectiva da professora Mitsuko Antunes, registrada em um belo texto biográfico no qual relata sua trajetória como pesquisadora da história da psicologia: “o entendimento do presente exige a consideração de seu processo histórico de construção, assim como seus projetos

para o futuro implicam no reconhecimento profundo do presente e seus determinantes” (ANTUNES, 2008, p. 92-93).

A história da psicologia é considerada, atualmente, como parte da história das ciências, sendo seus estudos historiográficos também influenciados por abordagens da filosofia da ciência (MASSIMI; CAMPOS; BROZEK, 2008). A diversidade de métodos nesse campo é representativa, dentre outros aspectos, das variadas compreensões sobre ciência, implicando desafios à escrita da história da psicologia, que Hilgard, Leary e McGuire (1998) sistematizaram em cinco dicotomias: presentismo X historicismo, continuidade X descontinuidade, internalismo X externalismo, legitimação cerimonial X história crítica e grandes homens X *zeitgeist*. A síntese abaixo é expressão da preocupação desses autores, acrescida das reflexões de Antunes (1998), Campos (1998) e Wertheimer (1998).

Presentismo X Historicismo: enquanto o historicismo insiste na compreensão do passado à luz das condições do tempo analisado, reconhecendo inclusive que um mesmo significante pode apresentar distintos significados ao longo do tempo; o presentismo tende a interpretar o passado a partir das necessidades e condições do presente, significando-o com a perspectiva dos dias atuais e compreendendo-o como uma espécie de preparação para o presente, qualificado como mais avançado. Ao minimizar a dimensão objetiva da história, o presentismo tende a superestimar o componente subjetivo. Tal postura, frequentemente, incorre em leituras preconceituosas e estereotipadas do passado.

Continuidade X Descontinuidade: enquanto a primeira perspectiva considera o desenvolvimento das ciências um processo linear, cumulativo e progressivo, remetendo a uma noção evolucionista e destacando o valor do passado no presente; a segunda sustenta que o desenvolvimento científico ocorre mais por rupturas do que por continuidades, valorizando o reconhecimento das diferenças, polêmicas e divergências na escrita da história de um determinado campo de conhecimento.

Internalismo X Externalismo: os estudos internalistas focam na evolução do conhecimento em si, analisando a lógica interna da produção intelectual para compreender o desenvolvimento científico de um campo. Há ênfase nas contribuições originais dos autores e na importância de questões associadas à elaboração de conceitos para a história da psicologia. Já na concepção externalista,

o desenvolvimento da psicologia é examinado à luz da história da própria sociedade, considerando o contexto sociocultural e político envolvido. Ainda que ambas as perspectivas apresentem contribuições significativas, para as psicólogas que escrevem a história da psicologia (em geral com repertório de formação reduzido no campo da historiografia), tende a ser mais difícil e complexo organizar a história considerando o ponto de vista externalista.

Legitimação Cerimonial X História Crítica: na legitimação cerimonial a narrativa histórica é tecida buscando destacar e justificar a psicologia contemporânea, bem como a concepção dominante de ciência. Nesse sentido, pessoas e acontecimentos históricos são analisados a partir dos interesses atuais, produzindo mitos fundadores e ênfase na noção de predecessores. Já a história crítica se propõe mais analítica e menos apologética, procurando desnaturalizar os mitos e evidenciar os fatores práticos presentes na história da psicologia. Trata-se de uma perspectiva posicionada, que compreende a história como fruto da dinâmica relação entre os homens e as situações sociais.

Zeitgeist X Grandes Homens: o *zeitgeist* representa o “espírito de uma época”. Escrever a história a partir dessa concepção implica considerar que mesmo a produção de um autor, em específico, é movida por aspectos do seu tempo, das crenças compartilhadas e do clima cultural, artístico, social, econômico e político do período. Já na história escrita a partir dos grandes homens, muito frequente na historiografia da psicologia, a excepcionalidade de homens e mulheres específicos determina a história. A crítica a esta concepção vem evidenciando como a psicologia é marcada por homens brancos de estratos sociais privilegiados, em geral europeus ou americanos.

Desde uma leitura materialista histórica dialética, o problema dessas dicotomias é precisamente a polarização que o processo de dicotomização estabelece, turvando a percepção dos riscos e contribuições presentes em cada polo desse confronto. É preciso investigar as contradições que permeiam essas relações, pois ao negar tais extremos é possível superá-los em uma nova qualidade.

Nesse sentido, a necessária postura historicista de honestidade com o tempo histórico analisado não precisa desconsiderar a utilidade do conhecimento ao presente; assim como o conhecimento avança no tempo mantendo zonas de

estabilidade, mas acompanhadas de contradições, que por vezes se apresentam como polêmicas e podem gerar rupturas. Da mesma forma, as concepções internalistas e externalistas podem se enriquecer, visto que é importante compreender o desenvolvimento interno de uma área, mas considerar suas imbricadas relações com os elementos endógenos para a compreensão da totalidade.

Em direção análoga, compreende-se que os homens constroem a história e o fazem coletivamente, mas que esses mesmos homens se constituem a partir das condições presentes no seu tempo histórico. O *zeitgeist* não é um ente abstrato, que desconsidera o papel dos homens concretos, mas sim uma estratégia para destacar as condições objetivas e subjetivas de um determinado momento, as quais formam a atividade material do homem. Numa sociedade de classes, marcada pela exploração e desigualdade social, superestimar a história dos grandes homens em geral contribui para a reprodução do *status quo* na medida em que frequentemente centraliza a história naqueles que tem poder e prestígio social para assim se posicionar, negligenciando outras contribuições.

Firmar-se a partir de uma posição filosófica clara acerca da história, superando dialeticamente as dicotomizações e reconhecendo a contribuição de diferentes concepções de acordo às necessidades situadas pela questão de pesquisa constitui a postura mais profícua para o historiador.

Na psicologia, as questões historiográficas se apresentam em cinco abordagens, representativas das diferentes maneiras de construir a evidência historiográfica: a biográfica, voltada para reconstrução da história de vida dos autores; a descritiva e analítica, que enfatiza a reconstrução dos acontecimentos históricos priorizando as fontes primárias e o entendimento do fato histórico a partir do seu contexto de produção; a quantitativa, voltada para análise historiométrica da literatura psicológica; a psicossocial, atenta aos aspectos sociopsicológicos presentes nos eventos e a história social (CAMPOS, 1998; MASSIMI; CAMPOS; BROZEK, 2008), desenvolvida abaixo, por ter sido a perspectiva adotada no presente trabalho.

A abordagem social compreende a psicologia como “produção histórica que expressa uma leitura da realidade, concretizada nas e pelas relações que

estabelece com os fatores de natureza social, política, econômica, cultural e científica em geral” (ANTUNES, 1998, p. 363). A compreensão histórica da psicologia requer, portanto, a apreensão de suas múltiplas manifestações, examinando as multideterminações das quais é produto e produtora.

## **1.2. O materialismo histórico dialético como perspectiva para a produção da leitura histórica**

Frequentemente, as pesquisas em história da psicologia (seguindo a tendência dos estudos históricos em geral) expressam grande preocupação com as questões metodológicas (a discussão das fontes, por exemplo) e historiográficas (relativas aos desafios da escrita propriamente dita), mas apresentam pouca discussão quanto aos fundamentos da história, no sentido de explicitar a filosofia da história na qual se embasam (CARVALHO, 2014). Tal questão é significativa, pois ignorar o debate sobre a filosofia da história conduz ao ocultamento da visão de homem, mundo e conhecimento que sustentam os trabalhos.

As questões da filosofia da história são aquelas que dizem respeito a: quais são as determinações da história, por que as coisas se transformam, quem é o sujeito da transformação, se a história da ciência é algo que transcorre segundo leis próprias e independentes àquelas da história da sociedade, quais elementos são determinantes, quais são determinados, como isto se relaciona, a relação todo-parte, etc. (CARVALHO, 2014, p. 33).

Para compreender o materialismo histórico dialético enquanto filosofia da história é necessário considerar o significado de cada uma dessas dimensões em particular – o que representa a visão materialista e a dialética, por exemplo –, mas, sobretudo, compreender como tais dimensões se integram em uma totalidade a partir da perspectiva histórica, caracterizando uma noção de homem, mundo e conhecimento específicos neste método.

Marx e Engels constroem um sistema teórico original que tem na perspectiva histórica o lastro para uma nova interpretação sobre as proposições materialistas e dialéticas constituídas até então: enfatiza a atividade objetiva dos homens, unindo a valorização da realidade material ao elemento ativo de transformação e movimento

já presentes na dialética. Nesse sentido, firma-se como um referencial que se contrapõe e busca superar a filosofia hegeliana da história, que partindo de uma compreensão idealista estabelece a ideia como ponto de partida da história, a qual se moveria pela liberdade como um produto da vontade de Deus. Como bem enuncia Karl Marx na primeira tese sobre Feuerbach:

Até agora, o principal defeito de todo materialismo (inclusive o de Feuerbach) é que o objeto, a realidade, o mundo sensível só são apreendidos sob a forma de objeto ou de intuição, mas não como atividade humana sensível, enquanto práxis, de maneira não subjetiva. Em vista disso, o aspecto ativo foi desenvolvido pelo idealismo, em oposição ao materialismo – mas só abstratamente, pois o idealismo naturalmente não conhece a atividade real, sensível, como tal. (MARX, 1845/2007, p. 99).

O pensamento hegeliano inspira-se nos ideais revolucionários franceses de 1789, típicos do *zeitgeist* da época. Compreende o homem como sujeito autônomo com potencial para orientar seu próprio desenvolvimento a despeito das autoridades externas, primando pela razão. Nesse sistema, a lei do desenvolvimento histórico é associada à ideia de negatividade, expressa na máxima “o ser é fundamentalmente um vir-a-ser”. A maneira como o ser se apresenta é apenas uma dentre várias possibilidades de existência. O desenvolvimento reside no movimento do ser em se superar, ultrapassando os limites do seu estado atual, vindo a ser o que ainda não é para em seguida se superar de novo (SAVIOLI; ZANOTTO, 2012).

Já para Marx e Engels, enquanto intelectuais orgânicos da classe operária, o ponto de partida da história é a atividade objetiva dos homens, fundada em uma concepção materialista da história. Nesse sentido, “não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 1845/2007, p. 20). Se para Hegel os sujeitos da história são as ideias e os “grandes homens” a elas associados, na tradição materialista histórico dialética, a ideia passa a ocupar o lugar de produto, sendo ambas - ideias e história - fruto da ação concreta e coletiva dos homens determinados por sua classe social.

A concepção materialista de história foca na centralidade da produção social da vida, enquanto atividade objetiva dos homens sobre dadas condições materiais, como atividade humana concreta, como prática, e não nas condições materiais em si, como algumas análises simplistas defendem. Assim, o primeiro ato histórico é a

produção de novas necessidades pelos homens, uma vez que já tenham construído os meios para satisfação das necessidades primordiais de suas existências, pois “os homens devem ter condições de viver para poder ‘fazer a história’” (MARX; ENGELS, 1845/2007, p. 21), o que inclui comer, morar, vestir-se.

Ao longo da história, a realidade material nos mostra que a dominação é transversal a diferentes épocas, restringindo a vida da maioria dos homens e impondo a necessidade de alterar as condições tão desiguais de existência. Da compreensão deste processo decorre a célebre afirmação no Manifesto do Partido Comunista: “toda a história da humanidade tem sido uma história de luta de classes” (MARX; ENGELS, 1848/2011, p. 24). Uma luta remetida aos conflitos entre classes exploradoras e exploradas, expressas desde a antiguidade nos embates entre homens livres e escravos, atravessando os barões e servos da sociedade feudal, até a constituição da burguesia e do proletariado na sociedade capitalista.

Não é possível, portanto, compreender a história da humanidade descolada da sua base material, das relações sociais que lhe dão sustentação. Do mesmo modo, não é possível compreender a história da ciência descolada da história em geral e da história da luta de classes em particular. Ao contrário, porém, constrói-se a ilusão de que os diferentes períodos históricos são fruto não dos interesses materiais de uma classe, mas de ideias abstratas como as de honra e lealdade na sociedade aristocrática e as de liberdade e igualdade na sociedade burguesa (GORENDER, 2007; LÖWY, 2009).

O problema de centralizar na ideia o fundamento para o desenvolvimento histórico é a crença implícita de que a transformação da sociedade requer apenas a crítica às ideias inadequadas. Contudo, a transformação não se assenta na crítica às ideias em si, mas em alterar as condições objetivas que sustentam tais ideias, independente de suas qualidades serem morais, religiosas, filosóficas.

Explicitada a perspectiva materialista, passaremos à discussão da dialética. Diferentemente das ciências naturais que se afirmaram a partir do paradigma epistemológico unitário do positivismo, o desenvolvimento das ciências sociais e humanas ancora-se em um pluralismo epistemológico, representado por pelo menos três tradições: a de inspiração positivista, a exemplo do funcionalismo e

estruturalismo; a subjetivista, como a fenomenologia, hermenêutica e arqueogenealogia; e a dialética (SEVERINO, 2007).

A tradição positivista é marcada, dentre outros aspectos, pelo não reconhecimento da relação entre sujeito e objeto, adoção de um modelo mecanicista e a crença na neutralidade do conhecimento. São posições arraigadas na psicologia, que moldaram a compreensão do que é cientificamente valorado nesta área de conhecimento. Enfrentar a neutralidade exige que possamos nos posicionar, tanto reconhecendo a condição social e histórica do conhecimento quanto explicitando nosso lugar social enquanto pesquisadores, o qual define parâmetros na relação sujeito-objeto e, portanto, contornos para apreensão dos fenômenos.

A dialética questiona o sistema de regras universais ao compreender o objeto a partir de suas qualidades próprias e principalmente por debruçar-se sobre as contradições: movimento de luta dos contrários, determinado por condições sociais e históricas. Essa complexa tradição epistemológica ancora-se em alguns princípios, que serão apresentados a partir da leitura de Gadotti (1995) e Severino (2007):

Princípio da Totalidade: os objetos e fenômenos estão em relação, condicionando-se mutuamente, o que implica compreender que o sentido das coisas está na totalidade concreta e não na individualidade. Nessa direção, não é possível produzir entendimento sobre o homem, afastando-se de uma visão mais ampla da própria sociedade.

Princípio do Movimento: reconhecimento do estado sempre inacabado de todas as coisas, que se movem num processo constante de transformação a partir da luta dos contrários.

Princípio da Mudança Qualitativa: ainda que as coisas se apresentem aparentemente iguais, a vida não se resume a um processo de mera repetição. A transformação requer um acúmulo de elementos quantitativos para a emergência do qualitativamente novo, que é fruto de múltiplas determinações.

Princípio da Contradição: é a lei fundamental da dialética. Remete à existência de forças opostas inerentes às coisas, tendendo tanto para a unidade quanto para a oposição, tornando possível a sua transformação.

Na dialética hegeliana a contradição é posta como motor do pensamento e da história, sendo reconhecida a condição de “ser” e ao mesmo tempo de “não ser” dos objetos. Contudo, é a partir de Marx e Engels que o pensamento idealista de Hegel (situa o movimento contraditório na Lógica) será superado e a dialética compreendida a partir do materialismo histórico (situa o movimento contraditório na realidade material), compondo não apenas um método, mas fundamentalmente uma visão de homem, de mundo e da relação entre ambos (GADOTTI, 1995).

Ao contrário da concepção prevalente na ciência moderna de um sujeito racional, individual e natural, o pensamento materialista histórico dialético enfrenta a dicotomia objetividade e subjetividade, afirmando a mediação entre ambas as dimensões. Em tal visão encontra-se um sujeito ativo, social e histórico. O homem se humaniza na relação com os outros homens, agindo sobre o mundo – realidade material – para produzir as condições de sua existência. Nesse movimento, transforma o mundo e a si mesmo, criando também as ideias enquanto representações da realidade material. Nessa perspectiva o conhecimento é um produto coletivo dos homens, necessariamente datado histórica e socialmente, sendo, portanto, posicionado e não neutro ou natural.

São os homens que produzem suas representações, suas ideias, etc., mas os homens reais, atuantes, tais como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações que a elas correspondem, inclusive as mais amplas formas que estas podem tomar. A consciência nunca pode ser mais que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo de vida real. (MARX; ENGELS, 1845/2007, p. 19).

Diferentemente da tradição positivista que tende a naturalizar os fenômenos, concebendo-os como naturais, a perspectiva marxiana afirma a condição social e histórica dos homens e dos fenômenos a estes associados, sendo indispensável para a compreensão de ambos o reconhecimento da sua historicidade. O contrário de natural, portanto, afirma-se como histórico. Enquanto categoria epistêmica e metodológica, a historicidade nos remete à compreensão de que a experiência humana se constitui no curso de um processo histórico e social, nele influi e dele depende, construindo a história dos homens no movimento de converter a natureza em sociedade. Os homens estão em movimento, e os fenômenos por eles

produzidos são resultado de uma conjuntura, uma síntese de múltiplas determinações.

A historicidade enquanto construção da história concreta dos homens nos remete a outra categoria fundamental no materialismo histórico dialético: a práxis. Tal noção supera a dicotomização entre estrutura e ação, entre sujeito e objeto, ultrapassando as leituras estritamente materialistas ou idealistas a partir de uma base compreensiva histórica e dialética. A relação estreita entre o homem e o mundo social, os quais se condicionam reciprocamente, formula um horizonte em que não é possível superestimar nem a vontade dos homens a despeito dos limites da estrutura social, nem conceder força desproporcional aos determinantes históricos, que são permanentemente reinventados pela ação humana coletiva.

Nesse sentido, a historicidade é uma categoria fundamental, pois é a partir dela que há um salto qualitativo do materialismo e do idealismo da época. Sujeito e objeto são considerados em relação, a partir de condições sociais determinadas no tempo e no espaço, não sendo possível desvincular a produção do conhecimento da dimensão política da ação dos homens. A contundente afirmação de Marx na décima primeira tese sobre Feuerbach sintetiza tal pensamento: “os filósofos têm apenas interpretado o mundo de diversas maneiras; a questão, porém, é transformá-lo” (MARX, 1845/2007, p. 103).

Ao questionar o caráter natural atribuído às coisas, a historicidade afirma a possibilidade de transformação social. O caráter histórico reconhece as mudanças ao longo do tempo, as quais são construídas a partir da ação dos homens, instituindo a possibilidade de influir na direção e qualidade das mudanças. A perspectiva histórica para a compreensão do humano permite afirmar o sujeito da transformação social: aquele capaz de orientar sua práxis para a construção de relações sociais distintas ao estabelecido pelo *status quo* (GONÇALVES, 2003; KAHALLE; ROSA, 2009; GONÇALVES; FURTADO, 2016).

A transformação social na perspectiva materialista histórica dialética ancora-se num método, a partir da ação concreta dos homens, da luta política, do exercício da crítica a partir da leitura histórica como estratégia para desnaturalizar os fenômenos sociais, compreendidos como naturais e imutáveis por aqueles que têm o interesse de manter o estado atual das coisas. A historicidade configura-se,

portanto, como uma categoria central que possibilita a construção de um saber crítico, indispensável para a pesquisa histórica.

Compreender a história da psicologia requer um olhar atento sobre as ações empreendidas pelas psicólogas no âmbito da ciência e da profissão, considerando as relações sociais que as embasam e os impactos que desdobram; analisar as demandas existentes na realidade, as ideologias que expressam valores e crenças do período, os fatores conjunturais e estruturais, as relações de força que se estabelecem em cada momento histórico e situação particular. Como um produto histórico, compreender a psicologia implica apreendê-la em sua historicidade; o que torna qualquer estudo histórico sempre parcial e incompleto, necessitando (re)fazer-se constantemente.

Compondo uma visão que integra as concepções internalista e externalista para a pesquisa em história da psicologia, Antunes (2005) propõe a articulação de três diferentes níveis de análise: (1) interno; (2) de fundamentação filosófica e (3) de totalidade, que serão considerados no esforço de construção da presente tese.

O nível interno de análise refere-se ao estudo da psicologia, ou mais propriamente de suas múltiplas manifestações particulares (em função de sua vasta, diversificada e complexa constituição), abrangendo suas definições, conceitos, pressupostos, estrutura, métodos, coerência interna e, sobretudo, suas práticas. Esses elementos, porém, não são isolados ou autônomos, mas fundamentados em bases epistemológicas que lhes dão sustentação e são definidoras de sua conformação específica. Assim, o primeiro nível de análise não se esgota em si mesmo, mas se complementa e se radica nesse segundo plano analítico. A síntese, porém, só é possível com a integração do terceiro nível de análise, em que os elementos acima se materializam no tempo e no espaço, no bojo das relações engendradas na dinâmica das forças presentes na sociedade específica da qual faz parte. (ANTUNES, 2005, p. 114-115).

A centralidade da perspectiva histórica neste trabalho nos levou a aprofundar o entendimento sobre o materialismo histórico dialético a partir do marxismo historicista do pensador italiano Antonio Gramsci em suas reflexões sobre a filosofia da práxis. Segundo Löwy (2009), essa corrente metodológica, presente no pensamento marxista, se diferencia por uma valorização radical da historicidade dos fenômenos sociais e pela disposição de “aplicar o materialismo histórico a si mesmo”, refletindo sobre o condicionamento histórico e social do próprio marxismo.

### **1.3. O papel dos intelectuais numa sociedade desigual: contribuições da filosofia da práxis**

A obra do pensador marxista italiano Antonio Gramsci possui caráter reflexivo e aberto pelas condições em que foi produzida. É composta pelos escritos pré-carcerários de 1916 a 1926, marcados por um estilo de escrita jornalístico com objetivos políticos de organização das massas e os Cadernos do Cárcere produzidos entre 1929 e 1935. Estes últimos, ainda que sejam apresentados em formato de livros, não se constituem em obras acabadas, mas sim em anotações desse autor no período de sua prisão pelo regime fascista de Mussolini.

Sua obra busca resgatar uma visão integral do marxismo superando as distorções teóricas que, por exemplo, o reduziram a dimensões mecanicistas; enfrentar as teorias dominantes no seu tempo, evidenciando o avanço representado pela filosofia da práxis e produzir uma práxis político-pedagógica orientada a formar a classe trabalhadora como dirigente da sociedade (SEMERARO, 2015).

Uma marca importante do pensamento gramsciano é o enfrentamento ao positivismo hegemônico na época. A corrente positivista emerge entre o fim do século XVIII e início do século XIX como expressão do pensamento crítico da burguesia antiabsolutista (classe revolucionária no período), enfrentando os dogmas da igreja e os argumentos de autoridade da doutrina social e política feudal, mas converte-se em um sistema conservador de crenças coerente com a reprodução da ordem social burguesa desde o século XIX até dias atuais (LÖWY, 2009).

A burguesia protagonizou um ilustrativo exemplo histórico de luta revolucionária contra uma classe dominante e não contra o sistema de dominação, resultando em uma classe dominada que passa a ser dominante, subjugando outra. Nessa direção, Semeraro (2015) destaca que o conceito de previsão fecundo nas ciências físicas e naturais não é adequado quando o objetivo é constituir um método da história, pois como bem explicita Gramsci, só é possível prever “cientificamente” a luta, não o seu desenvolvimento, o qual depende das relações entre as forças em conflito num determinado tempo e espaço.

Em seu sistema teórico, Gramsci (1987) insiste na impossibilidade de alcançar verdades absolutas e na historicidade da própria ciência, diferenciando-se do pressuposto da neutralidade científica que ignora o condicionamento histórico e social do conhecimento. Isso envolve, inclusive, a reinterpretação de algumas proposições marxianas, como as novas concepções de Estado e ideologia, produzindo uma leitura não ortodoxa da obra de Marx (muito valorizada pelo autor) ao considerar as novas determinações do seu tempo histórico.

O termo filosofia da práxis, frequente nos Cadernos do Cárcere, é considerado por muitos como sinônimo de marxismo ou materialismo histórico e dialético. Há, contudo, diferentes hipóteses para sua utilização. Por um lado temos a condição de produção dos Cadernos, uma vez que estando preso, Gramsci encontrava-se exposto à censura e ao risco de interrupção do seu trabalho, o que poderia levá-lo a produzir algumas substituições no texto. Por outro, Monasta (2010) defende a autonomia da expressão, que corresponderia ao reconhecimento gramsciano de uma característica central do legado de Marx, a saber, o vínculo inseparável entre teoria e prática, a unidade entre ciência e política, indicando a importância de que o pensamento (filosofia) se converta em ação (práxis).

Compreendida como instrumento ideológico para expandir a consciência das massas, a filosofia da práxis supera (integrando em si os seus elementos vitais) o idealismo e o materialismo tradicionais, expressões das velhas sociedades; primando por uma consciência plena das contradições.

Diferentemente da postura receptiva e ordenadora, construída até a filosofia clássica alemã, a filosofia da práxis prioriza uma concepção de mundo a partir da historicidade, o que inclui o reconhecimento da base material e dos conflitos de classe subjacentes, relacionando a filosofia com vida vivida, produzindo uma ciência engajada. Nas palavras do autor italiano:

Não se pode separar a filosofia da História da Filosofia, nem a cultura da História da Cultura. No sentido mais imediato e determinado, não podemos ser filósofos – isto é, ter uma concepção do mundo criticamente coerente – sem a consciência da nossa historicidade, da fase de desenvolvimento por ela representada e do fato de que ela está em contradição com outras concepções ou com elementos de outras concepções. (GRAMSCI, 1987, p. 13).

Marx e Engels (1848/2011) já afirmavam a necessidade de desenvolvimento intelectual da classe operária por meio da ação unitária e da discussão como via para revolução. Gramsci tomará esse processo como fonte de reflexão fundamental, atento às condições históricas do seu tempo que desdobravam novos desafios para a classe trabalhadora se emancipar. Compreende a revolução, desse modo, não como um evento único e irreversível, mas sim como um processo de trabalhosa gestação, implicando uma transformação radical, não apenas do poder político e das relações de produção, mas de todas as formas que sustentam a opressão e a desigualdade (CAMPIONE, 2003).

Nesse sentido, chama a atenção para a função que os intelectuais desempenham na sociedade, seja na reprodução ou transformação do *status quo*, evidenciando o papel do intelectual enquanto um organizador de interesses do grupo dominante ou daqueles que aspiram à emancipação e não apenas como pensadores contemplativos. Em direção análoga, discutindo sobre a questão da objetividade na pesquisa histórica, Aróstegui (2006) ressalta a impossibilidade da produção do conhecimento ficar livre de determinados compromissos por parte do historiador que os produz, destacando a influência dos interesses, valores e preferências do pesquisador sobre o pesquisado. Lane (1984) apresenta posição semelhante na pesquisa em psicologia.

A partir de um enfoque fundamentalmente interdisciplinar, o pesquisador-produto-histórico parte de uma visão de mundo e do homem necessariamente comprometida e neste sentido não há possibilidade de se gerar um conhecimento “neutro”, nem um conhecimento do outro que não interfira na sua existência. Pesquisador e pesquisado se definem por relações sociais que tanto podem ser reprodutoras como ser transformadoras das condições sociais onde ambos se inserem; desta forma, conscientes ou não, sempre a pesquisa implica intervenção, ação de uns sobre outros. (LANE, 1984, p. 18).

Tendo em vista o caráter vivo e dinâmico da leitura gramsciana é difícil trabalhar com suas categorias isoladamente: compreendê-las implica a sua remissão ao conjunto da obra. Nesse sentido, considerando ser frequente a referência de que “tudo é política” nos Cadernos, neste “tudo” incluído a filosofia, a história, a cultura ou mesmo a práxis em geral, Coutinho (2011) defende que o eixo sistemático do pensamento de Gramsci é a centralidade da reflexão sobre a ação e

as instituições políticas, que o torna um crítico da política (assim como Marx foi um crítico da economia política) e da ciência política constituída na modernidade.

Gramsci parte do reconhecimento da existência de governados e governantes, dirigentes e dirigidos como base da ciência e arte política; para afirmar que essa divisão não é natural, mas sim um fato histórico a ser superado, já que se refere à divisão da sociedade de classes. Para criticar a ciência política, ele a historiciza e relaciona com a totalidade social.

Em sua crítica, Gramsci (1978) alerta para a distinção entre a pequena política e a grande política. Enquanto a primeira caracteriza-se por uma ação pautada pela manipulação, tecida em redes de intrigas, sem enfrentar o determinismo; a segunda tem por objetivo construir novas relações de força, centrando-se não no estado atual das coisas, mas no “dever ser”, em seu sentido teleológico. Por não ter interesse na mudança social, uma das estratégias das classes dominantes e de seus intelectuais é reduzir a política à pequena política, restringindo a grande política a um número muito seleto de pessoas, recorrendo a ela apenas quando é indispensável para manter a ordem.

Essa questão foi alvo de intensa exploração teórica por parte de Gramsci (1979), especialmente em sua proposição sobre os intelectuais orgânicos. Para apresentar tal categoria dialogaremos com outras proposições fundamentais desenvolvidas por esse autor, das quais destacamos a perspectiva da cultura como campo de disputa pela hegemonia, relações de força e sua compreensão particular sobre a ideologia.

O conceito de hegemonia é um dos mais originais e o núcleo central da filosofia política do Gramsci maduro (BUEY, 2003). Para Gramsci (1987), a hegemonia pode ser compreendida como a direção político-ideológica, intelectual e moral, fundada no consenso, diversa (mas complementar) da dominação fundada na coerção. Esta categoria é utilizada na tentativa de compreender as razões subjacentes aos êxitos e as falhas do socialismo em escala global, uma vez que na Europa Central e Ocidental em função das superestruturas políticas instituídas pelo maior desenvolvimento do capitalismo a ação das massas era mais lenta e prudente quanto aos movimentos revolucionários.

A concepção de mundo hegemônica é exatamente aquela que, mercê de sua expressão universalizada e seu alto grau de elaboração, logrou obter o consenso das diferentes camadas que integram a sociedade, vale dizer, logrou converter-se em senso comum. É nesta forma, isto é, de modo difuso, que a concepção dominante (hegemônica) atua sobre a mentalidade popular articulando-a em torno dos interesses dominantes e impedindo ao mesmo tempo a expressão elaborada dos interesses populares, o que concorre para inviabilizar a organização das camadas subalternas enquanto classe. (SAVIANI, 2013, p. 3).

Concordando com Marx e Engels (1845/2007, p. 36) que “a revolução, e não a crítica, é a verdadeira força motriz da história, da religião, da filosofia e de qualquer outra teoria”, mas refletindo sobre as novas determinações do seu tempo, Gramsci (1987) pondera que nas sociedades que possuem uma superestrutura mais complexa, a revolução depende da crítica permanente às ideias vigentes, no sentido do enfrentamento às ideologias dominantes e proposição de novas concepções. Nessas sociedades, as crises econômicas não são suficientes para produzir uma crise histórica fundamental, ainda que possam construir um terreno favorável à difusão de outras formas de pensar e agir.

Marx e Engels (1848/2011, p. 53) já alertavam que “todas as classes que no passado conquistaram o poder procuraram consolidar a posição já adquirida submetendo toda a sociedade às suas condições de apropriação”. Em direção semelhante, Gramsci (1979) assinala que uma boa parte da luta revolucionária é travada na cultura, na disputa por hegemonia, uma vez que é preciso ser dirigente antes de ser governante. Portanto, não se trata, unicamente, de a classe oprimida “tomar o poder”, mas de construir um novo método de governar, que ao assimilar os elementos do Estado burguês, seja também capaz de superá-lo.

O conceito de hegemonia ressoa ainda com a nova leitura de Gramsci sobre o que vem a ser o Estado, uma vez que amplia dialeticamente a concepção de Marx e Engels sobre o tema. Na perspectiva marxiana, o Estado referia-se a Sociedade Política, como o conjunto dos mecanismos pelos quais a classe dominante detém o monopólio legal da coerção. Coerção entendida não somente como violência pura e simples, mas referindo-se a todos os atos governamentais que se é obrigado a cumprir, ainda que não se concorde com eles.

Gramsci (1978) mantém o “núcleo duro” proposto por Marx e Engels, mas o desenvolve acrescentando novas determinações a partir do momento histórico que vivenciava: maior complexidade do fenômeno a partir da conquista do sufrágio universal, da criação de grandes partidos políticos de massa, da ação efetiva de poderosos sindicatos operários. Na sua época (início do século XX), mesmo a direita precisou se apoiar em movimentos de massa como o fascismo e nazismo. Ele propõe, então, que o Estado é a soma da Sociedade Política com a Sociedade Civil. Isto é, “hegemonia couraçada de coerção”.

A sociedade civil reporta-se ao conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, os parlamentos, as igrejas, os partidos políticos, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico. Nesse sentido, o projeto do compromisso social, enquanto uma força que disputa a hegemonia na categoria das psicólogas (alinhado a um projeto societário pautado pela justiça, democracia e igualdade), situa-se também no âmbito da sociedade civil.

Segundo Semeraro: “Para Gramsci, a sociedade civil é, antes de tudo, o extenso e complexo espaço aberto às iniciativas dos sujeitos modernos que com seus interesses, com seus valores ético-políticos e suas dinâmicas associativas chegam a formar as variáveis das identidades coletivas” (2015, p. 97). Se no bojo dessas iniciativas, cabe à sociedade civil a elaboração e/ou difusão das ideologias, é preciso antes, porém, elucidar o que Gramsci compreendia como ideologia, já que tal conceito ganhou diferentes significações na história do marxismo.

Marx e Engels (1845/2007) associam ideologia a uma falsa consciência, construída a partir dos interesses da classe dominante, formando um conjunto de noções especulativas e ilusórias, determinadas socialmente, que os homens forjam sobre a realidade por meio de diferentes instâncias sociais, sejam morais, religiosas, acadêmicas, políticas ou econômicas. No debate sobre a ideologia, Liguori (2017) chama a atenção que Gramsci não teve acesso “A Ideologia Alemã” devido à data de sua publicação, interpretando apenas uma passagem do Prefácio à Crítica da Economia Política de Marx, quando o autor afirma que as “formas ideológicas” possibilitam aos homens conceber e combater os conflitos econômico-sociais; centrando sua leitura inovadora na eficácia histórica das esferas ideológicas.

Na perspectiva gramsciana, a ideologia pode assumir tanto um caráter de dominação quanto de promoção dos grupos subalternos. O caráter orgânico das ideologias fica então referido às suas consequências sociais de fomentar a submissão ou a emancipação dos sujeitos e coletividades, não sendo necessariamente uma ilusão das pessoas ou um mero espelho das estruturas materiais. Trata-se de uma visão dialética, na qual a ideologia pode ser compreendida tanto como progressiva quanto regressiva, construtiva ou destrutiva (SEMERARO, 2001).

Dentre as acepções do termo nos Cadernos do Cárcere, destaca-se a compreensão da ideologia enquanto conjunto de ideias que expressam determinada concepção de mundo, sistema de ideias políticas, e consciência e cultura. Todos esses sentidos reportam-se ao pertencimento a determinada camada social (LIGUORI, 2017). As ideologias são, portanto, uma realidade objetiva e operante, ainda que não seja a “mola da história”, que Gramsci, em alinhamento com Marx, continua a localizar na esfera econômico-social.

Ao ampliar o conceito de Estado evidenciando a importância e o papel da sociedade civil no cenário político – mesmo e, sobretudo, para aqueles que não se percebem como partícipes da esfera política – Gramsci alerta para centralidade dos intelectuais, cuja atuação é fundamental para a construção da hegemonia e da opinião pública na sociedade civil. Nesse sentido, para conquistar e manter o poder, a classe dominante recorre não apenas à força bruta, mas fundamentalmente à dominação cultural em seu potencial de disseminar crenças, valores e gostos na sociedade.

A hegemonia apresenta-se, portanto, como uma relação educativa, no sentido de que é pedagógica, mas não se reduz a uma relação escolar. Configura-se, então, como instrumento de luta para estabelecer um novo bloco histórico<sup>3</sup>, pautado por uma relação hegemônica na qual as classes dominadas possam se tornar dirigentes (o que não equivale a dominantes, posto que a ideia seja superar a lógica da dominação entre os homens). Para isso é preciso elevar o nível cultural das massas,

---

<sup>3</sup> Sobre a concepção do bloco histórico, destaca-se que “as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma – sendo que esta distinção entre forma e conteúdo é puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais” (GRAMSCI, 1987, p. 63).

pois sem consciência de classe não há organização e sem organização não há transformação da sociedade. Do mesmo modo, não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes.

Visando criar as condições para a expansão máxima da classe dominante, os interesses desse grupo particular são apresentados como interesses universais, que levariam ao benefício de todos. É por meio desse jogo ideológico que a classe dominante constitui as capacidades para ser também dirigente (COUTINHO, 2017b). Nesse sentido, a hegemonia é construída onde há relações de força, em um processo concreto de lideranças, de convencimento sobre uma determinada concepção de homem e mundo.

Toda política representa uma luta pela hegemonia, que se processa no campo da cultura. A noção de relações de força está presente nas “análises de situações” que Gramsci faz desde a juventude até a produção dos Cadernos (COUTINHO, 2017b). Por compreender a realidade como histórica e mutável, o pensador italiano a considera como relações de força em permanente movimento e mudança de equilíbrio, síntese simultânea das condições objetivas e da vontade coletiva dos homens.

Na análise das situações, Gramsci (1978) alerta que há pelo menos três graus a se considerar: 1) as relações internacionais; 2) as relações sociais objetivas (ligadas à estrutura objetiva em sua base material, incluindo a avaliação sobre o nível de desenvolvimento das forças produtivas; e as relações de força política e de partido, referidas ao grau de homogeneidade, autoconsciência e organização dos vários grupos sociais) e 3) as relações políticas imediatas (remetidas ao Estado enquanto coerção).

Sobre as relações internacionais, o autor chama a atenção para o fato hoje bastante considerado de que toda nação está em permanente relação com o cenário mundial mais amplo, influenciando e sendo influenciada pelas demais nações. Este processo, contudo, não é homogêneo, porque dentro de um mesmo país há diferentes regiões e circunstâncias a produzir diferentes relações de força. Inclui-se neste ponto, a análise sobre as lutas por independência de países colonizados e os enfrentamentos subjacentes aos processos de dominação econômica, mas também culturais envolvidos.

Compreendendo as relações de força como um problema remetido a relação entre estrutura e superestrutura, Gramsci (1978) manifesta-se atento para prevalência da primeira, mas compreendendo que sendo a segunda uma expressão das contradições gestadas no âmbito da estrutura, quanto mais complexa essa base material objetiva for, maior também será a dimensão político-ideológica que a sustenta. Portanto, não se trata de esperar uma situação favorável, mas saber reconhecê-la e, sobretudo, construí-la e potencializá-la. Identificar as fraturas da classe dominante e ir permanentemente construindo a possibilidade de uma nova hegemonia em todos os âmbitos da sociedade civil.

Os intelectuais possuem um papel fundamental na construção de uma relação de hegemonia, colocando em discussão o papel da subjetividade na construção das condições necessárias para a transformação da sociedade capitalista. É preciso, contudo, destacar as especificidades da compreensão gramsciana acerca dos intelectuais. Para este pensador, todos os homens são intelectuais no sentido de que todos os homens são filósofos, ainda que nem todos assumam na sociedade esta função, pois em qualquer trabalho físico há sempre um mínimo de atividade intelectual criadora e os homens expressam por meio da linguagem uma determinada concepção de mundo, o que representa uma determinada filosofia.

Nesse sentido, são intelectuais todos os que contribuem para educar, para organizar, para criar ou consolidar relações de hegemonia. Por isso, são intelectuais (ou desempenham uma função intelectual) todos os membros de um partido político, de um sindicato, de uma organização social. Contudo, há de se considerar que a função de educar não é aleatória. Segue sempre interesses de classe e, para destacar este aspecto, Gramsci (1979) acrescenta o adjetivo orgânico, para explicitar que o intelectual, ainda que não assuma formal e conscientemente esse processo, por meio da sua atuação organiza os interesses de um grupo social determinado, contribuindo na disputa por hegemonia das concepções deste grupo, seja o grupo dominante ou outros que aspirem a esta condição.

Os intelectuais orgânicos são mais do que especialistas na sua profissão, a qual os conecta de modo particular ao modo de produção da sua época. Eles formulam uma concepção ético-política que os respalda a desempenhar funções culturais, educativas e organizativas com vistas a garantir a hegemonia social e o

domínio estatal da classe a que estão associados. “O intelectual que emerge dos escritos de Gramsci é ‘orgânico’ (voltado a impulsionar a sociedade inteira, não apenas uma parte), democrático (determinado a superar a relação de poder-dominância) e popular (sintonizado com a cultura e os projetos hegemônicos dos ‘subalternos’)” (SEMERARO, 2015, p. 147).

A concepção de intelectual orgânico, contudo, não é homogênea em termos das atividades específicas desempenhadas na sociedade. Nesse sentido, Gramsci (1979) diferencia o “grande intelectual” do “intelectual subalterno” ao assinalar duas funções diferentes na esfera do trabalho intelectual: enquanto o primeiro é responsável por elaborar a filosofia básica do bloco histórico, o segundo a difunde na sociedade civil, contribuindo para forjá-la como uma concepção de mundo. Ambos os intelectuais são importantes e moldam o caráter orgânico de uma classe, pois é indispensável uma difusão massiva das ideologias para a construção de uma relação de hegemonia.

Frente à experiência histórica do seu tempo, Gramsci (1987) destaca os partidos políticos como responsáveis pela formação de novas intelectualidades integrais capazes de unificar teoria e prática. Coutinho (2011) alerta, porém, para um elemento fundamental que são as características definidoras do partido, pois para além de um tipo particular de organização formal, este se qualifica por sua função de elevar a consciência das classes ao nível ético-político e, desse modo, intervir nas lutas por hegemonia. Além dos partidos, enquanto entidades formalmente designadas para desempenhar tal função, esta pode ser cumprida por outras esferas da sociedade civil, incluindo-se as instituições sociais, os meios de comunicação e os grandes intelectuais.

No pensamento gramsciano é revolucionária a ênfase de que “todos os homens são filósofos”, pois aponta para o reconhecimento radical da potência de todos os seres humanos e não somente de alguns, base para uma postura efetivamente democrática. Tal ideia se contrapõe à própria divisão social do trabalho, que distingue e valora diferencialmente os sujeitos a partir de duas ordens de trabalho, a saber, manual e intelectual. Não é aleatório, portanto, que a proposta gramsciana de escola unitária situe em um mesmo patamar o filosófico (reportado ao trabalho intelectual) e o técnico (referido ao trabalho manual).

Há, no pensamento de Gramsci, uma crença profunda de que a tarefa principal do movimento socialista era de natureza cultural e educacional. Era preciso que as classes subalternas se libertassem da dependência com os intelectuais da burguesia, constituindo e difundindo sua própria cultura, que representaria uma concepção própria do mundo e da vida, percebendo-se como agentes da transformação histórica. Tratava-se de construir, portanto, uma completa reforma intelectual (BUTTIGIEG, 2003).

Considerando que a psicologia é uma expressão da sociedade, nela também se manifestam os conflitos de classe, sendo este exercício historicamente aliado aos interesses das classes dominantes, mas havendo rupturas e esforços na direção de construir outra ordem de hegemonia. Nesse sentido, os embates de diferentes projetos profissionais na psicologia inserem-se no âmbito mais amplo da disputa de diferentes projetos societários, sendo fruto de movimentos internos da categoria, mas também das relações de força com o cenário social mais extenso. No presente trabalho assume-se o desafio de investigar tais embates, historiando o compromisso social em uma perspectiva que conjuga elementos internalistas e externalistas na historiografia da psicologia.

O projeto do compromisso social exige a reflexão sobre o aspecto político do trabalho em psicologia. Exige o reconhecimento de que toda produção de conhecimento e atuação técnica é também política e nesse sentido produz efeitos na sociedade, que podem contribuir para a reprodução e/ou transformação da realidade social. É perceber que nossas ações no mundo não são gratuitas ou aleatórias, elas seguem interesses de classe (não necessariamente conscientes ou deliberados), que fortalecem ou enfraquecem os interesses de grupos sociais específicos.

A importância das psicólogas se perceberem como intelectuais orgânicas, trabalhando coletivamente por um determinado propósito (nem sempre explícito) e refletirem sobre a qualidade do compromisso que estabelecem com a sociedade como profissionais a partir dos seus saberes e práticas, nos remete a discussão sobre a constituição de diferentes projetos profissionais orientando a práxis em psicologia e contribuindo para a produção de relações de hegemonia na área.

#### 1.4. Os projetos coletivos: transitando entre projetos societários e projetos profissionais

Baseado em uma perspectiva marxista, Netto (2008, p. 142) irá afirmar que “a ação humana, seja individual, seja coletiva, tendo em sua base necessidades e interesses, implica sempre um *projeto* que, em poucas palavras, é uma antecipação ideal da *finalidade* que se pretende alcançar, com a invocação dos *valores* que a legitimam e a escolha dos *meios* para lográ-la”. Os projetos podem assumir, então, dimensões individuais ou coletivas. Interessa-nos nesse momento investigar dois tipos específicos de projetos coletivos: os projetos societários e os projetos profissionais.

Refletindo a definição mais geral apresentada acima, os projetos societários se caracterizam por apresentarem “uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. Seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade” (NETTO, 2008, p. 141). Distinguem-se de outros projetos coletivos, como por exemplo, os projetos profissionais, devido a sua amplitude e qualidade inclusiva.

Os projetos societários imprimem uma direção para a coletividade, baseada em um forte sistema de valoração dos sujeitos a partir da seleção de crenças e comportamentos aceitáveis, dada sua coerência a finalidade do projeto e eficiência em garantir sua reprodução. Em uma sociedade capitalista como a nossa, os projetos societários carregam a marca fundamental de serem precisamente projetos de classe, ainda que sofram determinações de natureza cultural, de gênero, étnicas, dentre outras.

Enquanto projeto coletivo, os projetos societários constituem-se a partir de uma dimensão política, que envolve relações de poder. Nesse sentido, a existência de diferentes projetos societários produzindo disputas pela hegemonia na sociedade é um fenômeno possível apenas nas democracias políticas. Em contextos ditatoriais, a classe dominante do ponto de vista político afirma seu projeto societário por meio de mecanismos e dispositivos repressivos (NETTO, 2008). No Brasil a defesa de

projetos societários alternativos se fortalece no enfrentamento à ditadura militar e na luta pela redemocratização do país.

A história comprova cotidianamente que, mesmo em contextos democráticos, numa sociedade capitalista, projetos societários alinhados aos interesses das classes trabalhadoras, em geral, possuem menores condições para combater os projetos das classes proprietárias e politicamente dominantes. Diferentemente dos contextos ditatoriais, fundados na coerção, tais sociedades se estruturam a partir da construção de consensos, sendo as classes detentoras dos veículos de comunicação, privilegiadas na difusão e consolidação da sua ideologia. É importante destacar, contudo, que a resistência persiste e apesar do monopólio da mídia, o enfrentamento aos cânones hegemônicos encontra na democracia a brecha para a disputa de projetos societários alternativos, produtores de novos consensos na sociedade.

Os projetos societários também se expressam nos projetos profissionais, que são projetos coletivos relativos às profissões, sobretudo daquelas que reguladas juridicamente implicam uma formação teórica e/ou técnico-interventiva, em geral de nível acadêmico superior. São construídos pela categoria profissional, que se caracteriza como um sujeito coletivo. Nessa perspectiva, inclui a participação de todos os membros que constroem e consolidam a profissão: sejam individualmente como profissionais, pesquisadores, docentes ou estudantes, sejam coletivamente por meio das instituições formadoras, conselhos de classe, entidades sindicais e associações profissionais.

Como um dos principais pesquisadores do projeto profissional do Serviço Social, Netto (2008) nos auxilia na compreensão do conceito, destacando que

os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases de suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive, o Estado, a quem cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (NETTO, 2008, p. 144).

Os projetos profissionais derivam, portanto, da formação de uma imagem ideal da categoria sobre si mesma, pautando sua função social, que guarda relação com o tipo de efeito que esta categoria profissional deseja produzir no mundo, remetendo a um tipo específico de relação da profissão com a sociedade, que terá consequências na qualidade da relação com os usuários, com as outras profissões e mesmo com o Estado. A consistência dos projetos profissionais depende de sua vinculação aos projetos societários, que lhes oferecem direção e a base de valores.

Netto (2008) ressalta que em um projeto profissional existem aspectos indicativos e imperativos. Os primeiros são aqueles que não possuem um consenso mínimo a garantir seu cumprimento rigoroso e semelhante por todos os membros da categoria profissional. Já os aspectos imperativos possuem caráter de obrigatoriedade extensivo a todos os profissionais, em geral, objeto de regulação jurídico estatal, tais como a necessidade de formação acadêmica em instituição de nível superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) e inscrição no Conselho Profissional.

Outro elemento imperativo fundamental, sobre o qual, entretanto, se manifestam divergências, é o Código de Ética das profissões. Neste, são frequentes os debates e divergências na definição de seus princípios e normas, o que aponta para as disputas e tensões no interior das categorias profissionais. A fundamentação de valores de natureza notadamente ética de um projeto profissional é explicitada nos Códigos, mas não se restringe neles, pois a valoração ética é uma dimensão que, superando uma perspectiva fragmentária, atravessa o projeto profissional transversalmente.

Rios (2010, 2011) oferece significativa contribuição para a compreensão do campo da ética. Diferentemente da moral, que é baseada na perspectiva de prescrições e normas orientadoras da conduta, a ética reporta-se ao horizonte do bem comum, estabelecendo uma reflexão crítica sobre os valores constituintes das ações e relações humanas. A noção de bem comum articula o campo da ética ao da política, remetendo-a a perspectiva da cidadania e do reconhecimento de direitos. Desse modo, ao contrário de um código moral amparado em regras, o código de ética deve afirma-se por seus princípios, os quais são expressivos de valores.

Acompanhando a dimensão ética, Yamamoto, M.<sup>4</sup> (2008) ressalta a presença intrínseca da dimensão política nos projetos profissionais. Esta se expressa tanto no sentido amplo da relação estabelecida com os projetos societários e das condições macrossociais que configuram limites e possibilidades para o exercício profissional, independentes da vontade do sujeito individual; quanto no sentido dos debates internos e perspectivas particulares da profissão, bem como das respostas ético-políticas e técnico-operativas dos profissionais a esse contexto, indicando como tais limites e possibilidades são analisados, apropriados e projetados. Desse modo,

os elementos éticos de um projeto não se limitam a normativas morais e/ou prescrições de direitos e deveres: eles envolvem, ademais, as opções teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais – por isto mesmo, a contemporânea designação de projetos profissionais como ético-políticos revela toda a sua razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional. (NETTO, 2008, p. 148).

A conquista de hegemonia por um projeto profissional requer a articulação coerente das diversas dimensões que o compõem, configurando-se como um processo complexo e de longa duração para se firmar entre os profissionais, incluindo debates e investigações teórico-práticas. Do ponto de vista externo à profissão, para que este mesmo projeto se afirme na sociedade, consolide-se frente às outras profissões, às instituições (privadas e públicas) e aos usuários dos seus serviços, é imprescindível a presença de uma categoria profundamente organizada com força política para instituir ações na direção desejada.

Em geral, os projetos profissionais que conquistam hegemonia estão em sintonia com os projetos societários hegemônicos, mas podem ocorrer divergências. A partir de condições sócio-históricas específicas, potencializadas pela afirmação social e política das classes trabalhadoras e subalternas, bem como da sensibilidade dos profissionais aos interesses de tais classes, é possível que uma categoria profissional reveja sua função social e confronte o projeto societário vigente, a

---

<sup>4</sup> Neste trabalho há referências à produção do psicólogo Oswaldo Yamamoto e da assistente social Marilda Yamamoto. Ainda que existam diferenças na primeira letra da grafia desses sobrenomes, considerando a similaridade dos mesmos, nas citações ao longo do texto optamos por recorrer ao recurso indicado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e acrescentar após o sobrenome a primeira letra do nome desses autores.

exemplo do projeto ético-político do serviço social e do compromisso social da psicologia; ambos emergentes no processo de combate à ditadura e luta pela redemocratização do país.

É importante destacar, contudo, que numa sociedade capitalista o enfrentamento de projetos profissionais ao projeto societário hegemônico apresenta limites, principalmente nas condições institucionais do mercado de trabalho, que um projeto crítico e avançado deve considerar para não se deixar levar por posturas messiânicas ou fatalistas. Em ambas os casos, observa-se uma prática esvaziada de historicidade: enquanto o fatalismo concebe as estruturas sociais como imutáveis, naturalizando a vida social, o que termina por gerar um imobilismo profissional; o messianismo, calcado em uma posição voluntarista da ação profissional, superestima as possibilidades do sujeito individual produzir transformações no mundo (IAMAMOTO, M. 2009).

A transformação da estrutura social é trabalho coletivo que implica a conjunção de esforços, reflexões e ações de muitos para muitos. Alinhado com tal perspectiva, Netto (2008) alerta para a importância de o projeto profissional pautar-se pela análise do movimento social, considerado como movimento das diferentes classes sociais, bem como estabelecer relações de aliança com outras categorias profissionais e segmentos sociais, incluindo os usuários dos seus serviços, sobretudo aqueles oriundos das classes com potencial para construir e defender um projeto societário alternativo ao da classe dominante.

O sujeito coletivo que produz o projeto profissional é sempre heterogêneo, sendo constituído por pessoas diferentes, seja nas posições ou expectativas sociais, nas condições intelectuais, ou nas múltiplas aderências teóricas, ideológicas e políticas. Assim, uma categoria profissional caracteriza-se como um espaço plural, no qual convivem distintos projetos individuais e societários. O respeito ao pluralismo, contudo, não deve ser confundido com ecletismo ou repressão à luta de ideias (NETTO, 2008). No campo de tensões que marcam as categorias profissionais, a afirmação de um projeto não suprime as divergências e contradições internas. Mesmo um projeto que conquiste hegemonia não será exclusivo.

Outra marca importante dos projetos profissionais é que estes se constituem como estruturas dinâmicas, que se renovam e se modificam ao longo do tempo, de

acordo às necessidades sociais a que estão referidos, às transformações econômicas, históricas e culturais, ao desenvolvimento teórico e prático da própria profissão, além das mudanças na composição social dos membros da categoria. Tais mudanças podem ser caracterizadas como diferentes expressões do projeto profissional a incidir tanto na categoria quanto na sociedade.

Com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre projetos ético-políticos e subsidiar a análise do compromisso social como um projeto profissional crítico para a categoria das psicólogas, discutimos no apêndice a trajetória do serviço social no processo de lutas que conduziram a constituição do seu projeto hegemônico na atualidade. Apesar das significativas diferenças entre a psicologia e o serviço social, delineadas pelas especificidades desses campos profissionais, tal escolha se dá pelas semelhanças nas condições sócio-históricas, nas aspirações e nos enfrentamentos mais amplos que esta profissão, tal qual a psicologia, vem experimentando nas últimas décadas no Brasil.

### **1.5. Sobre o modo de entremear os fios: os procedimentos da pesquisa**

Etimologicamente, o termo “método” se refere a percurso ou caminho, remetendo à ideia de processo, maneira ou forma de fazer algo. Enquanto um conjunto de princípios está sempre ligado a uma vertente teórico-epistemológica, que se expressa na pesquisa também por meio dos procedimentos adotados para a seleção, organização e análise dos dados. Em estudos históricos, a exposição dos procedimentos utilizados tem grande importância por indicar os parâmetros para a escolha e tratamento das fontes consideradas significativas.

Na escrita historiográfica, o pesquisador tece o fio da história ao colocar os fatos em perspectiva, a partir da interpretação que realiza dos documentos que seleciona, os quais são considerados enquanto matéria-prima como dados crus da historiografia e não a história em si. Nesse processo o historiador precisa considerar que é impossível reunir todos os fatos potencialmente significativos e que por isso torna-se fundamental saber identificar as fontes apropriadas para a reconstrução e interpretação históricas (BROZEK; GUERRA, 2008; CAMPOS, 1998). Em direção complementar Aróstegui (2006) elucida:

Uma fonte de informação nunca é neutra, nem é dada de antemão. [...] Mesmo que a primeira vista não pareça, o historiador deve, como qualquer outro pesquisador social, “construir” também suas fontes, ainda que se encontre limitado para realizá-lo à medida que retrocede no tempo. Pesquisar a História, não é, de modo algum, transcrever o que as fontes existentes dizem. A exposição da História, que é o resultado final do método de pesquisa, tem de tornar inteligível e explicável o que as fontes oferecem como informação. (ARÓSTEGUI, 2006, p. 95).

Iniciamos essa pesquisa com dois questionamentos principais: “o que é o compromisso social da psicologia?” e “este compromisso se constitui como objeto passível de investigação científica?”. Para responder a ambas as perguntas, pesquisamos como o compromisso social tem se apresentado ao longo da história da psicologia, reunindo elementos a partir de discussões na academia, entre os profissionais e pela via das entidades representativas na área.

Realizamos pesquisas na base de dados da Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia (BVS-PSI), bem como nos sites do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), ABRAPSO, ABEP, FENPB, Associação Latino-Americana para a Formação e o Ensino de Psicologia (ALFEPSI), União Latino Americana de Entidades da Psicologia (ULAPSI) e Sociedade Interamericana de Psicologia (SIP) para mapear os eventos da área que potencialmente apresentaram o “compromisso social” como discussão temática, expresso no título do encontro, na apresentação do evento ou em publicação decorrente dele.

Identificamos que nos últimos vinte anos foram produzidos pelo menos 08 eventos regionais, 15 nacionais e 09 internacionais, realizados nas cinco regiões do Brasil e em outros países da América Latina. É notada uma presença significativa dessa discussão no âmbito acadêmico-profissional, principalmente quando se considera que esses dados podem estar subestimados pelos critérios utilizados para o mapeamento, pela dispersão das informações disponíveis e considerando os maiores obstáculos para localizar os eventos locais e regionais.

A revisão de literatura também evidenciou o compromisso social como um tema recorrente na produção acadêmica em psicologia. Na seleção das fontes, considerando que dois trabalhos anteriores (AMORIM, 2010; LOPES, 2005) já

haviam pesquisado o compromisso social a partir de periódicos da área, optamos por dialogar com os resultados de tais pesquisas e concentrar nossos esforços nos livros, dissertações e teses.

Identificamos três livros publicados em decorrência de eventos que contaram com a temática do compromisso social como eixo das discussões (BOCK, A., 2009a; CANIATO; TOMANIK, 2001; SOUZA, M.<sup>5</sup>; LEMOS, 2009) e oito livros compondo a Coleção Construindo o Compromisso Social da Psicologia, editado pela Cortez em parceria com o Instituto Silvia Lane: Psicologia e Compromisso Social (BOCK, S., 2010; FURTADO, 2011; GONÇALVES, 2010; KAHHALE et al., 2010; MARTINEZ; REY, 2017; REY, 2011; SANTOS, 2014; TRASSI; MALVASI, 2010). Na apresentação desta coleção, Bock, A. (2010b) destaca que diferentes temáticas são reunidas pelo propósito de contribuir para o desenvolvimento do projeto do compromisso social, apontando saberes e práticas nessa direção.

Sobre as pesquisas de mestrado e doutorado, encontramos trabalhos voltados para o delineamento conceitual (AMORIM, 2010; LOPES, 2005), que discutem a temática a partir da inserção e desenvolvimento do trabalho das psicólogas nas políticas sociais (FONTENELE, 2008, MACEDO, 2011; PAIVA, 2008; SANTOS, 2014; SEIXAS, 2009), de campos de atuação específicos da psicologia, como a clínica (LIMA, 2015; PIZZOLANTE, 2007), da formação das psicólogas voltada para realidade brasileira (RECHTMAN, 2014), dentre outras contribuições (DANTAS, 2007; FINK, 2014; SILVA, Claudia, 2004; TCHALEKIAN, 2016).

O estudo dessas produções indicou um vasto campo de significações atribuídas ao compromisso social, decorrência das mudanças do objeto no decorrer do tempo e também das disputas políticas entre diferentes atores e entidades. Destacam-se, assim, transformações na abordagem do compromisso social no movimento histórico, que se apresenta inicialmente como inquietações e questionamentos sobre a função social das psicólogas (BOTOMÉ, 1979, CAMPOS, 1983; LANE, 1978, 1984, MELLO, 1975; PATTO, 1984), expande a posição de “tema a lema” (YAMAMOTO, O., 2007) ou “palavra de ordem” para as ações

---

<sup>5</sup> Neste trabalho há referências a variados autores com o sobrenome Souza ou Sousa. Ainda que existam diferenças na grafia desses sobrenomes, considerando a similaridade dos mesmos, nas citações ao longo do texto optamos por recorrer ao recurso indicado pela ABNT e acrescentar após o sobrenome a primeira letra do nome desses autores.

políticas de mudança nos rumos da profissão (BASTOS, 2009), para posteriormente serem consideradas as possibilidades de se constituir como um projeto ético-político para a psicologia (AMORIM, 2010; CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 2007, 2010; GONÇALVES, 2010, 2011; PRATES, 2015, YAMAMOTO, O., 2012), indicação que será fruto de análise no presente trabalho.

Esta pesquisa tem por objetivo, portanto, apreender o movimento de transformação do compromisso social, que vai mudando de qualidade ao longo do desenvolvimento histórico da psicologia, constituindo-se como um projeto profissional crítico. Desde uma perspectiva materialista histórico dialética, pautando uma análise fundada no reconhecimento da historicidade dos fenômenos sociais, buscamos investigar os elementos que permitem afirmar essa mudança de qualidade, destacando não apenas as significações atribuídas ao compromisso social, mas, sobretudo, caracterizando os elementos que o distingue como um projeto em disputa por hegemonia na categoria profissional: suas dimensões, múltiplos campos de expressão e os desafios enfrentados para a sua afirmação.

Enquanto projeto profissional gestado nas lutas da categoria pela transformação da sociedade e da própria psicologia, o compromisso social requereu para a sua afirmação e desenvolvimento como projeto um alto grau de organização coletiva da categoria profissional, o que nos remete ao protagonismo das entidades representativas da profissão, sobretudo por meio do Sistema Conselhos<sup>6</sup> enquanto órgãos de classe, no processo de fomento a tais discussões e na instituição de ações coerentes com tal direção ético-política para a psicologia.

Entre as iniciativas institucionais organizadas pelo Sistema Conselhos, representativas do projeto do compromisso social, destacam-se alguns eventos e suas produções decorrentes, cujos registros também se constituem em fontes analisadas nessa pesquisa, a saber: as edições do Congresso Nacional da Psicologia (CNP)<sup>7</sup> realizadas a cada três anos desde 1994, a 1ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia realizada em 2000 com o tema “Psicologia e compromisso

---

<sup>6</sup> O Sistema Conselhos é formado pela reunião dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia. Informação disponível em: <<http://site.cfp.org.br/cfp/sistema-conselhos/>> Acesso em: 11 out. 2017.

<sup>7</sup> Destacam-se o IV CNP realizado em 2001 com o tema “Qualidade, ética e cidadania na prestação de serviços: construindo o compromisso social da psicologia”, o V CNP realizado em 2004 com o tema “Protagonismo social da psicologia” e o VI CNP realizado em 2007 com o tema “Do discurso do compromisso social à produção de referências para a prática: construindo o projeto coletivo da profissão”.

social” e a 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, realizada em 2012 com o tema “Compromisso com a construção do bem comum”.

As edições do CNP, registradas por meio dos Cadernos de Deliberação (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 1994, 1996, 1998, 2001, 2004, 2007, 2010, 2013, 2016), são fontes ricas por que reúnem as expectativas da categoria sobre os rumos da profissão, que participa de maneira direta e ampliada do processo de construção da direção ético-política que deverá pautar as gestões do Sistema Conselhos. Já as Mostras, configuraram-se como espaços de visibilidade para o trabalho que vem sendo desenvolvido pela categoria, valorizando campos de atuação emergentes e práticas inovadoras.

Esta pesquisa recorre ao estudo de documentos oficiais e públicos, construídos pela categoria das psicólogas. Como o próprio nome diz, a análise documental se refere a uma técnica de pesquisa voltada para a análise de documentos, considerados como tais, todo e qualquer registro escrito que se constitua como possível fonte de informação, incluindo livros, revistas, jornais, cartas, legislações, dentre muitos outros. Tal análise responde a diferentes objetivos, sendo utilizada tanto como técnica exploratória quanto para verificar ou complementar dados reunidos a partir de outras técnicas (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998; LÜDKE; ANDRÉ, 2015; MAY, 2004).

Lüdke e André (2015) concordam com a perspectiva de que os documentos são uma fonte estável e rica de dados, os quais podem ser utilizados em diferentes estudos, ampliando a compreensão dos fenômenos a estes associados. Importante considerar também que os documentos emergem em um contexto específico, assim, tanto depende desse olhar mais amplo para serem analisados, quanto revelam aspectos desse contexto, sendo fundamental caracterizá-los em termos do processo e do contexto social da sua constituição (MAY, 2004).

Ao final do trabalho, a partir de múltiplas fontes (revisão da produção acadêmica sobre o compromisso social incluindo artigos, livros, dissertações e teses e do mapeamento de eventos que apresentaram tal discussão temática, incluindo as produções decorrentes dos mesmos), analisaremos sobre quais critérios é possível afirmar a existência do compromisso social como um projeto profissional crítico para a psicologia.

## **2. O ADVENTO DA PSICOLOGIA: UMA HISTÓRIA MARCADA POR COMPROMISSOS DIVERSOS**

Há muitas formas de se contar uma história. Nesse tipo de iniciativa concorrem interesses e perspectivas diversas a partir de posicionamentos sociopolíticos e epistemológicos, também variados. Inspiradas por Antunes (2004, 2012b), a opção no presente trabalho é analisar a história da psicologia como um movimento, que destaque os elementos contraditórios que permitiram a construção dessa ciência e profissão como “filha e mãe da modernidade”, comprometida, portanto, com a burguesia; mas que engendra ao mesmo tempo a problematização desse vínculo histórico com as elites, afirmando a necessidade dos saberes e práticas estabelecerem um compromisso com a sociedade brasileira, seu povo e suas necessidades.

Ao produzir uma releitura da história da psicologia a partir do contraponto às visões hegemônicas em cada período histórico, evidenciaremos que esta se desenvolve em resposta às demandas de uma realidade que não é homogênea, sendo aliada a compromissos diversos numa sociedade fundada na luta de classes. Ao longo desta rica e contraditória história, o compromisso social da psicologia vai sendo tecido como uma totalidade passando da inquietação de autores e profissionais isolados para forjar um projeto ético-político crítico, reunindo elementos que vão desde reflexões teóricas até a organização de ações práticas visando à direção desejada.

A partir do conceito de intelectual orgânico de Gramsci (1979) compreendemos o campo da vida, assim como o desenvolvimento das ciências e profissões, como um lócus de disputa constante entre distintos projetos ideológicos, os quais, a despeito de consciência ou declaração dos seus intelectuais, comprometem-se com a organização dos interesses das diferentes classes sociais. Nesse sentido, a constituição da psicologia no Brasil é uma “construção histórica e social, síntese de múltiplas determinações, orientada por determinadas concepções de homem e de sociedade e comprometida com posições de classe e, portanto, contraditória, sendo que o embate entre esses elementos que se opõem produz movimento e possibilita superação” (ANTUNES, 2012b, p. 46).

## 2.1. A psicologia como “filha e mãe” da modernidade

A institucionalização da psicologia como ciência e profissão é decorrência recente da modernidade, e o acolhimento que vivenciou no Brasil encontra como condições facilitadoras características relacionadas aos processos de “modernização social” da sociedade brasileira. Mas o que vem a ser a modernidade? O que caracteriza esse período histórico? Como tais características se relacionam com a fundação e desenvolvimento da psicologia?

A modernidade reporta-se ao projeto societário ocidental fundado no tripé do Individualismo, do Mercado e do Estado, conformando novas instituições e atitudes, que redefinem a experiência social. Ao conjunto de ideias e valores típicos da sociedade moderna, Dumont (1993) denomina de “ideologia moderna”, apontando o individualismo como sua característica central e fundante. A hegemonização desta ideologia é tornada possível pela implantação de instituições políticas fortemente comprometidas com os valores da liberdade e da igualdade, pela secularização dos costumes, além da laicização e universalização do conhecimento.

Enquanto bloco histórico trata-se da passagem do modo de produção e organização social feudal, marcado por uma sociedade teocêntrica, para o capitalismo, no qual a centralidade da sociedade é reportada ao homem enquanto indivíduo. A modernidade tende a ser apresentada, ainda, como um “progresso” frente aos períodos anteriores, sobretudo pelo enfrentamento aos dogmas religiosos que marcaram a Idade Média. Tal tipo de posicionamento frequentemente situa esta época como um desenvolvimento natural e não uma construção histórica e social dos homens, revelando desde já elementos ideológicos que a distinguem. Essa passagem teve variados custos, dentre estes a prevalência da instabilidade, das incertezas e da radical relativização das instituições culturais na sociedade.

Quando analisamos o indivíduo na modernidade é preciso evidenciar suas características, o que nos reporta à existência de um sujeito epistêmico consciente e capaz de orientar esforços para manter-se na norma social. Em paralelo, acrescentam-se à modernidade características como a efemeridade e a desdogmatização, o que remete à ausência de segurança das estruturas

tradicionais, tornando-se necessária uma ciência (ou várias) para “cuidar” daquilo que escapa e ameaça o indivíduo na sua condição de sujeito epistêmico puro, incluindo as falhas, a emoção, a vontade, o desejo, a paixão, abrindo espaço para os discursos do campo *psi* e em especial da psicologia (SILVA, Marcus, 2003).

Nota-se a existência de um campo social mais amplo, fundamentado nas práticas e saberes distinguidos pelo radical *psi*, tais como psiquiatria, psicanálise, psicologia, psicopedagogia, psicoterapia, tornado possível pelas dinâmicas das sociedades ocidentais modernas. Contudo, há especificidades importantes: enquanto a psiquiatria e a psicanálise orientam seu interesse para o funcionamento patológico, a psicologia pretende estabelecer-se sobre um território mais amplo e genérico ligado ao funcionamento da mente, dos pensamentos, das emoções e dos sentimentos dos homens “normais”.

Nesse cenário, a psicologia emerge como uma das especialidades que tem por objetivo dar continência a esse indivíduo “entregue à própria sorte”, em uma época marcada por um lado pela suposta ampliação das opções e escolhas, por outro pela crise de referências. Como livre e igual, o homem-indivíduo que emerge da Revolução Francesa é elevado à condição de valor sagrado, sendo sistematicamente descolado da totalidade social, da qual é parte elementar. Nesse sentido, a noção de indivíduo é convergente com a ideologia que corresponde à visão de mundo burguês, baseada na propriedade privada.

A concepção de indivíduo alcançou grande centralidade, mas ainda que seja o modo hegemônico de organização da subjetividade na modernidade, cabe perceber que é apenas um dos modos de subjetivação possíveis, dentre outros que já existiu ou podem existir em diferentes épocas ou sociedades. Em direção semelhante, chama a atenção que a despeito do seu caráter histórico-social datado, na psicologia o conceito de indivíduo seja, em geral, apresentado como um a priori não problematizado, tanto na dimensão teórica, quanto nos desdobramentos prático-profissionais (MANCEBO, 2002; SOUSA, F., 2001).

O capitalismo vai se consolidando pelo viés ideológico na medida em que ideias como igualdade de direitos e mobilidade social vão ganhando espaço na sociedade a despeito de sua correspondência concreta na materialidade. As condições de exploração da classe trabalhadora passam a ser justificadas e

legitimadas por uma sociedade que encontra nas diferenças individuais a explicação para a desigualdade, uma sociedade alicerçada na divisão social do trabalho, que encontra no avanço técnico o caminho para especialização do conhecimento. Retomando a máxima de Marx e Engels (1845/2007), observamos que as ideias da classe dominante constituem-se nas ideias dominantes de um determinado bloco histórico não por negociação explícita e formal entre os membros de uma classe, mas por corresponderem às ideias da dominação.

Quanto à psicologia, neste cenário, é preciso fazer algumas ressalvas. Ainda que seja importante considerar os aspectos mais amplos, típicos do *zeitgeist*, que se relacionam com a emergência e consolidação da psicologia na modernidade, Antunes (1998) alerta para as necessárias mediações entre estrutura e superestrutura que permitem a compreensão da totalidade para não apresentar a psicologia como uma decorrência pura e simples do capitalismo. Essa tendência economicista, que busca superar as perspectivas positivistas e idealistas, desconsidera o interjogo entre os movimentos interno e externo dessa ciência e profissão em seu processo histórico.

É preciso considerar que a psicologia surge com seus limites determinados pela ideia de ciência, uma protagonista a definir a validade dos conhecimentos enquanto interpretações do real na modernidade. No curso do seu desenvolvimento, sob o ideário tecnocrático-disciplinar, a psicologia irá expandir seu campo de disciplina científica para as possibilidades de aplicação dos seus conhecimentos na vida vivida. Essa “faceta tecnológica” se expressará principalmente em funções diagnósticas, disciplinares e preventivas na tarefa de mensuração e avaliação de características “psicológicas” dos indivíduos, respondendo a demandas sociais da modernidade (MANCEBO, 2002; SILVA, Marcus, 2003).

O reconhecimento da psicologia como profissão se relaciona ainda com o prestígio social das profissões na modernidade, o que nos remete a ideologia do profissionalismo: uma hipervalorização das profissões como instituições no interior da sociedade burguesa, cuja legitimidade se encontra acima de qualquer suspeita, sendo inquestionável a contribuição das diferentes especialidades para a organização e progresso da sociedade.

Nesse sentido, Silva, Marcus (2003) produz um significativo esforço crítico para questionar a naturalização da psicologia, percebendo-a como uma construção histórico-social datada; o que conduz à necessidade de um exame desnaturalizador do próprio conceito de “profissão”, compreendendo-o, também, como uma construção histórico-social datada. Aponta, então, para a necessidade de problematizar a afirmação positiva das profissões, estabelecida a priori, que confere acentuada credibilidade social aos especialistas a despeito de suas atividades concretas.

Na modernidade convive-se simultaneamente com a tendência à naturalização (compreensão dos fenômenos descolada da sua base material, histórica e social) e com a valorização da desdogmatização. A produção das ciências é um exemplo dessa permanente tensão entre tradição e reflexividade crítica. Nesse sentido, Silva, Marcus (2000, p. 5) alerta que “o grau de naturalização do projeto da Modernidade enquanto expressão do projeto maior da produção de uma ‘civilização universal’ calcada nos ideais do Ocidente, imperialista, expansionista e etnocêntrico domina toda a cena intelectual, política e social e exige um grande esforço daqueles que analiticamente o desafiam”.

Atentas a esse contexto, investigaremos as raízes históricas da psicologia e as condições sociais que tornaram possível sua conformação como ciência e profissão, “filha e mãe” da modernidade. Por um lado “filha”, pois é tornada possível pelas condições próprias desse tempo (acentuado valor social da ciência e da ideologia do profissionalismo, bem como a concepção da psicologia enquanto ciência e profissão que irá se ocupar do indivíduo, um valor central nessa sociedade). Por outro, “mãe” da modernidade, ao contribuir intensivamente para conformar a experiência social moderna pela função ideológica de reafirmar a centralidade do indivíduo na vida social e por seu aparato tecnológico a serviço do reconhecimento dos sujeitos válidos nessa sociedade.

## **2.2. Psicologia brasileira: ciência e profissão tradicionalmente comprometidas com as elites**

Antes de iniciar a reflexão propriamente dita da psicologia como ciência e profissão tradicionalmente comprometidas com as elites, torna-se necessário elucidar nossa compreensão sobre o que vem a ser “elite”, uma designação genérica, amplamente utilizada na sociedade. O significado dicionarizado<sup>8</sup> do termo aponta para duas compreensões: “1. Grupo privilegiado, minoritário, composto por aqueles que são vistos por alguns como superiores por possuírem algum poder econômico e/ou domínio social; 2. Referente ao que existe de melhor numa comunidade, sociedade ou grupo”.

Dessas definições podemos depreender alguns elementos importantes. O uso comum do termo elite reporta à condição de hipervalorização de um determinado segmento social, o que expressa o poder ideológico das elites em se apresentarem socialmente a partir dos critérios de distinção e superioridade. Associam-se ainda as noções de que tais segmentos constituem-se como grupos seletos, detentor de privilégios e cuja ascendência é referida ao exercício de poder, seja de ordem econômica ou em outras esferas sociais. Qualifica-se, portanto, como grupos sociais que possuem os recursos necessários para serem dominantes e exercem efetivamente algum tipo de domínio sobre os demais.

A partir de uma leitura gramsciana, Filippini (2017) conecta a reflexão sobre as elites com a discussão referente aos intelectuais, alertando que este grupo social enquanto estrato especializado se distingue por sua capacidade de organizar os interesses de uma determinada classe social. Nesse sentido, o uso do termo serve tanto para qualificar os grupos dominantes que exercem o poder econômico-político-social vigente, incluindo um forte aparato ideológico, quanto para alertar sobre a necessidade de construir uma nova elite de intelectuais comprometidos com os interesses do povo. Nesse movimento, Gramsci reconhece que a elite se distingue, mas busca desnaturalizar a condição de distinção social atribuída às elites, evidenciando seu caráter histórico calcado em condições objetivas e materiais e não

---

<sup>8</sup> Léxico Dicionário de Português *On-line*. Disponível em: <<https://www.lexico.pt>>. Acesso em: 13 set. 2017.

como um destino de sucesso natural para alguns poucos, seja por sorte ou merecimento.

No uso que faremos neste trabalho, a noção de elite está reportada à classe dominante representativa do bloco histórico capitalista, exercendo seu poder na construção e difusão de ideologias convergentes à manutenção do poder econômico, político, cultural, social, os quais qualificam sua pluralidade (elites).

No caso do Brasil, mais especificamente, Souza, J. (2016) nomeia a elite nacional como a “da rapina selvagem”. Reporta-se, desse modo, ao Brasil como berço da escravidão, uma instituição basilar da história brasileira, inexistente em Portugal. Como colônia de exploração de base escravocrata, a economia, a política e a justiça eram concentradas nos grandes senhores, estabelecendo relações sociais fundadas na expropriação massiva e brutal de muitos por poucos, sem existir por parte dessas elites um real projeto de soberania para o país.

Um projeto de longo prazo para o país foi algo que a elite do dinheiro jamais teve. [...] Todas as escolhas históricas das elites econômicas se deram no sentido de garantir as condições de máxima lucratividade de curto prazo sem consideração por qualquer outra variável. Essa indiferença afetiva é típica das elites extrativistas e escravocratas (afinal, os outros nem “gente” são), mesmo que essa miopia de curto prazo reduza as chances de longo prazo para construção de um mercado pujante e rico. (SOUZA, J., 2016, p. 44-45).

A trajetória de inserção da psicologia no Brasil, inicialmente como área de conhecimentos e posteriormente como profissão, é marcada pelo estabelecimento de um tipo específico de compromisso com a sociedade brasileira, remetido aos interesses das elites e do seu projeto de modernização, mas não sem resistência. Na análise que se segue evidenciaremos que “do controle do período colonial, para a higienização do início do século XIX, para a diferenciação no século XX” (BOCK, A., 1999, p. 319), as ideias psicológicas aqui gestadas, bem como as práticas delas decorrentes vincularam-se aos objetivos próprios da elite, com vistas à manutenção ou aumento do lucro na reprodução do capital.

Nessa historiografia da psicologia brasileira optamos por dialogar com a periodização de Antunes (2004, 2012a, 2012b), que incorpora e conversa com a

proposta de Pessotti (1988). Este último propõe quatro períodos: pré-institucional, institucional, universitário e profissional. Já a primeira autora reconhece o período pré-institucional e institucional como compondo a história das ideias psicológicas e propõe para a história da psicologia: autonomização, consolidação, profissionalização e ampliação. A nomenclatura dos períodos com sufixo “ação” é intencional e busca indicar a noção de processo e movimento (informação verbal)<sup>9</sup>. A seguir apresentaremos o quadro 1, comparativo dessas periodizações, destacando suas diferenças e aproximações, incluindo os marcos apontados para cada período.

Objetivamos nessa dinâmica evidenciar as condições que possibilitaram construir um processo de enfrentamento ao tradicional e hegemônico compromisso com as elites da psicologia brasileira: o “projeto do compromisso social”. A importância da dimensão histórica para a compreensão do compromisso social foi destacada também em estudos anteriores como o de Lopes (2005) e Amorim (2010). Em direção semelhante, examinaremos as condições para a constituição da psicologia como ciência autônoma e especialmente seu desenvolvimento enquanto ciência e profissão em nosso país para responder à questão: como foi possível mudar os rumos da psicologia no Brasil?

---

<sup>9</sup> Informação fornecida por Mitsuko Aparecida Makino Antunes em palestra proferida na disciplina História da Psicologia II no curso de Psicologia da PUC-SP (Campus Monte Alegre), em São Paulo, em setembro de 2015. Gravado pela autora.

Quadro 1 – Periodizações da história da psicologia no Brasil

<b>HISTÓRIA DAS IDEIAS PSICOLÓGICAS</b>	
<b>Séculos XVI a XVIII</b>	
<b>Pré Institucional:</b> saberes psicológicos desenvolvidos no Brasil Colônia.	
<b>Século XIX e início do XX</b>	
<b>Institucional:</b> Com a vinda da família real portuguesa, surgimento de diversas instituições que serão importantes para a constituição de saberes e práticas psicológicas.	
<b>HISTÓRIA DA PSICOLOGIA</b>	
<b>(PESSOTTI, 1988)</b>	<b>(ANTUNES, 2004, 2012a, 2012b)</b>
<b>Institucional</b> (Continuação)	<b>Autonomização</b> (1890 - 1930) A Psicologia conquista a autonomia perante outras áreas do saber. 1890 - Benjamin Constant substitui na reforma do ensino a disciplina de Filosofia por Psicologia e Lógica.
<b>Século XX – Décadas de 30 a 60</b>	
<b>Universitário</b> A Psicologia começa a participar como disciplina em cursos superiores. 1934 - Fundação da Universidade de São Paulo (USP).	<b>Consolidação</b> Garantia das condições que levam a profissionalização da Psicologia. 1930 - Lourenço Filho defende uma Psicologia que deveria ser de domínio de todos os educadores, mas uma prática de exercício exclusivo dos psicologistas.
<b>Século XX – A partir de 1962 (regulamentação da profissão)</b>	
<b>Profissional</b> Desenvolvimento das Sociedades, associações de caráter científico, extra-universitárias, com papel decisivo na consolidação da profissão.	<b>Profissionalização</b> Conhecimentos e práticas comprometidas com a elite e seus interesses. Foco nos campos da educação, clínica e trabalho.
<b>Século XXI</b>	
	<b>Ampliação</b> Expansão das práticas e campos de atuação, compromisso social. 2000 - 1a. Mostra Nacional de Práticas em Psicologia promovida pelo CFP.

Fonte: elaborado pela autora.

### **2.2.1. Começando pelo começo? Ideias psicológicas no Brasil Colônia**

A psicologia irá se constituir como ciência autônoma no final do século XIX a partir da sua definição, objeto de estudo, métodos e objetivos delimitados por Wilhelm Wundt (ANTUNES, 2012a; ARAÚJO, 2013; SCHULTZ; SCHULTZ, 2014). Contudo, a produção de saberes e práticas com temáticas e campos de intervenção atualmente associados à psicologia remontam a tempos bem anteriores. Massimi (2013a) nomeia de história das ideias psicológicas, o estudo da constituição de conhecimentos psicológicos em distintos períodos e culturas, reveladores de diferentes concepções de homem e mundo, que as embasam.

Recorremos a Pessotti (1988), Massimi (2004a, 2004b, 2013a) e Antunes (2012a, 2012b) para estabelecer o panorama das principais ideias psicológicas produzidas na cultura luso-brasileira, entre os séculos XVI e XVIII, período considerado pelo primeiro autor como pré-institucional. A produção de saberes associada aos fenômenos psicológicos nessa época constituiu-se em áreas como teologia, moral, pedagogia, medicina, política e arquitetura.

Diversos acontecimentos na Europa culminaram na transição do feudalismo para o capitalismo, marcando a entrada na Era Moderna, destacando-se a expansão comercial e a constituição de diversas colônias de exploração, no caso do Brasil por Portugal. Esse aspecto é sobremaneira importante, pois o Brasil “descoberto” por uns, será o Brasil “roubado” de outros, o que produziu marcas e tensionamentos na produção cultural, social, intelectual, política e econômica dessa nação, expressiva das contradições e disputas entre repressão e resistência gestadas pela dominação, que perdura com novas roupagens até os dias atuais.

Com uma colonização pautada na exploração, a metrópole centralizava as decisões mais importantes sobre os tipos e métodos de produção, estabelecendo um monopólio com vistas fundamentalmente ao lucro da Coroa Portuguesa. Esse processo se estabeleceu com hegemonia, porém não sem enfrentamento, o que exigiu um forte aparelho repressivo e um sólido aparato ideológico para a organização da empresa colonial. Era imprescindível construir e difundir uma ideologia que tornasse legítima, ou pelo menos aceitável, a exploração da colônia (ANTUNES, 2012a). Vai delineando-se o cenário social para a constituição e difusão

de ideias psicológicas no Brasil, organicamente vinculadas aos interesses da classe dominante.

Foi no âmbito de tais necessidades que a Igreja Católica irá colaborar com o processo de organização dos interesses coloniais em sua dimensão ideológica, principalmente por meio da Companhia de Jesus, que chega ao Brasil em 1549. Esta surge na Contrarreforma como uma reação à Reforma Protestante, inspirada no Renascimento. A revalorização das referências culturais da antiguidade clássica guiou transformações em direção a um ideal humanista, que propiciou as condições para os jesuítas se firmarem como importantes portadores e transmissores de ideias psicológicas (MASSIMI, 2004a).

O foco principal desses religiosos era o campo da educação, vista como instrumento privilegiado para criar “um homem novo e uma nova sociedade no novo mundo”, o que elevou a construção de escolas ao patamar de objetivo prioritário do plano missionário da companhia (MASSIMI, 2013a). As preocupações com a educação relacionam-se, desse modo, aos interesses de Portugal, seja pela difusão da ideologia dominante no oferecimento de uma educação básica e catequese para os indígenas, seja pela necessidade de formação de quadros para o gerenciamento da dominação na colônia, o que incluía a educação dos filhos dos colonos portugueses (ANTUNES, 2012b).

Ainda sobre as condições de produção de conhecimento no período colonial, destaca-se que as obras eram impressas na Europa, sobretudo em Portugal. O perfil dos autores indicava uma maioria de brasileiros e outros que embora nascidos em Portugal, passaram a maior parte de suas vidas no Brasil. A formação em geral era jesuítica e cursada em universidades europeias, especialmente Coimbra. Como já era esperado, pelo papel que cumpriam como organizadores dos interesses da metrópole, a maioria dos autores exercia função religiosa ou política, incluindo a ocupação de importantes cargos (ANTUNES, 2012a).

Há algumas questões a se considerar, que relacionam o passado aos desafios do presente para construção de uma psicologia compromissada com a sociedade brasileira, capaz de produzir conhecimentos alinhados com as necessidades da maioria da população do nosso país. Uma delas tem raízes longínquas: uma das características mais graves da formação dos intelectuais

brasileiros ter ficado centrada no exterior foi a impossibilidade de que ocorresse integrada às condições e peculiaridades da realidade nacional. Ademais, pelas dificuldades com o trânsito para Europa, observou-se no período uma tendência ao individualismo pela via da formação cultural como autodidatas, caminho trilhado por vários brasileiros que não conseguiram sair do país para realizar seus estudos (MASSIMI, 2004b, 2013a).

As características da formação dos intelectuais da colônia apontam para duas condições explicativas do compromisso com as elites expresso nas ideias psicológicas desenvolvidas no período: a produção massiva de uma formação no exterior, descolada da realidade brasileira e calcada na base de princípios e valores da metrópole que estendia sua dominação, portanto, à dimensão cultural (uma dominação invisível) e a formação isolada dos autodidatas com limites às trocas coletivas tão necessárias para a constituição de um grupo social capaz de organizar os interesses mais amplos dos explorados.

Sobre as principais ideias psicológicas na produção jesuítica, Massimi (2004a, 2013a) apresenta: o estudo da alma e a cura das enfermidades do ânimo, estudo de emoções tais como o medo, o amor, a tristeza, na época chamadas paixões, o conhecimento de si visto como força poderosa para intervir sobre as próprias ações, o qual poderia servir à conversão religiosa e ao estabelecimento do comportamento virtuoso, o conhecimento do índio como pessoa, fruto da convivência cotidiana, bem como a defesa da tese sobre sua humanidade como justificativa para a evangelização, estudos sobre a criança e crença na possibilidade do ser humano ser plasmado através da educação (ideia do homem como *tabula rasa*).

Destacam-se ainda como temas significativos os estudos sobre as características do sexo feminino, trabalho na perspectiva da condenação ao ócio, utilizado como importante instrumento de controle, sobretudo dos indígenas, estudos sobre diferenças raciais, aculturação e técnicas de persuasão de "selvagens", que revelavam contribuições ideológicas significativas para o controle político da população colonial. A ideia que o clima brasileiro estimulava o ócio e a dissimulação apresentou-se como concepção frequente até meados do século XX e fincou raízes no pensamento psicológico-psiquiátrico desenvolvido no Brasil.

Para Antunes (2012a), a produção de ideias psicológicas na colônia refletia as contradições dessa mesma sociedade. Assim, ao passo em que muitas produções seguiam a organização dos interesses metropolitanos, coexistiram saberes e práticas com caráter de originalidade e enfrentamento das ideias hegemônicas. No campo das ideias psicológicas ressaltam-se concepções contrárias à completa submissão da mulher, sobretudo pelo reconhecimento da capacidade intelectual feminina com autores como Feliciano de Souza Nunes e a defesa da sua instrução por Alexandre de Gusmão e Azeredo Coutinho.

Nessa mesma direção, situa-se a posição contrária do Padre Antonio Vieira quanto à escravização de indígenas e africanos, denunciando as péssimas condições de vida e trabalho dessas populações no Brasil. Rocha (2009) considera o referido jesuíta como um pioneiro que contribuiu para o compromisso social da psicologia brasileira, tendo em vista que suas ideias psicológicas apresentam preocupação com os indígenas, defesa dos judeus, da liberdade de crença e vida dos cristãos novos e da abolição da escravatura.

O posicionamento combativo de tais autores no período colonial, bem como o estabelecimento de ideias progressistas, lhes rendeu um significativo confronto com o poder metropolitano e a Inquisição, o que reforça o caráter revolucionário de algumas iniciativas (ANTUNES, 2012b), evidenciando tensionamentos e contradições sociais tão necessárias para mover o processo histórico em direções distintas à perspectiva hegemônica.

### **2.2.2. O Brasil do século XIX: contribuições da educação e da medicina para as ideias psicológicas**

O início do século XIX é marcado pela transição da condição colonial a imperial com a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808, o que resultaria em profundas mudanças econômicas, políticas e sociais para a antiga colônia. Tal qual o período anterior, os processos de dominação, ainda que distintos, continuam a requerer a presença de aparatos repressivos e ideológicos, acrescendo-se agora a importância de formar também um quadro administrativo,

que implicava em maior preocupação com o oferecimento de uma estrutura educacional nas terras brasileiras (ANTUNES, 2012b).

Impunha-se ao Brasil o desafio de se tornar uma nação moderna com um projeto unitário: político, social e cultural. Nesse processo, vários campos da experiência pessoal dos cidadãos, tais como saúde, educação, religião e moral, passam a ser gerenciadas ou controladas pelo Estado. Na dimensão ideológica torna-se necessário produzir saberes capazes de proporcionar uma concepção de homem e de sociedade funcional a tal objetivo. Colocava-se ainda a necessidade de superação das raízes lusitanas e abertura a outras matrizes teóricas a guiar o processo de mudança da condição colonial (MASSIMI, 2013b).

Nesse cenário, o processo de urbanização acelerado e desorganizado produziu grande aglomeração nos centros urbanos, sobretudo em Salvador e no Rio de Janeiro, sem garantir condições básicas de vida, momento em que doenças infecciosas se proliferam, acompanhadas de alto índice de mortalidade da população, tendo como um dos efeitos a instituição de campanhas de higienização e saneamento físico e moral da sociedade, guiadas principalmente pelo saber médico.

O surgimento de escolas, faculdades, academias, sociedades científicas, revistas, bibliotecas - enquanto órgãos oficiais de transmissão e elaboração do conhecimento - comportava a base institucional necessária para tal projeto. Observa-se ao longo de todo século XIX, a criação de diversos cursos superiores, a possibilidade de difusão do conhecimento pela impressão de livros, o surgimento de várias instituições (a exemplo do Instituto de Cegos e de Surdos), preocupações com a educação e a saúde, a busca de uma "identidade nacional", assim como um maior contato com a Europa, principalmente com a França que era o grande centro intelectual da época, isento da mediação de Portugal.

É preciso considerar, porém, que a constituição de uma estrutura de formação dos intelectuais no Brasil a partir do século XIX é uma condição material importante, mas insuficiente isoladamente para garantir o desenvolvimento de intelectuais comprometidos com os interesses da população brasileira, composta em sua maioria por descendentes negros e indígenas historicamente explorados nessas terras. Remonta a essa questão a dominação de caráter cultural, definindo modos de ser e agir especificamente valorados pela elite, e a ligação estreita dos intelectuais aos

estratos mais ricos e poderosos da sociedade, que a partir de uma visão eurocêntrica, sistematicamente atribuíram uma condição de desvalor à ralé<sup>10</sup> que foi se constituindo no Brasil.

Os saberes psicológicos desenvolvem-se bastante ao longo de todo o século XIX, principalmente pela possibilidade de vinculação institucional, que vai garantindo melhores condições para a elaboração dos conteúdos. Concentram-se nos campos de saber da educação e medicina com foco nas questões sociais, mas de modo geral sem compromisso com as necessidades da maioria da população, ao contrário, servindo à sua dominação. As produções médicas, marcada por um caráter moralizante, higienizador e normalizador, caracterizavam as doenças da moral, atribuídas principalmente aos indesejáveis sociais: prostitutas, pobres, loucos, dentre outros, indicando posições explícitas a favor da exclusão. É o período da criação dos grandes hospícios (ANTUNES, 2012a, 2012b).

Bock, A. (1999) alerta que a produção científica nesse período voltava-se para a nova problemática social e constrói respostas permeadas de racismo científico, a exemplo da teoria da degenerescência, que oferecia explicações amparadas na noção de inferioridade racial. Disseminava-se a ideia de tendência à degradação entre os negros dado aos índices mais altos de alcoolismo e loucura nessa população, ocultando a dimensão social dos fenômenos, bem como a intencionalidade de produzir sistemática exclusão social para estes grupos. A preocupação com os indígenas do período colonial passa a ter como foco os afrodescendentes no século XIX.

Frente à proposta de evidenciar as contradições nos saberes e práticas psicológicas que marcam o processo histórico em cada período, retomamos as conclusões de Antunes (2012b) ao recorrer às descobertas de Rocha (2004) para apresentar autores e produções não hegemônicas, que indicam perspectivas distintas às frequentes ideias e práticas excludentes do século XIX. Destaca-se o médico baiano Abílio Cesar Borges, o Barão de Macahubas, por sua compreensão inovadora de educação, defendendo a extinção de castigo físico, valorização dos

---

<sup>10</sup> O termo ralé compõe uma categoria teórica de cunho metafórico, que se refere a uma classe de indivíduos desprovidos não somente do capital cultural e econômico, mas fundamentalmente sem acesso as pré-condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação. É utilizado em tom provocativo, sem intenção de ofender ou humilhar as pessoas que compõem esse grupo social (SOUZA, J., 2009).

docentes e discentes, além da atenção para a educação de alunos com deficiência intelectual e defesa da implantação de uma cadeira de Linguagem Articulada para educandos surdos.

É importante lembrar ainda que no final do século XIX, na Europa, a psicologia alcança o estatuto de ciência autônoma, configurando-se o fenômeno psicológico a partir da síntese de contribuições da filosofia e da fisiologia. Na virada do século XIX para o XX, destaca-se o grande desenvolvimento dessa ciência, que também se expande para os Estados Unidos. Produzem-se avanços no plano teórico com o aumento da produção de pesquisas e a diversidade de abordagens - a exemplo do surgimento do gestaltismo (MORAES, 2013), psicanálise (LOUREIRO, 2013) e behaviorismo (CANÇADO; SOARES; CIRINO, 2013) - e no plano prático, quando se investe no potencial de aplicação dessa ciência.

### **2.2.3. A psicologia no Brasil no século XX: autonomização, consolidação e profissionalização**

Enquanto Pessotti (1988) estende o período institucional até o ano de 1934, ao considerar a fundação da USP como marco do próximo período (universitário), Antunes (2004) ressalta que entre 1890 e 1930, um novo tempo se estabelece na história da psicologia brasileira, acrescentando especificidades distintas ao período institucional por propiciar as condições para que esta ciência conquistasse sua autonomia perante outras áreas do saber. Trata-se do período de autonomização, cujo marco é a proposta de reforma do ensino encaminhada por Benjamin Constant, que substituiu o ensino da Filosofia pela disciplina Psicologia e Lógica, dada influência positivista estabelecer maior estatuto científico na época.

O fim do século XIX e início do século XX será palco de intensas e significativas mudanças na sociedade brasileira, que seguia em franca expansão e alinhamento com o projeto de modernização do país. O Brasil passa da condição imperial a republicana, ao passo em que a economia de base agrária-comercial-exportadora se consolidava associada à produção do café. Tais fatores foram importantes para a implantação da industrialização e posicionou a região sudeste como polo econômico-político-cultural.

Para construção de um “novo país” era preciso formar um “novo homem”, capaz de se adequar às necessidades e imposições dos “novos tempos”. A expectativa dessa formação foi depositada na educação, a qual deveria ser propriamente moderna. É nesse contexto que o escolanovismo ganhou maior sistematização firmando-se como uma nova pedagogia, preocupada em garantir sua cientificidade. A psicologia será utilizada, então, como base científica dessa Pedagogia Nova, cujo desenvolvimento e ampliação são fundamentados no que vinha sendo produzido na Europa e nos Estados Unidos (ANTUNES, 2012b).

A psicologia ocupou o papel de disciplina em diferentes áreas do saber (filosofia, direito, medicina, pedagogia, teologia, moral), apresentou-se como matéria de diversos currículos em instituições escolares, bem como compôs seções específicas em manuais para uso escolar. Especialmente no ensino médico o estudo dos fenômenos psicológicos foi elemento decisivo para subsidiar práticas de “higiene social” da população brasileira (MASSIMI, 2013b).

A criação de laboratórios será uma tendência no período com importante participação no desenvolvimento e no processo de autonomização da psicologia. Surgem laboratórios ligados à cátedra “Pedagogia e Psicologia” nas Escolas Normais e em outras instituições que incorporaram a psicologia como uma das áreas de estudo e intervenção. Destas últimas destaca-se o Pedagogium, que em 1906 acolheu o primeiro laboratório de psicologia no Brasil, planejado por Binet, em Paris, com a colaboração e direção de Manoel Bonfim (ANTUNES, 2012b; MASSIMI, 2013b).

A expansão dos hospícios criados no século XIX contribuiu também para fundação de outros laboratórios de psicologia, incluindo um vinculado à Liga Brasileira de Higiene Mental, fundada em 1923. Posteriormente essa Liga vinculou-se a um pensamento substancialmente reacionário, defendendo posições xenófobas e racistas (ANTUNES, 2012b). Tais posicionamentos remetem à discussão sobre os valores subjacentes à produção de conhecimento e às práticas profissionais, os quais vinculam os profissionais, enquanto intelectuais orgânicos, a variados compromissos junto à sociedade, fortalecendo ou fragilizando grupos sociais específicos.

Além do ensino da psicologia e da criação de laboratórios, outro elemento importante para compreender a autonomização é a introdução dos testes psicológicos a partir dos anos 1920 no Brasil. Inicialmente utilizados como instrumentos na prática educativa passam depois a contribuir para a área organizacional. Nas escolas, os testes produziam a diferenciação das crianças de acordo a suas supostas aptidões, subsidiando no quadro da ideologia liberal, justificativas para a questão da desigualdade social que remetem a responsabilidade aos próprios indivíduos, desconsiderando-se que os instrumentos de medida da capacidade intelectual são constituídos a partir do conteúdo cultural dominante (CAMPOS, 1983; YAMAMOTO, O., 1987).

A Psicologia reconhecida e institucionalizada nesse momento estava associada às instituições educacionais e médicas, distinguindo-se as práticas psicológicas por um forte caráter classificatório, o qual contribuía para legitimar as desigualdades que se acirravam no projeto de modernização do país. Trata-se de um período em que a busca de racionalidade na organização das escolas e de outras instituições legitima-se na objetividade e na ideia de superioridade da ciência e de suas técnicas.

A existência de produções divergentes à tendência hegemônica, marcada por saberes e práticas classificatórios e excludentes é destacada por Antunes (2012b) ao se referir a autores como Manoel Bonfim e Ulysses Pernambucano. O primeiro produziu uma concepção psicológica original e avançada, remetia a compreensão dos problemas sociais à história de dominação e exploração colonial, combatia o racismo científico e posicionava-se politicamente contra o pensamento liberal vigente. Já o segundo, liderou o Movimento Psiquiátrico de Recife, antecipando ideias da antipsiquiatria, e criou a primeira Escola para Anormais no Brasil, iniciativa progressista por visualizar a criança com deficiência como um sujeito da educação, disponibilizando alternativas distintas à reclusão. Sua relevância na constituição de práticas no campo *psi* comprometidas com as necessidades de segmentos excluídos da sociedade, levou Rocha (2009) a qualificá-lo como um dos pioneiros a contribuir para uma perspectiva de compromisso social na área.

Segundo a periodização proposta por Antunes (2004, 2012a, 2012b), após a autonomização segue a consolidação, quando foram constituídas as condições que

levaram à profissionalização da psicologia e sua regulamentação em 1962. O marco do novo período é a defesa de Lourenço Filho em 1930 por uma psicologia que deveria ser de domínio de todos os educadores, mas uma prática cuja especificidade justificaria o exercício exclusivo dos psicologistas.

Já Pessotti (1988) denomina esse momento histórico como período universitário, quando a psicologia começa a participar como disciplina em cursos superiores. Destaca, também, a vinda de professores estrangeiros para trabalhar no Brasil, que marcaria a influência da psicologia norte-americana e de origem europeia na constituição da psicologia em terras brasileiras. É importante considerar tais dados sobre o início da organização dessa ciência no Brasil, construída a partir das referências e experiências de outros países, sobretudo, quando se analisa o colonialismo cultural na área, a marcar interesses e compromissos historicamente diversos aos problemas da realidade social brasileira.

No campo político, o golpe de 1930, fruto do descontentamento frente à política econômica atrelada aos interesses dos setores agrários, sobretudo os vinculados à produção e exportação de café, foi o marco para transformações de ordem econômica, política e social na sociedade brasileira. Tal movimento, conduzido por representantes das camadas médias, como intelectuais e militares, e setores da classe dominante, como a burguesia industrial emergente, excluiu as camadas populares. Instaurou-se, então, um período norteado pelo desenvolvimento da industrialização no Brasil.

Na psicologia, o período caracterizou-se pela expansão do ensino das Escolas Normais para o nível superior, sobretudo nos cursos de filosofia e pedagogia, pelo aumento da publicação de livros e periódicos, expansão das atividades de pesquisa, criação de associações na área, realização de congressos e, fundamentalmente, pela ampliação dos campos de atuação da psicologia: anteriormente voltada para educação, debruçava-se agora para a organização do trabalho e prática clínica (ANTUNES, 2004).

O processo de consolidação contou fundamentalmente com a criação de instituições nas quais saberes e práticas foram desenvolvidas. Dentre estas, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) que contribuiu para o aprimoramento e difusão da psicologia e o Instituto de Seleção e Orientação

Profissional (ISOP), base para a formulação de pesquisas, diferentes modalidades de intervenção psicológica e formação de profissionais especialistas na aplicação da psicologia à organização do trabalho. No desenvolvimento da modalidade clínica de atuação foram importantes os Serviços de Orientação Infantil criados no Rio de Janeiro e em São Paulo nas Diretorias de Ensino para atendimento de crianças com queixas escolares.

“Na busca de transformar o Brasil em nação ocidental moderna, o passado colonial é encarado negativamente e o futuro é concebido como adequação a modelos que, num enfoque positivista do processo histórico, aparecem como mais evoluídos” (MASSIMI, 2013b, p. 189). Desse modo, o espaço privilegiado que a psicologia conquistou no Brasil pode ser atribuído à valorização dos técnicos e especialistas que passam a ser vistos como fundamentais para o progresso do país e a sua capacidade de contribuir para a efetivação do projeto político, econômico e social de modernização, engendrado pela emergente burguesia industrial, que se estabelecia cada vez mais como a nova classe dominante, evidenciando os vínculos e conexões que constituíram na psicologia um histórico compromisso com as elites.

Dentre os autores cujas obras indicam contradições com a produção de conhecimento e práticas no período, Campos (1983) e Antunes (2012b) ressaltam a presença de Helena Antipoff, que no início dos anos 1930 realizou pesquisas em Belo Horizonte concluindo que os testes psicológicos mediam não apenas a inteligência, mas também as condições materiais e sociais de existência da criança, questionando a suposta objetividade desses instrumentos. Junto a Ulysses Pernambucano ela foi também pioneira na educação de crianças com deficiência intelectual, bem como da educação de superdotados e educação rural, sendo considerada por Rocha (2009) como pioneira que contribuiu para o compromisso social da psicologia, ao questionar posições tradicionais e hegemônicas na área.

Consolidada sua importância na primeira metade do século XX estavam abertos os caminhos para a profissionalização da psicologia. Sobre o trâmite de tal processo Antunes (2012b) resalta: 1) em 1953, a Associação Brasileira de Psicotécnica envia ao Ministério da Educação um anteprojeto de lei para a regulamentação da profissão e formação de psicologista; 2) em 1957, será emitido parecer favorável do Conselho Nacional de Educação (CNE) que no próximo ano

encaminha ao Congresso mensagem sobre a referida lei; 3) em 1961, a Associação Brasileira de Psicologia Aplicada, a Sociedade de Psicologia de São Paulo e a Associação Brasileira de Psicólogos analisam o substitutivo do projeto em tramitação na Câmara dos Deputados.

As “idas e vindas ao parlamento” do projeto que propunha a regulamentação da profissão de psicóloga no Brasil, assim como os vetos presidenciais a importantes artigos presentes no texto original, dentre os quais se destaca a psicoterapia como atribuição privativa desta categoria, remete-nos às disputas políticas travadas com outros interesses profissionais, principalmente da categoria dos médicos, o que requereu a mobilização dos interessados para a conquista da regulamentação da profissão.

O processo é concluído em 1962 com a Lei n. 4.119 (BRASIL, 1962), que regulamenta a profissão de psicóloga e estabelece o currículo mínimo para sua formação, tornando o Brasil o primeiro país a adotar uma legislação reguladora em todo o território nacional. Silva, Marcus (2003) evidencia a recentidade desse processo no mundo ao comparar a realidade em outros países: no Canadá, somente em 1985 as universidades credenciaram a psicologia como carreira para fins profissionais; na Argentina, a lei nacional do exercício profissional também data de 1985; na Espanha, em 1979 ocorre a regulação do exercício profissional; no Chile, seria criado em 1968 e reconhecido oficialmente em 1981 o Colégio dos Psicólogos com responsabilidade de regular o exercício da psicologia como profissão; e a Bolívia, até 1999 não tinha lei específica de regulamentação profissional.

A essa altura poderíamos ainda nos perguntar: mas o que define uma profissão? Apenas a regulamentação garante a conversão de uma ocupação em profissão? Sobre esse assunto, diversas compreensões foram construídas, conformando inclusive um campo de saberes próprios, denominado sociologia das profissões, que delimita aspectos comuns para uma atividade ou ocupação passar a ser qualificada como profissão: conhecimentos característicos obtidos por meio de uma formação profissional específica conformando a base técnica, autonomia da prática com base na responsabilidade, criação e legitimação de um código de ética e organização da categoria que passa a relacionar-se com o Estado, incluindo negociações com vistas à regulamentação profissional (SILVA, Marcus, 2003).

Por todo o exposto, ambas as periodizações convergem para reconhecer 1962 como marco do novo período, denominado por Pessotti de “profissional” e por Antunes de “profissionalização”. O primeiro destaca a criação e desenvolvimento de sociedades e associações de caráter científico, extra-universitárias, com papel decisivo na consolidação da profissão. A segunda acrescenta que a psicologia se firmou na construção de conhecimentos e práticas comprometidas com as elites e seus interesses, tema abordado também por Bock, A. (2009b), além da ênfase nos campos tradicionais da educação, clínica e trabalho, contribuindo para as soluções dos problemas ensejados pelo projeto de modernização do país.

No início da profissionalização, a ênfase nos testes psicológicos com a ideia do “homem certo para o lugar certo” caracterizou a presença do trabalho das psicólogas na indústria por meio da seleção de pessoal e orientação profissional ou nas escolas ajudando a formar classes mais homogêneas, uma vez que aos alunos excepcionais (assim chamados na época) eram designadas as classes especiais. Estabelece-se, assim, uma relação distante com a população, que em sua maioria temia ou desconhecia a psicologia e sua contribuição, mas sempre reconhecendo seu poder em decidir sobre a vida das pessoas (BOCK, A., 2010a).

Desde a regulamentação até os dias atuais, a psicologia vem se desenvolvendo intensamente como profissão, fato comprovado pelo expressivo crescimento de cursos de psicologia no Brasil: as 15 psicólogas que solicitaram e obtiveram o seu registro no MEC em 1962, após dez anos já haviam se transformado em 5.835 profissionais. Em 1982 essa corporação já somava 33.522 psicólogas, para no ano de 1992 saltarem para 76.000 e em 2002 beirarem a marca de 120.000 profissionais (SILVA, Marcus, 2003). No presente somos cerca de 285.000 psicólogas devidamente registradas nos Conselhos Profissionais, conforme dados do CFP<sup>11</sup>.

Para analisar crescimento tão expressivo da psicologia no Brasil é preciso considerar que a regulamentação da profissão é sucedida por um momento dramático na história brasileira: o golpe empresarial militar com estabelecimento do regime autocrático-burguês de 1964 a 1985. Nesse período, a multiplicação dos

---

<sup>11</sup> Informação disponível em: <<http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

centros formadores de psicólogas é tornada possível na sua dimensão objetiva pela abertura do ensino superior para a iniciativa privada com a Reforma Universitária de 1968, baseada no modelo americano.

A abertura do país aos grandes investimentos internacionais com a consequente instalação de monopólios gerou como implicações socioeconômicas o fracasso dos pequenos negócios familiares. Diante desse cenário, a abertura do ensino superior à camada média seria a estratégia utilizada pelos militares para evitar a perda de apoio desse importante segmento na manutenção do sistema (BOCK, A., 2010a).

Muitas instituições de ensino superior serão criadas em condições acadêmicas precárias, ofertando cursos de baixo custo e alta rentabilidade, sem preocupação com a formação dos estudantes. Observa-se crescente tecnificação do conteúdo curricular, docentes sem qualificação apropriada, submetidos a condições de trabalho aviltantes, atividades restritas ao ensino, desvinculadas da extensão e da pesquisa, além de um severo controle ideológico e repressão direta pelo regime militar (ANTUNES, 2012b, PESSOTTI, 1988; YAMAMOTO, O., 1987).

Sobre a proliferação dos cursos de psicologia é necessário considerar também os aspectos subjetivos envolvidos, destacados por análises como a de Coimbra (1995), que evidencia diversos esforços de despolitização ao longo do regime militar pós-64. Nesse sentido, a repressão das ciências sociais (consideradas perigosas e contestadoras) em paralelo à expansão dos saberes psicológicos pode ser compreendida pela via da necessidade de formação de novos discursos, que ao exaltarem os sujeitos e suas subjetividades (concebidas como a-históricas e apartadas da totalidade social) produzem também possibilidades de interpretação para as problemáticas político-sociais do período descoladas da realidade social, favorecendo leituras acríticas e simplificadoras.

Em direção complementar, Silva, Marcus (2003) destaca o efeito do “boom” da cultura *psi* - marcada por saberes da psiquiatria, psicanálise e psicologia, dentre outros - no Brasil, a partir da década de 70 do século XX, sobre a escolha da profissão de psicóloga. O autor irá problematizar que não é necessariamente a presença das psicólogas a produtora da psicologização social. Invertendo a dinâmica dos fatos, propõe que é, ao contrário, a psicologização da sociedade como

efeito de sua modernização, uma possível explicação para o crescimento do número de profissionais da psicologia no Brasil.

Analisando a expansão do número de instituições formadoras, Yamamoto, O. (2012) alerta que o sistema cresceu assustadoramente, cerca de 300%, acompanhando a forte tendência de privatização, que dá um salto de 70% em 1988 para 90% em 2010. Mas se nos anos 1970, o *boom* se relaciona com a cooptação do apoio das camadas médias pelo regime militar, nos anos 1990 será o projeto neoliberal de sucateamento da rede pública e privatização dos serviços que eram do Estado (projeto do Estado Mínimo), que levará grandes investidores da Bolsa de Valores a investir na educação com a abertura de escolas particulares no ensino fundamental, no ensino médio e nas universidades.

A qualidade do ensino, no entanto, manteve padrão decrescente. Desde a década de 1990, muitas instituições vêm apresentando como projetos de novos cursos de psicologia currículos que são cópias de outras instituições, além da contratação de professores com pouca ou nenhuma preparação para a docência no nível superior. É preciso analisar tal processo à luz da expansão dos grupos educacionais no país, os quais detêm o monopólio de vastos segmentos universitários e sob a égide da educação como mercadoria pautam-se pela tendência ao empobrecimento das condições de trabalho e padronização do ensino.

Na confluência de múltiplos interesses a psicologia cresceu desde a sua regulamentação como profissão, restando, porém, o desafio de construí-la como tal. Ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990 as psicólogas se questionaram em seus eventos políticos, congressos e universidades: “quem somos, que psicólogos queremos ser” (BOCK, A. 2008). O período é marcado pela discussão da “identidade profissional”, também designado de “crise de identidade da psicologia”, que incluía desafios como os conflitos em torno das escolas teóricas a dificultar o diálogo interno e a organização política da categoria no enfrentamento a baixa empregabilidade dos profissionais.

Para compreender esse “quem somos” é necessário analisar o desenvolvimento do trabalho das psicólogas nesse momento. Sobre os métodos e instrumentos utilizados, Bock, A. (2010a) problematiza a presença de ferramentas intelectualizadas e recursos de linguagem que por sua sofisticação eram, em geral,

incompreensíveis para quem tem pouca escolarização, além da dificuldade de amplos segmentos da população compreender os objetivos que subsidiam as técnicas. Ademais, a ideia prevalente de um sujeito universal, a-histórico e descolado de sua condição social, e a decorrente aplicação do mesmo esquema teórico para qualquer sujeito baseava uma compreensão de homem descolada da realidade, ocultando a desigualdade ao confundir diferenças individuais com sociais.

Decorria desse processo uma consequência dramática: as psicólogas se abstinham da reflexão sobre projetos sociais por que da maneira como o homem e seu psicológico estavam concebidos, essa discussão não era necessária, não compunha seu objeto de estudo e intervenção (BOCK, A., 2009b). A quem esta psicologia se dirigia? Por todo exposto, era grande o desconhecimento sobre o que este profissional efetivamente fazia. Muitas vezes não sabendo como responder a pergunta “quem somos” era frequente entre as psicólogas um discurso genérico de responsabilização da sociedade pelo desconhecimento da profissão e suas potencialidades, o que em certa medida minimizava ou eximia a responsabilidade de apresentarem-se à sociedade em toda potência do “que psicólogos queremos ser”.

Há uma contradição importante nesse processo: por um lado a psicologia se consolida como uma profissão atrativa socialmente, por outro não estava firmado com clareza qual a sua efetiva contribuição à sociedade. A pergunta “quem somos, que psicólogos queremos ser” é representativa de uma variedade de incômodos com o estado das coisas, bem como da autocrítica que propiciou as condições para novas possibilidades de exercício profissional e de produção do conhecimento. Era preciso avançar do compromisso com as elites para outra ordem de compromisso com a sociedade, o qual já vinha sendo tecido nas inquietações e contradições vivenciadas na psicologia desde os tempos primordiais.

### **2.3. Das condições para o estabelecimento de outro compromisso**

Em cada período apresentado acima observamos a presença de autores a constituir saberes e práticas psicológicas que podem ser associadas a um compromisso com as necessidades da maioria da população ou com vistas à

visibilidade e assistência a populações discriminadas ou marginalizadas. Interessamos refletir agora, sobre as condições para que este compromisso ultrapasse a postura isolada de alguns intelectuais e seja problematizado enquanto uma responsabilidade da categoria profissional das psicólogas de contribuírem para um projeto de transformação social.

Nesse sentido, o período de profissionalização é marcado por reflexões, estudos e intervenções que serão fundamentais para a organização do período posterior proposto por Antunes (2012b): “ampliação”, cuja marca é o compromisso social. Diversas psicólogas, professores e pesquisadores problematizaram a que, a quem e como a profissão estava servindo, o que contribuiu para a psicologia questionar a qualidade do seu compromisso com a sociedade. Dentre as contribuições pioneiras a subsidiar a reflexão sobre o perfil profissional e a função social da psicóloga, destacamos os trabalhos de Mello (1975), Lane (1978, 1984), Botomé (1979), Campos (1983), Patto (1984) e Yamamoto (1987).

O trabalho de Mello (1975) analisa a psicologia como profissão e apresenta preocupação frente à limitada amplitude da atividade profissional desenvolvida por esses profissionais na cidade de São Paulo até o início da década de 1970. Na organização dos dados, as atividades foram distribuídas em quatro áreas: clínica, escolar, industrial e ensino; com significativa prevalência da primeira. Somando-se a clínica ao ensino (em expansão pela abertura de novos cursos e diversificação dos currículos), essas duas áreas juntas chegavam a ocupar 76% de todas as experiências de trabalho dos participantes da pesquisa.

Nesse período, a psicóloga caracterizava-se principalmente como uma profissional autônoma, com preferência pela atuação clínica em consultório particular; forjando uma imagem social que acabou por restringir as contribuições que a psicologia poderia propiciar em outras áreas, sobretudo na escola.

A autora associa as limitações nos campos de atuação e na aplicação das técnicas a questões ligadas ao ensino da psicologia, o que remete a um debate que permanece atual sobre as dificuldades da formação cumprir ampla e consistentemente seu papel formador. Destaca que para o senso comum, o trabalho da psicóloga era associado como algo acessório ao já realizado por outros

profissionais ou que competia às funções da família, indicando desconhecimento da profissão, mesmo entre os segmentos economicamente mais favorecidos.

Em direção análoga, a pesquisa realizada pelo Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo em parceria com o Conselho Regional de Psicologia dessa mesma região no início da década de 80 do século XX (SINDICATO DOS PSICÓLOGOS NO ESTADO DE SÃO PAULO, 1984) alertava para a condição feminina da categoria como um dos determinantes do cenário observado: “trabalha pouco, ganha mal e está satisfeita com a profissão”. A prevalência de mulheres na psicologia reporta-se a elementos históricos da constituição da profissão no país ligada à área educacional, já tradicionalmente feminina, além da associação como uma profissão de “ajuda” e cuidado a reforçar tal contexto.

No perfil profissional apresentado por esta pesquisa destacou-se que as psicólogas eram, em geral, casadas, com renda familiar alta, mas renda pessoal baixa. Concebido como um trabalho de caráter mais beneficente do que lucrativo, a escolha da profissão tendia a ficar mais vinculada a uma realização pessoal do que a necessidade de prover a si mesma e a família. Em se caracterizando como profissão feminina, a psicologia vai sendo sistematicamente desvalorizada socialmente em termos de remuneração, o que retroalimenta tal condição na medida em que se torna menos atrativa para os homens.

Nesse contexto, considerando a condição da mulher à época, o consultório representava a possibilidade de um trabalho flutuante com carga horária pequena, facilmente distribuída nos horários vagos da mulher, que mantinha a centralidade das atividades domésticas e familiares. Outro fator importante na prevalência da clínica foi a adoção de um modelo médico de intervenção e o consequente prestígio social associado.

A prevalência do modelo clínico individualizante vai se estendendo mesmo à atuação nas escolas e nas organizações, reforçando tal imagem social sobre a profissão. Nesse sentido, as atividades realizadas pelas psicólogas eram muito próximas nas áreas da Clínica, Escolar e Industrial; diferindo os objetivos para o emprego das técnicas. Entretanto, considerando que uma profissão não é apenas a aplicação de conhecimentos científicos e que fundamentalmente esta se define pela atuação dos profissionais ao nível social, Mello (1975) questiona o crescimento da

psicologia como profissão em face às necessidades presentes na sociedade para refletir sobre suas possibilidades de futuro.

Problematiza, assim, a relação que a psicologia vinha estabelecendo com a sociedade ao criticar a restrição do acesso aos serviços psicológicos às camadas mais altas, defendendo que a psicologia deveria ser muito mais que uma “atividade de luxo”. Aponta, ainda, a existência de uma perspectiva ideológica individualista entre os profissionais, que focam na “melhoria individual em si e por si”, bem como uma atitude alheia às instituições sociais. Apresenta conclusões importantes: como uma autêntica ciência, os benefícios decorrentes dos saberes e práticas da psicologia devem ser ampliados a um maior número de pessoas, resguardando seu valor como instrumento de modificação social.

A crítica às perspectivas individualizantes e a defesa de uma reorientação da psicologia como profissão capaz de produzir mudanças sociais é marca fundamental dos trabalhos de Silvia Lane, que a partir da perspectiva materialista histórico dialética propõe uma nova forma de conceber o homem, visto como sujeito ativo, histórico e social. Nas suas palavras:

Se a Psicologia apenas descrever o que é observado ou focar o Indivíduo como causa e efeito de sua individualidade, ela terá uma ação conservadora, estatizante – ideológica – quaisquer que sejam as práticas decorrentes. Se o homem não for visto como produto e produtor, não só de sua história pessoal mas da história de sua sociedade, a Psicologia estará apenas reproduzindo as condições necessárias para impedir a emergência das contradições e a transformação social. (LANE, 1984, p.15).

A postura dessas autoras assinalam preocupações fundamentais para uma ciência e profissão comprometidas socialmente, indicando como alternativas para superar o problema do estreito limite de atuação da psicologia no Brasil, que os profissionais fiquem atentos aos problemas da nossa sociedade, o que nos leva aos problemas dos brasileiros. É preciso “desvendar além da técnica suas implicações, definir socialmente o seu papel, são maneiras de participar da sua época, de reconhecer que todo conhecimento científico possui um significado social e que é sempre a este significado que, em última instância, devem ser referidas as realizações da ciência e o emprego da tecnologia” (MELLO, 1975, p. 108).

Reverendo seu trabalho mais de trinta anos depois, Mello (2010) pondera que os 180 psicólogos que entrevistou podem parecer pioneiros distantes, mas que foram os criadores de padrões ainda hoje persistentes sob a forma de campos de atuação, disciplinas nos currículos e valorização social de determinadas áreas em detrimento de outras. Uma boa parte desses profissionais se tornaram professores e formadores dos novos docentes e pesquisadores, contribuindo para a construção de novos conhecimentos, mas também se comprometendo com a retransmissão conservadora. Constata mudanças: “o que se pode perceber é que a própria Psicologia e seus órgãos representativos não ficaram ausentes desses desafios e têm respondido com acertada prontidão às demandas da sociedade, valorizando as disposições democráticas tão presentes na profissão” (MELLO, 2010, p. 170).

O trabalho de Botomé (1979) reflete sobre a atuação da psicóloga considerando o público que estava sendo tradicionalmente atendido naquela época. É interessante destacar que sua fala encontra ressonância com preocupações daquele momento histórico para a psicologia, uma vez que seu texto é fruto da participação no simpósio “a quem a psicologia atende e a quem deveria atender?”, realizado na VIII Reunião Anual de Psicologia de Ribeirão Preto ao lado de Maria Clotilde Rossetti Ferreira, Sigmar Malvezzi, Sérgio Leite e Silvia Lane conforme dados dos anais do evento (OLIVEIRA; FONTE; CARVALHO, 1978).

Botomé (1979) considera que a psicologia era a “disciplina do momento”, com expressivo crescimento de escolas, verbas de pesquisa, produção acadêmica, inovações clínicas e terapêuticas. Mas a quem estava servindo todo esse investimento? Para responder a essa questão, recorre aos resultados de Mello (1975): até a década de 1970, os serviços psicológicos só eram acessíveis a quem recebia mais de três salários mínimos por mês, o que significava um recorte de 5 a 15% dos brasileiros, sem previsão de ampliação, dada a tendência ao acirramento da concentração de renda no país. Associa-se a isto, o maior reconhecimento dos autônomos e a desvalorização das psicólogas cujos serviços estavam vinculados à condição de profissional assalariado.

Essa crítica é contundente e expressa um limite bastante concreto à época para uma profissão que buscava rever sua função social, pois ainda que a ampliação dos serviços a um maior número de pessoas não seja garantia de uma

prática socialmente comprometida, dificilmente esta seria construída mantendo-se distância de amplas camadas da sociedade. A ampliação do público alvo, alinhada aos esforços para o desenvolvimento de um trabalho qualificado e adequado aos seus pressupostos <sup>12</sup>, vai configurando a reorientação do compromisso das psicólogas para as necessidades da maioria da população, face do compromisso social.

Paralelo à denúncia sobre o perfil do público atendido, há um alerta para a necessidade de ampliação dos campos de atuação tradicionais; ressaltando a responsabilidade das psicólogas atuarem na prevenção dos problemas e na promoção de melhores condições para a vida humana, e não apenas em ações para curar ou remediar comprometimentos já instalados. “Os determinantes sociais, políticos e econômicos precisam ser examinados em relação ao que fazemos hoje como parte da classe dominante, seja como membros ativos, seja como servidores dela ou aspirantes a participar da mesma” (BOTOMÉ, 1979, p. 8).

O questionamento sobre a quem as psicólogas estavam assistindo de fato levou a inquietações sobre a que o trabalho servia, ponderando sobre a sua finalidade: “outras vezes são os que precisam de ajuda para que outros não atrapalhem seus lucros, bem-estar, sossego ou *status* quem solicita e paga os serviços do psicólogo” (BOTOMÉ, 1979, p. 9), posicionamento que nos remete às críticas já discutidas anteriormente sobre o compromisso histórico da psicologia com as elites e à necessidade de desenvolver um trabalho que considere outra ordem de compromisso.

Aprofundando a discussão e os determinantes de tal cenário para a profissão na época, o autor irá retomar os desafios da formação, lembrando que menos de 5% da população tinha acesso à universidade no período. Isso significa considerar não apenas o perfil do público atendido, mas o próprio perfil dos profissionais a partir do seu lugar social, hábitos, valores. Propõe que para além de uma “percepção acadêmica” sobre a “nossa gente”, impunha-se a necessidade de um compromisso radical com a superação das precárias condições de vida da maior parte da

---

<sup>12</sup> Dentre estes esforços, destacamos o trabalho de Lane (1978) pautado em uma atuação preventiva junto à população operária, desenvolvido enquanto psicóloga social no campo da clínica. Integram tais esforços, também, os trabalhos desenvolvidos por diversas psicólogas em instituições públicas e na psicologia comunitária, que serão apresentados a seguir.

população, muitas vezes desconhecidas e que exigiam tarefas difíceis de suportar. Os problemas vivenciados pela sociedade brasileira deveriam ser o ponto de partida da ciência e da profissão, destacando-se uma contribuição profissional que considerasse a realidade social.

Reverendo seu trabalho mais de trinta anos depois, Botomé (2010) reconhece que muita coisa mudou: a atuação está mais diversificada; há mais profissionais assalariados ainda que se mantenha a concentração no campo da clínica; há também mais planos de assistência à saúde e serviços públicos. Considera, porém, que a psicologia continua inacessível para grande parte da população, sendo necessário reposicionar a compreensão acerca dos serviços psicológicos e a consequente formação que os embasam: do mercado de trabalho para a atuação, centralizado a partir das necessidades da população e dos recursos correspondentes do profissional, implicando a produção de conhecimentos e serviços inovadores.

Seguindo com a proposta de reunir contribuições pioneiras, que por sua força teórica, epistemológica ou metodológica nutriu as reflexões que consolidaram a perspectiva do compromisso social para a psicologia, dialogaremos com a produção de Campos (1983). Ao discutir a função social da psicóloga, ela adota dois enfoques para a questão: refletir sobre o lugar da psicóloga enquanto profissional na divisão social do trabalho e a preocupação com a ética profissional no sentido de levantar o questionamento sobre possíveis compromissos desse profissional com a sociedade.

A autora propõe, então, que possamos refletir sobre as demandas que a psicóloga veio a atender quando do surgimento da psicologia, a partir do quadro ideológico das concepções de homem e mundo deste período: as sociedades capitalistas da Europa no final do século XIX, movimento empreendido em sessões anteriores do presente trabalho. Há um esforço crítico importante nessa indicação em plena década de 80 do século passado, que é o de historicizar o trabalho da psicóloga, localizando seus limites e possibilidades à luz da realidade concreta do seu tempo, evidenciando muitas vezes o papel que esse profissional ocupou e ainda ocupa como um intelectual orgânico da burguesia.

Mas nem só à burguesia a psicologia serviu ou serve e considerando pela lógica da contradição, Campos (1983) aponta a necessidade de reconstituir a

“história da contrapsicologia”, situando os esforços daqueles cujo trabalho contribuiu para o enfrentamento da dominação de classe. Tal empreendimento foi realizado posteriormente por Antunes (2012b) e inspira profundamente a presente tese. Considerar a história a partir dessa “contrapsicologia” abre espaço para a psicologia também rever seus compromissos, produzindo esforço crítico para analisar a que serve nosso trabalho.

Campos (1983), assim como Yamamoto, O. (1987), alertavam ainda para um dado concreto fundamental a reorientar os rumos da profissão: a crise do mercado de trabalho que as psicólogas enfrentavam nesse período. Com a profunda crise econômica que o país vivenciava, já não era possível manter os serviços psicológicos restritos às camadas com maior poder aquisitivo, sendo necessário buscar outros segmentos da população. A primeira autora ressalva que essa ampliação pudesse ser guiada pela contradominação, alertando para a necessidade de renovação das práticas de acordo às demandas e necessidades do público atendido, realidade que já vinha sendo confrontada pelos profissionais em contato com populações pobres nos hospitais psiquiátricos, nas escolas e mesmo na indústria.

A restrição do acesso aos serviços psicológicos às camadas mais altas produzia prejuízos à própria psicologia, ameaçando em certo sentido, sua existência futura. Sobre esta questão, Silva, Marcus (2003) aponta que os processos de legitimação social de uma profissão exigem ao menos dois movimentos: reconhecimento legal do exercício profissional e existência de um mercado com capacidades culturais e econômicas de usufruir dos serviços prestados. O primeiro aspecto foi conquistado com a regulamentação da profissão em 1962, o segundo constituía-se ainda em desafio.

Tais exigências redimensionam a discussão sobre a função social da psicóloga, inscrevendo-a também no campo da luta pelo reconhecimento social da profissão, imprescindível, inclusive, para a sua sobrevivência, pois se esse valor social fica comprometido por uma imagem que associa os serviços a “artigos de luxo”, significação que remete a um caráter supérfluo da atividade, isso poderia tornar o próprio trabalho das psicólogas dispensável para a sociedade.

Colocava-se às psicólogas, o desafio de inventarem a si mesmas como profissionais, ao passo em que também inventavam o mercado consumidor dos seus serviços. Nesse sentido, tanto os discursos sobre a vocação “libertária” da psicologia quanto de sua atuação “socialmente adaptativa”, corresponderiam a expressões no plano político da luta por reconhecimento social, fundamentais para sua existência, caracterizadas até então a partir das reflexões sobre a função social desses profissionais (SILVA, Marcus, 2003).

Nesse processo de “inventar a si mesma”, a atuação nos campos tradicionais da clínica, educação e trabalho, sofreu diversas críticas, as quais contribuiriam também para a construção de uma psicologia que aspirava com o seu trabalho colaborar com o desenvolvimento da sociedade brasileira numa direção mais justa, democrática e igualitária.

Antunes (2012b) situa que o campo da clínica vivia o dilema de ser privilegiado nos currículos, mas encontrava-se em forte retração. Na área do trabalho, também se observou diminuição da absorção de profissionais pelo mercado, momento em que o profissional via suas funções reduzidas na maioria das vezes à condição de aplicador de testes na seleção de pessoal. Se por um lado criticava-se o caráter elitista da psicologia clínica, por outro se questionava também o maior comprometimento da psicologia do trabalho com os interesses do capital em detrimento dos trabalhadores com que lidava diretamente.

Na psicologia da educação as críticas também foram severas, partindo tanto do campo da psicologia quanto da educação. Discutia-se no plano teórico o “excesso” de psicologia na pedagogia e no plano prático a atuação da psicóloga escolar, que ao invés de estar subsidiada em ações pedagógicas e coletivas como, por exemplo, a formação de professores, fundamentava-se numa abordagem clínica e individualizante, que tinha no uso abusivo dos testes sua face classificatória e excludente, responsabilizando o aluno por seus supostos problemas de aprendizagem.

O combate ao modo como a psicologia se apresentava naquele momento é um indício de que já estava se formando outro tipo de compromisso da psicologia para com a sociedade. Nesse sentido, Proença (2003) reconhece nas tendências críticas em Psicologia Escolar, principalmente nos trabalhos produzidos a partir dos

anos 1980 no Brasil e dos anos 1990 na América Latina, a construção de uma perspectiva de atuação profissional ancorada no princípio de compromisso social. Nas críticas que emergiam dos diversos campos de atuação residia o enfrentamento a uma tradição naturalizante e a-histórica do fenômeno psicológico, a qual desdobrava uma atuação calcada em perspectivas curativas, remediativas e terapêuticas, típicas de um modelo médico e elitista de intervenção.

Na passagem da década de 70 para a de 80 do século XX, a psicologia brasileira se via diante da necessidade de (re)inventar seus saberes e práticas, constituindo uma espécie de revisão da profissão, em que novas formas de interpretação e intervenção na realidade iam se delineando. Yamamoto, O. (1987) caracteriza o período como de “crise”, marcado por uma insatisfação generalizada acerca do papel que a psicologia e seus profissionais estavam desempenhando. Ele é pioneiro na crítica ao analisar as possibilidades que estavam sendo apresentadas, subsidiadas pela discussão sobre o significado social da profissão e seu possível papel transformador: seja na constituição de práticas “alternativas”, representada pelos trabalhos em instituições públicas ou na comunidade; seja na tentativa de redefinição da psicologia, denominada de “contrapsicologia” ou “psicologia crítica”.

Sobre o trabalho em instituições públicas, cita o desenvolvido por Botomé (1981a, 1981b apud YAMAMOTO, O. 1987), que integrou uma equipe multidisciplinar na Secretaria de Higiene e Saúde do Município de São Paulo, entre 1975 e 1978. Nessa atuação, pautada na Análise Experimental do Comportamento, havia a preocupação de definir com maior precisão a intervenção com base também na prevenção, conhecendo os problemas de saúde da população, propondo mudanças e descrevendo as condições para subsidiá-las, superando a ideia de acolhimento da queixa que se seguia a proposição de soluções. O serviço foi reformulado, indicando mudanças de comportamento para funcionários, dirigentes e administradores com vistas a uma melhor assistência à população.

Já a atuação em comunidades possui uma história antiga no Brasil, que será apresentada a partir de Freitas (2015). Surge nas décadas de 1940 e 1950 atendendo aos interesses das elites econômicas, fruto da mudança do modelo agropecuário para o agroindustrial, que requeria a preparação de mão de obra capaz de adaptar-se ao sistema fabril. Na década de 1960, manifesta-se o conflito

entre as forças capitalistas representadas pelo Estado e as intensas mobilizações sociais com vistas à luta pela satisfação das necessidades básicas da população. A psicologia aproxima-se das comunidades, contribuindo para tal processo, na medida em que também responde aos anseios pela deselitização da profissão. Trata-se, contudo, de práticas voluntárias e não remuneradas, coexistindo perspectivas assistencialistas, mas também a assunção de um papel político e social.

Na década de 1970, em pleno enfrentamento à ditadura militar, o trabalho em comunidades foi nutrido pelo contato com movimentos populares e passa a ter uma conotação de participação política mais acentuada. Os movimentos sociais se caracterizam por sua ação política não institucionalizada nas sociedades modernas, historicamente emergentes no movimento operário europeu por volta de 1840. Trata-se, portanto, de um conjunto de práticas que almejam um projeto de mudança social, sistêmica ou civilizatória (SILVA, Maria, 2001). A aproximação da psicologia com tais movimentos é uma importante referência para a reflexão sobre a dimensão política da ação profissional, bem como os limites e potencialidades de estabelecer um compromisso com a transformação social.

Este trabalho em comunidades assume, por vezes, um caráter de clandestinidade, que será questionada na década de 1980, quando se organizam espaços de discussão para avaliar ainda o caráter não remunerado e voluntário, bem como as metodologias utilizadas. Do trabalho “na comunidade” desenvolve-se uma perspectiva sócio-histórica, denominada “psicologia comunitária” ou “psicologia social comunitária”, que buscava se diferenciar das práticas assistencialistas e privilegia o trabalho com grupos.

Na literatura, Silvia Lane e Alberto Abib Andery são considerados expoentes<sup>13</sup> da psicologia comunitária, a qual apresenta grande diversidade de atuação: experiências na área de saúde mental da população, com grupos de mulheres e jovens nos bairros, em instituições populares, escolas da rede pública, muitas das quais resultaram em publicações de pesquisas participantes. Notam-se alguns princípios: estender o serviço da psicologia a um maior número de pessoas, mas

---

<sup>13</sup> O trabalho desenvolvido por Silvia Lane e Alberto Abib Andery contava com a participação da professora Odette Godoy Pinheiro, que também integrava o Núcleo de Psicologia Comunitária da PUC-SP.

fazê-lo de modo diverso ao tradicional, estabelecendo relações mais horizontais, pautadas na melhoria da qualidade de vida das pessoas e grupos sociais.

Para Andery (1984), tal iniciativa alinhava-se à tendência da psicologia de sair do “lócus” tradicional de atuação para o cotidiano das pessoas, ir em direção à vida vivida nos bairros e nas instituições populares numa postura ativa; além de ampliar o foco de intervenção dos indivíduos para a população com vistas a potencializar mais o que é adaptativo do que o patológico na vida social. Isso requer uma postura aberta e inovadora por parte do profissional, que reconhece a relação de muitos problemas de saúde mental com situações sociais, como pobreza e racismo.

Outro ponto importante destacado pelo autor é a defesa da interdisciplinaridade, valorizada naquele momento nas ciências sociais e humanas e a participação ativa da própria comunidade. Tratava-se, assim, de uma atuação própria da psicóloga, mas não exclusiva, sendo enriquecida por outros profissionais envolvidos com o trabalho educativo e social; caminhando na contramão de interesses corporativistas ou de reservas de mercado. Nas palavras do autor:

Essa práxis se afasta nas suas pesquisas e intervenções do assim dito neutralismo do cientista e do profissional em Psicologia. [...] A Psicologia na Comunidade pretende aproximar-se das classes populares, ajudando-as na conscientização de sua identidade psicossocial de classes submissas e dominadas, como primeiro passo para uma superação dessa degradante situação de submissão. [...] A Psicologia na Comunidade deverá assim colocar os recursos da psicologia em prol do processo de libertação. (ANDERY, 1984, p. 207).

Ao analisar os trabalhos desenvolvidos na época, Yamamoto, O. (1987) observa duas tendências na psicologia comunitária, por vezes complementares: a educativo-organizativa e a psicológica. A primeira tem por objetivo organizar a comunidade ou apoiar seus movimentos organizados, pautando discussões sobre as condições de existência e luta por reivindicações na comunidade. Tradicionalmente, a natureza destas intervenções por vezes não era associada à psicologia, ao que os profissionais respondiam ampliando a compreensão sobre a atuação psicológica de modo a contemplar seu trabalho. Já a segunda, se caracterizava por uma prática mais próxima da comumente desenvolvida pelas psicólogas como profissionais especialistas na saúde mental. Tanto na prevenção, quanto na perspectiva

terapêutica, associava-se a uma atuação mais “tradicional”, valendo-se das mesmas técnicas, por vezes não adaptadas às comunidades.

Na análise do campo, Andery (1984) ressalta visões divergentes na psicologia comunitária. Havia profissionais que compreendiam a atuação numa perspectiva benevolente e caritativa, que estendia os serviços psicológicos a um maior número de pessoas, mas numa perspectiva remediativa e superficial. Outros visavam à inserção de psicólogas nos bairros e instituições populares com vistas ao controle moral dos hábitos e comportamentos desviantes, atuando como uma espécie de “braço policial” junto a segmentos estigmatizados. E numa terceira perspectiva, observou um ativismo político-partidário nos bairros populares que, ao invés de atuar no desenvolvimento de práticas educativas e de conscientização, intencionava apenas impor visões políticas e recrutar apoio para instituí-las.

Em todos os casos, não se problematizava a psicologia enquanto área de saberes seja do ponto de vista teórico ou do seu vínculo histórico com as classes dominantes, nem mesmo se propunha inovações na atuação. Em suma: mais do mesmo com novas roupagens. Essa análise, ainda que datada historicamente, se perpetua de outras formas, evidenciando que na disputa por projetos políticos dentro da profissão envolvendo a discussão sobre a função social da psicóloga, sua apropriação será também diversa. Tal compreensão pode auxiliar no entendimento de problemas atuais enfrentados pela psicologia, principalmente daquela que aspira a comprometer-se socialmente, apontando desafios.

O surgimento da psicologia comunitária e a inserção e desenvolvimento da atuação das psicólogas no campo do bem-estar social marca a aproximação da psicologia com as camadas pobres (DANTAS, 2007) e podem ser considerados aspectos importantes do projeto de compromisso com a população (ANTUNES, 2004; BOCK, A., 2008, 2010a).

Isso transformou a psicologia, exigindo que esta ciência e profissão elevasse a realidade social ao patamar de princípio da sua construção, o que representava e ainda representa um grande avanço. Esta visão nutriu as forças progressistas na saúde pública na década de 1980, expandindo-se posteriormente para outros setores como educação, assistência social e trabalho.

Para apresentar as “alternativas” reportadas à “crise” da psicologia, subsidiadas pela discussão do significado social da profissão e a atribuição de seu possível papel transformador, após as reflexões sobre o trabalho em instituições e na comunidade, discutiremos a tentativa de redefinição da psicologia, denominada de “contrapsicologia” ou “psicologia crítica”. São expressões desses esforços os trabalhos de Campos (1983) e de Patto (1984).

Campos (1983) propõe transformar ao invés de negar a prática da psicóloga, considerando a possibilidade histórica de mudanças do lugar dessa profissional na divisão social do trabalho. Em paralelo, a análise crítica da Psicologia Escolar empreendida por Patto (1984) pode ser um exemplo ilustrativo da postura almejada pela autora anterior, por analisar as relações escola-sociedade, a história da psicologia no Brasil e a evolução da psicologia escolar para desmistificar compreensões solidificadas na psicologia, tais como “carência cultural”, “marginalidade social” ou “deficiências da linguagem”, repensando as “características psicológicas dos oprimidos”.

Patto (1984) considera possível que as psicólogas superem a neutralidade técnico-científica e constituam meios para que o excluído perceba sua condição. Antes, porém, torna-se necessário que a psicóloga conscientize-se da sua própria exclusão, na medida em que é destinada a essa profissional a expectativa de gerenciamento dos conflitos escolares de modo a escamotear a violência e dominação presentes nas diversas relações, incluindo diretores, funcionários, professores, pais e alunos. É um convite para ir além da “identidade tecno-profissional”, acolhendo a dimensão política da atuação.

Nesse processo de reinvenção da psicologia, a constituição da psicologia crítica vai se consolidando como uma perspectiva progressista e comprometida com a produção de conhecimentos que possam desvelar a realidade e contribuir para sua transformação. Além de Regina Helena de Freitas Campos e Maria Helena Souza Patto, outras psicólogas e pesquisadoras fizeram contribuições pioneiras importantes nessa tradição, tais como Silvia Leser de Mello, cujo trabalho já foi abordado anteriormente, e Silvia Tatiana Maurer Lane.

Bock, A. et al. (2007) e Furtado (2000) apontam Sílvia Lane como uma das principais influências do projeto do compromisso social da psicologia, por sua

trajetória ser guiada pelo princípio de colocar o conhecimento a serviço da transformação da realidade com vistas à produção de condições dignas de vida para todos. Além do engajamento na construção da psicologia comunitária, se tornou responsável pelo desenvolvimento da perspectiva sócio-histórica na psicologia social brasileira. Seu trabalho ultrapassou as fronteiras do nosso país, produzindo intercâmbios e trocas na América Latina, fundamentais para o fortalecimento do diálogo entre profissionais desta disciplina no continente.

Tal qual já vinha ocorrendo na América Latina, a psicologia social comunitária no Brasil será bastante influenciada pelo educador Paulo Freire e pelo sociólogo Fals-Borda. Mas no caso de São Paulo, especialmente na PUC-SP, esse pensamento crítico também será nutrido pelo marxismo (FURTADO, 2009). Sílvia Lane adotará como método, então, o materialismo histórico e dialético, o que implica conceber o conhecimento científico como práxis, uma unidade entre saber e fazer. Destaca, assim, a constituição histórica do indivíduo em relação dialética com a sociedade, a ênfase nos processos de consciência e alienação e a reflexão sobre as possibilidades de ação do indivíduo diante das determinações sociais, compreendendo o homem como participante ativo do processo social.

Sílvia Lane foi ainda a primeira presidente da Associação Brasileira de Psicologia Social, fundada em 1980, reunindo muitas das psicólogas comunitárias do período. A criação da ABRAPSO constituiu-se num marco crucial para a organização de uma psicologia social brasileira, guiada pela preocupação com a realidade social, econômica, política e cultural do país, uma psicologia que reunia esforços no enfrentamento à censura e ao frágil academicismo na época da ditadura militar (ANTUNES, 2004; BOCK, A. et al., 2007; BOMFIM, 1989; FREITAS, 2015; GUARESCHI, 2001; SOUSA, F., 2001).

A trajetória de Sílvia Lane se consolida com o lançamento do livro “Psicologia social: o homem em movimento”, organizado em parceria com Wanderley Codo, em 1984. Nessa obra, os organizadores defendem uma psicologia social militante, pautada no exercício da crítica para pensar a realidade brasileira com forte compromisso social, reunindo esforços daqueles que buscavam construir alternativas à psicologia social de cunho cognitivista e experimental praticada nos Estados Unidos e importada no Brasil. É deste livro a célebre frase “toda a

psicologia é social”, cujo objetivo é convocar todas as áreas e campos da psicologia a assumir a natureza histórico-social do ser humano.

Sobre a história da psicologia social, Lane (1984) refere-se a duas tendências principais: a tradição pragmática dos Estados Unidos e a tradição filosófica europeia. A América Latina, por sua dependência econômica e cultural, alternava entre as duas concepções. É nos congressos interamericanos de psicologia no final da década de 70 do século XX que novas alternativas passam a ser gestadas. Para tanto, destacam-se, em 1976 no encontro de Miami, as contribuições dos psicólogos venezuelanos ligados a Associação Venezuelana de Psicologia Social (AVEPSO) e as proposições concretas de uma psicologia social pautada no materialismo-histórico e nas intervenções comunitárias, em 1979, no encontro de Lima, que contou com psicólogos de diversos países, incluindo Peru e México.

Enquanto nação, muitos dos desafios brasileiros são também desafios para outros povos da América Latina, em função da semelhança dos conflitos históricos vivenciados por esses países, principalmente pela condição de colônias de exploração ibero-católica desde o século XVI, além das investidas imperialistas norte-americanas posteriores. Esse processo forjou um tipo de dominação perversa, ancorada na subjetividade social desses países, que perdura até a atualidade com novas roupagens, mas velhos hábitos, atravessando as histórias singulares de cada brasileiro e latino americano.

E como esse processo se apresenta na psicologia? Ferreira, M. (2009) nos ajuda nessa compreensão a partir da retomada de vivências concretas e cotidianas no nosso meio profissional e acadêmico. Chama a atenção para os critérios de valorização do pesquisador, que para obter sucesso necessita do reconhecimento dos europeus ou norte-americanos, publicando em bases bibliográficas produzidas pelos países centrais da economia mundial, sendo citado pelos pesquisadores de tais nações, ou mesmo convidado a ministrar cursos em universidades estrangeiras. Trata-se da disputa no campo simbólico por reconhecimento social, que naturaliza critérios de sucesso e impacta na construção da psicologia.

Sobre a gênese desse processo, no campo da formação das psicólogas, é preciso lembrar que a regulamentação da profissão não assegurou de imediato uma formação sólida e contextualizada aos problemas da sociedade brasileira. Ao

contrário, era baseada na reprodução de teorias e pesquisas estrangeiras, sobretudo dos Estados Unidos e Europa, as quais eram transplantadas mecanicamente para a nossa realidade, muitas vezes sequer aprofundadas a partir dos autores originais, sendo frequente o acesso a tais conhecimentos pela via das obras de comentadores, dada às limitações de um mercado editorial precário (ANTUNES, 2012b).

Na psicologia subjaz, assim, uma dimensão contraditória e incongruente do conhecimento (re)produzido nos cursos de formação quando confrontados com a realidade brasileira, gerando diversos prejuízos. O processo de importação acrítica do conhecimento contribuiu para legitimar como norma o padrão de homens e mulheres, europeus ou norte-americanos, provenientes de camadas com mais alta renda. A partir destes parâmetros, estabeleciam-se comparações para avaliar indivíduos e grupos sociais do nosso país, sem produzir as mediações necessárias entre os contextos culturais, sociais e econômicos das diferentes realidades. Desde a década de 1980, contudo, esse processo vai sendo sistematicamente questionado.

Não há “encontro de culturas” quando esse encontro se caracteriza pela imposição da matriz civilizacional europeia e o quase aniquilamento de várias culturas e civilizações. Esse pensamento irá inspirar o trabalho de Ferreira, M. (2009), ao denunciar o colonialismo cultural ainda presente nos saberes e práticas da psicologia e o distanciamento de uma perspectiva crítica tanto na ciência quanto na profissão, que muitas vezes assume uma postura descritiva dos fenômenos, buscando minimizar a interferência do profissional sobre o objeto, na aspiração de uma suposta neutralidade científica e profissional.

O autor alerta que o colonialismo cultural se expressa na psicologia numa relação de adesão, divulgação e subserviência frente ao conhecimento produzido no exterior. Ao conhecimento estrangeiro são atribuídas virtudes, a exemplo de sua completicidade: a ideia de um conhecimento completo para o qual é difícil ou desnecessário propor acréscimos. Uma postura decorrente é a interpretação de críticas à teoria como críticas à pessoa do profissional, que aciona a defesa apaixonada das convicções teóricas e personalista dos autores. Outra expressão dramática é a importação não somente das teorias, mas também dos problemas de intervenção e pesquisa valorizados.

Cumprir, porém, que o objetivo não é isolar-se da produção mundial ou negar o conhecimento produzido no solo europeu ou norte americano, ignorando as contribuições que possam advir dessas culturas. A proposta é, ao contrário, de diálogo, mas um diálogo efetivo, para o qual é imprescindível o reconhecimento de ambos os lados como interlocutores válidos. A adoção de uma perspectiva crítica auxilia no enfrentamento ao colonialismo cultural, contribuindo para a proposição do compromisso social, ao redimensionar as bases de apropriação do conhecimento exterior e propor que seja mediada por nossa cultura e as necessidades do nosso povo, respeitando a autonomia científica dos intelectuais.

De maneira complementar, chama a atenção o papel dos cursos de pós-graduação nesse processo, por se constituírem em instituições produtoras de conhecimento nacional, por vezes original e criativo. O crescimento da pós-graduação foi importante também para a formação de profissionais mais qualificados a ampliar os campos de atuação e construir novas estratégias para o trabalho em psicologia (ANTUNES, 2012b; WITTER et al., 1992).

Com a expansão da pesquisa, apesar dos recursos escassos e de inúmeras dificuldades, o conhecimento produzido nas terras brasileiras se qualificou, produzindo críticas consistentes e articuladas aos problemas sociais. Esse processo repercute na melhoria da qualidade da formação, ainda que de forma desigual, uma vez que a articulação entre ensino e pesquisa ficou restrita às instituições que ofereceram as condições de trabalho necessárias para que o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão fosse uma realidade.

A consciência sobre o colonialismo cultural nos coloca diante do desafio e da necessidade de construção de uma psicologia brasileira, que se perceba também como psicologia latina americana. Nesse sentido, enquanto refletia sobre a construção da psicologia comunitária no Brasil, Andery (1984) também destaca a presença de experiências em outras localidades na América Latina, associando tal processo à semelhança das condições históricas, políticas e sociais desses países, a requerer intervenções próximas:

Parece lógico não se aceitar como evidente as conclusões da ciência importada – ciência por que importada – e procurar observar mais de perto,

e com um mínimo de empatia, a participação, o cotidiano da vida da população trabalhadora, no seu bairro, na sua família, nas suas organizações mais espontâneas e representativas para ampliar, confirmar ou modificar o que já se sabe sobre a Psicologia. (ANDERY, 1984, p. 219).

Em direção semelhante à apresentada por Silvia Lane e Alberto Abib Andery, os esforços empreendidos na construção de uma psicologia que respondesse concretamente ao campo da nossa subjetividade, marcada por processos políticos e históricos de opressão, desigualdades, aculturação e violação de direitos humanos podem ser observados em psicólogos de outros países, a exemplo do cubano Fernando González Rey, dos venezuelanos Maritza Montero e José Miguel Salazar, da porto riquena Alba Nydiia Ribera e do espanhol radicado em El Salvador Ignacio Martín-Baró (ANTUNES, 2004; FURTADO, 2000; REY, 2001).

Pela relevância de sua obra ao pensamento latino-americano, optamos por apresentar mais detalhadamente as contribuições de Martín-Baró, a partir da leitura de Blanco (2001) e Furtado (2000). Trata-se de uma epistemologia psicossocial baseada no realismo crítico, que tem como princípios: a construção da teoria a partir de uma determinada realidade, com a qual se estabelece um compromisso que envolve a desideologização dos seus aspectos legitimadores e justificadores, reconhecendo a necessidade de intervir para promover mudanças sociais. Pauta-se, portanto, em um compromisso teórico e epistemológico, que se qualifica também como um compromisso ético com a transformação social. Recebe influências da psicanálise, do marxismo e da teologia da libertação.

Para a construção de uma psicologia política, cujo ponto de partida seja a realidade da América Latina, Martín-Baró considera imprescindível debruçar-se sobre os dilemas: 1) entre ditadura e democracia, 2) entre dependência e autonomia regional e 3) entre alienação e identidade histórica. Seus principais temas de estudo foram: problemas de superlotação e habitação; machismo, mulher e família; fatalismo; violência e guerra; religião e conduta política; opinião pública. Aposta, portanto, num trabalho de desideologização pautada na reflexão e conscientização dos povos implicada na práxis.

Nessa leitura sócio-histórica, Baró considera que as funções psíquicas superiores ocorrem em processo de interdependência com o meio social e a experiência histórica. Ele irá, então, inverter a lógica de compreensão da relação

indivíduo-sociedade para discutir as questões relativas à saúde mental e propõe: ordenar o caos que caracteriza as sociedades latino-americanas para então vislumbrar novas possibilidades de desenvolvimento psíquico para as pessoas envolvidas nesta realidade, anteriormente caótica.

Não obstante, “nem tudo são flores” e é preciso estar atento aos obstáculos para a consolidação da latinoamericanidade como perspectiva epistemológica para a psicologia dada a multiplicidade cultural do continente, a divisão das fronteiras dos Estados nacionais, os interesses geopolíticos e econômicos específicos, que apontam para a existência de forte alteridade entre os países. Considere ainda o investimento das potências imperialistas na exasperação das diferenças identitárias e o movimento separatista das elites políticas de tais países colaborando para o enfraquecimento político do continente e a rivalidade entre as nações (SILVA, Marcus, 2000). A unidade só será possível com o respeito às diferenças: construir um projeto comum, mas não universalizante, de uma psicologia latino-americana que responda efetivamente às necessidades de seus países (SILVA, Camila, 2013).

Mas se muito nos separa, a realidade concreta de amplas desigualdades sociais nos une enquanto povos latino-americanos. Nesse sentido, a ênfase nas discussões propostas por Martin-Baró sobre democracia e ditadura, nos reporta aos limites e potencialidades vividos nesse período histórico no Brasil, propriamente o regime autocrático-burguês instalado pela ditadura militar entre os anos de 1964 e 1985, fundamentais para a construção do projeto do compromisso social da psicologia brasileira.

Analisando retrospectivamente seu trabalho produzido na década de 1970, Mello (2010) irá retomar o momento histórico vivenciado pelo país em 1975, destacando a dominação política e a violência do período militar. Um regime baseado na repressão física e simbólica, que produziria efeitos nefastos na sociedade, sobretudo na tendência à conformidade diante da impossibilidade de participação social. Na universidade os desdobramentos seriam ainda mais dramáticos, posto que na ausência da democracia, acirrava-se o controle do pensamento e da palavra escrita pelos órgãos repressivos. Guareschi (2001) caracteriza o período como de consolidação da hegemonia política e econômica dos Estados Unidos, bem como do modelo liberal.

Ao lado da violência e opressão caminharam, contudo, a resistência e a luta pela redemocratização. Em meio às contradições sociais, aquilo que vem para silenciar termina por oportunizar a emergência de um tensionamento, uma insatisfação. Na resistência cotidiana, aprende-se a fazer política, afirmam-se valores e vai sendo gestado nas universidades e na sociedade de um modo geral um pensamento crítico (ANTUNES, 2012b, BOCK, A., 2010a). O próprio surgimento da psicologia comunitária se relaciona com o enfrentamento à ditadura militar, que imprimia repressão e violência, ao mesmo tempo em que colocava na cena a necessidade de conscientização e organização (LANE, 1996/2015).

A despeito da década de 1970 ser marcada pela ditadura militar, com todo seu aparato repressivo e estratégias de despolitização, incluindo a precarização da educação em todos os níveis de ensino e a abertura desenfreada à iniciativa privada, foi nesse mesmo período que passam a circular um grande número de publicações, incluindo traduções de clássicos do marxismo, autores “reprodutivistas” como Bourdieu, Passerón e Althusser, da “antipsiquiatria” e “psiquiatria alternativa”, a exemplo de Basaglia, e outros que auxiliaram em importantes reflexões como Goffman, Foucault, Politzer e Sève.

Nas universidades, a presença dos intelectuais da esquerda, a expansão do ensino de Marx e a militância dentro desses espaços institucionais fomentaram a efervescência de muitas questões éticas e políticas. Essas mudanças vão favorecer nos cursos de psicologia, o aparecimento de pensamentos críticos e, sobretudo, do questionamento sobre “de que lado estavam os psicólogos” (BOCK, A., 2008, 2010a). A importância da comunidade científica também se expressa no papel da Universidade e da produção de pesquisas na construção de uma psicologia comprometida com os problemas sociais, ampliando o olhar sobre o fenômeno psicológico com novos saberes e práticas.

Ressalta-se, ainda, o protagonismo do movimento estudantil, incluindo a reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE). Nesse período, os estudantes de psicologia se articulavam a nível nacional, por meio da Comissão Organizadora dos Estudantes de Psicologia (COEP), que se tornaria depois a Secretaria de Psicologia da UNE (SEPUNE). Essa atuação no campo social mais amplo irá ressoar diretamente no modo de pensar e fazer a psicologia, sendo

frequentes nos Encontros Nacionais de Estudantes da Psicologia (ENEPS), as discussões sobre a busca de “alternativas” e o desejo de “redefinir” a psicologia (YAMAMOTO, O., 1987).

Nesse universo sombrio, destaca-se a reorganização de muitos segmentos da sociedade civil em meados da década de 70 do século XX. Há o crescimento do movimento operário e a retomada dos movimentos sociais com o fortalecimento dos sindicatos, as grandes greves de 1970 e 1972 em São Bernardo, o surgimento da liderança do Lula. Na psicologia, temos ainda, a entrada das psicólogas na saúde mental nos anos 1980 e o contato com o movimento sanitarista já organizado e avançando significativamente (BOCK, A., 2010a). A essa psicologia dentro do Serviço Público são colocados desafios diferentes dos consultórios particulares e isso transforma a profissão e também a sua imagem

As psicólogas ao entrarem na saúde, se organizam, se destacam e chegam a constituir lideranças nesse campo, a exemplo da psicóloga Mônica Valente. Uma transformação importante para a psicologia é que todas essas experiências vão interferir na construção de uma nova maneira de conceber a saúde, agora vista como qualidade de vida, diretamente associada às condições de moradia, de trabalho, de educação, lazer, ou seja, volta-se a atenção para as condições concretas de vida das pessoas (BOCK, A., 1997), marcando um compromisso com a realidade social.

Apesar das denúncias e avaliações acerca dos rumos da psicologia já existirem a algum tempo, Yamamoto, O. (2009) ressalta que somente após a confluência de condições históricas específicas, tais como o fim da ditadura militar e a crise mundial do capitalismo é que surgem possibilidades de transformação nos rumos da profissão, devido a contingências específicas do mercado de trabalho, no sentido da diminuição da demanda por serviços psicológicos no modelo de profissional autônomo dado à crise econômica vivenciada no país; a abertura dos espaços de trabalho na área social após Constituição de 1988 e as produções teóricas que nutriam de reflexão crítica essa redefinição de caminhos.

A despeito das contradições presentes na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), é preciso reconhecer que ela representa um marco histórico muito significativo, por fornecer a base legal para o reconhecimento dos direitos sociais e

da necessidade de políticas públicas como meio para que tais direitos sejam ofertados e garantidos a toda população. Na educação, por exemplo, irá desdobrar a Lei n. 9.394 (BRASIL, 1996) que instituiu as diretrizes e bases da educação nacional.

Desse modo, a Constituição Cidadã, como também é chamada, torna-se uma referência a subsidiar novas reflexões sobre o lugar social das profissões, dentre as quais a psicologia. Zenaide (2010) acrescenta que tal Constituição ao instituir o Estado Democrático de Direito no Brasil favoreceu no nível interno a construção de relevantes mecanismos nacionais de proteção aos direitos humanos. Dentre os quais a autora destaca:

Lei 7.716/1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor; a Lei 8.069/1990, que cria o Estatuto da Criança e do Adolescente; a Lei 9.140/1995, que cria a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos durante a ditadura militar; a Lei 9.455/1997, que tipifica o crime de tortura; a Lei 9.459/1997, que tipifica os crimes de discriminação com base em etnia, religião e procedência nacional; a Lei 9474/1997, que cria o Estatuto do Refugiado; a Lei 9.534/1997, que institui a gratuidade do registro civil de nascimento e da certidão de óbito, a Lei 10.098/2004, que cria o Programa de Promoção e Defesa dos Direitos da pessoa com Deficiência; a Lei 10.741/2003, que cria o Estatuto do Idoso e outras. (ZENAIDE, 2010, p. 19-20).

A participação das psicólogas nos movimentos organizados da sociedade civil em defesa da criança e do adolescente foi importante para a formulação e instituição do ECA em 1990. Sobre esse aspecto, Contini (2009) situa que a mudança do antigo Código do Menor para o novo Estatuto representa uma mudança radical ao considerar a criança e o adolescente como Cidadãos de Direitos, além de possibilitar o envolvimento da sociedade na construção de políticas públicas que visem fortalecer uma rede de proteção à criança e ao adolescente no Brasil. A atuação da psicóloga junto às crianças e adolescentes passa a pautar-se por tais questões, envolvendo um trabalho coletivo e interdisciplinar, comprometido com a transformação da sociedade.

Ao final da década de 1980, após uma série de lutas e experiências, consolidou-se certo consenso sobre a importância dos aspectos sociais e culturais frente à constituição e desenvolvimento do fenômeno psicológico. Ademais, a

psicóloga passa a ser caracterizada como profissional de saúde, em decorrência também da sua participação como trabalhadora social nos movimentos da saúde. Assim, “se hospitais e postos de saúde foram, num primeiro momento, apenas oportunidades de emprego, para muitos hoje eles são parte de seu compromisso social” (WITTER, et al., 1992, p. 239).

Os psicólogos não só apontam seus problemas como afirmam acreditar que a solução deles passa pelo compromisso social com a maioria da população, com as carências e necessidades reais de um povo que sofre na luta pela sua sobrevivência. Uma categoria feminina, sem tradição de luta, sem grande inserção no mercado de trabalho, quer se comprometer, quer se envolver, quer participar da história. (BOCK, A., 1997, p. 110).

Já a década de 1990 terá como marca a expansão da atuação das psicólogas junto a populações pobres, não apenas nas instituições públicas, mas pelo vínculo de trabalho com as organizações do terceiro setor, muitas vezes em áreas emergentes. A diversidade da atuação podia ser observada em escolas, postos de saúde, centros de reabilitação, movimentos sociais, práticas psicossociais com mulheres, crianças em situação de rua e terceira idade, secretaria do bem estar social, órgãos ligados à família, instituições penais, dentre outros (BOCK, A., 1997; FREITAS, 2015; YAMAMOTO, O., 2009).

Neste período vamos vivenciar ainda a criação do SUS. Um sistema orientado por concepções da Reforma Sanitária, que propunha analisar as questões de saúde a partir das condições de vida da população, reconhecidas como seus determinantes. Trata-se de uma das principais inovações da reforma do Estado Brasileiro, fruto da articulação do governo, profissionais de saúde progressistas e a população, sendo proposto como política nacional em 1986 na VIII Conferência Nacional de Saúde, amparado pela Constituição de 1988 em seu artigo 196 e regulado em 1990 pela Lei n. 8.080 (BRASIL, 1990b).

Os desafios do SUS vêm contribuindo significativamente para que as psicólogas questionem a qualidade do seu compromisso junto à sociedade, não somente pela abertura dos postos de trabalho nesta política pública, mas, sobretudo, pelo inquietante convite à reinvenção dos saberes e práticas que ela implica. Aliado às conquistas do Movimento pela Reforma Sanitária, que combatia o modelo de

saúde centrado na medicina com caráter privatista, é preciso considerar também as contribuições da Reforma Psiquiátrica na constituição de um projeto de compromisso social para a psicologia.

A Reforma Psiquiátrica brasileira, regulada pela Lei n. 10.216 (BRASIL, 2001), tem laços fortes com o Movimento pela Reforma Sanitária, por meio da organização do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental. Será também fortemente influenciada pelo Movimento da Luta Antimanicomial, instituído em 1987. Seus defensores aprenderam com a Reforma Italiana que os esforços deveriam ultrapassar a dimensão da saúde e atingir a dimensão social, produzindo transformações na cultura. A atuação precisa incluir, portanto, as políticas públicas de cultura, trabalho e habitação, enfrentando as condições de miséria que atinge a população. A luta pela Reforma Psiquiátrica remete-se, assim, a luta pela transformação social, a luta pela vida e dignidade de todos (ROSA, 2016).

Chama a atenção que tanto as psicólogas que lutavam pela Reforma Psiquiátrica Antimanicomial quanto as profissionais que desenvolviam trabalhos com a psicologia comunitária defendiam princípios semelhantes, calcados no reconhecimento da autonomia e capacidade de emancipação de todos os sujeitos, incluindo aqueles na condição de portadores de transtornos mentais ou sofrimento psíquico. Desse modo, práticas “alternativas” à concepção hegemônica e tradicional reafirmavam uma psicologia que reconhecia não um indivíduo a-histórico e universal, mas sim um sujeito em relação com o contexto social, contexto esse que necessita ser apropriado para possibilitar a emancipação do sujeito.

A despeito das conquistas alcançadas na luta pela redemocratização do país, é preciso lembrar que a grande burguesia brasileira, que se expandiu à sombra da proteção estatal da ditadura, no curso da década de 1990 substituirá o apoio ao projeto coercitivo subsidiado pelos militares, pela defesa do projeto societário ancorado no neoliberalismo (NETTO, 2008). O fortalecimento da crítica à perspectiva neoliberal caracterizou-se como elemento importante na construção do projeto do compromisso social considerando os prejuízos sociais que tal projeto desdobra (BOCK, A., 1999, 2010a; GUARESCHI, 2001; SIVIERI, 2001; SOUSA, F., 2001; YAMAMOTO, O., 2009).

Nessa direção, Bock, A. (1999) irá justificar que a psicologia estabeleça seu compromisso social no enfrentamento aos efeitos das políticas neoliberais, acirradas nos governos de Fernando Henrique Cardoso: “hoje, se coloca essa exigência porque as condições de vida de nosso povo estão se deteriorando; há muita pobreza, muita carência e estas situações têm gerado sofrimento psíquico e nós, psicólogos, já não podemos mais estar de costas para esta realidade” (BOCK, A., 1999, p. 323).

Qual realidade? A autora nos apresenta uma síntese da situação na época: uma nação que era ao mesmo tempo a 10ª economia mundial e ocupava a 79ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), no critério educação, a posição caía para 86ª. Convivia-se com altos índices de mortalidade infantil, analfabetismo e posições desfavoráveis nas condições de moradia, saneamento básico e assistência à saúde para a população. Contudo, tais condições não alcançavam a todos, posto que a concentração de renda garantisse a desigualdade: os 20% mais pobres detinham somente 2,5% da renda, contra os 20% mais ricos que ficavam com 63,4% dela. Era o tempo da subjugação ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) que estimulavam o desinvestimento em setores não lucrativos para ampliar as possibilidades de pagamento da dívida externa.

Os defensores da política neoliberal argumentam que os serviços públicos, pautados nos princípios de universalidade e gratuidade, superdimensionam o gasto estatal. Com base em uma compreensão de Estado Mínimo propõem a redução de despesas, sobretudo nos gastos sociais, o que implica reduzir meios financeiros, materiais e humanos para a execução dos projetos. As políticas de acesso universal são, então, substituídas por programas focalizados e seletivos, que exigem cadastro e comprovação da pobreza, acompanhados dos constrangimentos burocráticos e morais às vítimas de tais processos (IAMAMOTO, M. 2008).

E quais seriam as características principais da agenda neoliberal? Vejamos outros aspectos: elevação da taxa de juros, diminuição da taxa sobre altos rendimentos, ampliação do desemprego, controle e repressão do movimento sindical, forte tendência à privatização, monopolização do capital por meio de compras e fusões. Baseia-se, portanto na lógica da minimização do Estado e

maximização do Mercado, compondo frentes de dominação ideológica, política, social e econômica (SIVIERI, 2001; YAMAMOTO, O., 2009).

Para tornar tal projeto exequível, o ideário neoliberal exige a construção de um “novo homem”. É necessário, assim, que os indivíduos introjetem o valor mercantil e as relações mercantis como padrão dominante de interpretação do mundo, que o “mercado” se transforme no espaço concebido como possível e necessário para se desenvolverem como pessoas, atuando sobremaneira no campo das subjetividades (MANCEBO, 2002).

As políticas neoliberais afetaram, sobremaneira, as políticas públicas, nas quais as psicólogas vinham progressivamente se inserindo. Sobre tal inserção, é preciso lembrar que elas não ocorrem apenas por iniciativa individual dos profissionais. Há uma série de mobilizações da categoria para tal desenvolvimento, dentre as quais se destaca o papel das entidades representativas de classe em seu potencial de negociação com o Estado. Isso nos remete ao último tópico desta seção: a importância das entidades representativas da profissão como uma das condições para o desenvolvimento do projeto do compromisso social.

As instâncias representativas e/ou de regulamentação da profissão, a exemplo do Sistema Conselhos e as entidades sindicais apresentam centralidade na construção de um projeto político para a psicologia comprometido socialmente com as necessidades da maioria da população (AMORIM, 2010; DANTAS, 2007; FONSECA; COSTA, 2012, GONÇALVES, 2010, HUR, 2005; PRATES, 2015). A discussão institucional aponta para um componente importante: se por um lado o compromisso pode ser assumido individualmente por cada profissional, coletivamente, é por meio das entidades que essa assunção se torna viável.

Muitos dos dilemas e conflitos reportados anteriormente como “da psicologia” se materializaram no cotidiano das entidades e no encaminhamento das ações institucionais em diferentes momentos históricos. As primeiras gestões do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo, do Conselho Regional da mesma região e do Conselho Federal são constituídas em plena ditadura militar, a partir de 1973. Tais entidades tinham o desafio de promover a profissão que se iniciava e organizar pioneiramente os espaços coletivos. A principal crítica a esses grupos é a visão restrita e autocentrada da psicologia: eminentemente técnica e desvinculada da

esfera política, assumindo uma posição apolítica, que na época representava uma posição política consonante à repressão do Estado (HUR, 2005).

Somente na década de 1980, grupos alinhados a uma posição de esquerda<sup>14</sup> assumiram a direção das entidades pautando a transição da defesa de interesses corporativistas para o engajamento da profissão em lutas que estabelecem seu posicionamento assertivo numa relação com a sociedade que visa a um projeto de transformação social, retomando a dimensão política da atuação anteriormente encoberta, ainda que possa ser questionado o quanto dessas posições emancipadoras tenham efetivamente se estabelecido em práticas para além de discursos no período (HUR, 2005).

Sobre esse processo, inicialmente é ocupado o Sindicato dos Psicólogos de São Paulo em 1979, que tinha até então como um dos seus diretores um militar com formação em psicologia. O novo grupo assume o compromisso de envolver a categoria no debate social amplo e nas lutas populares, defendendo um posicionamento ético-político de engajamento pela redemocratização do país, organização dos trabalhadores, defesa da Luta Antimanicomial, dentre outras iniciativas que marcam essa entidade até os dias atuais. “Para o Sinpsi, a luta sindical clássica de corte corporativo deve estar articulada aos interesses mais amplos da sociedade, tais como: democracia universal e participativa, luta contra todas as formas de preconceito, discriminação e violência e conquista de direitos que garantam a justiça social” (FONSECA; COSTA, 2012, p. 109).

Além de São Paulo, são constituídos ou ocupados sindicatos no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul e, posteriormente, Brasília, Ceará, Paraná. Em meados da década de 1980, destacam-se as lutas das entidades sindicais por melhores condições de trabalho e ampliação do mercado, reivindicando espaço para as psicólogas no Serviço Público. Essa reorientação na luta sindical marca uma mudança importante: mantém-se a luta pela ampliação dos postos de trabalho para as psicólogas, mas articulada com a possibilidade de expansão do acesso a serviços psicológicos para a maioria da população brasileira.

---

<sup>14</sup> Hur (2005) elucida seu entendimento político quanto à esquerda a partir de Gorender (1998): “o conceito referencial de movimentos e idéias endereçados ao projeto de transformação social em benefício das classes oprimidas e exploradas. Os diferentes graus, caminhos e formas dessa transformação social pluralizam a esquerda e fazem dela um espectro de cores e matizes” (GORENDER, 1998, p.11, apud HUR, 2005, p.127).

Em 1985 é fundada a FENAPSI, entidade sindical de base territorial nacional que congrega sindicatos de diferentes estados e regiões do país, filiada a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em seus fundamentos destacam-se: “o compromisso com a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora por melhores condições de vida e trabalho no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia” (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PSICÓLOGOS, 2009, p. 1). A partir de 1989, começa a discussão sobre a organização por ramos de produção, que irá atravessar toda a história dessa Federação: inicialmente tendendo para o Ramo dos Profissionais Liberais, posteriormente reorientando-se para o Ramo da Seguridade Social.

Sobre a importância das entidades sindicais da psicologia no enfrentamento ao histórico compromisso com as elites nessa profissão, Hur (2005) destaca:

Um primeiro passo para a “deselitização” da Psicologia foi compreender o psicólogo como trabalhador, inserido nas lutas da contradição de classes sociais e sujeito à dominação e, não mais, como profissional liberal, autônomo, independente, senhor de si. O Sindicato criou uma atuação crítica na qual defendia o trabalhador, problematizava o lugar do psicólogo e apoiava os movimentos sindicais gerais como a CUT. (HUR, 2005, p. 208).

Após os sindicatos, os Conselhos foram ocupados por grupos que defendiam que a psicologia se tornasse um instrumento a serviço da população brasileira. Os conselhos profissionais em âmbitos federal e regionais são entidades autárquicas especiais, que tem a responsabilidade de regulamentar e fiscalizar o exercício profissional. Tal processo implica a transferência de poderes do Estado para que a própria categoria assuma a proposição das suas diretrizes profissionais. Tais entidades imprimem ações que se alinham na busca ou manutenção do reconhecimento social da profissão, produzindo discursos que impactam na sua imagem social e a negociação política com Estado, definindo formas de se apresentar à sociedade.

Na série histórica da publicação de artigos relacionados à temática do compromisso social em periódicos brasileiros, Amorim (2010) aponta aumento significativo da produção entre os períodos 1988-1990 (n = 6), 1999-2001 (n = 10); e

2005-2007 (n = 22), os quais juntos representam 62,3% dos artigos analisados. Uma das explicações da autora para esse processo diz respeito ao papel do Sistema Conselhos no fomento ao debate de tais questões. Apoia-se, então, em Seixas (2009) para indicar que as publicações do Conselho Federal de Psicologia (1992b, 1994) são fundamentais na discussão do compromisso social por apontarem as características do exercício profissional da psicóloga necessárias para as mudanças nos rumos da profissão a partir do diagnóstico realizado no grande estudo nacional no final da década de 1980 (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1988).

Ambos os estudos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1992b, 1994) são guiados pela preocupação de identificar práticas inovadoras tanto nos campos tradicionais como na abertura de novos espaços de atuação, bem como seus diversos impactos na ciência e profissão. O primeiro foi conduzido por meio de uma revisão bibliográfica entre os períodos de 1980 a 1992, em quatro campos: clínica, organizacional, escolar e comunitária-social. Já o segundo, partindo dos resultados anteriores, investiu na realização de entrevistas com os profissionais dos diversos campos, pautando-se por um caráter descritivo e não avaliativo das experiências; importante para mapear um panorama das tendências apontadas no período.

Analisando o movimento de diferentes áreas de atuação na psicologia, Bastos e Achcar (1994) assinalam as principais tendências de mudança nos rumos da profissão observados na década de 1990:

Concepção sobre o fenômeno psicológico: inicialmente centrado no plano individual (indivíduo a-histórico, isolado do seu contexto social) passa a ser compreendido na sua interdependência com o contexto sociocultural.

Fontes de conhecimento que embasam a prática: da perspectiva unidisciplinar para multidisciplinar, valorizando o aporte de outras ciências, principalmente as sociais.

Natureza da intervenção: tradicionalmente centrada na atuação da psicóloga isoladamente, começa a valorizar a ação em equipes multiprofissionais. Busca, também, superar o caráter curativo e remediativo para explorar intervenções a partir de uma concepção preventiva, prospectiva, em grupos.

Nível da intervenção: da atuação restrita a aplicação de técnicas para um trabalho em nível mais estratégico e de maior poder decisório. Observa-se, ainda, a diversificação dos recursos técnicos.

Clientela: torna-se mais diversificada, ultrapassando a prevalência da camada média para a oferta de serviços às camadas populares e públicos socialmente excluídos.

Atitude em relação ao conhecimento, técnicas e práticas: de uma posição passiva e reprodutora do que foi originado em outros contextos passa a uma postura crítica com atenção para produzir intervenções apropriadas à realidade em que atuam.

Natureza do compromisso enquanto profissional: da preocupação humanista centrada no atendimento das necessidades individuais, ganha força a valorização do engajamento político pela transformação social.

Na década de 1990, a pergunta sobre o compromisso social muda sua qualidade. Estava firmado com o quê se comprometer, restava construir o “como” para que tais tendências, ainda incipientes, efetivamente se consolidassem na ciência e profissão. Destacam-se, ainda, nesse período, as mudanças ocorridas nos conselhos profissionais a partir do Congresso Nacional Constituinte da Psicologia, considerado posteriormente como o I Congresso Nacional da Psicologia. Realizado em 1994, em Campos do Jordão, o congresso deliberou mudanças que iriam ampliar o caráter democrático da gestão dos Conselhos incluindo a criação de instâncias deliberativas coletivas como os congressos nacionais e regionais da psicologia e eleições diretas<sup>15</sup> para o Conselho Federal.

A responsabilidade pela organização do II CNP realizado em 1996 e das eleições para o plenário do Conselho Federal ficou a cargo do Fórum de

---

<sup>15</sup> Até então, a composição do plenário do Conselho Federal era realizada de maneira indireta por indicação dos plenários regionais. Uma das deliberações do Congresso Constituinte é alterar o formato das eleições, constituindo também o Conselho Federal por meio de consulta nacional direta à categoria. Conforme deliberação do I CNP tem uma gestão tampão entre 1995 e 1996 (IX Plenário) e o grupo cumpre a disposição democrática acordada, renunciando coletivamente antes do prazo (1998) para empossar o X Plenário, o primeiro constituído por eleição direta, que toma posse em fevereiro de 1997.

Entidades<sup>16</sup>. Ao final do II Congresso Nacional (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 1996) houve o indicativo de que após a formalização do resultado da consulta nacional, este Fórum encerrasse suas atividades, como efetivamente ocorreu; indicava-se a criação de um espaço de articulação política de entidades nacionais da psicologia. É proposta ainda neste encontro que a instância de deliberação coletiva no Sistema Conselhos fosse a Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF)<sup>17</sup>, contando com representantes dos conselhos regionais e federal. Estava em construção a democratização da entidade.

Destaca-se nessa direção a iniciativa do CFP de criação do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira em 1997 composto inicialmente<sup>18</sup> pelo CFP, FENAPSI, ANPEPP, Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP) e Conselho Nacional de Entidades Estudantis da Psicologia (CONEP). O Fórum se configura como um espaço amplo e aglutinador de diversas entidades no âmbito nacional (científicas, profissionais, sindicais e estudantis), importante para potencializar a construção coletiva da psicologia brasileira. Ao longo dos anos o Fórum cresceu, contando atualmente com 23 entidades associadas<sup>19</sup>.

Pautado pelos princípios de compromisso com a melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira, qualificação técnica e ética na produção do conhecimento e no exercício profissional, diálogo fraterno visando intervenções na psicologia que possam ser consensuais e conjuntas e o fortalecimento dos vínculos entre a ciência e a profissão, o FENPB atua no fortalecimento das entidades, incluindo ações conjuntas como a realização do Congresso Brasileiro Psicologia: ciência e profissão (CBP), a criação da ABEP e da Biblioteca Virtual da Psicologia no Brasil, apoio ao desenvolvimento desta biblioteca na América Latina, além do estabelecimento de uma proposta de Diretrizes para o Ensino da Psicologia.

---

<sup>16</sup> “Quanto à composição, participam do Fórum de Entidades: um representante de cada CRP, um representante do CFP, um representante da FENAPSI e um representante do ENEP; perfazendo, portanto, o total de quinze representantes” (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 1994, p.2).

<sup>17</sup> Quando da sua proposição no II CNP, a APAF tinha o nome de Assembleia das Políticas Administrativas e Financeiras, sendo renomeada no VI CNP como Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças, enfatizando a importância que esta instância terá nas deliberações de todas as naturezas que competem à autarquia (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 2007).

<sup>18</sup> Informação disponível nos Anais do I CBP, realizado em São Paulo em 2002.

<sup>19</sup> A lista de entidades associadas ao FENPB e outras informações sobre o Fórum tais como suas principais realizações estão disponíveis em: <<http://www.fenpb.org/default.aspx>>. Acesso em: 09 out. 2017.

Sobre a primeira eleição direta do CFP concorreram duas chapas ao pleito: “Consolidação Nacional da Psicologia” e “Um Conselho para Cuidar da Profissão”, sendo esta última eleita. Na apresentação de campanha <sup>20</sup> das chapas, resguardadas as diferenças de proposta política e de visão do papel e das funções do conselho de psicologia, destacam-se em ambas a contribuição da psicologia para a construção de uma sociedade democrática, compreensão dos problemas sociais como questões para a psicologia, defesa das políticas públicas e dos sistemas de garantia de direitos e fortalecimento das entidades de psicologia, expressando preocupações típicas nesse período, representativas do avanço de uma perspectiva de compromisso social para a profissão e formação de psicólogas.

Em trabalho anterior (SANTOS, 2013), sinalizamos a importância do movimento “cuidar da profissão” no fomento ao projeto do compromisso social da psicologia, principalmente via as gestões ocupadas no conselho profissional em âmbito federal (entre 1997-2013 e 2016-atual) e em diversos conselhos regionais. Há participação do Cuidar também em gestões da ABEP e entidades sindicais em diferentes regiões do país.

O movimento inicia-se com a Chapa “Um Conselho para Cuidar da Profissão”, inscrita na consulta nacional de 1996, que ressaltou em suas propostas, a necessidade de superar o isolamento internacional da psicologia brasileira, integrando-a no cenário do desenvolvimento técnico-científico mundial e aproximando os laços em particular com a América Latina, além de divergências com perspectivas corporativistas, compreendendo em um mesmo movimento, as necessidades profissionais das muitas psicólogas desempregadas e subempregadas e as lutas da população na exigência do direito à saúde, à educação, ao trabalho e a terra, enfatizando a importância de oferecer serviços éticos e de boa qualidade para a população (CUIDAR DA PROFISSÃO, 1996).

Da proposição de uma chapa, desenvolve-se um movimento político da psicologia, referido à sociedade brasileira, que tem na gestão das entidades a via para concretização de seu projeto em relação à formação, à organização dos

---

<sup>20</sup> A apresentação de campanha das duas chapas pode ser lida na matéria do ano 16 / número 101 do Jornal Psi (set./out., 1996) editado pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Disponível em: <[http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/jornal\\_crp/101/frames/fr\\_indice.aspx](http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/jornal_crp/101/frames/fr_indice.aspx)>. Acesso em: 09 out. 2017.

trabalhadores e ao exercício profissional das psicólogas. Tal projeto político baseia-se na ampliação do diálogo da psicologia com os movimentos sociais, os três poderes e a sociedade, na defesa incondicional de uma psicologia com compromisso social, pautada na proteção e promoção dos direitos humanos, defesa da democracia e enfrentamento da desigualdade (CUIDAR DA PROFISSÃO, 2015).

A partir da análise das condições que tornaram possível a proposição do compromisso social como um horizonte ético-político para a psicologia, observa-se que a constituição desse projeto esteve imbricada com as condições sócio-históricas de seu tempo. Desponta entre as décadas de 1970 e 1980 como expressão das inquietações sobre a função social da psicóloga e os novos saberes e práticas que nutriam a redefinição da psicologia na busca por superar seu caráter elitista. Acompanha, então, os enfrentamentos à ditadura militar e as péssimas condições de vida da população frente à intensa concentração de renda no período, caracterizado por uma opressão eminentemente política a ocultar opressões econômicas.

É retomado como uma preocupação temática significativa a partir da década de 90 do século passado quando mais uma vez coexistem motivações internas à profissão que enfrentava altos índices de desemprego e a necessidade de ampliação do mercado de trabalho, mas também externas, haja vista o acirramento dos comprometimentos da vida social pelo neoliberalismo, caracterizado como uma opressão eminentemente econômica a ocultar opressões políticas.

É no enfrentamento a diversas opressões, sejam elas políticas, econômicas, sociais ou mesmo científicas que o compromisso social vai ganhando relevo e consolidando-se como um projeto ético-político para a psicologia. É na discussão sobre a impossibilidade de uma prática científica ou profissional ser neutra, ou destituída de valores e intencionalidades, que o questionamento de Guerra (2003) mantém sua vivacidade até os dias atuais:

Afinal, se a ética, numa posição crítica, nos permite perceber as sutilezas discursivas que naturalizam a exclusão social, a hierarquização dos níveis de saber, a dominação, o autoritarismo, a expropriação e a exploração subjetiva e econômica, a que serve todo nosso arsenal epistêmico e metodológico se ele não é tomado como elemento de transformação e superação de tais situações? Como, no campo da Psicologia, podemos tomar esses elementos para pensar seu compromisso social com a realidade concreta que a cerca? (GUERRA, 2003, p. 24-25).

Para encerrar essa seção, apresentaremos a seguir o quadro 2 com a síntese das principais condições históricas para o estabelecimento do compromisso social na psicologia brasileira. Reconhecemos que este processo encontra-se em movimento, sendo difícil precisar rigidamente datas para demarcar a emergência de alguns tópicos, bem como delimitar seus desdobramentos de maneira estanque e cronológica. Nesse sentido, a divisão em décadas tem caráter didático, que assumimos a despeito das limitações.

## Quadro 2 – Condições históricas para o estabelecimento do compromisso social

Déc. 70

- Estudos sobre o perfil da profissão e a função social da psicóloga: a que, a quem e como servíamos?
- Fortalecimento da Psicologia Comunitária e aproximação com os movimentos sociais.
- Experiências de trabalho em instituições públicas, principalmente na área da saúde.
- Resistência à ditadura militar.
- Ampliação do acesso à universidade para a camada média.
- Abertura da pós-graduação e expansão da pesquisa.

Déc. 80

- Leituras críticas da realidade na produção do conhecimento psicológico, incluindo perspectivas sócio-históricas.
- Produção de críticas ao fazer *psi* nos campos tradicionais da clínica, educação e trabalho, dada sua função adaptativa e centrada no modelo médico de intervenção.
- Entrada das psicólogas na saúde mental e articulação com o movimento sanitarista.
- Combate ao colonialismo cultural e intercâmbios da psicologia na América Latina.
- Luta pela redemocratização do país, incluindo a organização do movimento estudantil.
- Criação da Associação Brasileira de Psicologia Social.
- Criação da Federação Nacional dos Psicólogos.
- Ocupação das entidades representativas por grupos progressistas: reorientação dos interesses corporativistas para o engajamento da profissão em lutas sociais mais amplas.
- Luta das entidades sindicais por melhores condições de trabalho e ampliação do mercado, reivindicando espaços no Serviço Público.

Déc. 90

- Novo "boom" de acesso universitário dada a agenda neoliberal.
- Constituição de 1988: ampliação dos espaços de trabalho no campo social, sobretudo em instituições públicas.
- Criação do Sistema Único de Saúde.
- Lei n. 9.394/96: diretrizes e bases da educação nacional.
- Formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente
- Reforma Psiquiátrica e Movimento da Luta Antimanicomial.
- Críticas e resistência ao neoliberalismo.
- Emergência do Movimento "Cuidar da Profissão".
- Criação do Fórum de Entidades da Psicologia Brasileira.
- Criação da Associação Brasileira de Ensino da Psicologia.
- Papel ativo de entidades representativas da profissão na defesa do projeto ético-político do compromisso social.

## 2.4. As significações do compromisso social

Com vistas a mapear as compreensões sobre o compromisso social, construídas ao longo da história da psicologia, a revisão de literatura neste trabalho encontrou esforços de delineamento do campo de significações que circunscrevem tal objeto a partir de reflexões em ensaios teóricos na área (BOCK, A., 1999; GUARESCHI, 2001; BASTOS, 2009), pesquisas de revisão bibliográfica e análise documental (LOPES, 2005; AMORIM, 2010) e investigação dos significados do compromisso social em veículos de comunicação de entidades representativas das psicólogas (SILVA, Claudia 2004). Iniciaremos com as contribuições dos ensaios teóricos.

Em artigo publicado no final do século XX, Bock, A. (1999) irá discutir mudanças na identidade profissional da psicóloga, ao passo em que aponta alguns critérios para avaliar a apropriação do compromisso social pela psicologia: garantir amplo acesso da população aos serviços psicológicos, necessidade de revisão das técnicas para adequá-las à população alvo, produção de práticas divergentes ao modelo médico centrado na doença, foco na promoção da saúde da comunidade, intervenções críticas e problematizadoras da realidade, construção de saberes e práticas que apontem para a transformação social, promovendo mudanças nas condições de vida do povo brasileiro.

Compreende, assim, o compromisso social em uma perspectiva ética, na qual importa mais a finalidade do trabalho, o horizonte político da atuação, que amplia sua qualificação ao comprometer-se. Nas palavras da autora: “discutir o compromisso social da Psicologia significa, portanto, sermos capazes de avaliar a sua inserção, como ciência e profissão, na sociedade e apontarmos em que direção a Psicologia tem caminhado: para a transformação das condições de vida? Para a manutenção?” (BOCK, A., 1999, p. 321).

No bojo das discussões sobre o compromisso social, Guareschi (2001) indica a necessidade de, inicialmente, problematizar o que compreendemos como sendo o “social”. Evidencia que há diversos significados, aos quais subjazem concepções de homem e mundo, valores e comportamentos também distintos, indicando três cosmovisões principais: totalitária, liberal capitalista e comunitário-solidária. Um

exemplo de sociedade em que o primeiro tipo de cosmovisão se manifestou foi o período compreendido pela ditadura militar no Brasil, a segunda, o que vivemos atualmente e a terceira, aquela que recupera o sentido de ser humano e do compartilhamento da vida social. De acordo ao tipo de “social” aceito pela psicologia, associar-se-á uma compreensão de ética específica, campo no qual se instaura a possibilidade do compromisso, tal qual assinalou Bock, A. (1999).

Na compreensão social liberal, por exemplo, a ideia de neutralidade científica pode levar a negação da necessidade de se comprometer, ainda que tal postura seja mistificadora da realidade. Ao reafirmar a centralidade da dimensão ética, o autor considera que não há vivência humana que possa prescindir dela, nem na ciência, nem na profissão, do que decorre a compreensão de que é impossível não ter compromisso, assim como é também impossível ser neutro ou não ter uma postura política (GUARESCHI, 2001). Resta-nos o questionamento sobre a qualidade do compromisso que estabelecemos com o mundo por meio de nossas ações profissionais.

Os trabalhos de Bock (1999) e Guareschi (2001) são exemplos de reflexões profissionais que estavam sendo produzidos pela categoria, esforços típicos do processo de construção de um horizonte ético-político para esta ciência e profissão alinhado a um projeto societário alternativo. Diferentemente, os próximos autores que serão apresentados passam a estudar o compromisso social na direção de um entendimento conceitual por meio da sistematização dos usos que estavam sendo feitos com este termo, destacando o conjunto de elementos que estavam sendo postos pela categoria seja nas contribuições das produções acadêmicas ou nas discussões profissionais e das entidades da área.

Bastos (2009), por exemplo, irá recorrer aos significados dicionarizados das palavras “compromisso” e “social”. Indica que “compromisso” reporta-se ao fenômeno em si, ou seja, o elemento substantivo. Destacam-se as noções de obrigação e envolvimento, situando uma dimensão afetiva que alinhada a valores e crenças coerentes para o sujeito produziram o sentimento de responsabilidade para com o objeto alvo do compromisso. Já o termo “social” apresenta-se como uma qualificação, um adjetivo, o qual pode se relacionar tanto a pessoas quanto a

sociedade, e que no caso do compromisso, em geral, está associado “ao que é de interesse da sociedade”. Mas como definir tais interesses?

A partir de diferentes concepções acerca da sociedade e da relação indivíduo e sociedade, o autor irá apresentar três possibilidades de entendimento sobre o compromisso social: 1) compreensão de que todas as demandas colocadas a um profissional podem ser consideradas como sociais; assim, todas as ações das psicólogas poderiam ser consideradas como comprometidas; 2) adjetivação de “sociais” apenas às demandas provenientes de grupos minoritários, discriminados ou excluídos; portanto, compromisso social implicaria atuar profissionalmente com vistas à transformação da vida das pessoas; 3) na ação junto aos segmentos excluídos socialmente, é preciso distinguir entre a postura assistencialista e a transformadora, que enfrenta as desigualdades sociais.

No primeiro caso, esvazia-se a especificidade do compromisso, que ao reportar-se a uma dimensão muito ampla e indistinta, não oferece contribuição particular. No segundo, subjaz um pensamento dicotômico acerca da relação indivíduo-sociedade, em que o trabalho pela transformação fica reduzido e localizado no nível individual e para segmentos específicos. Desconsidera-se, assim, que a atenção às necessidades dos grupos socialmente dominados tem por objetivo não somente transformar a vida dessas pessoas, mas superar a lógica da dominação, atuando nesse sentido com e para todos, o que desdobra um trabalho de transformação social amplo; que inclui superar as posições assistencialistas constituindo práticas de enfrentamento efetivo à desigualdade social nas dimensões objetiva e subjetiva.

Bastos (2009) propõe ainda uma sistematização das principais dimensões presentes nas definições do compromisso social na literatura: expansão, renovação, direção política, orientação teórica e propõe acrescentar a dimensão competência técnica. Vejamos a seguir a descrição de cada uma delas:

Expansão: diversificação dos locais de atuação e ampliação do acesso aos serviços psicológicos a segmentos sociais anteriormente excluídos, em geral, viabilizado pela abertura do mercado de trabalho nas políticas públicas e atuação no setor do bem-estar social.

Renovação: desenvolvimento de práticas inovadoras, bem como a produção de novos olhares sobre as práticas tradicionais, revisando os instrumentos clássicos de intervenção.

Direção política: orientação do trabalho da psicóloga com vistas à transformação social e enfrentamento das desigualdades.

Orientação teórica: adoção de uma perspectiva sócio-histórica para a compreensão da subjetividade humana em sua relação com a sociedade.

Competência técnica: atuação qualificada com parâmetros técnicos e científicos apropriados. Indissociabilidade da competência social e política da competência técnica.

Bastos (2009) alerta sobre a necessidade de aprimoramento e precisão conceitual para que a discussão do compromisso social possa efetivamente cumprir sua função de estimular no campo da psicologia, a reflexão sobre a complexa relação entre ciência, profissão e sociedade. Acrescentamos a necessidade de que tais esforços considerem a natureza política desse objeto e concordamos com o autor quando, ao concluir, reafirma que é preciso manter no horizonte da atuação a perspectiva de que o trabalho dos pesquisadores e dos profissionais de psicologia deve estar colocado a serviço da melhoria das condições de vida da população brasileira.

Dando continuidade à discussão sobre as significações do compromisso social, abordaremos as contribuições de Amorim (2010) e Lopes (2005). Ambas as autoras pesquisaram o compromisso social, no esforço de delineamento conceitual a partir da literatura científica. No primeiro caso por meio do estudo de 61 artigos publicados em periódicos brasileiros relativos à profissão de psicóloga e que continham nos títulos, resumos ou palavras chaves o termo “compromisso social”. Já no segundo, investigou-se 26 artigos escolhidos aleatoriamente a partir de uma amostra de 120 trabalhos publicados na Revista Psicologia Ciência e Profissão, que discutiam a prática profissional das psicólogas.

Para Lopes (2005), o compromisso social pode ser compreendido por diferentes perspectivas, dentre as quais se destacam, mas não se reduzem: que o trabalho da psicóloga esteja a serviço da transformação social e pautado por uma

ética universal voltada para a emancipação humana ou a favor da manutenção de condições miseráveis e desiguais para amplas camadas da sociedade. Nos artigos pesquisados, ela considera como indicadores temáticos da prática voltada para transformação social afirmações relativas a ações de ruptura, crítica ou resistência ao modelo estabelecido e de manutenção das condições sociais: ações de ajustamento, adaptação ou neutralidade.

Nessa perspectiva, o compromisso social pode caracterizar-se tanto como um processo inovador, quanto como uma reprodução alienadora e alienada. A autora diverge, portanto, da posição corrente de que o compromisso social seja necessariamente uma preocupação ou ação voltada à transformação social, engajada com a superação das necessidades objetivas e/ou subjetivas do ser humano ou da sociedade. A direção do compromisso, se a favor da manutenção ou da transformação social, dependerá não apenas dos discursos, mas daquilo que se produz como ação a partir disso, as quais revelam a qualidade do compromisso.

Na presente tese, compreendemos como “compromisso com as elites” o movimento histórico da psicologia de colocar seus saberes e práticas a serviço da manutenção social, resguardando o termo “compromisso social” para as disposições que visam contribuir para a transformação social a partir de uma posição crítica na ciência e profissão. Concordamos com Lopes (2005), entretanto, quando argumenta que o profissional não possui em si mesmo o poder de salvar ou oprimir àqueles para aos quais se destina seu trabalho: as psicólogas possuem um repertório teórico-técnico, que as instrumentalizam e capacitam profissionalmente, destacando-se sua responsabilidade sobre o mundo ao utilizá-los.

Para a caracterização do compromisso social, Amorim (2010) retoma adjetivos comumente atribuídos a práticas comprometidas: sociais, amplas, interdisciplinares, inovadoras, progressistas. Nos artigos pesquisados, dentre os objetivos da prática socialmente comprometida apresentaram-se: compromisso com a realidade social, melhoria nas condições de vida, qualidade de vida, transformação social, justiça e igualdade, luta contra opressão, emancipação e autonomia das pessoas, mobilização e organização social, valores, causas populares, trabalho, educação, saúde, bem estar e crescimento pessoal, questionamento à profissão e políticas públicas para o esporte.

Em direção análoga, Silva, Claudia (2004) analisou os editoriais do Jornal do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP) no período de 1999 a 2004 e identificou as seguintes expressões associadas ao termo “compromisso social”: romper com o compromisso com as elites, participar de políticas públicas, auxiliar o resgate da cidadania, estender o serviço dos profissionais à maioria da população, lutar pelo fim da desigualdade, fazer um trabalho engajado nos problemas da sua comunidade, colaborar para a construção de um mundo melhor.

Em sua pesquisa, Amorim (2010) ressalta que apenas 40% dos artigos analisados explicitam a definição de compromisso social adotada, o que indica a necessidade de maior elucidação sobre tal objeto. Entre as definições apresentadas, as três ideias principais e recorrentes são compromisso com a realidade social (ênfase na contextualização das práticas para além do aspecto individual, considerando os condicionantes estruturais envolvidos), compromisso com as necessidades da maioria das pessoas (que numa sociedade de classes marcada pela concentração de renda, envolve condição de pobreza para amplos segmentos sociais) e compromisso com a transformação social (alinhamento a um projeto societário de superação da desigualdade social, promotor de justiça social e emancipação humana), que indica a finalidade para o trabalho das psicólogas.

Outras três compreensões identificadas, mas com menor incidência são: reflexão sobre o posicionamento político do psicólogo (tomada de posição), compromisso com a saúde (projeto político de profissionais da saúde em defesa do SUS) e compromisso com o cuidado e bem estar das pessoas (expressão possivelmente mais viável do compromisso social na psicologia, ainda que diante do exercício mais tradicional desse campo: refere-se aos impactos individuais da intervenção). Os dois últimos significados estão mais associados a produções oriundas da Psicologia da Saúde e da Psicologia Clínica.

Considerando a série histórica sobre as definições do compromisso social, a autora relata que, nos artigos pesquisados, aparece desde a década de 1980 a preocupação com as necessidades da maioria das pessoas. Já a partir da década de 1990 (quando o tema é retomado na área, principalmente nos debates fomentados pelo Sistema Conselhos), começa a aparecer o compromisso com a realidade social e o posicionamento político da psicóloga com vistas à transformação

social. “Se antes uma prática social comprometida expressava-se por meio da expansão do público-alvo ou pela maior abrangência de objetivos, em artigos mais recentes encontra-se claramente a necessidade de se apontar a direção política no exercício da profissão” (AMORIM, 2010, p.206).

Assim, quando unimos compromisso com as necessidades da maioria das pessoas ao que vem depois sobre compromisso com a realidade social, compreendemos que não se trata do compromisso com uma realidade abstrata, mas sim o direcionamento da atenção para a realidade vivida pela maioria da população com vistas a contribuir para a transformação das condições de desigualdade, pobreza e sofrimento de amplas camadas sociais.

Outra contribuição significativa do trabalho de Amorim (2010) é a análise temática dos artigos estudados a partir das dimensões do compromisso social proposta por Bastos (2009). Segue uma síntese da análise empreendida considerando diferentes décadas:

Década 1970: raras proposições de mudança nos rumos da profissão, e essas centravam na expansão, renovação e orientação teórica.

Década 1980: mantém a discussão sobre expansão, renovação e orientação teórica, mas direção política passa a ser a mais citada. A autora atribui esse processo ao surgimento da Psicologia Social Crítica e a inserção das psicólogas no campo do bem estar social, especialmente na Saúde Pública.

Década 1990: expansão, renovação e direção política mantêm-se como mais citadas. Embora em menor intensidade, também crescem as preocupações com a competência técnica e a orientação teórica.

Anos 2000: expressivo debate do compromisso social tanto pela iniciativa das entidades representativas da profissão, quanto pela consolidação da atuação das psicólogas no campo das políticas sociais. Por ordem, ênfase na renovação, direção política, orientação teórica e expansão. A dimensão menos citada “competência técnica” alcança o número de citações correspondente às dimensões majoritárias no período anterior, indicando forte crescimento das publicações com essa temática.

Amorim (2010) indica que expansão e renovação podem ser consideradas dimensões históricas do compromisso social e, portanto, parecem consensuais. Elas apontam para transformações nos rumos da profissão que se manifestam até hoje, sobretudo na abrangência da intervenção das psicólogas com diferentes públicos e diversos campos de atuação, construindo práticas sociais progressistas, cujo ápice de expressão constituirá, a partir dos anos 2000, o período da “ampliação”, proposto na periodização da história da psicologia de Antunes (2004).

Acrescenta-se na sua análise temática, que “direção política” é uma das dimensões mais referidas nos artigos pesquisados. Nesse sentido, mudança ou transformação social é a principal referência, também acompanhada da ideia de justiça social, emancipação humana e luta contra a opressão, apontando para um caráter político na profissão de psicóloga. De modo complementar, há baixa incidência, mas é um indicador importante por estar implícita em outras definições, a ideia que a psicóloga comprometida deve refletir sobre seu posicionamento político.

As significações do compromisso social transformam-se ao longo do tempo e vão ganhando novos matizes, que devem ser analisados de acordo às condições sócio-históricas de cada período. Nesse sentido, ao entrar em contato com tais resultados, chama nossa atenção, por exemplo, que o compromisso com as necessidades da maioria (expressivo nas dimensões expansão e renovação) é forte desde as décadas de 1970 e 1980, período da ditadura militar, em que a proposição explícita de um compromisso com a transformação social (alinhado a dimensão direção política) era dificultada pelo ambiente repressor do momento, vindo a ampliar sua expressão no processo de redemocratização do país.

Sobre a orientação teórica e a competência técnica, Amorim (2010) situa que não há consenso de que componham o compromisso social, ainda que seja muito importante considerar tais dimensões, pois enquanto a primeira refere-se à coerência teórico-metodológica da psicóloga com uma concepção histórica da realidade social; a segunda, diz respeito à psicóloga estar atenta à instrumentalização técnica e à qualidade da intervenção. Essas dimensões se complementam e apoiam a prática social de um profissional. Considera, assim, que descartá-las abre espaço para refletir se o compromisso social seria próprio das ações profissionais ou atrelado à condição dos profissionais enquanto cidadãos.

A discussão sobre os desafios da assunção de um compromisso ético-político por parte dos profissionais é significativa também entre os educadores<sup>21</sup> desde as décadas de 1970 e 1980, bem como a distorcida polarização entre tal compromisso e a competência técnica, a partir de uma leitura dicotômica que os separou como polos opostos, quando são, ao contrário, profundamente imbricados. Trata-se de uma demanda que emerge nas lutas pela redemocratização do país. Em diferentes profissões observamos esforços para refletir sobre o papel dos profissionais, enquanto intelectuais orgânicos, na organização de uma nova ordem social, mais justa e democrática. Para tanto, apresentam-se diferentes apreensões sobre a qualidade da transformação social proposta e como os profissionais podem contribuir para a sua construção.

Nessa direção, os estudos de Mota (2011) e Santos (2014), respectivamente com assistentes sociais e psicólogas, evidenciam descrença dos profissionais que atuam com políticas sociais, ao menos a curto e médio prazo, quanto às possibilidades reais de transformações sociais e minimização das desigualdades. Tal objetivo apresenta-se, por vezes, como muito amplo e pode contribuir para o sentimento de frustração e impotência dessas profissionais. Cabe, então, a reflexão quanto aos diferentes níveis de impacto da ação profissional e suas contribuições para os processos de mudança social (BASTOS, 2009), que apresentam caráter coletivo e requerem longos períodos de tempo para se efetivarem.

Em direção semelhante, Lehman (2001) retoma a importância das relações comunitárias e das ações nas esferas cotidianas para problematizar que transformações de cunho macro estrutural não são as únicas formas de transformação: “penso que a resposta está em abrir, de novo, espaços para aquilo que nos foi roubado, que são os espaços comunitários. O espaço onde minha ação tem um retorno, um reflexo, uma medida e que vai tendo uma dimensão de uma ampliação dentro do sentido local” (LEHMAN, 2001, p. 226). A ênfase nos processos microsociais e cotidianos de mudanças, sobretudo na construção de relações comunitárias, também foi abordada por Guareschi (2001) e Tomanik (2001).

---

<sup>21</sup> Para aprofundar essa discussão, recomendamos a leitura de Freire (1974/2014, 1979/2014), Nosella (1983, 2005) e Saviani (1983).

Importante destacar que refletir sobre a finalidade do trabalho das psicólogas, não implica colocar essa finalidade como o único elemento capaz de promover transformação social. Do mesmo modo, convocar tal reflexão também não significa que todas as ações de uma psicóloga comprometida engendrem a transformação, por que imersos numa sociedade de classes, marcada por uma realidade contraditória, mesmo os que aspiram comprometer-se com a transformação, simultaneamente engendram ações que reproduzem o *status quo*. Numa perspectiva dialética, compreendemos o compromisso social como um horizonte ético-político para a psicologia; uma utopia.

O pensamento utópico é o que aspira a um estado não existente das relações sociais, o que lhe dá, ao menos potencialmente, um caráter crítico, subversivo, ou mesmo explosivo. O sentido estreito e pejorativo do termo (utopia: sonho imaginário irrealizável) nos parece inoperante, uma vez que apenas o futuro permite que se saiba qual aspiração era ou não irrealizável. (LÖWY, 2009, p. 14-15).

Após a retomada histórica da posição de diferentes autores e dos resultados recentes da pesquisa de Amorim (2010), sobretudo, quando se considera que as três principais significações atribuídas ao compromisso social (compromisso com a realidade social, com as necessidades da maioria das pessoas e com a transformação social) são convergentes com as três dimensões mais consolidadas (expansão, renovação e direção política) parece possível propor que, a partir de meados da década de 1990, vai se consolidando determinada perspectiva nesse vasto campo de significações do compromisso social.

Nesse sentido, depreendemos que nos debates mais recentes, o compromisso social tem apresentado como eixo central a reflexão sobre a qualidade da relação estabelecida pela psicologia - incluindo ciência e profissão, seus atores institucionais e individuais - com a sociedade, destacando-se a preocupação com as necessidades da maioria da população e foco na realidade que a envolve com vistas à transformação social na direção de uma sociedade mais justa, igualitária, solidária e democrática, o que implica uma determinada perspectiva ética e posicionamento político por parte dos profissionais e suas entidades.

A diversidade característica do compromisso social parece indicar a perspectiva crítica como uma postura transversal aos diferentes períodos históricos. Nesse sentido, a intenção de transformação da psicologia e da própria sociedade assinala uma ênfase na crítica, seja ao tipo de população atendida; ao local de trabalho; aos instrumentos, modelos teóricos e métodos utilizados; ou mesmo aos riscos postos pela adoção do compromisso social nesta ciência e profissão.

Inicialmente um dos esforços do presente trabalho era compreender o compromisso social numa perspectiva conceitual. Ao longo da construção da tese, contudo, fomos percebendo que o entendimento do compromisso social a partir da noção de um projeto ético-político profissional crítico constitui uma totalidade que requer uma compreensão mais ampla do que as definições construídas até o momento, ainda que as inclua como elemento dessa totalidade.

Nesse sentido, as significações do compromisso social construídas pela categoria em diferentes momentos históricos desde a década de 70 do século passado, nos reportam à base filosófica que constitui uma das dimensões do projeto: a condição para sua existência, seu substrato, ao destacar uma direção ético-política para práxis em psicologia e firmar uma ideologia orgânica aos interesses das classes trabalhadoras.

Cabe destacar, contudo, que apesar de se tratar de um projeto dirigido a toda a psicologia, não necessariamente será assumido por todos os profissionais, pesquisadores e entidades, uma vez que tende a se configurar como um enfrentamento às perspectivas tradicionais, problematizando concepções do que vem a ser psicologia e de qual deve ser a finalidade do trabalho nessa área de produção de conhecimentos e campo de intervenções. Atentas à natureza política do compromisso social, percebemos que a sua análise reporta a uma arena de disputas pela hegemonia entre diferentes grupos e projetos profissionais.

### **3. COMPROMISSO SOCIAL: UM PROJETO CRÍTICO PARA A PSICOLOGIA**

Conforme visto em seções anteriores, o compromisso social remete a discussões antigas na psicologia, mas desdobra reflexões e ações que mudam de qualidade ao longo do tempo. Passa, então, da postura particular de alguns autores e profissionais, inclusive entre os pioneiros, para ser problematizado como um papel da profissão e responsabilidade dos profissionais, pautando as condições para a afirmação de um projeto ético-político. Constitui-se, assim, como um processo de crítica e revisão da categoria na busca de produzir respostas para as pressões e demandas provenientes de necessidades sociais e novas circunstâncias históricas.

#### **3.1. O horizonte do século XXI: a ampliação**

O século XXI aponta um novo período da história da psicologia, denominado por Antunes (2012b) de “ampliação”. Sua força está na revisão da atuação nos campos tradicionais (clínica, educação e trabalho), consolidação de novas modalidades de intervenção, a exemplo da Psicologia Comunitária, Jurídica, Hospitalar e do Esporte, revelando um expressivo movimento de saída do consultório para outros lócus de atuação e preocupação com os problemas colocados pela realidade da maioria da população com vistas à transformação da sociedade, compreendido como compromisso social.

Acrescenta-se ainda que a atuação conjunta com os movimentos sociais, seja na pesquisa ou na intervenção, evidenciou potencial de trabalho para a psicologia tanto em áreas urbanas quanto rurais, que passou a contribuir em assentamentos de sem-terra, tribos indígenas, dentre outros espaços e segmentos populacionais. Constatam-se práticas emergentes essencialmente voltadas para a sociedade. A psicologia amplia seus horizontes.

A construção desse período histórico na psicologia conta com uma base material e social importante, de um país que passou por uma fase progressista (com consolidação de direitos) após a ditadura militar. Assim, mudanças nos rumos da psicologia foram possíveis por condições sócio-históricas específicas, algumas

destas apresentadas no capítulo anterior, bem como os desdobramentos desse processo no século XXI.

No âmbito governamental, de 2003 a 2016<sup>22</sup> a presidência do país é ocupada por governos do Partido dos Trabalhadores (PT), promovendo conquistas sociais<sup>23</sup>, ainda que em um cenário de muitas contradições, sendo questionado, por exemplo, a ausência das reformas estruturais (tributária, agrária, política, dentre outras) necessárias para ampliação da democracia e garantia de direitos sociais. Tais governos apresentaram mudanças significativas: “se desenvolveu no país um complexo processo de articulação política que tornou viável a prioridade do social e a promoção de políticas igualitárias, a soberania externa e a recuperação do papel ativo do Estado na construção dos direitos cidadãos” (SADER, 2013, p. 9).

Pautando políticas de enfrentamento à pobreza e desigualdade social, organizou-se uma diversidade de programas e ações com vistas à garantia de renda (seguridade social e Bolsa Família, por exemplo), à garantia de bens e serviços (saúde, água, luz, entre outros), à valorização real do salário-mínimo, combinando desenvolvimento econômico e social (MATTOSO, 2013). É destacado o avanço dessas políticas<sup>24</sup>, incluindo a articulação mais ampla de algumas delas em um sistema de garantia de direitos específico, por meio da criação em 2004 do SUAS, no qual trabalham mais de 20.000 psicólogas atualmente<sup>25</sup>. A presença das

---

<sup>22</sup> O segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff foi interrompido no primeiro semestre de 2016 por um golpe “legal”, reunindo forças parlamentares, jurídicas e da grande mídia (SOUZA, J. 2016).

<sup>23</sup> Dados divulgados pela Fundação Getúlio Vargas na pesquisa intitulada “Desigualdade de Renda na Década” destacam uma redução na pobreza de 50,64% entre dezembro de 2002 e 2010 e do índice que mede a desigualdade, que chegou ao mínimo em uma série histórica desde 1960 (NERI, 2011). Em direção análoga, “a taxa de pobreza (percentual de membros da classe E no total da população) despencou de 26,7% em 2002 para cerca de 12,8% em 2012. A porcentagem de brasileiros pertencentes a mal denominada classe média saltou de 38% para mais de 52% da população total no mesmo intervalo, e o medidor da desigualdade (índice de Gini) caiu de 0,589 em 2002 para 0,527 em 2011”. (MATTOSO, 2013, p. 115).

<sup>24</sup> “É importante nesse contexto considerar, por exemplo, certa evolução do programa Fome Zero, para o Programa Bolsa Família e, a seguir, para o Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), todos de iniciativa do governo federal a partir de 2003, com certeza refletindo avanços do movimento social. Partindo de uma ação pontual, destinada a erradicar as situações extremas de carência alimentar, definiu-se uma política com caráter de “renda mínima”, portanto mais ampla e menos focalizada e, em seguida, articulou-se tal política aos direitos constitucionais de assistência social (Constituição Brasileira de 1988), por meio da criação do PAIF no âmbito do SUAS”. (GONÇALVES, 2010, p. 60).

<sup>25</sup> Conforme dados do Censo SUAS de 2013, realizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/Censosuas\\_2013.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Censosuas_2013.pdf)>. Acesso em: 08 out. 2017.

psicólogas cresceu também em outras políticas públicas, estimando-se um total de mais de 50.000<sup>26</sup> profissionais em atuação nos diversos campos.

O período é marcado por expressivos investimentos (ainda que permaneçam desafios) na saúde, educação, cultura, ciência e tecnologia, além de políticas específicas para as mulheres e promoção da igualdade racial<sup>27</sup>. Destacam-se a criação de diversas universidades e institutos federais<sup>28</sup>, incluindo políticas de acesso para negros, indígenas e quilombolas, fomento a formação de pesquisadores e ao desenvolvimento de pesquisas em diversas áreas do conhecimento, ênfase no debate sobre os direitos humanos e diálogo com os movimentos sociais.

Sobre a expansão do ensino universitário, do acesso das camadas médias na década de 1970 para inserção mais recente da camada pobre por meio das ações afirmativas de cotas raciais nas universidades públicas e iniciativas como o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) na rede privada, desenvolve-se um processo de democratização da universidade, que gera impactos na formação e na profissão das psicólogas (BOCK, A., 2010a).

É preciso considerar, porém, que com a abertura desenfreada de instituições de ensino superior particulares pouco comprometidas em oferecer as condições adequadas para a formação, o ensino assume, por vezes, um caráter de precariedade e massificação (CARDOSO; AMORIM; LACERDA, 2014), que precisa ser debatido e enfrentado coletivamente.

As políticas de acesso ao ensino universitário reverberam na formação em psicologia e no perfil profissional neste campo de atuação. Sobre a origem social das psicólogas, Bastos, Gondim e Rodrigues (2010) indicam que, atualmente mais da metade das psicólogas provem de famílias com menores índices de escolaridade, e provavelmente, de mais baixa renda; ainda que os dados de escolaridade dos pais

---

<sup>26</sup> Conforme dados apresentados na 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia (VERONA, ANGELUCCI, MAGANO, 2012).

<sup>27</sup> Para um panorama dos avanços e desafios nos campos da saúde, educação, cultura, ciência e tecnologia no referido período, recomendamos a leitura respectivamente de COSTA, 2013; GENTILI; OLIVEIRA, 2013; PIVA, 2013 e REZENDE, 2013. Sobre o desenvolvimento de políticas específicas para as mulheres e promoção da igualdade racial ver OLIVEIRA, 2013 e FERREIRA, R., 2013.

<sup>28</sup> Só nos dois primeiros mandatos do governo Lula (2003-2010) foram criadas 14 universidades federais, 126 extensões universitárias, 214 escolas técnicas (SILVA, Luis, 2013).

das psicólogas sejam mais elevados do que a média dos pais de profissionais de outros cursos de graduação.

A possibilidade de psicólogas oriundas de segmentos populares apresentarem preocupações profissionais mais sintonizadas com as necessidades das camadas pobres, alterando, por exemplo, os interesses quanto aos problemas de pesquisa ou aos campos de atuação, é um tópico que precisa ser aprofundado em estudos futuros, pois pode oferecer pistas à compreensão do acolhimento do compromisso social como projeto para a psicologia.

As políticas de governo e de Estado fundamentadas em uma base pública e voltadas ao bem comum, desenvolvidas desde o início dos anos 2000, dentre outros aspectos, se conectam as mudanças no desenvolvimento da psicologia no Brasil, tanto por fornecer condições materiais e concretas para a expansão profissional e científica quanto por consolidar os campos de atuação nas políticas sociais, requerendo tecnologias inovadoras.

No que tange às mudanças ocorridas na psicologia, nas últimas décadas tem ganhado espaço a discussão sobre o compromisso social tanto no Brasil quanto na América Latina, incluindo produções acadêmicas e no âmbito profissional. Considerando a produção de eventos como espaços de socialização dos conhecimentos e práticas produzidos pela categoria das psicólogas, observamos que o compromisso social se apresentou como discussão relevante na psicologia em encontros promovidos por diferentes entidades.

Amorim (2010) aponta para a diversidade de entidades que podem estar vinculadas com o debate do compromisso social, ainda que indiretamente, ao investigar a vinculação institucional dos autores principais dos artigos selecionados em sua pesquisa. Apresenta-se nesse cenário, o Sistema Conselhos, as associações profissionais como a ABRAPEE e a ABRAPSO, ligadas à formação (ABEP) e à pesquisa na área (ANPEPP). No seu estudo, a importância das entidades é evidenciada ainda pelas duas principais revistas utilizadas para publicação de artigos associados ao compromisso social ser a Psicologia Ciência e Profissão, editada pelo CFP e a Psicologia & Sociedade, editada pela ABRAPSO.

Uma pesquisa na base de dados da BVS-PSI, bem como nos sites do FENPB, CFP, ANPEPP, ABRAPSO, ABRAPEE, ABEP, ALFEPSI, ULAPSI e SIP

indicou que nos últimos vinte anos foram produzidos 08 eventos regionais, 15 nacionais e 09 internacionais na área<sup>29</sup> que potencialmente apresentaram o compromisso social<sup>30</sup> como discussão temática, expressa no tema central, no texto de apresentação do congresso ou em publicação decorrente ao evento, realizados nas cinco regiões do Brasil e em outros países da América Latina. Apresentaremos a seguir o quadro 3 com a síntese da distribuição desses eventos, destacando ano, local, entidade realizadora, tema principal e produções decorrentes.

Quadro 3 – Eventos com a discussão temática do compromisso social

<b>EVENTOS COM A DISCUSSÃO TEMÁTICA DO COMPROMISSO SOCIAL</b>					
<b>ÂMBITO REGIONAL</b>					
<b>Nome</b>	<b>Ano</b>	<b>Local</b>	<b>Realização</b>	<b>Tema</b>	<b>Produção</b>
II Encontro Paranaense de Psicologia Social	2001	Maringá (PR)	ABRAPSO Regional Sul	Subjetividade e ação. Compromisso social da psicologia.	Caniato e Tomanik (Orgs.). (2001) Compromisso social da Psicologia. Ed. ABRAPSO SUL
VI Congresso Norte Nordeste de Psicologia	2009	Belém (PA)	Universidade Federal do Pará e Conselho Regional de Psicologia 10ª Região.	Psicologia e compromisso social: unidade na diversidade.	Souza, M. e Lemos (Orgs.). (2009) Psicologia e compromisso social: unidade na diversidade. Ed. Escuta.
VI Encontro ABRAPSO Regional Rio	2010	Rio de Janeiro (RJ)	ABRAPSO Regional Rio	Psicologia social no Brasil: diversidade e compromisso.	
X Encontro Regional ABRAPSO SP / II Encontro Local de Psicologia	2010	Taubaté (SP)	ABRAPSO Regional São Paulo e Núcleo Vale do Paraíba	Os 30 anos da ABRAPSO e os compromissos políticos da psicologia social:	Anais

<sup>29</sup> Pelos limites de tempo do presente trabalho foram selecionadas a base de dados da BVS-PSI e sites de entidades escolhidas pela relevância na área ou por serem citadas na literatura associada ao compromisso social. Consideramos, porém, que a construção de eventos associados a uma perspectiva de compromisso social pode não se restringir apenas a essas entidades, sendo interessante em estudos futuros ampliar as buscas em outras fontes de dados.

<sup>30</sup> Foram considerados também: compromisso com as necessidades da maioria da população, compromisso com a realidade social e compromisso com a transformação social, por constituírem-se em ideias que remetem ao compromisso social em diferentes períodos históricos da psicologia. Reconhecemos, porém, que mesmo essa ampliação não é suficiente para identificar todos os eventos associados à discussão do compromisso social, sendo recomendado em estudos futuros ampliar as buscas com outros descritores, a exemplo da psicologia da libertação que mantém aproximação nas discussões e princípios comuns ao compromisso social.

Social				novos desafios na sociedade contemporânea.	
XI Encontro Regional ABRAPSO SP / III Encontro Local de Psicologia Social ABRAPSO Cuesta / XI Encontro Local de Psicologia Social Comunitária ABRAPSO Bauru	2013	Botucatu (SP)	ABRAPSO Regional São Paulo e Núcleo Cuesta	A práxis da psicologia social: para quê? para quem?	Anais
15º Encontro Regional Sul da ABRAPSO	2014	Londrina (PR)	Núcleo Londrina ABRAPSO	O clamor das ruas: demandas sociais e as práticas da psicologia social.	Anais
XIX Encontro Regional da ABRAPSO Minas	2014	Betim (MG)	ABRAPSO Minas	A política no cotidiano: contribuições teórico-práticas da psicologia social.	Anais
XII Encontro Regional ABRAPSO SP	2015	Santos (SP)	ABRAPSO Regional São Paulo	Práxis em psicologia social: desafios e perspectivas.	
<b>ÂMBITO NACIONAL</b>					
I Mostra Nacional de Práticas em Psicologia	2000	São Paulo (SP)	Sistema Conselhos de Psicologia	Psicologia e compromisso social.	CD com síntese do evento
I Encontro Nacional da ABEP	2000	Belo Horizonte (MG)	ABEP	Psicologia e realidade brasileira: transformação.	
IV Congresso Nacional da Psicologia	2001	Brasília (DF)	Sistema Conselhos de Psicologia	Qualidade, ética e cidadania na prestação de serviços: construindo o compromisso social da psicologia.	Caderno Síntese das Deliberações
XI Encontro Nacional da ABRAPSO	2001	Florianópolis (SC)	ABRAPSO	Psicologia social e transformação da realidade brasileira: desafios e perspectivas para a ABRAPSO 21 anos depois.	Anais
I Congresso Brasileiro Psicologia Ciência e Profissão	2002	São Paulo (SP)	FENPB		Anais e Bock (Org.) (2009a) Psicologia e o compromisso social. Ed. Cortez.
V Congresso Nacional da Psicologia	2004	Brasília (DF)	Sistema Conselhos de Psicologia.	Protagonismo social da psicologia: as urgências brasileiras e a construção	Caderno de Deliberações

				de respostas da psicologia às necessidades sociais.	
II Congresso Brasileiro Psicologia Ciência e Profissão	2006	São Paulo (SP)	FENPB	Enfrentando as dividas históricas da sociedade brasileira.	Anais II CBP
VI Congresso Nacional da Psicologia	2007	Brasília (DF)	Sistema Conselhos de Psicologia.	Do discurso do compromisso social à produção de referências para a prática: construindo o projeto coletivo da profissão.	Caderno de Deliberações
VIII Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional	2007	São João Del Rei (MG)	ABRAPEE e Universidade Federal de São João Del Rei	Psicologia escolar e educacional: história, compromissos e perspectivas.	Anais
XV Encontro Nacional da ABRAPSO	2009	Maceió (AL)	ABRAPSO	Psicologia social e políticas de existência: fronteiras e conflitos	Anais
III Congresso Brasileiro Psicologia Ciência e Profissão	2010	São Paulo (SP)	FENPB	Construindo referenciais éticos, democráticos e participativos.	Anais
II Mostra Nacional de Práticas em Psicologia	2012	São Paulo (SP)	Sistema Conselhos de Psicologia	Compromisso com a construção do bem comum.	
XIII Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional	2013	Uberlândia (MG)	ABRAPEE	Compromisso ético-político com a educação.	Anais
XV Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico	2014	Bento Gonçalves (RS)	ANPEPP	Pesquisa, colaboração e comprometimento em psicologia.	Anais
I Simpósio Nacional Psicologia e compromisso Social	2017	São Paulo (SP)	Instituto Silvia Lane Psicologia e Compromisso Social	Da crítica à psicologia a psicologia crítica: embaraços no percurso.	
<b>ÂMBITO INTERNACIONAL (AMÉRICA LATINA)</b>					
IV Encontro Temático de Psicólogos do MERCOSUL e Países Associados	1999	Brasil	Comitê coordenador de psicólogos do MERCOSUL e Países Associados	Compromisso social da Psicologia: na produção de conhecimento, na organização política e na prática profissional.	Anais
II Congresso ULAPSI	2007	Cuba	ULAPSI	Por uma psicologia com todos e para o bem de todos.	
III Congresso ULAPSI	2009	México	ULAPSI	Por uma Psicologia latino-americana com compromisso social com o mundo.	

XIII Congreso Argentino de Psicología	2009	Argentina	Federación de Psicólogos de la República Argentina y el Colegio de Psicólogos de la Provincia de Córdoba	Compromiso social frente a las problemáticas actuales.	
XXXIII Congreso Interamericano de Psicología	2011	Colômbia	SIP	Por la salud de los pueblos: una psicología comprometida con la transformación social.	Anais
I Congreso ALFEPSI	2012	Panamá	ALFEPSI	Por una formación de psicólogos y psicólogas con compromiso social.	
III Congreso ALFEPSI	2014	México	ALFEPSI	Integración y compromiso social de la psicología latinoamericana	Guzmán & Vallejo (Orgs.). (2014) Psicología latinoamericana experiencias, desafíos y compromisos sociales.
IV Congreso ALFEPSI	2015	Colômbia	ALFEPSI	Identidad, innovación y compromiso social.	Hernández (Org.) (2015) Memorias IV Congreso ALFEPSI.
VI CIPSI Congresso Internacional de Psicología da UEM	2015	Brasil	Universidade Estadual de Maringá	Psicologia e Direitos Humanos: formação, atuação e compromisso social.	Anais

Fonte: elaborado pela autora.

Reconhecemos que esse levantamento pode não ter contemplado uma série de eventos, principalmente aqueles em âmbito local, incluindo semanas de psicologias em universidades, além de eventos que podem ter estado atentos e sintonizados a uma perspectiva de compromisso social, mas que não tenham apresentado os descritores correspondentes aos critérios de busca ou tenham sido registrados em bases distintas às pesquisadas. Outra dificuldade encontrada no mapeamento foram os eventos em que os registros estavam incompletos (ausência da apresentação, por exemplo) ou indisponíveis eletronicamente.

Acrescentamos, por exemplo, eventos indicados por Lopes (2005), mas que em alguns casos não foram contemplados nos critérios de nossa seleção. Segundo a autora, o compromisso social da psicóloga foi preocupação de todas as edições do Encontro Nacional e de Encontros da Regional Sul da ABRAPSO (2000 / 2001 /

2002 / 2003), além de tema central no I Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão (2002) e na Mostra Catarinense de Práticas Sociais, promovido pelo Conselho Regional de Psicologia dessa região em 2003.

A retomada dos eventos é significativa para ilustrar a expressividade da atenção ao tema e a diversidade de atores envolvidos na discussão do compromisso social, demonstrando a multiplicidade de vozes das entidades, dos profissionais e da academia, que inclui universidades, institutos, associações e sociedades científicas, entidades representativas da formação e da profissão, tanto nacionais quanto internacionais. Ainda que possam oferecer diferentes contribuições ao debate do compromisso social, há uma significação compartilhada socialmente em torno desta temática entre as psicólogas, e mesmo superficial e genérica em alguns casos, contribui para o reconhecimento desta perspectiva.

No levantamento chama a atenção que a discussão sobre o compromisso social não é restrita a um debate nacional, ocupando espaço nos encontros internacionais em diferentes países da América Latina. Exemplo dessa preocupação é o item 9 das “Diretrizes e Urgências”, extraído dos Anais do IV Encontro Temáticos de Psicólogos do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), realizado no Brasil em 1999, com o tema “Compromisso Social da Psicologia: na produção de conhecimento, na organização política e na prática profissional”: “firmar o posicionamento de que o compromisso social não seja apenas como um tema específico deste Encontro, mas que se constitua no princípio norteador das políticas e ações dos Encontros Integradores e Temáticos do MERCOSUL e Países Associados” (ENCONTRO TEMÁTICO DE PSICÓLOGOS DO MERCOSUL E PAÍSES ASSOCIADOS, 1999, p. 18).

No Brasil, Antunes (2004, 2012b) considera que a organização da categoria das psicólogas foi um aspecto relevante na construção de um projeto de compromisso social, pois muitas das entidades representativas da psicologia assumiram papéis importantes na transformação dessa ciência e profissão ao estimular a crítica e favorecer as condições para o debate, a busca de soluções e possibilidades de superação de um passado limitado e elitista. Por meio das entidades, pautou-se a construção de uma psicologia que tem a realidade do seu

país como raiz, e ao reconhecer essa base passa a ser capaz de com ela comprometer-se.

Nesse cenário, o Sistema Conselhos de Psicologia e a ABRAPSO<sup>31</sup> apresentaram-se como entidades protagonistas nos debates sobre o compromisso social, concentrando o maior número de eventos, incluindo a produção de encontros em parceria com universidades e com outras entidades. Especificamente no caso do Sistema Conselhos identificam-se eventos nacionais de porte deliberativo para a categoria profissional (IV, V e VI CNP) e duas mostras nacionais de práticas. Gonçalves (2010) ressalta que, a despeito de seus objetivos específicos, a primeira mostra de práticas e as duas primeiras edições do “Congresso Brasileiro Psicologia: ciência e profissão” possibilitaram dar visibilidade à prática profissional, além de favorecer uma avaliação crítica dos rumos da psicologia brasileira.

A 1ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia promovida nos anos 2000 reuniu cerca de 5.000 psicólogas e estudantes, apresentando mais de 1.500 trabalhos, representativos de grande diversidade teórica e metodológica, além da inserção em campos não tradicionais de atuação. No texto de apresentação<sup>32</sup>, a Mostra é distinguida como evento histórico por reunir 15 conselhos regionais e o federal com o objetivo de abrir um espaço organizado para a profissão que já vinha construindo uma nova relação com a sociedade, marcada pelo compromisso com as necessidades da maioria da população e com a realidade social brasileira. A importância da 1ª Mostra é destacada também por Antunes (informação verbal)<sup>33</sup>, que a situa como marco do atual período da história da psicologia - a ampliação.

De acordo à abertura do evento, conduzida pela presidente do CFP à época, a Mostra foi potente em propiciar de forma inédita um espaço de visibilidade para

---

<sup>31</sup> Para garantir a viabilidade do estudo no tempo disponível, optamos por concentrar nossas reflexões a partir dos eventos produzidos pelo Sistema Conselhos, devido à amplitude da representatividade desta entidade junto à categoria e pelo caráter dos eventos (porte deliberativo envolvendo delegados de diferentes regiões e amplas mostras nacionais de práticas profissionais). Consideramos importante que estudos futuros possam aprofundar a contribuição da ABRAPSO ao debate do compromisso social, analisando em profundidade as produções associadas aos seus encontros nacionais e regionais.

<sup>32</sup> Sobre o acesso a informações da 1ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, o texto de apresentação e os discursos de abertura do evento proferidos pelas presidentes do CFP (Ana Mercês Bahia Bock) e do CRP-SP (Lumêna Almeida Castro Furtado) estão disponíveis em uma mídia digital (CD) que reúne a síntese do encontro.

<sup>33</sup> Informação fornecida por Mitsuko Aparecida Makino Antunes em palestra proferida na disciplina História da Psicologia II no curso de Psicologia da PUC-SP (Campus Monte Alegre), em São Paulo, em setembro de 2015. Gravado pela autora.

práticas profissionais que já vinham sendo produzidas pelas psicólogas desde a década de 1980, mas que ainda tinham pouco reconhecimento, lançando luz aos esforços para a produção de uma psicologia comprometida socialmente e que almejava tornar-se referência para a profissão. Diferentemente da estrutura tradicional dos encontros, pautados pela comunhão de abordagens teóricas, áreas de conhecimento ou campos de atuação específicos, a Mostra objetivava reunir trabalhos que tinham em comum voltar-se para a realidade brasileira.

Complementando as reflexões, a presidente do CRP-SP no período, acrescentou a necessidade de pensar a psicologia no contexto socioeconômico da América Latina e que, até então, as psicólogas pareciam não reconhecer o valor do seu trabalho cotidiano, em parte por reiteradamente não vê-lo posicionado no mesmo patamar de importância da produção de conhecimento e de pesquisa, como se a prática profissional não merecesse destaque.

Esse caráter inovador da 1ª Mostra fica evidenciado ainda na dificuldade relatada pelos organizadores na comunicação com a categoria, uma vez que as psicólogas que trabalhavam numa perspectiva não tradicional, inicialmente não compreenderam que o convite para apresentação de trabalhos também era para elas. Havia uma diversidade de trabalhos interessantes e inovadores, cujas autoras, mesmo sendo psicólogas, não os compreendiam como sendo psicologia por não compartilhar a identidade da atuação historicamente reconhecida nesse campo (BOCK, A., 2009b, 2010a).

No perfil dos trabalhos inscritos destacavam-se: experiências interdisciplinares, inovação dos instrumentos de trabalho, superando perspectivas “psicologizantes” em prol de concepções mais sociais e serviços prestados a públicos tradicionalmente sem acesso ao trabalho da psicologia. A Mostra se configurou como um espaço de socialização do que vinha sendo construído pelos profissionais em serviço e nas universidades: “já havia um novo jeito de se colocar na sociedade, comprometido com necessidades, com carências, com exigências que vinham de outros segmentos da população” (BOCK, A., 2010a, p. 251).

Doze anos depois da 1ª Mostra é realizada pelo Sistema Conselhos em parceria com a FENAPSI sua segunda edição, dessa vez em comemoração aos 50 anos da regulamentação da psicologia como profissão no Brasil. O evento cresceu

significativamente com mais de 4.000 trabalhos apresentados e 25.000 pessoas inscritas como participantes, das quais 9.000 eram profissionais de psicologia. Manteve-se o propósito de dar visibilidade à prática profissional comprometida com a realidade brasileira, destacando-se uma profissão madura e fortalecida, que reafirmava seu compromisso com a construção do bem comum (VERONA; ANGELUCCI; MAGANO, 2012).

A programação da 2ª Mostra investiu em novos formatos na apresentação dos trabalhos (incluindo além de pôsteres, a exibição de vídeos) e na diversidade de manifestações artísticas e culturais. A programação contou com mesas temáticas e de direitos humanos e outras atividades propostas por diferentes entidades do FENPB. Algumas temáticas tiveram espaço privilegiado nas discussões, destacando-se o debate sobre direitos humanos e a prevalência de mulheres na psicologia que marcaram as reflexões da “Jornada sobre o Feminino na Psicologia”.

Outra inovação foi a criação de uma complexa classificação na inscrição dos trabalhos, organizada em uma nova taxonomia<sup>34</sup> referenciada nos processos de trabalho das psicólogas, superando a lógica da divisão em áreas de conhecimento, campos de atuação, locais de trabalho, populações visadas ou abordagens teóricas, para construir um olhar pautado pelo que há em comum no fazer profissional, valorizando o que é produzido pelas psicólogas em resposta às demandas sociais apresentadas em serviço. Tal taxonomia responde a obstáculos históricos da fragmentação das áreas e dos dilemas para a demarcação de campos com as atuações emergentes, sendo gestada nas inquietações apresentadas desde a 1ª Mostra quando profissionais que realizavam trabalhos distintos aos tradicionalmente reconhecidos apontaram baixa sensação de pertença à psicologia.

Ao ser lançada na 2ª Mostra, a nova taxonomia incluía inicialmente 14 processos de trabalho, genuinamente ligados ao fazer profissional (Acompanhamento, Avaliação, Comunicação, Culturais, Educativos, Formativos, Formativos de Psicólogos, Grupais, de Mobilização Social, Organizativos, de

---

<sup>34</sup> As informações sobre a taxonomia dos processos de trabalho foram extraídas no site do IV Congresso Brasileiro Psicologia: ciência e profissão, especificamente no texto “Processos de trabalho: uma nova forma de compreender as práticas da Psicologia”. Disponível em: <<http://www.cienciaeprofissao.com.br/p1800/>>. Acesso em: 02 out. 2017. Contamos também com informações da Conferência “Apresentação da taxonomia de processo de trabalho” proferida por Maria da Graça Marchina Gonçalves no IV CBP em 20 de novembro de 2014.

Orientação e Aconselhamento, de Planejamento e Gestão Pública, Terapêuticos), sendo acrescido mais um processo com vistas a contemplar trabalhos de pesquisa (Processos Investigativos), quando da sua utilização para classificação dos trabalhos inscritos no IV Congresso Brasileiro: Psicologia Ciência e Profissão, realizado em 2014.

Os processos de trabalho indicados acima não são mutuamente exclusivos, podendo uma psicóloga realizar mais de um processo em sua atuação. A taxonomia encontra-se em construção e é possível que estes não sejam os únicos processos de trabalho das psicólogas, inclusive pela realidade estar em permanente movimento, construindo novas possibilidades de intervenção a todo tempo. Trata-se, porém, de um mapeamento amplo, reconhecido pela categoria que não apresentou maiores dificuldades em identificar seu trabalho conforme a taxonomia nos eventos que a adotaram.

A organização por meio dos processos de trabalho visa favorecer o diálogo e o intercâmbio entre profissionais que trabalham em diferentes campos e lócus de atuação, mas realizam fazeres profissionais semelhantes, sejam de avaliação, acompanhamento ou outros. É ainda uma forma de ampliar o debate entre ciência e profissão na psicologia, favorecendo espaços em que os profissionais possam dar visibilidade a suas práticas e colocá-las em interlocução com outros segmentos da categoria, incluindo a participação nos eventos da área, tradicionalmente estruturados a partir de um perfil acadêmico.

No processo de construção dessa nova taxonomia vem se destacando seu caráter aberto e a disposição democrática de colocá-la em debate em mesas redondas públicas realizadas tanto na 2ª Mostra (cada processo de trabalho foi discutido em dois tipos de mesa: uma sobre a situação atual da prática e outra sobre os desafios para seu desenvolvimento) quanto no IV CBP que promoveu espaços de debate específicos para cada processo de trabalho.

Além das Mostras, outro segmento de eventos que chamou nossa atenção no levantamento realizado foram os congressos nacionais da psicologia. Segundo acordo firmado em sua segunda edição (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 1996), o evento se caracteriza como a instância máxima de caráter deliberativo para a definição das diretrizes políticas do Sistema Conselhos,

ocorrendo a cada três anos para subsidiar a gestão subsequente à sua realização. O CNP é precedido por encontros regionais, em que são discutidas as diretrizes para os conselhos regionais e eleito teses e delegados para a etapa nacional. Trata-se, portanto, de um espaço de construção coletiva da direção ético-política que a profissão deve adotar por meio da atuação de seus conselhos de classe.

É importante destacar o perfil do CNP, pois ainda que diante dos critérios utilizados em nosso mapeamento de eventos associados à discussão do compromisso social, tenha aparecido apenas o IV, o V e o VI Congresso, observamos que desde o I CNP há referência a este tema na articulação com a formação e o exercício profissional. Dessa forma, considerando principalmente o papel desses encontros em definir a direção ético-política da autarquia, optamos por estender a análise às outras edições do evento para compreender a gênese e os desdobramentos deste projeto no Sistema Conselhos. Segue quadro síntese dos temas trabalhados em cada CNP, os quais são deliberados em APAF.

Quadro 4 – Desenvolvimento temático do Congresso Nacional da Psicologia

	<b>TEMA CENTRAL</b>	<b>EIXOS TEMÁTICOS</b>
<b>I CNP 1994</b>		1) Entidade e Organização política 2) Exercício profissional 3) Formação profissional
<b>II CNP 1996</b>		1) Formação e Exercício profissional 2) Leis 4.119 e 5.766 3) Eleições Nacionais
<b>III CNP 1998</b>		1) Globalização 2) Interfaces 3) Políticas públicas
<b>IV CNP 2001</b>	Qualidade, ética e cidadania na prestação de serviços: construindo o compromisso social da	1) Profissão 2) Direitos Humanos 3) Políticas Públicas

	psicologia.	4) Conselhos de Psicologia 5) Formação
<b>V CNP 2004</b>	Protagonismo social da psicologia: as urgências brasileiras e a construção de respostas da psicologia às necessidades sociais.	1) Políticas Públicas 2) Inclusão social e Direitos humanos 3) Exercício profissional <u>Subeixos:</u> Formação e exigências de qualificação, Campo e espaços de atuação, Áreas emergentes.
<b>VI CNP 2007</b>	Do discurso do compromisso social à produção de referências para a prática: construindo o projeto coletivo da profissão.	1) Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos 2) Diálogos para a construção dos projetos coletivos da profissão 3) Intervenção dos psicólogos nos sistemas institucionais
<b>VII CNP 2010</b>	Psicologia e compromisso com a promoção de direitos: um projeto ético-político para a profissão.	1) Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos 2) Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional 3) Diálogo com a sociedade e com o Estado
<b>VIII CNP 2013</b>	Psicologia, Ética e Cidadania: Práticas Profissionais a Serviço da Garantia de Direitos.	1) Democratização do Sistema Conselhos e ampliação das formas de interação com a categoria 2) Contribuições éticas, políticas e técnicas nos processos de trabalho 3) Ampliação da participação da psicologia e sociedade nas políticas públicas
<b>IX CNP 2016</b>	Psicologia, no cotidiano, por uma sociedade mais democrática e igualitária.	1) Organização democrática do Sistema Conselhos e aperfeiçoamento das estratégias de diálogo com a categoria e sociedade 2) Contribuições éticas, políticas e técnicas do processo democrático e de garantia de direitos 3) Ampliação e qualificação do exercício profissional no Estado de garantia de direitos

Fonte: elaborado pela autora.

Pelas características de um processo constituinte, o I CNP não apresenta tema central e mesmo a organização das teses em eixos temáticos é construída posteriormente pela mesa diretora do congresso, delimitando três grandes campos: a organização política da entidade (nova estrutura dos conselhos), o exercício profissional e a formação das psicólogas. As deliberações (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 1994) expressam a vontade coletiva de que a intervenção da psicologia na sociedade contribua para a construção de uma sociedade democrática em que todos tenham seus direitos humanos e de cidadania respeitados, incluindo a defesa da luta antimanicomial.

A noção de compromisso social aparece vinculada a importância da autarquia e das psicólogas participarem da definição das políticas públicas nos diferentes campos. É defendida a atuação em equipes multiprofissionais e a produção interdisciplinar. Nas discussões sobre formação e ética profissional há o incentivo a ações que desenvolvam o senso crítico numa perspectiva de transformação social, em que a prática profissional esteja a serviço das necessidades da maioria da população e atenta aos problemas sociais postos pela realidade brasileira, além do indicativo de integração com as psicólogas do MERCOSUL.

O segundo congresso (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 1996) manteve os temas do primeiro, especificando a discussão das Leis n. 4.119 e n. 5.766 (BRASIL, 1971) e sobre as eleições nacionais. Reafirmou a necessidade de fomentar uma prática profissional afinada aos reclames éticos e sociais, a defesa da formação em psicologia com qualidade e uma entidade nacional representativa dos anseios da categoria. Nas orientações para a formação propõe que o conceito de doença supere o plano individual, abarcando o social em sua multideterminação. A atenção às necessidades da população é compreendida como promoção da saúde, devendo a psicóloga trabalhar pela qualidade de vida e cidadania plena, sendo destacada ainda a interdisciplinaridade.

O terceiro congresso (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 1998) apresenta como eixos temáticos: globalização, interfaces e políticas públicas. O eixo da globalização evidencia a atenção da categoria a características marcantes do período, quando o país era afetado sobremaneira por políticas neoliberais globalizantes, incluindo altos níveis de desemprego e sucateamento das políticas

públicas. É destacado o enfrentamento a tais políticas, a valorização da produção nacional e o intercâmbio com a América Latina, problematizando a necessidade de romper com um modelo de referência centrado nas grandes potências.

No eixo das interfaces é discutida a relação do Sistema Conselhos com a categoria das psicólogas, com outras entidades (a exemplo de outros conselhos profissionais), com o Estado e com a sociedade em geral com vistas a garantir os objetivos traçados para a instituição. É reafirmada a defesa do trabalho interdisciplinar em uma atuação que considere as necessidades da população, a realidade brasileira e os determinantes sociais. O terceiro eixo enfatiza a inserção das psicólogas e o desenvolvimento qualificado do trabalho nas políticas públicas, incluindo sua defesa como espaço de garantia de direitos e a participação dos profissionais e entidades nos órgãos e conselhos de controle social.

Reunindo o acúmulo de discussões das três edições anteriores do evento, o IV Congresso Nacional pela primeira vez enuncia um tema central que unificava o conjunto das propostas afirmando uma nova ordem de compromisso da psicologia com a sociedade brasileira, voltado às necessidades da maioria e à realidade social com vistas a contribuir para transformação da sociedade numa direção democrática: “qualidade, ética e cidadania na prestação de serviços: construindo o compromisso social da psicologia”.

Nos eixos temáticos, além dos espaços historicamente garantidos para a discussão da profissão, da formação e dos conselhos de psicologia, é aprofundado o debate sobre as políticas públicas e os direitos humanos, que já eram discutidos desde o primeiro congresso como partes dos outros eixos. Nas deliberações (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 2001), a necessidade de fortalecer parcerias da autarquia com outras entidades e os movimentos sociais é reforçada, havendo ainda indicativo de ações internacionais para consolidar ou promover a relação com os países do MERCOSUL e de língua portuguesa (particularmente os países africanos). Os debates são centrados no papel social da psicóloga e na promoção do compromisso social como diretriz política tanto nas ações nacionais quanto naquelas conjuntas com os países da América Latina.

No V CNP sob a temática “Protagonismo social da psicologia: as urgências brasileiras e a construção de respostas da psicologia às necessidades sociais”

organizam-se três eixos de discussão: políticas públicas, inclusão social e direitos humanos, exercício profissional. Nas deliberações (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 2004) do primeiro eixo apresentam-se como prioritária para as ações da autarquia, as demandas das políticas de saúde e mais especificamente da saúde mental, sendo indicado que as políticas públicas sejam compreendidas à luz do seu contexto institucional e em perspectiva interdisciplinar.

No segundo eixo é indicado que a psicóloga enquanto agente social deve por meio do seu trabalho contribuir para a garantia de direitos sociais e transformação da sociedade numa direção democrática, sendo reforçada a participação nos movimentos sociais. No eixo do exercício profissional, o protagonismo é associado ao enfrentamento da realidade social brasileira, indicando mudanças na autoimagem da categoria e, portanto, também da imagem social que passa a subsidiar.

Do indicativo de construção do compromisso social no IV CNP para a reflexão sobre o protagonismo da psicologia no encaminhamento de respostas para as necessidades sociais na quinta edição do congresso, observamos um acúmulo de experiências e debates que permitem posteriormente no VI CNP, a afirmação do compromisso social como um projeto para a profissão. No caderno de deliberações (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 2007), o compromisso social é considerado um projeto que coaduna os esforços de ampliação da inserção das psicólogas na sociedade e de um maior reconhecimento dessa profissão, incentivando a emergência e o fortalecimento de novos campos profissionais.

O VI CNP insistiu, assim, na necessidade de avançar do discurso do compromisso social, expresso como direção ético-política pelos conselhos desde as primeiras edições e mais claramente a partir do IV CNP, para a construção de novas referências para a prática, coerentes ao estabelecido pelo projeto. Nesse propósito foram constituídos três eixos de discussão: aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos, diálogos para a construção dos projetos coletivos da profissão, e intervenção das psicólogas nos sistemas institucionais.

O primeiro se reporta as estratégias para melhorar o funcionamento da autarquia. No segundo eixo, o desenvolvimento do projeto do compromisso social é vinculado à necessidade de diálogo interno e externo à categoria, sendo delineadas ações no âmbito das relações institucionais e parcerias que o Sistema Conselhos

deve promover, tanto na categoria quanto com outras profissões, movimentos da sociedade civil e instâncias governamentais para viabilizar o projeto. O último eixo reflete sobre a condição institucional da atuação das psicólogas, incluindo o compromisso com as políticas públicas e os direitos humanos e sociais, condições de trabalho e formação com vistas à construção de referências técnicas para o desenvolvimento da psicologia na direção proposta por este projeto profissional.

No congresso seguinte, VII CNP, mantém-se o debate do projeto ético-político de compromisso social, evidenciando nas deliberações (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 2010) centralidade no compromisso com a promoção de direitos e participação nas políticas públicas com vistas à produção de respostas efetivas da psicologia às necessidades sociais, coerentes com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Os eixos temáticos reiteram preocupações expressas na edição anterior focando no aprimoramento democrático do Sistema Conselhos, na construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional e no amplo diálogo com a sociedade e o Estado, reconhecendo a importância da articulação de diversos protagonistas para o fortalecimento da democracia.

Mantendo a reflexão sobre o projeto ético-político para a profissão, pautado na defesa da democracia, das políticas públicas e dos direitos humanos, desenvolvem-se os VIII e IX CNP. Em ambos os eventos (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 2013, 2016) o eixo temático sobre democratização do Sistema Conselhos contempla a criação de estratégias para a ampliação da interação com a categoria e a sociedade. Igualmente mantêm o segundo eixo voltado para as contribuições éticas, políticas e técnicas, sendo enfatizados no VIII CNP os processos de trabalho e afirmado o compromisso com o bem comum (formulações desenvolvidas na 2ª Mostra) e no IX CNP destacado o processo democrático e de garantia de direitos. No terceiro eixo, os dois congressos destacam a importância da ampliação e qualificação do exercício profissional, enfatizando o campo das políticas públicas e o Estado de garantia de direitos.

A retomada histórica dos congressos nacionais da psicologia evidencia que por meio dessa instância deliberativa vai sendo tecido ampla e coletivamente o projeto profissional do compromisso social, materializando em propostas, estratégias e ações os princípios éticos e políticos que já nutriam, desde as décadas anteriores,

as inquietações das psicólogas quanto à reorientação da função do seu trabalho na sociedade. Nesse sentido, é por meio do Sistema Conselhos que o compromisso social se institucionaliza como diretriz ético-política para a profissão.

Nesse sentido, a crítica ao tradicional papel social das psicólogas alinhado aos interesses da elite forneceu a condição de existência do projeto do compromisso social, no sentido de fornecer a sua base filosófica. Este novo conjunto de ideias coerente com a aspiração por uma sociedade mais democrática, justa e igualitária inspirou um determinado horizonte ético-político para a psicologia e pode ser compreendido na perspectiva gramsciana como uma ideologia orgânica aos interesses de emancipação de grupos sociais dominados.

As ideologias orgânicas apresentam papel importante na disputa por hegemonia na cultura, com potencial de organização de forças alternativas às dominantes. Nas palavras de GRAMSCI (1987): “na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade ‘psicológica’: elas ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam” (p. 63).

A difusão dessa ideologia orgânica na categoria das psicólogas e na sociedade foi fomentada pelas entidades da área, e substancialmente pelo Sistema Conselhos a partir dos anos 2000 quando passa a pautar a construção coletiva de um projeto ético-político para a profissão, possibilitada pelos esforços de democratização da sua estrutura (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 2007). Nesse sentido, a constituição de amplas instâncias deliberativas na autarquia, tais como os congressos nacionais da psicologia, foram fundamentais para que a direção política da profissão não ficasse restrita a um pequeno grupo de psicólogas.

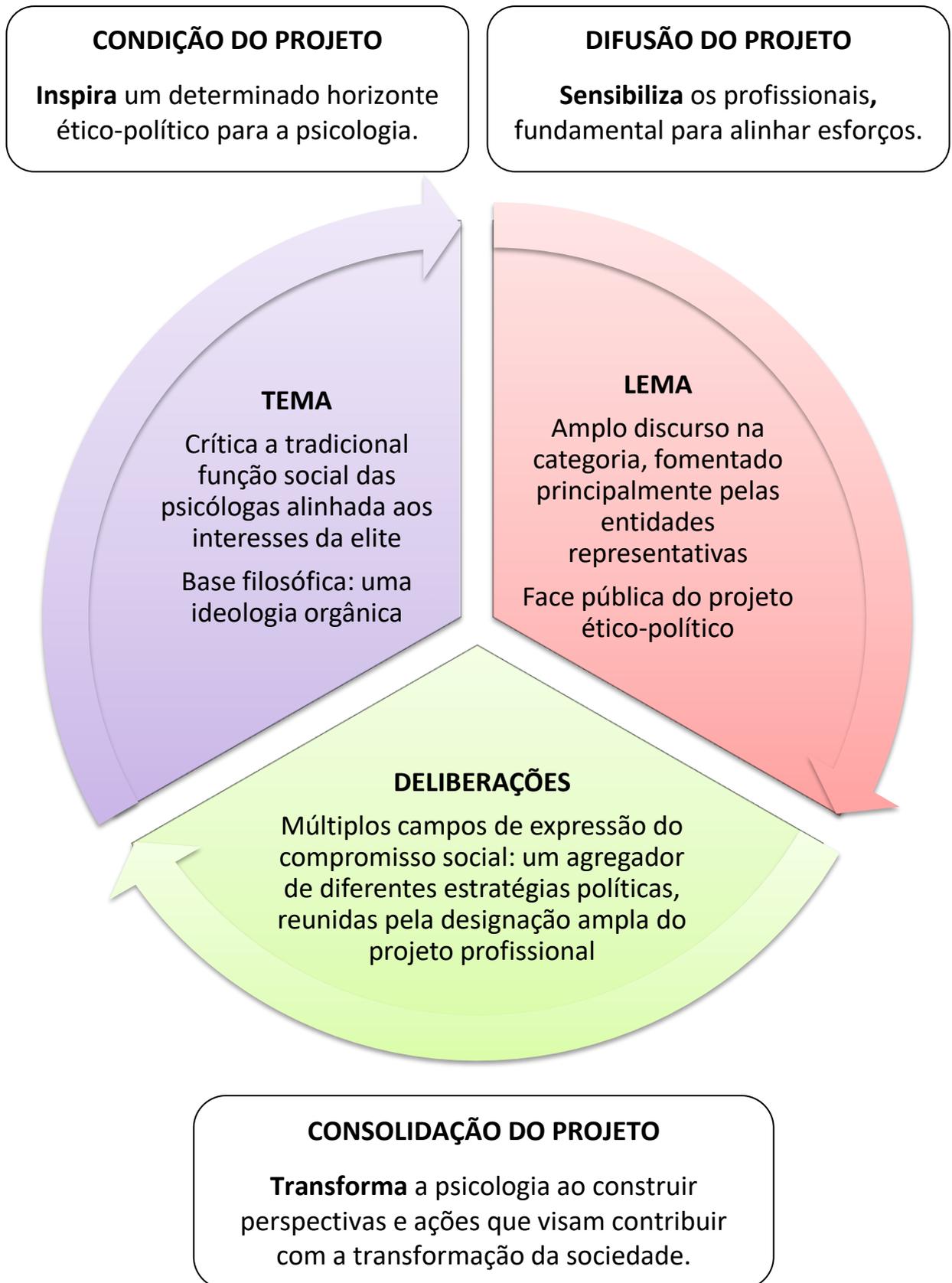
A democratização das entidades e especialmente dos conselhos de classe constituiu uma condição concreta para que o projeto do compromisso social se expressasse como uma “grande política” (GRAMSCI, 1978), construindo novas relações de força para superar o estado das coisas, priorizando o “dever ser” em seu sentido teleológico. Nessa direção, os campos de expressão do compromisso social, objeto do próximo tópico, evidenciam a construção em ato de novos consensos (não sem contradições) na categoria e na forma de apresentar a psicologia à sociedade.

Tais campos são a via de afirmação e consolidação do projeto por meio da proposição de ações políticas que disputam a hegemonia profissional na psicologia.

A hegemonia é fruto, portanto, de uma ação política organizada a partir da reunião de diferentes relações de força, correspondente a um bloco histórico determinado (unidade entre o estrutural e o superestrutural, o material e o ético-político), que se pode fazer avançar quando se reconhece uma situação como favorável. Na construção da hegemonia, o fundamental é formar esta força, mantê-la permanentemente organizada e desenvolvê-la de tal modo que se torne cada vez mais consciente de si (GRAMSCI, 1978).

O compromisso social constitui-se em tecido vivo na psicologia e na sociedade, transformando e sendo transformado. Este projeto apresenta diferentes dimensões (tema, lema e deliberações) constituídas historicamente a partir das condições sociais concretas, internas e externas à profissão, vivenciadas em cada período da história da psicologia, desdobrando a condição, difusão e consolidação do projeto. Sua compreensão, contudo, não é passível de redução a nenhuma dimensão específica, sendo importante analisá-las como partes que compõe uma totalidade: o lema se reporta a princípios que se materializam em determinadas deliberações. Segue figura ilustrativa das dimensões desse projeto crítico.

Figura 1 – Dimensões do projeto do compromisso social



Fonte: elaborado pela autora.

### **3.2. Campos de expressão do projeto do compromisso social**

Nesta seção buscaremos sistematizar alguns dos esforços para empreender o projeto do compromisso social da psicologia, sem pretensão de abarcar a todos os campos de expressão do projeto, mas percebendo que se trata de seus impactos tanto na ciência e profissão quanto na sociedade. Compreendemos, assim, como expressões do compromisso social as reflexões e ações decorrentes das estratégias políticas deliberadas pela categoria profissional; as quais de maneiras variadas alinham-se ao compromisso com as necessidades da maioria da população e com a realidade social em prol da sua transformação.

Os campos de expressão foram construídos a partir do acesso a múltiplas fontes: revisão da produção acadêmica sobre o compromisso social incluindo artigos, livros, dissertações e teses e do mapeamento de eventos que apresentaram tal discussão temática, incluindo as produções decorrentes dos mesmos, principalmente os cadernos de deliberação do CNP. Constituem-se como campos de expressão as temáticas que se apresentaram com alta frequência nestas fontes e/ou eram apresentadas de forma destacada. São eles: a defesa dos direitos humanos e da inserção qualificada das psicólogas nas políticas públicas, o incentivo à produção do trabalho coletivo tanto pela participação em equipes multiprofissionais quanto pela construção interdisciplinar do conhecimento, o fortalecimento das relações e instituições democráticas, o combate ao colonialismo cultural e a valorização das produções brasileiras e latino-americanas e a necessidade de reformulação das práticas e produção de novos olhares sobre as teorias.

Estes campos se caracterizam como uma espécie de “efeitos sociais” do compromisso social por serem fruto de uma intencionalidade e produzirem impactos na psicologia e na sociedade, mas em alguma medida também se reportam à gênese do projeto, uma vez que partindo de uma perspectiva dialética compreendemos que tais expressões também indicam condições que tornaram possível tal redirecionamento na psicologia. Em certo sentido, contamos a história ao mesmo tempo em que a vivemos e aliada à perspectiva teórica adotada nesta tese, isso implica reconhecer que não temos respostas acabadas e completas; o que há são ensaios, mas estamos firmemente comprometidas em produzi-los.

### **3.2.1. Inserção e qualificação do trabalho das psicólogas nas políticas públicas**

O crescimento de psicólogas trabalhando nas políticas sociais<sup>35</sup> contribuiu para a diversificação dos locais de atuação dessas profissionais, ao passo em que ampliou o acesso da psicologia para segmentos sociais anteriormente impossibilitados de pagar por tais serviços. Constituem, assim, aspecto concreto significativo para o desenvolvimento do projeto do compromisso social, ainda que expressem contradições típicas da sociedade capitalista (ANTUNES, 2012b; GONÇALVES, 2010; LOPES, 2005).

Referida à dimensão “expansão” do compromisso social, essa inserção responde a um dos pilares nas críticas históricas sobre a elitização da psicologia: a restrição do público alvo desde o início da profissionalização. Nesse sentido, a entrada das psicólogas nas políticas públicas encaminhou um duplo avanço: o de ampliar o mercado de trabalho da psicologia e com isso ganhar reconhecimento e lugar social, tão necessário para a consolidação da profissão (SILVA, Marcus, 2003) e a possibilidade de caminhar na construção de um projeto alternativo e progressista de transformação social (GONÇALVES, 2010; IAMAMOTO, M., 2008).

Uma política pública se diferencia pelo caráter democrático, por ser promotora de cidadania, buscar garantir direitos sociais e condições de vida dignas para a classe trabalhadora, na direção de superação das desigualdades. Deve, portanto, contar com a participação dos próprios sujeitos a que se destinam. Em um cenário social marcado pela opressão capitalista, poderíamos nos questionar: como uma concepção que destaca as noções de democracia e direitos sociais se tornou historicamente possível?

As políticas públicas apresentam caráter contraditório, sendo uma expressão da luta de classes. Por um lado, contribuem para a reprodução das classes sociais, sendo fomentada pela burguesia em períodos específicos, sobretudo no pós-guerra quando se desenvolve o Estado de bem-estar social nos países centrais em resposta à crise do capitalismo, garantindo acesso universal a condições mínimas

---

<sup>35</sup> Atualmente o setor público é o maior empregador das psicólogas, responsável por cerca de 40% das vagas, além de expressivo contingente de profissionais atuando no terceiro setor, correspondendo a 24,4% das inserções (MACÊDO; HELOANI; CASSIOLATO, 2010).

de vida por meio da esfera pública. Visam tanto à reprodução da força de trabalho, quanto à sustentação dos níveis de consumo indispensáveis para o prosseguimento da acumulação de capital. Por outro, as políticas públicas constituem-se em conquistas da classe trabalhadora fruto de diversas lutas históricas, momento em que as necessidades básicas dos trabalhadores passam a ser compreendidas como direitos sociais (GONÇALVES, 2010; IAMAMOTO, M., 2008; SPOSATI, et al., 2010).

Trata-se, portanto, de um campo carregado de contradições, que remetem à contradição fundamental das classes. Compreendê-las é fundamental para não alardear uma visão romântica, que ignora os obstáculos interpostos pela sociedade capitalista ao próprio desenvolvimento das políticas públicas, mas também para não minimizar a luta dos trabalhadores, suas conquistas históricas, e mesmo a possibilidade de transformações sociais a partir da defesa da democracia e dos direitos sociais universais, construindo espaços em que todos possam desenvolver a plena capacidade humana.

Dentre os obstáculos, é preciso considerar a própria reorganização do capitalismo em decorrência de novas crises, sobretudo a assunção do neoliberalismo a partir da década de 70 do século XX. No neoliberalismo acirram-se as desigualdades, ampliando-se o desemprego ao passo em que se fragilizam as políticas sociais, sobretudo na dimensão em que se responsabiliza o Estado por sua oferta, constituindo-as como políticas sociais públicas. Ergue-se um Estado Mínimo, dilacerado por privatizações, que no campo simbólico transmuta direitos sociais em mercadorias, calcadas na relação do consumo ao invés da proteção social.

No processo de fragilização do Estado, uma das ações é a transferência de responsabilidades governamentais para o terceiro setor: uma administração privada para fins públicos, teoricamente independente das outras duas esferas. Este é tido como distinto do Estado (primeiro setor), “algo público para fins públicos”, e do mercado (segundo setor), “administração privada para fins privados”. É considerado um setor “não governamental”, “não-lucrativo” e voltado ao desenvolvimento social, composto por organizações da sociedade civil de interesse público. Dentre estas, incluem-se as tradicionais instituições filantrópicas, o voluntariado e as organizações não governamentais (MACÊDO; HELOANI; CASSIOLATO, 2010).

No imaginário social acerca da oferta de serviços, “a lógica geral passa a ser algo como: (a) estatal-gratuito-precário; (b) privado-mercantil-boia qualidade e (c) filantrópico-voluntário-qualidade questionável (e virtual ausência de controles)” (YAMAMOTO, O., 2007, p. 33). Nesse sentido, o avanço do terceiro setor tem representado alguns prejuízos, principalmente pelos projetos conduzidos por organizações privadas se instituírem a partir do interesse privado de alguns grupos e segmentos sociais, ficando o caráter público comprometido, a exemplo da seletividade no atendimento de acordo aos critérios dos mantenedores, além do aumento do voluntariado e a precarização das condições de trabalho, atingindo diretamente o espaço ocupacional de muitas categorias profissionais (IAMAMOTO, M., 2008), dentre as quais as assistentes sociais e as psicólogas.

Há ainda os riscos da associação identitária entre terceiro setor e sociedade civil, que passam numa perspectiva reducionista a ser concebidas como um conjunto de organizações: as entidades civis sem fins lucrativos. Em um expressivo processo de despolitização, excluem-se os órgãos de representação política, a exemplo dos sindicatos e partidos. Compreendida como um agrupamento de variadas organizações complementares entre si, enfatiza-se os vínculos de solidariedade ao passo em que se invisibiliza as tensões e os conflitos de classe que marcam a sociedade civil (IAMAMOTO, M., 2008; YAMAMOTO, O., 2007).

Na análise das contradições que permeiam as políticas sociais, bem como a inserção das psicólogas em tais políticas, há um questionamento fundamental: “essa extensão do campo de atuação, para além do elastecimento do mercado de trabalho, representa um maior comprometimento com camadas mais amplas da população?” (YAMAMOTO, O., 2009, p. 42). Para responder tal questão, o autor recorre à discussão das políticas sociais remetendo-as a “questão social”, como elemento imprescindível para avaliar os obstáculos e potencialidades da ação e compromisso social das psicólogas nesse campo.

A questão social refere-se ao conjunto das múltiplas expressões da desigualdade na sociedade capitalista, seja econômicas, políticas ou culturais entre as classes sociais, atravessadas por diferenças a partir das relações de gênero, aspectos étnico-raciais e formações regionais, deixando a margem expressivos

segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização (IAMAMOTO, M., 2008).

Frente a tais desigualdades, a política social que deveria ser trabalhada em sua totalidade é tratada de forma fragmentada, setorizada e parcial como políticas sociais específicas, dificultando o cumprimento dos seus objetivos. De acordo ao desenvolvimento dos países podem assumir desde caráter preventivo até compensatório ou redistributivo no enfrentamento a situações de extrema pobreza. Nesse processo, a psicóloga, como profissional do setor do bem-estar, trabalha como executor terminal de políticas segmentadas. É preciso considerar tais elementos ao analisar tanto a relevância quanto os possíveis limites da ação profissional da psicologia (YAMAMOTO, O., 2007, 2009).

Na análise de tais limites entram em jogo ao menos três vetores: as formas peculiares de organização político-econômica que rebatem no tratamento das questões sociais; a organização e a capacidade de resistência das classes subalternas; e a situação específica das profissões do setor bem-estar; no nosso caso, do psicólogo: organização profissional e compromisso social, hegemonia de tal ou qual modelo (teórico-técnico) de intervenção e condições/características da formação acadêmica. (YAMAMOTO, O., 2009, p. 44).

Nesse sentido, ainda que relevante, estar no serviço público por si só não garante uma atuação com compromisso social, principalmente quando se considera a transposição de práticas tradicionais sem a necessária adequação e o atendimento desqualificado. Historicamente a categoria vem se mostrando atenta a tal dinâmica. Nos Congressos Nacionais da Psicologia, por exemplo, reiteradas vezes é associado o tema da inserção da psicologia nas políticas públicas à necessária qualificação que deve acompanhá-la.

Ainda que no enfrentamento a diversos obstáculos, o trabalho das psicólogas nas políticas públicas, compreendidas como vias de garantia de direitos sociais conquistados na luta histórica dos trabalhadores, se insere na possibilidade de defesa e fortalecimento da experiência subjetiva de ter direitos, que na articulação com as condições concretas da base material e as necessidades de outros sujeitos, pode levar a experiência de compartilhar desejos (GONÇALVES, 2010). Com todas essas características, o trabalho da psicóloga nas políticas sociais assinala para o

atendimento das necessidades e promoção dos sujeitos oriundos das camadas populares.

Respeitando uma atuação construída em coletivos intersetoriais, propõe-se que a psicóloga busque ultrapassar os limites de executor terminal das políticas para contribuir com a sua elaboração, gestão e acompanhamento. Acrescenta-se, ainda, a importância dessa profissional compreender em profundidade as determinações macroestruturais de sua inserção profissional no setor do bem-estar social, buscando ampliar a dimensão política da ação profissional (ANTUNES, 2012b; YAMAMOTO, O., 2012).

Sob uma perspectiva que considera como superada a concepção de neutralidade da técnica, Yamamoto, O. (2007, 2012) alerta para a diferença entre a ação propriamente política, característica da militância (sindical, partidária ou nos movimentos sociais) e a dimensão política relativa aos efeitos sociais da atividade profissional. Seja ou não objeto de reflexão/consciência para o profissional, nas intervenções técnicas subjaz uma dimensão política, dado o envolvimento do profissional com as relações de poder da sociedade.

Gonçalves (2010) aponta alguns princípios e recursos nesse processo. O primeiro é compreender as demandas da realidade social a partir de uma perspectiva histórica, desnaturalizando os fenômenos sociais, que se são produzidos também podem ser alterados. Isso inclui a luta constante pela democratização do Estado e sua responsabilização pelas políticas universais, ou seja, a defesa de que a política social seja de fato pública. Na sequência, que esta política social pública represente a defesa dos direitos sociais para todos e todas e que a psicologia contribua intervindo na dimensão subjetiva dos fenômenos sociais.

Para a autora, na construção de políticas públicas, sempre houve presente uma determinada concepção sobre os sujeitos e sua subjetividade. O importante é reconhecer esse processo e intervir na direção desejada, superando a naturalização que ocultam as compreensões adotadas. A partir da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais são variadas as possibilidades de intervenção no âmbito individual e coletivo. Considerando tal diversidade, múltiplos esforços têm sido produzidos ao longo dos últimos anos, compondo ampla gama de reflexões e

experiências sobre a atuação em políticas públicas, bem como críticas que auxiliam no avanço do campo e na sua interlocução com o projeto do compromisso social.

Dentre estes, podemos citar reflexões e contribuições na construção de políticas públicas voltadas à infância e adolescência (CONTINI, 2009); orientação sexual na adolescência (KAHHALE, 2009), orientação profissional com ênfase nas classes pobres (BOCK, S., 2009, 2010); políticas de saúde, com recorte na saúde mental (MACEDO, 2011; ROSA, 2009, 2016), na prevenção das DSTs/Aids (GONÇALVES; PUPO, 2009), experiências de pesquisa e assistência integradas a pessoas vivendo com HIV/Aids (KAHHALE, et al., 2010), gestão do território e desafios da política de saúde na Amazônia brasileira (OLIVEIRA, 2009); reflexões sobre inserção e desenvolvimento do trabalho das psicólogas nas políticas de assistência social (FONTENELE, 2008; SANTOS, 2014) e no terceiro setor (PAIVA, 2008); contribuições da psicologia sócio-histórica para a elaboração de políticas públicas (GONÇALVES, 2009), dentre outras.

Além das contribuições dos pesquisadores e profissionais, devemos considerar ainda as intervenções institucionais. Nessa direção, Rocha (2009) enfatiza o Banco Social de Serviços em Psicologia e o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) como ações políticas de destaque ao se discutir o compromisso social. Amorim (2010) considera que essas iniciativas reverberam na categoria pela necessidade das psicólogas em serviço por respaldo técnico para suas ações e assinala que a defesa da presença da psicologia nas políticas públicas e o debate sobre direitos humanos definem com maior ênfase a direção política do compromisso social subsidiada pelo Sistema Conselhos.

O Banco Social de Serviços foi um projeto desenvolvido pelo CFP em parceria com os Conselhos Regionais. Iniciado em 2003 e concluído em 2005<sup>36</sup>, teve por objetivo apresentar ao Estado de maneira consistente a potencialidade das práticas e dos saberes psicológicos. Para tal, foi oferecido um banco de horas de trabalho voluntário das psicólogas aos Ministérios e Secretarias Estaduais com vistas ao desenvolvimento de projetos de intervenção em áreas onde havia poucas psicólogas trabalhando e nas quais a psicologia podia colaborar.

---

<sup>36</sup> No V CNP é manifestado apoio ao Banco Social de Serviços, sendo definidas estratégias para sua realização, qualificação e desdobramentos após a finalização (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 2004).

Os projetos foram desenvolvidos em treze estados brasileiros, além do Distrito Federal, distribuídos nas cinco regiões do país. Ocorriam em parceria com órgãos públicos, não podendo substituir ou concorrer com serviços já existentes. Ademais, tinham um tempo pré-estabelecido de duração, pois deveriam estimular a construção de novas políticas públicas que contassem com a inserção da psicologia. Quase 2.000 psicólogas colaboradoras participaram desta iniciativa, que beneficiou mais de 5.000 pessoas em seis temáticas distintas: reinserção do egresso do sistema prisional, desenvolvimento de medidas socioeducativas em meio aberto, ampliação da reforma psiquiátrica, análise da mídia, apoio ao trabalhador desempregado e práticas para uma educação para todos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005).

O CREPOP, lançado em 2005, sucedeu o Banco Social de Serviços, atendendo a uma das deliberações do V Congresso Nacional da Psicologia, realizado em junho de 2004 em Brasília. Caracteriza-se, portanto, como um projeto da categoria profissional, que tem por objetivo a divulgação de informações sobre a inserção e desenvolvimento do trabalho da psicologia nas políticas públicas, bem como a produção de referências para a atuação das psicólogas em diferentes segmentos nesse campo: identificando, sistematizando e socializando práticas relevantes.

A metodologia do CREPOP é abrangente e visa produzir referências sobre os múltiplos aspectos da relação entre psicologia e políticas públicas. Inclui o mapeamento da inserção das psicólogas em variados programas e projetos de políticas públicas em distintas áreas, por meio de pesquisas *on-line*, reuniões abertas e grupos fechados, atividades coordenadas pelo CFP e executadas pelos Conselhos Regionais; levantamento e divulgação sobre os marcos legais de diversas políticas públicas; produção e socialização de relatórios quantitativos e qualitativos sobre a inserção das psicólogas no campo; reconhecimento de práticas inovadoras nos distintos campos e produção de documentos de referências sobre a prática profissional (GONÇALVES, 2010).

Ao longo desses dez anos, o CREPOP desenvolveu diversas produções, disponibilizadas *on-line* no site do CFP. São rereferências técnicas para a atuação das psicólogas em questões relativas à terra; em políticas públicas de álcool e

outras drogas; saúde do trabalhador no âmbito da saúde pública; no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS); nos Programas de DST e AIDS; para atuação de psicólogas na educação básica, no CRAS, no Centro de Referência Especializado da Assistência Social, em Programas de Medidas Sócio-Educativas em Meio Aberto e em Unidades de Internação, no Sistema Prisional, em Programas de Atenção à Mulher em situação de violência, no Serviço de Proteção Social a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias; para atuação das psicólogas em Varas de Família e Relações Raciais.

O CREPOP se consolidou junto à categoria frente à relevância da contribuição que produz para as psicólogas em serviço e também para os demais atores envolvidos no desenvolvimento do trabalho em políticas públicas, a exemplo dos gestores e outras categorias profissionais. Por tudo isso, manteve-se a indicação de sua continuidade como deliberação nos Congressos Nacionais da Psicologia (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 2007, 2010, 2013, 2016).

A despeito desse processo, contudo, o CREPOP sofreu nos últimos três anos com a situação de sucateamento e tentativas de desmonte pela gestão 2013-2016 do CFP, conforme denúncia em carta aberta assinada por 17 Conselhos Regionais<sup>37</sup>, indicando que iniciativas alinhadas a projetos profissionais alternativos são alvos de permanente disputa na categoria, podendo incorrer em divergências de princípios, mas também de método. Assim, o desinvestimento no CREPOP não representa necessariamente recusa da referida gestão quanto à importância de qualificar o trabalho da psicologia nas políticas públicas, mas discordâncias na forma de fazê-lo, sendo desenvolvidas outras iniciativas nesse campo, a exemplo da criação da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social.

Concluindo essa seção, retomamos a oportuna reflexão de Gonçalves (2010):

As políticas sociais não são medidas boas em si mesmas, como querem os representantes das classes dominantes. Não são também medidas más em si mesmas, como querem alguns apologetas de esquerda que as consideram simplesmente instrumentos de manipulação e de escamoteação da exploração. Devem, outrossim, ser entendidas no contexto da estrutura

---

<sup>37</sup> O documento intitulado “Carta aberta às/os profissionais de psicologia e à sociedade brasileira: SOS CREPOP” foi publicado em 2015 e encontra-se disponível em: <<http://crp16.org.br/wp-content/uploads/2015/08/CARTA-ABERTA-CREPOP-para-divulgacao.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

capitalista e do movimento histórico das transformações sociais dessa estrutura. (GONÇALVES, 2010, p. 51).

Trata-se, portanto, de considerar os limites sem desconsiderar as possibilidades de mudança e, sobretudo, estar atentos ao papel dos profissionais, enquanto intelectuais orgânicos, para que tais mudanças se processem. Nesse sentido, cabe o questionamento: quais as mediações que podemos produzir a partir da psicologia para contribuir com um projeto societário mais justo e igualitário? O trabalho construído por muitos para muitos, valorizando as construções multiprofissionais e interdisciplinares se insinua como uma alternativa potente.

### **3.2.2. A condição autônoma e a produção do trabalho coletivo e interdisciplinar**

A ênfase na interdisciplinaridade é um dos adjetivos mais correntes para qualificar uma atuação socialmente comprometida na psicologia, tendo sido inclusive uma das características marcantes nos trabalhos apresentados na 1ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia: Psicologia e Compromisso Social. Associada a esta noção acrescenta-se a de multi e transdisciplinaridade. No que tais conceitos se aproximam ou se distanciam? Como eles podem nos auxiliar na compreensão do projeto do compromisso social da psicologia?

Na multidisciplinaridade, as disciplinas se associam, mas mantêm acentuada independência. A postura pode ser de colaboração, mas em geral manifestam-se conflitos. Já a interdisciplinaridade caracteriza-se pela união de distintas disciplinas em um todo coerente com potencial para conduzir a transdisciplinaridade, que supera a justaposição. As múltiplas dimensões da realidade humana compõem um campo de complexidade que para ser reconhecido e compreendido exige a reunião das diferentes partes, comumente analisadas por perspectivas enclausuradas. Avançar nessa construção requer uma reforma significativa nos rumos do ensino universitário, ancorado em perspectivas disciplinares (MORIN, 2007).

Silva, Juremir (2007) em diálogo com Edgard Morin destaca a importância da atitude epistemológica para compreender que inter, multi e transdisciplinaridade

possuem distintas contribuições, ainda que insuficientes quando consideradas isoladamente. Enquanto a multidisciplinaridade reúne distintas disciplinas, a inter as articula. Já a transdisciplinaridade, comportando as duas dimensões anteriores, supera as especificidades em prol da complexidade. Em todas, observamos a necessidade de ir além da fragmentação das disciplinas, compreendendo a importância de cada área do conhecimento, mas principalmente reconhecendo a importância dos saberes que se constroem para além das áreas específicas.

No caso da psicologia, o trabalho inter, multi ou transdisciplinar acompanhou a mudança do perfil profissional nas últimas décadas, que passa da tradicional posição de profissional liberal e autônomo, em geral trabalhando sozinho no consultório privado, para a condição de profissional assalariado. Tal mudança é corroborada pelo dado de que atualmente o trabalho autônomo é o principal e único vínculo somente para 17,6% das psicólogas, sendo para a maioria das profissionais complementar às várias modalidades de trabalho assalariado (MACÊDO; HELOANI; CASSIOLATO, 2010).

Em direção análoga, o estudo de Martins e Puente-Palacios (2010) sinaliza que a inserção em equipes, principalmente multiprofissionais, configura mais da metade dos contextos de trabalho das psicólogas pesquisadas. Tais equipes requerem a construção de um trabalho coletivo e são, em geral, compostas com assistentes sociais, médicos e enfermeiras em diferentes campos de atuação. Apesar da baixa remuneração e grande exigência a que são submetidos, as psicólogas que atuam em equipes referem estar satisfeitas e apresentam crenças positivas sobre tais unidades de trabalho.

Dentre os aspectos internos à profissão que contribuíram para essa mudança do perfil profissional destacam-se a psicologia comunitária (ANDERY, 1984) e a entrada das psicólogas na saúde pública e posteriormente nas demais políticas sociais (GONÇALVES, 2010). Tais inserções alteraram a dinâmica de trabalho das psicólogas ao proporcionar novas experiências de desenvolvimento da atuação, envolvendo a necessidade de relacionar-se em equipes multiprofissionais com vistas à construção de um trabalho interdisciplinar, sendo mais escassos os posicionamentos quanto à transdisciplinaridade.

Além dos movimentos internos da categoria que fomentaram a mudança no perfil profissional, sobre as condições sociais mais amplas envolvidas nesse processo, é preciso lembrar que a tendência à institucionalização, passagem da condição liberal para assalariada, responde também a consequências históricas da mudança do capitalismo concorrencial para o monopolista (NOGUEIRA, 1980 apud YAMAMOTO, O., 1987).

Nesse processo, é reconhecido o papel das entidades de psicologia na defesa da inserção das psicólogas em equipes multiprofissionais e o reconhecimento de tais equipes como lugar de socialização do saber com potencial de quebra do poder restrito a cada disciplina isoladamente, o que remete às possibilidades de construção do complexo trabalho interdisciplinar (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 1994, 1996, 1998, 2001, 2004, 2007, 2010, 2013, 2016). Cabe especialmente às entidades representativas da área estabelecer relações com outras categorias profissionais com vistas à definição das especificidades da colaboração produzida pela psicologia, sempre respeitando e promovendo a prática coletiva e interdisciplinar.

Essa discussão foi intensificada com a inserção das psicólogas nas políticas sociais, as quais exigem a participação de múltiplos colaboradores, desde sua elaboração até sua execução. Nesse sentido, o trabalho multiprofissional e interdisciplinar emerge como possibilidade para que o fenômeno em questão seja apreendido de maneira ampla e integral. O desafio, portanto, é o de integrar com distintos profissionais, programas e projetos em que a participação seja equânime, superando a perspectiva de especialistas; aliada a imprescindível defesa da intersetorialidade e atuação em rede nas políticas públicas.

Se o trabalho em equipe multidisciplinar foi, no início, condição de eficácia para um trabalho novo, hoje já é parte da compreensão da psicologia como área, entre outras, capaz de melhor equacionar problemas que, mesmo quando tem o indivíduo como foco, são por definição problemas de vida em sociedade, esta sociedade. (WITTER, et al., 1992, p. 239-240).

Os estudos e relatos de experiência, contudo, têm evidenciado obstáculos para a efetivação do trabalho interdisciplinar e em equipes multiprofissionais, bem

como para o trabalho intersetorial e em rede no nível institucional. Investigando as causas dessa dificuldade, Gonçalves (2010) aponta para história da psicologia, tradicionalmente concebida como uma ciência neutra, portadora de um saber sobre o homem universal e a-histórico. Tradicionalmente a psicóloga assumiu o lugar de “especialista”, cujos conhecimentos poderiam orientar a atuação de outros profissionais, a exemplo dos médicos e educadores.

Desse modo, no processo histórico do desenvolvimento da psicologia, mesmo quando esta se relacionava com outras disciplinas e profissões, estabeleciam-se relações assimétricas, posicionando-se ora em superioridade ora em condição secundária, em um lugar subsidiário de descrições e classificações de indivíduos em relação a seus “aspectos psicológicos”.

O desafio, portanto, é o de assumir uma intervenção protagonista, que supera a posição arraigada de “produzir para”, enquanto um detentor de saber, para “produzir com”, que requer, ao mesmo tempo, humildade para reconhecer o saber do outro e generosidade em partilhar as especificidades do saber próprio, construindo algo novo que conta com a participação de todos e não é propriedade exclusiva de ninguém. Trata-se de uma mudança paradigmática expressiva, que em alguns casos pode afetar inclusive a identidade e o senso de pertença profissional, como visto na pesquisa de Santos (2014) com psicólogas do CRAS/SUAS.

Rey (2001) colabora com a reflexão, destacando a importância de superar o medo do debate, ainda muito presente na academia. É preciso reconhecer a impossibilidade de a ciência ser ciência prescindindo do debate. E o debate, destaca o autor, é um pressuposto de diálogo para uma reflexão interdisciplinar. Coloca-se, assim, a necessidade de resgatar a dialogicidade como princípio e método, como ferramenta de ação, tal qual nos ensinou Freire (1974/2014).

Acompanhando as transformações no campo de trabalho das psicólogas, a construção dos saberes passa a reconhecer a amplitude do fenômeno psicológico, que já não é visto apenas em si mesmo. Instaura-se, assim, a necessidade de recorrer também a outras áreas no processo de produção do conhecimento, que numa perspectiva crítica deve considerar as múltiplas dimensões da realidade e do fenômeno estudado e, portanto, requer a contribuição de diferentes perspectivas.

Nessa direção, Lane (1984) assinala o equívoco da compreensão das Ciências Humanas como um conjunto de conhecimentos em áreas estanques, tais como a psicologia, sociologia, antropologia, economia, história, pedagogia, linguística. Para o conhecimento profundo e concreto do ser humano todas as áreas colaboram a partir de suas diferentes perspectivas. A autora defende a permeabilidade das fronteiras entre as áreas, expandindo o conhecimento, seja de caráter individual, grupal ou social.

O caminho é longo, mas a psicologia tem avançado consistentemente na superação dos especialismos, sobretudo ao incluir e assegurar a importância de estabelecer trocas permanentes com distintas disciplinas. Tal visão apoia-se na noção de que o fenômeno psicológico concreto está para além dos limites impostos por uma área do conhecimento. Sua compreensão requer, então, diálogo entre muitas áreas de saber, cada uma contribuindo com sua especificidade para determinação da multiplicidade de fatores que o constituem. A restrição do fenômeno psicológico nos limites da psicologia o restringe ao plano da abstração, que pouco auxilia na sua compreensão (ANTUNES, 2004).

Além das experiências interdisciplinares, que caracterizam o projeto do compromisso social e estimulam leituras complexas da realidade a partir do encontro com outras áreas do conhecimento e campos de intervenção na realidade, Rey (2001) defende a importância de discutir a “intradisciplinaridade”, problematizando o isolamento e por vezes a difícil relação entre as subáreas/campos da psicologia. Tal aspecto é considerado também por Lehman (2001), que ao referir-se a sua experiência de trabalho como psicólogo clínico e social, busca acentuar a necessidade de superar as visões determinísticas tanto do enfoque individual quanto do social, alertando para necessária interface dos diversos campos e áreas na construção de conhecimentos e práticas que respondam às demandas da realidade.

Diante do exposto, observamos um processo, em que a psicóloga avança de uma condição em geral isolada na produção do trabalho autônomo, para o reconhecimento da necessidade de construir saberes e práticas em diálogo com a sociedade e seu público alvo, em conjunto com outros profissionais e mesmo entre as próprias psicólogas. O trabalho coletivo afirma-se, assim, como campo expressivo

do projeto do compromisso social, delineando ruptura com a histórica marca liberal associada à profissão.

### **3.2.3. A defesa dos direitos humanos: enfrentando a dominação em suas diversas expressões**

Para iniciar a discussão sobre a defesa dos direitos humanos como um dos campos de expressão do projeto do compromisso social, bem como seu posicionamento de enfrentamento aos sistemas de dominação em suas diversas dimensões, consideramos importante rever o processo de configuração histórica em que os direitos civis, políticos e sociais passam a ser compreendidos como direitos extensivos a todos os seres humanos, ainda que muitas vezes apenas em princípio, dado que a realidade se estabelece de modo contraditório numa sociedade de classes.

No processo de ascensão e consolidação da burguesia vai sendo firmada por meio das suas revoluções, principalmente a Revolução Francesa, que fornece as bases ideológicas do individualismo liberal, uma determinada concepção de sociedade, que inclui a experiência subjetiva de ter direitos (GONÇALVES, 2010), e se relaciona com o exercício de uma cidadania de participação (VIOLA, 2010). Assim, os direitos individuais, inicialmente concebidos como direitos civis e posteriormente também como direitos políticos por meio da compreensão burguesa de democracia, vão alcançando espaço de afirmação e possibilitando a luta por outros direitos, principalmente os sociais.

A despeito dos resultados mais importantes da Revolução Francesa, ratificados ideologicamente na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão datada de 1789, serem voltados aos interesses da burguesia, começam a se desenhar algumas propostas na direção dos direitos sociais reivindicados pelos trabalhadores, a partir das lutas empreendidas com a organização do movimento operário desde o século XVIII. Dentre as conquistas podemos citar as leis fabris que passam a limitar a jornada de trabalho e a idade para o trabalho infantil, bem como as leis que possibilitaram a liberdade de associação e de greve, garantindo o direito dos trabalhadores lutarem contra a exploração do trabalho (GONÇALVES, 2010).

A desigualdade social constituída em sua dimensão objetiva pela concentração de renda é uma consequência da exploração de classe no sistema de produção capitalista e implica um forte obstáculo à consolidação dos direitos sociais para todos e todas. Nesse sentido, os direitos sociais relacionados à luta geral pelos direitos humanos expressam o processo contraditório da luta de classes que sobrevém com o desenvolvimento do capitalismo, conduzindo avanços e recuos na luta dos trabalhadores em diferentes momentos históricos mediante as condições da conjuntura social, econômica e política de cada país.

Sobre a conjuntura atual é imprescindível considerar os impactos nefastos do neoliberalismo no esvaziamento das políticas sociais garantidoras de direitos para os trabalhadores, reafirmando a necessidade de defesa da cidadania, uma vez que os direitos estabelecidos como universais e extensivos a todos os seres humanos, se evanescem pela primazia do privado na ordem capitalista. Nesse processo de lutas sociais, a concepção de direitos não é um a priori, mas sim a base de sustentação para a defesa da liberdade e da igualdade.

O eixo dos direitos humanos reporta-se à discussão sobre a maneira como os direitos fundamentais e os direitos sociais são tratados em uma sociedade. Nessa direção, a relação do Estado com os indivíduos enquanto cidadãos, deve se pautar no pressuposto dos direitos humanos, universais e inalienáveis, sendo de grande valor a afirmação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) proclamada em 1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, um marco ético-jurídico-político de constituição de uma cultura universal de valorização aos direitos humanos, extensiva a todos os povos.

No caso do Brasil, a luta pelos direitos humanos se organiza no enfrentamento ao autoritarismo e na reorganização da sociedade civil durante e após a ditadura militar, incluindo a defesa das liberdades civis, a compreensão da democracia a partir da representação, mas também da participação e os anseios por igualdade e justiça social (VIOLA, 2010). No plano político-institucional destaca-se a criação em 1996 do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), favorecendo o desenvolvimento de projetos de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos (ZENAIDE, 2010).

A ligação que se estabelece entre a defesa dos direitos humanos, a luta por instituições democráticas e a aspiração de uma sociedade mais igualitária nos deixa pistas para compreender os diversos ataques nesse campo. Por um lado na apropriação do discurso dos direitos humanos pelos grupos dominantes, mas de modo distorcido para justificar seus próprios interesses; por outro na desqualificação explícita desses direitos pelos segmentos conservadores, a exemplo das tentativas recorrentes de associação dos direitos humanos como “proteção de vagabundos” e seus significantes similares. A demarcação da sociedade entre os “cidadãos de bem” e os “outros” responde ao ideário da suposta existência de “gente que vale menos” e, portanto, pode ser tratada sem consideração da sua dignidade.

Discutindo sobre o trabalho do assistente social a partir da compreensão do projeto ético-político dessa profissão, Iamamoto, M. (2008) chama a atenção para a necessidade de cada profissional assumir veementemente a defesa dos direitos humanos, o que implica a rejeição das diferentes expressões do autoritarismo e do arbítrio, ao passo em que exige uma direção democrática para o trabalho do assistente social, contribuindo para própria afirmação da democracia na vida social. Estendemos tal reflexão à psicologia e às psicólogas, que ao longo das últimas décadas vêm firmando iniciativas de defesa intransigente dos direitos humanos.

Gonçalves (2010) afirma que relacionar a psicologia aos direitos humanos tem por objetivo explicitar de que maneira as violações dos direitos fundamentais de todos os homens afetam as subjetividades, exigindo que as psicólogas, por meio da denúncia qualificada, posicionem-se na luta pela transformação das situações de desrespeito que ferem a dignidade humana.

Essa mudança paradigmática pode ser observada pela presença da psicologia e das psicólogas na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, e também do idoso, na luta pela ampliação da Reforma Psiquiátrica, na emergência e consolidação do SUS e do SUAS, nos debates sobre o sistema prisional e as medidas socioeducativas, dentre outras esferas, que nas várias edições do CNP se concretizaram em deliberações específicas.

Para apresentar um breve panorama das contribuições neste campo, optamos por recorrer a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CDH) como eixo central, por representar uma iniciativa em nível

institucional, que se articula com diferentes atores da psicologia enquanto ciência e profissão. Ela foi criada em 1997 e a partir de 1998 foram constituídas as Comissões de Direitos Humanos nos Conselhos Regionais de Psicologia<sup>38</sup>. A seguir detalharemos o funcionamento e as realizações desta comissão a partir de informações extraídas do site do CFP<sup>39</sup>.

Dentre os objetivos propostos para o desenvolvimento da CDH, destacam-se a investigação sobre os variados processos de exclusão e a necessidade de intervir em situações concretas nas quais se observam violações dos direitos humanos, dada a compreensão de que são fontes produtoras de sofrimento mental. Isso implica participar ativamente das lutas pela garantia dos direitos humanos na sociedade brasileira, apoiando os movimentos nacionais e internacionais associados e incluindo desde a formação até a prática profissional e pesquisa.

A comissão desenvolve seus trabalhos por meio da promoção de seminários, campanhas nacionais de direitos humanos, inspeções em instituições, dentre outras ações. Os Seminários Nacionais de Psicologia e Direitos Humanos são organizados a cada dois anos e têm por objetivo propiciar um espaço fértil para reflexões e debates entre psicólogas, estudantes e a sociedade no que tange às possibilidades de contribuição da psicologia para a efetivação dos direitos humanos. Dentre as temáticas abordadas incluem-se a relação entre processos de exclusão e violação dos direitos humanos incidindo sobre a subjetividade e produzindo sofrimento mental, os compromissos e os comprometimentos das práticas psicológicas e aspectos epistemológicos e éticos nesse campo, dentre outras.

As campanhas são trienais e suas diretrizes temáticas são deliberadas após análise geral do contexto nacional dos direitos humanos. O foco é favorecer tanto debates quanto intervenções sobre o aspecto da realidade escolhido. Dentre os temas abordados<sup>40</sup> encontra-se a defesa da luta antimanicomial, ressaltando posicionamento contrário ao eletrochoque e a existência de manicômios judiciários; enfrentamento ao racismo e preconceitos étnicos; violências de gênero e sexuais;

---

<sup>38</sup> A criação das comissões de Direitos Humanos no âmbito dos conselhos profissionais de psicologia é expressa como diretriz política para autarquia no III CNP (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 1998), sendo priorizada tal discussão temática nas edições seguintes do congresso.

<sup>39</sup> Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/cfp/comissao-de-direitos-humanos/>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

<sup>40</sup> Nas diversas edições do CNP tais temáticas aparecem em deliberações específicas, indicando a necessidade de a psicologia contribuir no enfrentamento de tais questões.

violência de Estado e da tortura; violências nas práticas de privação de liberdade e a criminalização dos movimentos sociais. Buscou-se, ainda, a garantia de direitos, tais como a assistência aos usuários de drogas e suas famílias, educação inclusiva, aplicação integral do ECA e posição contrária à redução da maioria penal.

Sobre as inspeções, as comissões tanto em âmbito federal quanto regionais promovem vistorias anuais com vistas à intervenção em casos concretos de violações de direitos humanos, principalmente quando associados a sofrimento mental. Já foram realizadas inspeções em Unidades Psiquiátricas (promovida em 16 estados brasileiros e no Distrito Federal [DF] em 2004); em unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei (realizada em 22 estados brasileiros e no DF em 2006); em Instituições de Longa Permanência para Idosos (desenvolvida em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil, em 11 estados brasileiros e no DF em 2007); em locais de internação para usuários de drogas (quando foram vistoriadas 68 instituições em 24 estados brasileiros e no DF em 2011).

A Comissão de Direitos Humanos participou também de expedições indígenas<sup>41</sup>, a exemplo da realizada no território Kaiowá-Guarani em 2012, cujo objetivo era documentar a situação de vulnerabilidade, conflitos, mortes e perseguição aos indígenas por meio de relatórios e vídeos. Tal processo contribuiu para dar visibilidade à questão indígena como temática própria para a psicologia. A CDH produz também documentos e referências, tais como a cartilha “Adoção: um direito de todos e todas”, publicada em 2008 com vistas à defesa das condições subjetivas de pessoas de qualquer orientação sexual assumir o papel de pais e se vincularem afetivamente a crianças ou adolescentes.

Sobre a garantia dos direitos de pessoas com orientação sexual diversa a heteronormatividade, destaca-se também a assertividade da Resolução 01/99 (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1999), que estabelece normas de atuação para as psicólogas em relação à questão da orientação sexual. Nesse documento, o Conselho reafirma o entendimento de que a homossexualidade não constitui doença, distúrbio ou perversão. À psicóloga compete, portanto, posicionar-se na direção da superação de preconceitos e discriminações que atingem as

---

<sup>41</sup> A importância de discutir e ampliar a contribuição da psicologia aos povos indígenas aparece pela primeira vez no VI CNP em 2007, sendo reiteradas nas edições seguintes (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 2010, 2013, 2016).

peças homossexuais, não podendo atuar na direção de tratamento ou cura da homossexualidade.

As conquistas no âmbito da garantia de direitos, contudo, não é algo dado, estando sujeitas a avanços e recuos. A preservação dessas conquistas, portanto, deve ser resguardada e fortalecida cotidianamente, uma vez que os direitos são frequentemente ameaçados por posições conservadoras da sociedade. Como nos alerta Gramsci (1987) o campo da cultura é alvo permanente de disputa pela hegemonia por diferentes ideologias orgânicas a interesses de grupos sociais variados.

Nessa direção, a Resolução 01/99 vem sendo alvo de questionamentos por setores conservadores da sociedade, em geral associados a grupos religiosos, propondo no âmbito legislativo cassar os efeitos da resolução por meio de Projetos de Decreto Legislativo (PDC), alguns arquivados (PDC nº 234/2011 e PDC nº 1.457/2014) e outros em discussão (PDC nº 539/2016). O enfrentamento vem ocorrendo também no judiciário que julgou este ano uma ação popular contra a resolução no DF, acatando parcialmente o pedido liminar.

A referida decisão judicial manteve na íntegra o texto normativo, mas concedeu permissão para o tratamento de reversão sexual, proibido pela resolução<sup>42</sup>. O CFP recorreu da decisão e o processo continua em andamento<sup>43</sup>. Este cenário vem requerendo posicionamento assertivo<sup>44</sup> das psicólogas, das entidades representativas e da sociedade para preservar a atuação das psicólogas enfrentando a patologização de orientações sexuais não heteronormativas.

---

<sup>42</sup> Informação extraída no site do CFP. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/resolucao-cfp-0199-e-mantida-em-decisao-judicial/>>. Acesso em: 12. Out. 2017.

<sup>43</sup> Informação extraída no site do CFP. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/conselho-federal-de-psicologia-interpoe-agravo-de-instrumento-contra-liminar-relacionada-resolucao-0199/>>. Acesso em: 12 out. 2017.

<sup>44</sup> Exemplos de posicionamento contrário aos ataques à Resolução 01/99: nota de apoio à resolução, emitida pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos. Disponível em: <[http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cndh/mocoes/20170928NotadeApoioaResolu01CFP\\_aprovada.pdf](http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cndh/mocoes/20170928NotadeApoioaResolu01CFP_aprovada.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2017, nota de repúdio ao PDC Nº 539/2016 emitida pelo Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade. Disponível em: <[http://medicalizacao.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Nota-de-Rep%C3%BAdio-Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01\\_1999.pdf](http://medicalizacao.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Nota-de-Rep%C3%BAdio-Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01_1999.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2017 e posicionamento conjunto do CFP com o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Disponível em: <[http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Nota-Resolu%C3%A7%C3%A3o-n.-01-99.-CFP-e-OAB\\_.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Nota-Resolu%C3%A7%C3%A3o-n.-01-99.-CFP-e-OAB_.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2017.

O posicionamento contrário à patologização também é expresso pelo Sistema Conselhos quanto à identidade de gênero. O tema é discutido desde o VII CNP quando se apresentaram deliberações (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 2010) relativas à formação de uma comissão com profissionais da psicologia e representantes dos conselhos regionais para discutir a temática da transexualidade e da avaliação psicológica no processo transexualizador.

Na edição seguinte (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 2013), os delegados presentes solicitam em moção que o CFP e os conselhos regionais assinassem o manifesto pela despatologização das identidades trans e realizassem campanhas de visibilidade do documento, além de garantir a elaboração de nota técnica que orientasse a prática das psicólogas com a população transexual. Em 2014, o CFP lança a campanha em prol da despatologização das identidades transexuais e travestis, incluindo a realização de debates e um site<sup>45</sup> especializado no tema. No IX CNP o posicionamento a favor da despatologização das identidades trans é ratificado, sendo deliberada a atualização da nota técnica que dispõe sobre a atuação das psicólogas no atendimento ao processo transexualizador no SUS.

A defesa dos direitos humanos como possibilidade de enfrentamento aos sistemas de dominação e exclusão em suas diversas dimensões dá o tom do projeto do compromisso social da psicologia na garantia de direitos civis e políticos, mas também de direitos econômicos, sociais e culturais, extensivos a todos os seres humanos, incluindo os grupos que frequentemente são alvos de preconceito e intolerância tais como crianças, mulheres, indígenas, pessoas negras, homossexuais, transexuais, pobres e deficientes.

Nesse sentido, revendo seu trabalho (MELLO, 1975) cerca de trinta anos depois, Mello (2010) o compara à pré-história do cenário atual da profissão, contemplando significativas mudanças a indicar um processo de “humanização da psicologia”: ampliação da participação das psicólogas nos serviços públicos em diversas políticas de assistência a população, o enfrentamento às classes especiais enquanto promotoras da exclusão de crianças com dificuldades escolares, a luta

---

<sup>45</sup> [despatologizacao.cfp.org.br](http://despatologizacao.cfp.org.br)

antimanicomial com a conquista do indicativo de fechamento dos hospitais psiquiátricos.

A luta pela Reforma Psiquiátrica Brasileira produziu um significativo avanço no campo da saúde mental, pois possibilitou as condições e instituiu as bases materiais e organizacionais para novas práticas terapêuticas com vistas à inclusão do usuário em saúde mental na sociedade e na cultura. Sua defesa, manifesta em deliberações específicas em todas as edições do CNP, expressa significativo campo de expressão do projeto do compromisso social, tornada possível pela luta e engajamento das psicólogas trabalhadoras da saúde mental.

No campo das lutas sociais, contudo, algumas questões aparentemente superadas podem retornar com novas roupagens. É o caso, por exemplo, dos debates em torno das comunidades terapêuticas destinadas a usuários de álcool e outras drogas, frequentemente denunciadas pela violação de direitos humanos que se processam nesses espaços. Reedita-se um pensamento manicomial, promotor de exclusão e com sérios comprometimentos do princípio da laicidade do Estado e da psicologia, uma vez que muitas dessas instituições são mantidas por grupos religiosos. Causa questionamentos, assim, o deslocamento de repasses da Rede de Atenção Psicossocial (RAP) para financiamento das comunidades terapêuticas.

Nesse cenário de transformações e enfrentamento da dominação em suas diversas expressões, desponta para a psicologia a preocupação com temas até então pouco estudados tais como o racismo e suas implicações subjetivas (CARONE; BENTO, 2014; SILVA, Maria, 2001; SILVA, Marcus, 2009), a dimensão subjetiva da desigualdade social (BOCK, A., 2016; NASCIMENTO; SARUBBI; SOUZA, P., 2009; SANTOS, 2014) com destaque para os temas da humilhação social (GONÇALVES FILHO, 1998) e do sofrimento ético-político (SAWAIA, 2009), a desnaturalização da associação entre juventude e violência (TRASSI; MALVASI, 2010) e a discussão de gênero na própria psicologia considerando as implicações desta se configurar como uma profissão feminina (LHULLIER, 2013), para citar alguns exemplos.

Cada um desses temas comportam discussões vastas e indispensáveis na psicologia, que este trabalho não se propõe a aprofundar. Cumpre destacar, porém, a ideia central de que o compromisso social enfrentou o tema da dominação e da

marginalização de amplos segmentos da sociedade em diferentes frentes, por estas se apresentarem relacionadas a movimentos e processos sociais produtores de sofrimento psíquico.

De acordo com Silva, Marcus (2009), a questão racial, por exemplo, se apresentou como pauta da Comissão de Direitos Humanos do CFP pela necessidade de se conhecer a construção subjetiva da negritude e a experiência emocional decorrente de sucessivos processos de humilhação social, para evitar ou minimizar os terríveis efeitos do preconceito e da discriminação racial, bem como para auxiliar a sociedade na superação de tais questões.

O autor problematiza que a despeito da relevância social do tema e dos efeitos amplamente prejudiciais das relações raciais racistas sobre a subjetividade dos indivíduos e das coletividades, a psicologia brasileira até o início do século XXI ainda mantinha relação de desconhecimento sobre a questão negra nacional, em paralelo a um passado cujos saberes e práticas colaboraram com a justificativa científica para a inferiorização racial dos negros. Desse modo, enquanto instituição – pesquisa, formação, profissão – a psicologia contribuiu com sua omissão para o mito opressivo da existência de uma suposta “democracia racial” no Brasil.

Silva, Maria (2001) acrescenta: o que é particular do racismo, de suas manifestações e suas variações individual ou institucional, relaciona-se com a concepção intolerante que a modernidade carrega da diferença, que acaba por transformá-la em desigualdade. Em uma compreensão ampla da luta por direitos humanos, reconhecendo a necessidade de defesa dos direitos sociais, é imprescindível o enfrentamento teórico e prático da desigualdade social. Nesse processo, a psicologia pode colaborar com a elucidação de sua dimensão subjetiva.

É necessário articular os estudos sobre questões raciais, gênero, orientação sexual e desigualdade social em análises amplas. Muitas vezes tais aspectos são compreendidos de forma isolada e reivindicando a supremacia de um tópico, quando na vida essas questões aparecem imbricadas na experiência concreta de sujeitos e grupos. Importante, porém, cuidar da visibilidade de cada dimensão, para que sua conjunção não implique em simples sobreposição, nem inviabilize lutas específicas.

### **3.2.4 Ampliação e fortalecimento das relações e instituições democráticas**

Sendo um projeto que ganha força e contornos no enfrentamento à ditadura militar no Brasil e na luta pela redemocratização do país, o tema da democracia será central no projeto do compromisso social, compreendida tanto como participação e engajamento da profissão e dos profissionais em lutas sociais mais amplas, quanto relativo a uma determinada concepção de desenvolvimento do trabalho das psicólogas e da gestão das entidades, orientada pelo princípio democrático.

A democracia requer para sua efetivação comunidades engajadas e atuantes compondo a base da sociedade, sendo prioritário o tema da participação nos espaços públicos em suas várias dimensões. Para tanto, é preciso articular a democracia representativa com a participativa, pois enquanto a primeira baseia-se na representatividade por meio da escolha dos governantes via voto, a segunda destaca o protagonismo dos cidadãos, que são incluídos na discussão dos problemas cotidianos, contribuem na seleção das prioridades, propõem soluções e acompanham o desenvolvimento das propostas escolhidas (GUARESCHI, 2001).

O horizonte é a construção de uma “democracia de base” que amplie a democracia representativa, cultive e respeite a universalidade dos direitos do cidadão, sustentada na socialização da política, da economia e da cultura. Tais elementos adquirem especial importância em nossas sociedades latino-americanas, que se constroem no reverso do imaginário igualitário da modernidade; sociedades que repõem cotidianamente e de forma ampliada privilégios, violência, discriminações de renda, poder, gênero, etnias e gerações, alargando o fosso das desigualdades no panorama diversificado das manifestações da questão social. (IAMAMOTO, M., 2008, p. 192).

É preciso analisar os profundos desafios para o estabelecimento de uma cultura democrática no Brasil, remetidos à ditadura militar, mas não somente a esta, dado o caráter relativamente recente e ainda instável dos direitos políticos no país. Nesse sentido, levando em consideração a importância da democracia representativa, Viola (2010) retoma que um dos princípios basilares da democracia moderna é a correspondência entre a cidadania e o sistema eleitoral, ao determinar que a cada indivíduo equivalha um voto.

No Brasil, apenas com a constituição de 1946 os direitos políticos foram estendidos a todos os cidadãos com mais de 18 anos, tendo o voto caráter obrigatório, secreto e direto; incluindo as mulheres que conquistaram tal direito em 1932. Apesar dessa expansão, contudo, mantinham-se excluídos do direito de representação os analfabetos que compunham a maioria da população na época. Somente com a Constituição de 1988 o voto foi de fato ampliado para todos e todas no Brasil. Há que se considerar, porém, a fragilidade da democracia em nosso país, sobretudo no momento atual em que vivenciamos as repercussões do golpe, que afastou em 2016 a presidente eleita democraticamente, Dilma Rouseff.

Sobre a democracia participativa, Iamamoto, M. (2008) ressalta que no âmbito governamental brasileiro observam-se iniciativas importantes na Seguridade Social e, sobretudo, junto aos Conselhos de Saúde e de Assistência Social nas esferas nacional, estadual e municipal. Acrescentam-se ainda os Conselhos Tutelares e os Conselhos de Direitos, responsáveis pela elaboração de políticas públicas para a criança e o adolescente, para a terceira idade e pessoas portadoras de necessidades especiais. Estes espaços têm o potencial de favorecer um movimento constante de articulação política no âmbito da sociedade civil organizada, incluindo e valorizando sua colaboração na esfera pública.

A luta pela democracia é, portanto, a luta pela ampliação da cidadania, para que os direitos civis, políticos e sociais sejam de fato extensivos a todos os cidadãos, incluindo a heterogeneidade dos segmentos trabalhadores. É ainda uma cidadania que estimula a construção de novos direitos, mantendo a defesa intransigente das conquistas sociais afirmadas na carta constitucional de 1988, sobretudo, em seu caráter de universalidade, atualmente tão ameaçado pelas políticas neoliberais (IAMAMOTO, M., 2009).

Tal posição coaduna a perspectiva gramsciana de democracia, compreendida pelo autor dos cadernos do cárcere em seu sentido radical de inclusão efetiva da participação de todos e todas. Nesse sentido, ao refletir sobre a democracia no Brasil é preciso considerar que esta não se estabeleceu plena e igualitariamente no país para ter condições de se expressar enquanto valor. Afinal, “sem socializar o poder e criar uma nova cultura na qual os excluídos tenham lugar na produção e na

distribuição das riquezas planetárias, hoje, não é mais possível falar plenamente em democracia” (SEMERARO, 2015, p. 181).

Ampliando o debate no cenário atual, Nogueira (2004) alerta para a distinção entre democracia e tecnocracia. Enquanto a primeira defende que todos podem participar das decisões sobre a vida coletiva, a segunda restringe a tomada de decisão àqueles que têm (re)conhecimento legitimado para se expressar em determinada área; enfatiza-se a especialização não pela contribuição a aspectos específicos da realidade, mas antes pela falsa ideia de que o técnico é capaz de operar com neutralidade. Chama a atenção, portanto, que para a democracia se efetivar, dependemos do reconhecimento de que todos os sujeitos são válidos.

Sobre este campo, a psicologia pode participar tanto oferecendo as justificativas científicas para que determinados sujeitos não logrem a condição de direito à participação completa na vida social, ou de outro modo, contribuindo para a ampliação da democracia por meio do compromisso em dar visibilidade às situações de opressão e violação de direitos, defendendo a condição subjetiva de todo ser humano, resguardando suas especificidades, de poder cuidar de si, dos outros e também do mundo.

A construção da democracia constitui-se, assim, em responsabilidade de toda a sociedade, o que inclui o papel e a contribuição possível de cada profissão. Referindo-se às assistentes sociais, Iamamoto, M. (2008) destaca a importância de cada profissional assumir uma postura democrática também na condução do seu exercício profissional, pois como defender algo que nem mesmo o profissional pratica? Trata-se da reflexão, cabível também aos psicólogos, sobre a qualidade da relação estabelecida com os usuários dos serviços públicos que deve primar pela autonomia dos sujeitos e o enfrentamento às práticas assistencialistas, além da necessidade de organização dos profissionais para sua defesa, tais como a indispensável participação nos órgãos de controle social.

Em direção análoga, podemos considerar que se a obrigação de democratizar o Estado e as instituições sociais é de toda a sociedade brasileira, é também com características específicas da psicologia como ciência e profissão. Nesse sentido, cabe à psicologia comprometer-se com a defesa da democracia, o que inclui ações em prol do fortalecimento da sociedade civil (GONÇALVES, 2010, 2011; PATTO,

1984; YAMAMOTO, O., 2009), a exemplo do engajamento na luta pela democratização da comunicação<sup>46</sup>, bem como ações direcionadas à categoria profissional no sentido da democratização das entidades de psicologia, expressa, por exemplo, na revisão de estrutura de gestão do Sistema Conselhos e na formação do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira.

A discussão sobre a democratização dos meios de comunicação nos reporta à necessária reflexão sobre as interseções entre psicologia e mídia com vistas ao reconhecimento da contribuição desta ciência e profissão para o campo. A partir do pensamento do sociólogo Hebert de Souza, o Betinho, Guareschi (2001) problematiza o caráter autoritário e até mesmo fascista que a sociedade brasileira assume diante do monopólio da mídia: uma situação em que menos de dez famílias detêm o controle de mais de 90% dos meios de comunicação. O autor irá destacar, então, que é possível medir a democracia em uma sociedade pelo grau de participação dessa sociedade na comunicação.

Contribuindo para o debate, Lehman (2001) problematiza os efeitos da mídia nos modos de subjetivação, destacando seu potencial manipulador e nocivo. Responder ao seu questionamento permanece como um desafio até hoje: “que subjetividades estão formando”?

Ao alerta dos pesquisadores e profissionais, somam-se iniciativas institucionais do Sistema Conselhos de Psicologia. Dentre estas: a participação do CFP no Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações, passando a integrá-lo no início dos anos 2000 por decisão unânime da sua plenária e o projeto “Ética e TV”, implementado por meio do Banco Social de Serviços em parceria com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, em decorrência da atuação na campanha “Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania”.

Desdobrando as iniciativas acima, inclui-se a promoção de seminários nacionais sobre psicologia e mídia<sup>47</sup>, sendo o primeiro realizado em 2007 no Rio de

---

<sup>46</sup> O engajamento pela democratização dos meios de comunicação, incluindo ações conjuntas a outras entidades e movimentos sociais, é apresentado como direção ético-política para o Sistema Conselhos no III CNP (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 1998) e reafirmado nas edições seguintes (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 2004, 2007, 2010, 2013, 2016).

<sup>47</sup> As discussões foram sistematizadas no livro “Mídia e Psicologia: produção de subjetividade e coletividade”, sendo a 2ª edição publicada em 2009 pelo CFP. Disponível em:

Janeiro em parceria conjunta do conselho regional desse estado, CFP e ABEP. Ao final do evento foi formulado um manifesto em prol da Democratização dos Meios de Comunicação, reafirmando a posição assertiva da psicologia nessa defesa e delineando três frentes de trabalho: prática profissional (estimular o desenvolvimento da atuação das psicólogas na interface mídia e subjetividade), pesquisa (incentivar a criação de linhas de pesquisa com abrangência em mídia e psicologia em todos os níveis de formação) e política (compreendendo diversas ações, tais como a convocação da Conferência Nacional de Comunicação Social incluindo a participação democrática dos diversos setores da sociedade e o fortalecimento do Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações).

Desdobrando as propostas acima, outro evento importante foi o seminário preparatório para a I Conferência Nacional de Comunicação, realizado pelo CFP em 2009, visando organizar as psicólogas para atuarem como delegadas nas etapas da Conferência. As diretrizes temáticas contemplaram debates sobre o fim da publicidade dirigida às crianças, de bebidas alcoólicas e substâncias psicoativas; exploração da imagem da mulher, crianças e adolescentes na mídia; controle social da mídia e mídia e trânsito. Além de contribuir para a discussão do tema, tal iniciativa estimula a formação política qualificada das psicólogas para que possam colaborar em conjunto com outros segmentos da sociedade civil nas lutas sociais.

Após a análise sobre o engajamento da psicologia em ações direcionadas à sociedade que se caracterizam pela defesa da democracia, serão objeto de investigação as iniciativas de democratização no campo da gestão das entidades, a partir de dois eixos: o processo constituinte da Psicologia e a criação do FENPB. Conforme visto na seção sobre as condições para o estabelecimento do projeto do compromisso social, as mudanças ocorridas nos conselhos profissionais a partir do Congresso Nacional Constituinte da Psicologia, bem como seus desdobramentos nas edições do CNP, deliberaram mudanças que ampliaram o caráter democrático da gestão dos Conselhos.

Dentre estas mudanças, destacam-se: a instituição da APAF e do CNP como instâncias deliberativas nacionais e eleições diretas com chapas e plataforma

eleitoral. Os conselhos regionais junto com o federal passam a ser compreendidos como um Sistema. São transformações importantes para ampliar a participação da categoria nos rumos da psicologia, principalmente quando se considera o papel do CNP enquanto espaço amplo de participação e deliberação das intervenções a serem pautadas pela autarquia.

Destaque também para o papel da APAF, integrada por delegados dos Conselhos Regionais e do Federal. A ideia é que os principais processos da entidade sejam sempre dialogados com a categoria e deliberados de maneira coletiva. Nesse sentido, o processo de edição de uma resolução, por exemplo, passa pela consulta à categoria profissional via CFP em parceria com os Conselhos Regionais, que em seguida encaminha seu posicionamento para a APAF. Antes de serem votadas, tais resoluções são organizadas por grupos de trabalho nacionais do Sistema Conselhos. Pautado por um método democrático, o valor de suas decisões permanece sendo ampliar a contribuição da psicologia para a cidadania (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2010).

Gonçalves (2011) avalia que o projeto do compromisso social vem sendo amplamente debatido no âmbito das entidades da psicologia, sobretudo aquelas pertencentes ao FENPB. O Fórum tem por objetivo fortalecer as entidades da área e o relacionamento entre estas com vistas à construção coletiva da psicologia brasileira como ciência e profissão. Dentre suas finalidades destacam-se os esforços para democratizar as entidades representativas em todo o setor.

### **3.2.5. Combate ao colonialismo cultural e defesa/organização da psicologia latino-americana**

A crítica ao pensamento colonizado fomentou a defesa e organização de uma psicologia latino americana. Se por um lado tal processo foi considerado como uma das condições para o estabelecimento do compromisso social por nutrir as bases de um pensamento emancipador na América Latina, a organização institucional das últimas décadas, incluindo parcerias entre psicólogos de diferentes países e a articulação institucional dos profissionais para a construção de projetos comuns pode ser considerada um significativo campo de expressão do compromisso social.

O esforço de construção de uma psicologia latino americana conecta-se com a perspectiva do compromisso social dessa ciência e profissão, pois reafirma o lugar de suas contribuições no atendimento das demandas concretas da população, na promoção de melhorias nas condições de vida das populações e em seu posicionamento político crítico e ativo. Tal iniciativa ancora-se na compreensão de que se as questões mais graves da América Latina são semelhantes nas diferentes nações, tais experiências podem ser compartilhadas com vistas à superação comum (GONÇALVES, 2011; REY, 2001; SILVA, Camila, 2013).

A colonização cultural apresenta severos impactos na psicologia, tanto no desenvolvimento da profissão quanto na possibilidade de produzir uma ciência mais autônoma em relação aos países centrais do capitalismo. Combater o colonialismo cultural na psicologia, entretanto, se insere em uma luta mais ampla que ultrapassa a profissão e se ancora na dinâmica social de independência do Brasil e dos países da América Latina, não somente econômica, mas, sobretudo, cultural, dada à formação histórica desses países remeterem à condição de colônias de exploração ibero-católica.

A produção de ações coletivas requer a constituição de espaços potentes. Destaca-se, nesse sentido, a organização dos profissionais e pesquisadores de diferentes países por meio da União Latino Americana de Entidades da Psicologia e da Associação Latino Americana para a Formação e o Ensino da Psicologia. A ULAPSI foi fundada em 2002 no México. Conforme seu estatuto tem por finalidade constituir-se em uma rede de articulação científica, profissional e acadêmica, sem fins lucrativos, nem econômicos, integrada por entidades de psicologia da América Latina com vistas ao:

I – desenvolvimento de elementos de referência para a Psicologia que a tornem **comprometida, como ciência e profissão, com a melhoria da qualidade de vida e bem estar da pessoa humana**; II – o desenvolvimento e sistematização de experiências em diferentes âmbitos da Psicologia que concernem à identidade e à cultura latino-americanas; III – a criação de meios próprios para o **intercâmbio e difusão das práticas e produção de conhecimento que expressem o compromisso social da Psicologia**; IV – a difusão da produção científica e das práticas profissionais em Psicologia na América Latina; e V – a proposição de diretrizes para a formação em Psicologia na América Latina. (UNIÃO LATINO-AMERICANA DE ENTIDADES DE PSICOLOGIA, 2002, p.1, grifo nosso).

Dentre os princípios que orientam a ULAPSI, destacam-se: dar suporte à construção e ampliação da democracia e soberania nacional, bem como garantir o espírito democrático no funcionamento da rede; promover a tolerância, equidade, liberdade, pluralidade, responsabilidade e a solidariedade social; colaborar com o reconhecimento e defesa dos direitos humanos; estimular uma psicologia que compreenda a realidade dos processos culturais específicos desses países e responda às necessidades próprias de suas realidades. No fechamento do seu estatuto, reafirma-se a defesa “por uma América Latina unida por uma psicologia caracterizada pelo compromisso social com os povos latino-americanos” (UNIÃO LATINO-AMERICANA DE ENTIDADES DE PSICOLOGIA, 2002, p. 17).

Ao longo dos seus quinze anos de existência, a ULAPSI promoveu o intercâmbio entre os psicólogos da América Latina por meio de diversas iniciativas, dentre estas a promoção de eventos nacionais em cada país e seis edições do congresso que reúne as várias entidades; edição da revista eletrônica “Psicologia para a América Latina”, indexada em bases de dados como a Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC), que tem por objetivo promover a interação científica e acadêmica entre os psicólogos da América Latina e destes com psicólogos de outras partes do mundo; e a gestão da Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia ULAPSI.

O projeto para a construção da BVS-PSI se iniciou em 2000 no Brasil, por meio da articulação institucional do CFP, do Serviço de Biblioteca e Documentação do Instituto de Psicologia da USP e o Centro Latino Americano de Informação em Ciências da Saúde (BIREME). Tem por finalidade propiciar o acesso livre às informações de modo veloz e consistente, reunindo em uma mesma base materiais de diversas fontes, tais como periódicos e livros. Com a experiência exitosa da BVS-PSI no Brasil, tal empreendimento foi estendido a outros países da América Latina, a exemplo da Argentina, Colômbia, Peru e Uruguai, os quais compõem a rede ULAPSI de bibliotecas virtuais da Psicologia. Tal rede também conta com a colaboração de países que ainda não conseguiram organizar suas bibliotecas nacionais e se constitui em importante espaço de democratização e socialização do conhecimento da psicologia na América Latina (FÓRUM DE ENTIDADES NACIONAIS DA PSICOLOGIA BRASILEIRA, 2011).

O projeto da ULAPSI foi abraçado pela psicologia brasileira desde o seu princípio. Indicativo desse processo são as deliberações quanto ao tema nas edições do CNP. O apoio do Sistema Conselhos à criação da ULAPSI é deliberado pela categoria profissional no III CNP, havendo reforço dessa indicação na quarta edição do evento (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 1998, 2001). Após sua criação, é discutida a filiação, participação efetiva e concessão de verbas de apoio dentro do possível ao orçamento da autarquia (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 2004). Em todos os congressos posteriores é mantido o apoio a ULAPSI como deliberação.

Há deliberações específicas nas relações com a ULAPSI, incluindo a remissão da questão indígena ao esforço de construção da psicologia latino-americana (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 2007, 2010), indicação que a ULAPSI pudesse instituir o Prêmio Latino-Americano sobre Psicologia e Compromisso Social e entendimento dessa rede de entidades como espaço potente para socialização do que vem sendo produzido enquanto psicologia na América Latina (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 2010). Coerente com essas indicações, a 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia promoveu o intercâmbio com as práticas realizadas em outros países de língua portuguesa na Europa e África e com psicólogos da América Latina por meio da apresentação de 240 trabalhos de expositores internacionais convidados.

A despeito das deliberações de apoio às relações com a ULAPSI no VIII CNP (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 2013), a gestão 2013-2016 do CFP caminhou em direção contrária, desfiliando-se da rede (sem consulta à APAF), além de promover o desmantelamento do projeto ético-científico-político da BVS-PSI ULAPSI. Tais posicionamentos foram alvo de moção de repúdio pelos delegados presentes no IX CNP, conforme anexo do caderno de deliberações, além da proposição de uma tese indicativa de retomada da política relacionada à BVS-PSI ULAPSI pela próxima gestão da autarquia (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 2016).

Com a articulação em rede dos profissionais e pesquisadores de psicologia na América Latina identificou-se a necessidade de reunir instituições e profissionais interessados no avanço de uma formação em psicologia capaz de responder às

demandas dos povos latino-americanos. Nessa direção, foi criada em 2011 a ALFEPSI<sup>48</sup>, uma entidade vinculada ao ideário da Declaração de Puebla que deu origem a ULAPSI. Em seus princípios expressa-se o reconhecimento das dificuldades sociais enfrentadas pelos povos latino-americanos e a necessidade da psicologia empreender esforços para sua superação (ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA PARA LA FORMACIÓN Y ENSEÑANZA DE LA PSICOLOGÍA, 2011).

A ALFEPSI promove o intercâmbio de profissionais e pesquisadores voltados à formação em psicologia, já tendo realizado cinco edições do seu congresso internacional, além da edição da Revista “Integración Académica”. Conforme visto em seção anterior do presente trabalho, tanto a ULAPSI quanto a ALFEPSI foram responsáveis pela realização de diversos eventos com a temática do compromisso social como eixo transversal das discussões, contribuindo para o desenvolvimento desta perspectiva em diversos países.

O fortalecimento da psicologia brasileira e latino-americana, promovido de maneira coletiva e democrática pelas diversas entidades, marca o projeto do compromisso social. Destacamos a seguir uma tese deliberada no IX CNP, expressiva desses esforços.

Continuar debates e ações, bem como a **articulação com as várias entidades da Psicologia brasileira e latino-americana com o FENPB - Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, Ulapsi – União Latino-Americana de Psicologia e ALFEPSI - Alfepsi – Associação Latino-Americana para a Formação e o Ensino de Psicologia visando à democratização da Psicologia, a descolonização dos saberes e uma maior integração latino-americana**, garantindo junto à categoria um debate sobre a produção da Psicologia - como ciência profissão – fomentando a construção da identidade de uma Psicologia descolonizada, **comprometida com a pluralidade étnica cultural linguística religiosa e epistemológica, considerando a questão social e suas expressões, as múltiplas determinações da produção do sofrimento psíquico e opressão**, entre outras formas de atuação em que se tenha como horizonte a emancipação política e humana. (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 2016, p. 13, grifo nosso).

---

<sup>48</sup> No IX CNP, na discussão sobre as relações do Sistema Conselhos com outras entidades, é deliberada a participação e apoio a ALFEPSI (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 2016).

### **3.2.6. (Re)invenção dos saberes e práticas: a centralidade do exercício crítico**

O contato com a diversidade da realidade brasileira e com as necessidades da maioria da população confrontou a psicologia com as insuficiências do seu arcabouço teórico-metodológico, construído a partir de perspectivas importadas e voltadas para os segmentos de poder aquisitivo médio e alto, quando se tratava de atender às demandas das camadas populares, para as quais muitas vezes as intervenções da psicologia não faziam sentido. A discussão sobre a necessidade de reformulação das práticas, bem como da produção de revisões no campo teórico, seja pela criação de novos referenciais ou pela adaptação dos já existentes, configura-se como um apontamento antigo, indicado desde os estudos clássicos de Campos (1983), Mello (1975) e Yamamoto, O. (1987).

A transposição acrítica e descontextualizada do enfoque tradicional pautado em um modelo médico e individualizante ainda é presente no atendimento às pessoas pobres, desconsiderando as exigências do serviço público e o desenvolvimento de ações integradas em equipes multiprofissionais (DIMENSTEIN, 2001; SILVA, Claudia, 2004; YAMAMOTO, O., 2007, 2009, 2012). Esse processo levanta o questionamento se o discurso em prol da necessidade de mudança tem sido maior do que a efetiva transformação na postura dos profissionais (AMORIM, 2010; BASTOS, 2009; DANTAS, 2007; LOPES, 2005).

A extensão massiva da prática convencional, sem produzir as mediações necessárias para a adequação dos referenciais teórico-técnicos às particularidades dos segmentos sociais vulnerabilizados, tem como uma de suas consequências mais prejudiciais a oferta desqualificada de serviços básicos no setor social para amplas camadas da população, o que nos reporta à imprescindível discussão sobre a dimensão competência técnica do compromisso social. Impõe-se como desafio:

Articular a competência técnica à competência social e política, reconhecendo que um profissional não pode perder de vista a rede de relações de poderes em que se insere no seu cotidiano de trabalho. Competência social e política envolve a capacidade de manejar recursos e encontrar brechas, mesmo que pequenas, para assegurar objetivos importantes para pessoas, grupos, instituições e sociedade, por mais

restritivas que sejam as condições estruturais em que atua. O dever de atentar para as relações de poder imbricadas nas nossas ações profissionais é um dos princípios fundamentais do nosso Código de Ética, o que significa reconhecer que esta dimensão atravessa todo o nosso campo. (BASTOS, 2009, p. 38-39).

Numa perspectiva que busca superar a dicotomia existente entre as dimensões técnica e política da competência, Rios (2011) propõe uma visão integral da competência do educador, na qual suas diferentes dimensões (técnica, política e estética) são mediadas pela ética. Consideramos que esta reflexão construída no campo da educação pode enriquecer a compreensão da competência na psicologia. A autora defende que o trabalho competente é aquele que faz bem<sup>49</sup>: fazemos bem e faz bem a nós e aos outros, ou seja, é orientado para o bem comum. Nesse sentido, técnica e política são indissociáveis, representando aspectos de uma mesma realidade de trabalho atravessada por questões relativas à ética profissional.

É preciso ser competente, e ser competente envolve, sobretudo, oferecer um trabalho adequado às demandas da população atendida. Mas quais os entraves nesse processo? Por que passados tantos anos as psicólogas ainda se debruçam em desafios colocados na década de 80 do século passado? Bock, A. (2010a) nos auxilia a iniciar essa discussão, destacando que a resistência à reformulação das práticas envolve uma diferença qualitativa de perspectivas na psicologia, qual seja, entre os que consideram suficiente a ampliação do uso dos recursos tradicionais com o novo público e os que defendem a necessidade de construir uma psicologia adequada às necessidades das camadas populares.

O que está em discussão são os elementos ideológicos constitutivos da psicologia e o questionamento sobre suas bases epistemológicas: a naturalização do fenômeno psicológico, implicando uma concepção liberal e a crença na possibilidade de um conhecimento universal sobre o psiquismo humano; a ideia de que práticas psicológicas comprometidas com o contexto social e político não se constituem em trabalho para as psicólogas; e a concepção dos sujeitos como capazes de se autodesenvolverem naturalmente (BOCK, A., 2009). Somam-se ainda

---

<sup>49</sup> “O conceito de *bem* não deve ser entendido em uma perspectiva metafísica; o que se entende por *bem* responde a necessidades *historicamente definidas* pelos homens de uma determinada sociedade” (RIOS, 2011, p. 58).

os elementos constitutivos da história da psicologia no sentido da sua base de produção, tradicionalmente masculina, branca, europeia ou americana.

Como apontar para a necessidade de adequação da técnica às necessidades do público alvo, a partir de uma visão de homem universalizada, e a decorrente crença em um conhecimento psicológico que poderia ser aplicado para qualquer um em qualquer lugar e da mesma forma? Como perceber que as técnicas não são boas nem más em si mesmas, mas que seu uso a qualifica e, independente de vontade ou consciência, atende a interesses diversos? Nesse momento, cumpre sempre lembrar que as posições neutras, só o são pretensamente, e que ocultar os interesses que subjazem às práticas não minimiza seus efeitos.

Apesar deste cenário histórico, é possível perceber sinais de mudança nos rumos da profissão que já contemplam experiências profissionais e trabalhos de pesquisa distintos a mera reprodução dos saberes e práticas tradicionais (YAMAMOTO, O., 2007), incluindo modelos de intervenção grupal com forte ênfase social. Nesse sentido, trabalhos como o de Dantas (2007) e Gonçalves (2010) evidenciam que práticas reprodutoras do *status quo* convivem com iniciativas progressistas e práticas transformadoras.

O estudo de Dantas (2007) ao buscar compreender como a psicologia vem estudando e lidando com a pobreza no Brasil, identificou tanto produções baseadas no modelo clínico privatista calcado na ideia de uma psicologia universal que pode ser aplicada da mesma maneira independente do lugar ou do público alvo, quanto trabalhos em que é marcante a crítica aos modelos clássicos, associando-se a uma psicologia comprometida com as necessidades da população e que opta politicamente pela transformação social.

Já o trabalho de Gonçalves (2010) reflete sobre a relação entre psicologia e políticas públicas, articulando a temáticas transversais como subjetividade, democracia e direitos humanos. A autora identificou que ao lado de saberes e práticas psicológicos pautados no controle e ajustamento dos indivíduos à ordem social vigente, desenvolvem-se concepções críticas e mesmo iniciativas que rompem com os modelos convencionais da ação profissional, guiadas pelo reconhecimento da necessidade de colocar a psicologia a serviço da maioria da população, comprometendo-se com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e

a construção de uma nova sociedade; incluindo o reconhecimento do potencial da psicologia em promover uma intervenção cultural no tecido social.

Se as duas perspectivas (reprodução e transformação) convivem, impõe-se que nossas reflexões possam evidenciar tanto os obstáculos quanto os avanços, percebendo que não se tratam de dimensões excludentes e que o processo de transformação segue o movimento contraditório de uma sociedade marcada por interesses e conflitos de diferentes classes. O trabalho segue sendo o de apontar as contradições e articular coletivos alinhados com o objetivo de transformação da sociedade. Frente à necessidade de avançar do discurso de mudança para uma atuação mais transformadora, algumas estratégias são indicadas na literatura e nas iniciativas institucionais e aqui reunidas pelo reconhecimento de suas potências.

Entre as iniciativas institucionais que colaboraram para o processo de reinvenção dos saberes e práticas na psicologia, destacamos no âmbito do Sistema Conselhos: o CREPOP por constituir um espaço de construção de referências técnicas a partir da valorização do trabalho desenvolvido pelas psicólogas em serviço; a concessão do título de especialista<sup>50</sup>, que visa reconhecer a prática profissional da psicóloga, podendo ser obtido por meio de experiência comprovada, curso de especialização credenciado ou concurso de provas e títulos; a criação do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI)<sup>51</sup> com o objetivo de avaliar a qualidade técnico-científico dos instrumentos, regulamentando os testes aptos para a utilização no Brasil; a produção de encontros temáticos para a discussão da prática profissional em variados campos de atuação pelos conselhos regionais e federal, incluindo o apoio de outras entidades; a promoção dos Anos Temáticos<sup>52</sup>,

---

<sup>50</sup> A discussão sobre o título de especialista, reforçando a importância dessa iniciativa foi pauta do IV, V e VI CNP (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 2001, 2004, 2007).

<sup>51</sup> A criação do SATEPSI atende às deliberações do IV CNP (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 2001) no que tange ao tratamento a ser dispensado aos testes psicológicos, sendo reafirmada sua importância nas edições seguintes (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 2007, 2010, 2013, 2016). Especificamente no último CNP houve moção de repúdio à forma como foi conduzida a política do SATEPSI e da área de avaliação psicológica pela gestão 2013-2016 do CFP indicando uma política de enfraquecimento da participação das entidades científicas da área.

<sup>52</sup> Em 2006 o Ano Temático discutiu a inserção na saúde, em 2008/2009 a atuação das psicólogas na educação (deliberação do VI CNP – CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 2007), em 2009/2010 a psicoterapia, em 2011/2012 a avaliação psicológica (deliberação do VII CNP – CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 2010). No IX CNP, há o indicativo de retomada dos anos temáticos no Sistema Conselhos, garantindo a definição de temas pela APAF e sendo sugeridas duas temáticas, a saber, a psicologia na justiça e suas interfaces e a formação em psicologia (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 2016).

deliberação da APAF, que se organiza pela escolha de temas de importância para a profissão que são debatidos ao longo do ano incluindo iniciativas diversas.

Nas contribuições reunidas a partir da literatura, no plano profissional, remetido ao trabalho das psicólogas nas políticas públicas, Gonçalves (2010) problematiza a perspectiva individualizante e o modelo clínico associado, indicando a necessidade de a psicóloga subsidiar seu trabalho não apenas pelo referencial psicológico, mas perceber que também é seu papel apreender o contexto em que a política se desenvolve, bem como compreender os meandros da política específica em que atua, incluindo o conhecimento de suas normativas.

No campo da pesquisa, Bastos (2009) alerta para a importância de reconhecer práticas profissionais cujos impactos sociais são mais visíveis com vistas a construir indicadores consistentes que descrevam e analisem seus elementos constitutivos, os quais possam ser difundidos e fortalecidos. Em direção análoga, Sousa, F. (2001) propõe um olhar aberto e investigativo, que dê visibilidade às mudanças em vez de apenas retroalimentar a constatação dos fracassos. Nas palavras do autor:

O psicólogo social se quer a psicologia do compromisso social, deve inverter a lógica da dominação. Não deve perguntar ao jovem alienado por que ele não faz política. [...] deve perguntar aos jovens nas ações diretas, que atuam sem hierarquia e sem comando burocrático, como eles chegaram ali. Aí reside a psicologia, como uma espécie de psicologia política dos povos. Trata-se, portanto, ao invés de um deslocamento da psicologia, um reposicionamento: o que nesta sociedade contesta realmente esta sociedade, está em luta com sua forma presente? (SOUSA, F., 2001, p. 212).

Lopes (2005) assinala ainda a importância de uma revisão na compreensão do fenômeno psicológico, subsidiada por uma visão de homem e mundo constituídos de modo concreto, histórico e social. Refere-se, portanto, a uma perspectiva de relação dialética entre sujeito e sociedade, que possibilite evidenciar as mediações que constituem os fenômenos, considerando sua complexidade e seu movimento contraditório, com vistas a potencializar as chances de transformação da realidade.

Outra direção interessante é apontada por Dimenstein (2001) e Paiva (2008) ao destacarem a importância da prática profissional estar ancorada na reflexão,

refazendo-se a cada instante, o que remete ao horizonte da práxis: um movimento de ação-reflexão-ação, que qualifica o compromisso social da psicóloga. Cumpre lembrar que tal compromisso, conforme elucida Freire (1979/2014) implica um ato deliberado, envolvendo capacidade de agir e refletir por parte daquele que reconhece a impossibilidade de ser neutro e opta em direcionar conscientemente seu compromisso.

Nenhuma das indicações acima, isoladamente, contém o poder de produzir mudanças, ainda que sejam indicativos a serem considerados e, sobretudo, articulados. Em cada uma delas, contudo, destaca-se a necessidade do pensamento vinculado à ação de modo crítico. A criticidade pode ser compreendida, assim, como eixo transversal; capaz de permear diferentes perspectivas teórico-metodológicas a subsidiar o compromisso social. Exemplos de trabalhos orientados por uma perspectiva crítica e de compromisso social foram observados nas apresentações do I Simpósio Nacional Psicologia e Compromisso Social, promovido pelo Instituto Silvia Lane no presente ano, cujo tema central foi “da crítica à psicologia a psicologia crítica: embaraços no percurso”.

Em direção semelhante, Iamamoto, M. (2009) acrescenta que a perspectiva crítica orienta a necessária articulação entre as dimensões - teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa -, de uma profissão, para que esta não caia nas armadilhas do teorismo, do tecnicismo ou do militância, todas prejudiciais posto que reducionistas a teoria, a técnica ou a ação política, respectivamente.

Mas o que vem a ser um pensamento crítico? Para nutrir tal discussão recorreremos às ideias de Nogueira (2004) que inicia seu trabalho destacando que o momento atual alia muito conhecimento, mas pouca reflexão, que ao ser acrescido por um vazio ético e utópico acaba por gerar uma confusão sobre os princípios e finalidades do próprio conhecimento. Um pensamento crítico, portanto, só o pode ser se confrontado permanentemente com a realidade.

Para o autor, o pensamento crítico fundamenta-se na capacidade de retomar a totalidade das coisas, a partir de um olhar complexo que supera a fragmentação típica dos especialismos. Implica, portanto, alguns pressupostos fundamentais: pensar dialeticamente; compreender a realidade como processo pautado no movimento da contradição; buscar ir além da aparência para apreender a essência

das coisas; reconhecer a natureza caótica da diversidade do mundo; pensar estrategicamente a partir de diferentes pontos de vista; reconhecer a condição de incompletude do pensamento; validar a capacidade humana de transformar o mundo por meio do trabalho vivo, uma vez que a história está sempre aberta, mas atento que esse processo se dá sobre determinadas condições; saber que essa transformação é lenta.

Coloca-se, portanto, o imperativo do homem enquanto sujeito concreto vincular-se aos projetos coletivos que expressam o respeito pela vida em sociedade; pois até para manter a sua liberdade é preciso que o homem se reconheça em um tecido social, perceba que ele o determina e é por ele também determinado. Nesse sentido, o compromisso coletivo é também um ato de compromisso com a satisfação das próprias necessidades, posto que vise garantir o espaço de autonomia para o exercício da liberdade do homem (NOGUEIRA, 2004). Ou nas palavras de Freire (1974/2014) garantir a possibilidade de que o homem possa vir a ser mais.

Valorizando a perspectiva da historicidade e reconhecendo o ritmo da história, não seria razoável considerar que a partir do projeto do compromisso social se operaram na psicologia menos mudanças do que as desejadas, mas muito mais do que as prováveis, considerando os diferentes obstáculos enfrentados por projetos profissionais alinhados a projetos societários alternativos? Nesse sentido, minimizar ou desqualificar os avanços do compromisso social não seria também um exercício político, muitas vezes não explicitamente declarado, expressão da disputa por hegemonia entre diferentes projetos na psicologia?

Concluimos esse tópico com as palavras inspiradoras de Furtado (2009):

Marx e Engels iniciam o Manifesto Comunista com a célebre frase: um espectro ronda a Europa. Vou parafraseá-la para: um espectro ronda a Psicologia – penso que esse espectro é a ausência de um pensamento crítico consolidado. É essa a tarefa para a nossa e futuras gerações. [...] É o ser humano o único animal na face da Terra em condições de transformar a própria história. Quando a psicologia tiver essa compreensão, estará produzindo um conhecimento revolucionário. Trata-se de buscarmos referências que definam esse ser da transformação, que estudem sua subjetividade e que relacionem tal subjetividade dialeticamente a condições objetivas da transformação social. Neste momento teremos, de fato, uma Psicologia Crítica. (FURTADO, 2009, p. 253-254).

Apresentamos a seguir figura ilustrativa do esforço empreendido neste trabalho para registrar alguns dos campos de expressão do projeto do compromisso social da psicologia, que para fins didáticos aparecerão desdobrados. Reiteramos o reconhecimento da sua incompletude frente aos limites das fontes estudadas e à impossibilidade de apreensão de todos os impactos desse projeto, que possui diversas manifestações na psicologia e na vida social. Ademais, compreendemos esse estado inacabado como uma atitude de abertura às expressões que estão por ser construídas.

Figura 2 – Campos de expressão do projeto do compromisso social.



Fonte: elaborado pela autora.

### **3.3. Desafios do projeto do compromisso social**

Parece-nos importante destacar alguns desafios para a consolidação do projeto do compromisso social que emerge como um movimento de enfrentamento ao histórico compromisso com as elites e por meio de diferentes ações e atores vai disputando a hegemonia na psicologia. Mapeamos quatro desafios, que apresentaremos a seguir: 1) a discussão sobre a viabilidade do projeto; 2) o risco de interesses corporativos alinhados a uma perspectiva de luta social ser subjugado a interesses corporativistas; 3) a relação do projeto com as subáreas/campos e a diversidade teórica da psicologia; 4) a formação em psicologia.

#### **3.3.1. “Salvar” (ou não) a psicologia: é exequível comprometer-se?**

Esse item engloba duas perspectivas: a dúvida sobre “salvar” (ou não) a psicologia, enquanto metáfora sobre os limites e potencialidades dessa ciência e profissão contribuir para a transformação social; para em seguida, questionar sobre qual psicologia “salvar”, problematizando a expressão assistencialista nas práticas profissionais. Ao final, refletimos sobre os riscos das posições voluntarista e fatalista, apontando para a necessidade de ampliar a dimensão política da ação profissional alinhada com perspectivas progressistas, o que inclui refletir sobre a possibilidade de projetos profissionais alternativos ao projeto societário vigente disputarem a hegemonia no campo profissional.

O questionamento de Yamamoto, O. (1987) sobre “redefinir ou negar a psicologia?” para discutir as “alternativas” à crise da psicologia a partir de meados da década de 1970 pode ser traduzido na questão: é possível contribuir para a transformação da sociedade capitalista a partir da psicologia ou seria necessário negá-la, bem como a outros dispositivos burgueses, para tornar viável essa transformação? O autor chama a atenção, portanto, para a função das profissões no sentido de garantirem as condições para a reprodução social da dominação do capital sobre o trabalho.

O vínculo histórico da psicologia com os interesses da classe dominante já foi intensamente evidenciado na presente tese e na literatura, denominado de “compromisso com as elites”. A questão que se coloca, então, é sobre as possibilidades da psicologia reorientar esse compromisso na direção das classes trabalhadoras. Será possível “salvar” a psicologia? Até hoje não há consenso sobre essa resposta, podendo tal intenção ser compreendida como a produção de uma velha psicologia com novas roupagens ou como uma psicologia que se ergue a partir de retalhos antigos e contribui para a tecitura de novas configurações no tecido social e profissional, ou ainda as duas coisas a depender do ângulo de análise.

De todo modo, o alerta de Yamamoto, O. (1987, 2007, 2009, 2012) sobre a impossibilidade da psicologia ou de qualquer outra categoria profissional fazer frente a mudanças estruturais no capitalismo é importante para problematizar os limites e desafios postos pela estrutura social, principalmente pela posição do profissional na divisão social do trabalho e as implicações da atuação nas sequelas da questão social capitalista. A partir deste referente concreto podemos analisar as potencialidades para empreender saberes e práticas comprometidas socialmente, estabelecendo tensões com o instituído, disputando espaço no campo das ideologias, buscando produzir mudanças no campo da cultura que favoreçam a construção de novas possibilidades sociais, mais justas, igualitárias e democráticas.

Cumprir refletir, então, sobre as contribuições que cada profissão pode oferecer ao processo de transformação social, que por seu caráter complexo e coletivo não pode ser reduzido a uma única área ou campo, nem mesmo exclusividade do âmbito das profissões. Optando-se por “salvar” a psicologia, o questionamento passa a ser: qual psicologia “salvar”? Essa dúvida expressa inquietações quanto à reflexão sobre os saberes e práticas empreendidos, uma vez que o processo de transformação não é linear e nas tentativas de redefinição da psicologia reproduzem-se também perspectivas tradicionais com novas roupagens. É o que problematiza o trabalho de Silva, Claudia (2004) ao analisar uma amostra dos resumos da 1ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia e questionar “no que consiste a prática do psicólogo que é portador de compromisso social”?

Segundo a autora, de modo geral, os trabalhos inscritos compreendiam de maneira superficial os problemas sociais e políticos, desdobrando ações

convencionais que mais se alinhavam com a reprodução do que com a transformação social, que ela qualifica como uma psicologia reducionista voltada à redenção da pobreza. O desafio da posição assistencialista também foi aludido no trabalho de Santos (2014) ao pesquisar as psicólogas trabalhadoras do CRAS/SUAS. Refletindo sobre a atuação nesses equipamentos públicos as psicólogas participantes do estudo destacam a tensão em torno da assistência e do assistencialismo, sendo este último criticado enquanto princípio, mas ainda muito presente nas instituições.

Sobre o assistencialismo, Sposati, et al. (2010) ponderam que um dos problemas dessa compreensão é colocar em um mesmo patamar a ação voluntária espontânea e a formação técnica; confundindo a ação profissional com filantropia. Nessa perspectiva são consideradas como assistencialista, práticas que reforçam a dependência dos assistidos e não contribuem para a superação do ciclo de pobreza. O caráter assistencialista, portanto, não se esgota pela tarefa em si, a exemplo da concessão de benefícios, mas, sobretudo, pela finalidade social da ação e o que elas significam. Nesse sentido, antes de negar o compromisso social, a postura assistencialista denuncia os desafios e as limitações históricas da psicologia em oferecer respostas aos problemas sociais, muitas vezes desconsiderados como objeto para esta ciência e profissão.

Na ausência ou desconhecimento de um repertório teórico-técnico adequado, as profissionais tendem a atuar a partir de elementos derivados da sua própria formação subjetiva, enquanto brasileiras que vivenciam um cenário de profundas desigualdades sociais, acionando modos comuns dessa sociedade para lidar com tais questões. Desde a Revolução Francesa, sob o ideário da liberdade, igualdade e fraternidade, a filantropia se delineou como o modo burguês privilegiado para lidar com as sequelas sociais do capitalismo. Avançar do assistencialismo nas práticas profissionais requer mais do que o julgamento de valor sobre a sua inadequação. É preciso reconhecer e enfrentar sua base de sustentação histórica e social.

Nessa direção, Gonçalves (2010) contrapõe a postura assistencialista das psicólogas nas políticas públicas com a possibilidade de uma atuação pautada na perspectiva da garantia de direitos, ampliando o debate. Trata-se, então, de refletir sobre o grau de assistencialismo ou autonomia enquanto princípios orientadores da

ação. No primeiro caso, o atendimento é concebido como ajuste de um desenvolvimento social “desviado”. De outro ponto, o reconhecimento das demandas como direitos estimula ações que produzem autonomia. Nas palavras da autora: “ações no campo das políticas podem contribuir para que se produzam experiências subjetivas que favoreçam subjetividades transformadas e transformadoras da realidade” (GONÇALVES, 2010, p. 75).

O estudo de Silva, Claudia (2004) também identificou trabalhos que questionam a neutralidade do papel da psicóloga e situa a importância de articulá-lo à realidade social. Observou ainda práticas inovadoras que apontam para a construção de alternativas sólidas na ação profissional. Trata-se de práticas que partem das necessidades da população, reconhecem os processos de resistência em curso e assumem como característica principal contribuir para a reflexão dos sujeitos sobre as condições envolvidas na formação de suas subjetividades.

Tais elementos, contudo, são minimizados na análise da autora sem constituírem-se em categorias específicas, ficando invisibilizados no último item do sumário, denominado “concluindo”. A ausência de aprofundamento na discussão sobre as características presentes nas práticas que assinalam mudanças na atuação profissional parece indicar um viés de análise que não problematiza as questões a partir das contradições presentes no campo. Numa perspectiva histórica e dialética, é preciso considerar que no processo de transformação convivem práticas reprodutoras do *status quo* com iniciativas indicativas de mudanças nos rumos da profissão e da sociedade.

Ao reconhecer que as condições materiais conferem limites significativos para a autonomia de qualquer profissão, mas não são os únicos determinantes da ação profissional, uma questão se coloca como ponto nodal no compromisso social: a necessidade de superar os riscos tanto das posições fatalistas quanto das voluntaristas. Segundo Iamamoto, M. (2009), em ambos os casos se observam extremos que não contribuem para o desenvolvimento profissional: no fatalismo as determinações materiais são compreendidas como limites rígidos e conduzem a uma postura de impotência e subjugação do profissional ao instituído; já no voluntarismo, caracterizado pelo messianismo utópico, ignora-se os limites profissionais e superestima-se a vontade do profissional como capaz de produzir mudanças.

É importante discutir, então, os desafios do projeto do compromisso social no processo de disputa da hegemonia profissional. Amorim (2010) aponta as discussões frequentes na categoria das psicólogas sobre a necessidade de construção de um projeto ético-político para a psicologia (o compromisso social seria qualificado por alguns segmentos da profissão, a exemplo do Sistema Conselhos, como tal projeto), reconhece o mérito do debate para sua constituição, mas ressalva a viabilidade de tal empreendimento, destacando os limites profissionais frente à inserção da psicóloga na divisão social do trabalho, além da diversidade da psicologia como obstáculos para um projeto profissional unitário.

A autora aponta que a prática profissional de nenhuma categoria é revolucionária, sendo a intervenção por vezes conservadora e no limite progressista no sistema capitalista. Nesse sentido, considera que o alinhamento do projeto político profissional com projetos societários alternativos à ordem burguesa iria requerer a ruptura com o modo de produção capitalista. Daí considerar inviável sua produção por uma categoria profissional, ainda que retome Martin Baró para considerar possível desenvolver ações que promovam mudanças no formato do pensamento, articulando-se com lutas mais amplas junto à sociedade civil.

O que parece estar em jogo nessas colocações tem a ver tanto com o significado atribuído à transformação social quanto com a dimensão do método necessário para sua produção. Ainda que seja um objetivo fim, apenas a ruptura com o modo de produção capitalista poderia ser considerada como transformação social? Nessa discussão, Gramsci (1987) indica que o processo de transformação nas sociedades ocidentais é muito mais complexo em função das superestruturas políticas criadas pelo maior desenvolvimento do capitalismo, tornando a ação das massas mais lenta e prudente quanto aos movimentos revolucionários, travando-se antes uma disputa no campo da cultura.

Situado no complexo campo das ideologias, o compromisso social se por um lado pode ter sido absorvido apenas como discurso por parte da categoria reiterando posições tradicionais na prática (o velho rerepresentando-se com nova roupagem), por outro instituiu uma direção política orgânica que se concretiza em ações voltadas para a garantia de direitos e defesa da democracia, enfrentando o tema da

dominação em diversos âmbitos da sociedade (o novo superando a velha roupagem).

Nesse sentido, as mudanças produzidas pelo projeto do compromisso social, movido pelas contradições do próprio processo histórico, não seriam também contribuições ao processo de transformação social, incluindo o enfrentamento ao capitalismo e suas sequelas sociais? Como transforma? Essa pergunta vai sendo respondida de diferentes maneiras ao longo da história, por que mudam os determinantes. Não se trata de uma transformação em direção abstrata, mas a contribuição concreta frente às demandas de cada tempo histórico: superar a ditadura, lutar pela redemocratização do país e pela promulgação da constituição cidadão, enfrentar o neoliberalismo e o desmonte das políticas públicas, atuar na garantia dos direitos humanos, dentre outros.

As reflexões apresentadas por Iamamoto, M. (2009) refletindo sobre o projeto ético-político das assistentes sociais pode contribuir também para essa discussão na psicologia. Nas palavras da autora: “se a profissão é socialmente determinada por circunstâncias sociais objetivas, as quais conferem uma direção social predominante à prática profissional – condicionando ou mesmo ultrapassando a vontade e consciência de seus agentes individuais -, ela é também produto da atividade dos sujeitos que a constroem coletivamente, em condições sociais dadas” (IAMAMOTO, M., 2009, p. 204). E para avançar nessa construção da profissão é preciso ainda rever e problematizar as críticas a este projeto.

Nessa direção, Bastos (2009) alerta para o risco de esvaziamento da identidade profissional e criação de uma psicologia classista a partir da perspectiva do compromisso social. Furtado (2000) pondera, por outro lado, que a intenção não é construir uma psicologia classista, voltada exclusivamente para as pessoas pobres, mas produzir enfrentamento a uma psicologia que tem sido classista de outra forma, ao historicamente considerar somente um lado da sociedade, os interesses de mercado e daqueles que podem pagar. Portanto, quando se coloca o compromisso com as necessidades da maioria da população, é por que o compromisso com a minoria já está dado.

Bastos (2009) destaca também o risco classificatório das práticas numa perspectiva maniqueísta, em que o compromisso social pode ser utilizado como um

rótulo para qualificar o trabalho desenvolvido, fortalecendo determinados segmentos profissionais nas disputas de poder interna à profissão. Tal crítica precisa ser analisada à luz da disputa por hegemonia entre diferentes projetos profissionais, representados por indivíduos e coletivos concretos, que ao defender uma posição passam também a ser uma de suas referências, o que é muito diferente de reduzir o processo de construção do projeto a si mesmo.

Respondendo à crítica acima, Yamamoto, O. (2012) propõe analisar as dimensões do compromisso social “direção política” (orientação pela transformação social em direção à superação das desigualdades) e “orientação teórica” (adoção de uma compreensão da subjetividade articulada à realidade social), menos como uma avaliação do que é ou não aceitável na prática profissional, e mais pela perspectiva de um projeto ético-político, que pode estar alinhado com propostas coletivas alternativas.

A partir do exposto, consideramos que a premissa da impossibilidade do trabalho de qualquer categoria ser capaz de se constituir isoladamente como motor de transformações estruturais, não anula ou minimiza a importância de práticas diferenciadas que apontam para a dimensão política da ação profissional e podem se articular com as lutas populares e os projetos societários alternativos, contribuindo junto com outros coletivos para a transformação da sociedade capitalista por meio da instituição de elementos emancipadores na cultura social. Para tanto, coloca-se o desafio do trabalho conjunto com os setores progressistas da sociedade e o desenvolvimento de novas possibilidades teórico-técnicas na psicologia, imprescindíveis para produzir avanços na atuação profissional, capazes de responder com qualidade às demandas da sociedade.

A atribuição do papel social das psicólogas tem relação estreita com a concepção adotada sobre o que vêm a ser esta ciência e profissão, sobretudo sobre seu objeto. A retomada histórica sobre o compromisso social evidencia que a proposta desse projeto é que com a sua competência técnica, mas também ética e política, as psicólogas contribuam para as necessidades de todos e todas, não apenas de alguns, que essa atuação considere a realidade social, buscando transformá-la; e não que essa contribuição seja vista como algo que extrapola a competência profissional, remetida apenas ao exercício cidadão.

A discussão sobre a viabilidade de projetos profissionais alternativos ao projeto societário vigente disputar a hegemonia na categoria profissional e na forma desta se apresentar à sociedade não é propriedade da psicologia, antes se expressa também no serviço social, a despeito da expressiva hegemonia que seu projeto ético-político já conquistou. Também isso faz parte da arena de disputas, além de ser um elemento fundamental para manter a reflexão crítica que estimula os discursos transmutarem-se em práxis.

### **3.3.2. Entre interesses corporativistas e uma corporação que se dispõe à luta**

O processo de legitimação social de uma profissão, incluindo sua instituição e consolidação requer ao menos dois requisitos: a legalidade por meio da regulamentação da prática e a formação de um mercado consumidor dos seus serviços. A fidelização desse mercado depende da competência teórica e técnica específica de uma profissão, mas também é fruto do sucesso político desta em ser capaz de firmar-se como opção prioritária entre outras escolhas sociais disponíveis (SILVA, Marcus, 2003). Todo esse processo requer a organização coletiva dos profissionais em torno de objetivos comuns, que em alguns casos podem se apresentar como posições corporativistas na sociedade, ao que cabe perguntar: a supremacia desses interesses deve se estabelecer a qualquer custo?

Dentre os males do corporativismo situam-se, por exemplo, a defesa pública dos interesses comuns do grupo à revelia dos impactos para outras categorias e para a sociedade, as omissões e a condescendência frente às irregularidades ou faltas cometidas por seus membros, a hipervalorização da imagem social do grupo na busca de obter maiores vantagens e poder. As posições corporativistas prejudicam, sobremaneira, o relacionamento entre as profissões, a construção interdisciplinar do conhecimento e a dimensão coletiva do trabalho, impactando negativamente na atenção qualificada às demandas sociais, sempre complexas e requerendo contribuições diversas.

A psicologia também é afetada pelas investidas corporativistas de outras profissões e busca o seu enfrentamento, a exemplo da posição assertiva contra o

projeto de lei do ato médico<sup>53</sup> e também na interface com outras profissões. No ano passado, por exemplo, entrou em consulta pública no site do Senado Federal o projeto de lei (PLS 439/2015) que dispõe sobre o exercício de atividades nos campos da administração e tinha entre seus objetivos tornar privativas do administrador todas as atividades de Recursos Humanos, um campo tradicional da psicologia, cuja defesa é reafirmada no IX CNP<sup>54</sup>.

Os interesses corporativistas remontam ao próprio surgimento da psicologia como profissão, quando na sua regulamentação se tenta incluir a psicoterapia como exercício privativo. Tal iniciativa, contudo, não logrou sucesso frente à mobilização dos médicos, uma categoria historicamente posicionada na defesa dos próprios interesses. A postura corporativista parece ser a tônica da organização da categoria nas décadas de 1960 e 1970, expressando-se nas primeiras gestões das entidades sindicais e conselhos profissionais, que tinham também o desafio de organizar a profissão com todas as dificuldades que um percurso iniciante interpõe.

Múltiplas determinações, entretanto, possibilitaram as mudanças nos rumos da profissão. Nesse sentido, o questionamento da psicologia sobre a qualidade dos seus compromissos com a sociedade, engajando-se em um compromisso com as camadas populares, provavelmente garantiu a sobrevivência da profissão, tendo em vista o difícil equilíbrio da balança entre a expansão do número de psicólogas e a falência do mercado consumidor da clínica a partir da crise econômica instaurada desde a ditadura militar, imprimindo a necessidade de estender a profissão a outros campos e públicos, diversificando-a. Cumpre lembrar que existem diferentes propósitos nessa extensão.

---

<sup>53</sup> A posição contrária ao projeto de lei do ato médico, bem como o indicativo de ações para seu enfrentamento é expressa em teses no II, VII, VIII e IX CNP, conforme cadernos de deliberações (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 1996, 2010, 2013, 2016). Tal enfrentamento conta com a mobilização de diversas profissões da saúde, incluindo ações conjuntas como a Cartilha dirigida à sociedade “Não ao projeto de lei do ato médico. Saiba o porquê”, construída por Conselhos Federais e Regionais de 12 categorias, incluindo a psicologia. Disponível em: <[http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2005/04/cartilha\\_ato\\_medico.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2005/04/cartilha_ato_medico.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2017.

<sup>54</sup> Deliberação correspondente para o triênio 2016-2019: “Debater a atuação profissional do (a) psicólogo (a) organizacional na área de recursos humanos, juntamente com a SBPOT - Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho, defendendo suas atribuições e garantindo seu exercício profissional nesse espaço, por meio da criação de GT - Grupo de Trabalho nacional e considerando a interface com o Conselho Federal de Administração” (CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 2009, p. 43).

Bock, A. (2010a) problematiza que há distintas formas de aproximação com a população, as quais produzem tensões e conflitos inclusive entre aqueles que, aparentemente, defendem um mesmo projeto de compromisso social. Por um lado destaca-se o interesse em ter emprego, por outro a ideia de que a ampliação desse mercado de trabalho não deve ser um objetivo em si mesmo e a qualquer custo. É preciso valorizar as necessidades da população, seu acesso a direitos, e o trabalho da psicóloga como um meio de colaborar para a satisfação de tais propósitos, para a transformação de condições de vida tão desiguais. O aumento no número de postos de trabalho seria uma consequência e não um princípio.

Nesse sentido, podemos considerar o compromisso social como uma espécie de signo no “mercado das crenças”: vai ser usado por alguns como imagem (o discurso vai ser isso, mas a realidade não precisa ser), muito associado a uma defesa corporativista que visa ressaltar o valor social da profissão para garantir mercado de trabalho e por outros como militantes com o objetivo de colocar os interesses corporativos a favor das lutas sociais mais amplas, partindo da busca de respostas tanto na ciência quanto na profissão para o atendimento de demandas sociais qualificadas. Tal distinção é emblemática no trecho abaixo.

Os debates ocorridos nos seminários nacionais promovidos pelo CFP apontam diversos aspectos como justificativas para a presença da psicologia nas políticas públicas. Um desses aspectos é a necessidade de pensar estrategicamente o futuro da profissão de psicólogo, já que o modelo de profissional liberal não mais se sustenta. [...] É importante observar, entretanto, que essa justificativa é acompanhada, na maior parte das vezes em que é invocada, por uma reflexão sobre o corporativismo em contraposição a um compromisso ético da profissão (GONÇALVES, 2010, p. 104).

Em suas diversas expressões, o projeto do compromisso social aponta para a ampliação do reconhecimento social da psicologia e, portanto, contribui para a consolidação dessa profissão, mas não sem contradições. Desse modo, visa atender interesses corporativos em sua relação com a sociedade, o que é muito diferente de estar a serviço de interesses corporativistas no sentido de uma categoria voltada somente para o próprio umbigo.

Desse modo, a ação política em seu sentido amplo como grande política assume a característica de catarse, quando uma classe movida por vontade coletiva

produz a transição do momento meramente econômico centrado em interesses corporativos imediatos (ou egoístico-passional), ao momento ético-político (dimensão universal) capaz de produzir novas iniciativas, implicando uma elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Pela catarse o homem se torna um sujeito consciente da história (GRAMSCI, 1987). Há, contudo, diversos momentos para a construção da consciência política coletiva, num movimento de passagem do elemento econômico-corporativo a solidariedade, da preocupação com os interesses próprios aos coletivos.

O primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo: um comerciante sente que deve ser solidário com outro comerciante, mas o comerciante não se sente solidário com o fabricante. Assim, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele em que se adquire a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. [...] Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, no seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupos meramente econômicos, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase mais abertamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas. (GRAMSCI, 1978, p. 49-50).

Coutinho (2017a) acrescenta que a catarse não se restringe à dialética da consciência de classe centrada nos espaços diretamente responsáveis por sua formação e ação, destacando que todas as formas de práxis possuem a potencialidade do momento catártico: ultrapassar a manipulação imediata ancorada na recepção passiva da realidade e chegar à esfera da totalidade, contribuindo para a transformação ativa do mundo. Vê-se nesses casos a passagem do homem centrado em si mesmo para a consciência de sua participação no gênero humano. Uma transformação de tal ordem reporta-nos ao papel desempenhado pelos intelectuais numa sociedade desigual e ao projeto do compromisso social comportando uma ideologia orgânica das psicólogas na busca por contribuir para a transformação do mundo.

### **3.3.3. Relação com as subáreas/campos e a diversidade teórica da psicologia**

Qualquer discussão na psicologia, e isso inclui a referente ao compromisso social, precisa considerar a diversidade desta ciência e profissão, expressa na abrangência de suas subáreas, campos de atuação, matrizes epistemológicas, referenciais teóricos e produção de técnicas. Este tópico busca refletir sobre a relação do projeto do compromisso social com as diferentes subáreas/campos de atuação e a diversidade teórica da psicologia. A revisão histórica nos sinalizou que por diversas razões, a psicologia comunitária, social, saúde e educação apresentaram uma participação mais proeminente desde o início das discussões.

Reconhecer o pioneirismo mais acentuado de algumas subáreas ou campos, contudo, não deve conduzir a desconsideração de outras contribuições. Nesse sentido, não é possível, nem mesmo adequado, restringir a história do compromisso social a segmentos específicos da psicologia. O trabalho de Amorim (2010) nos auxilia nessa discussão ao identificar artigos associados ao compromisso social da Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) distribuídos desde a década de 1980 e da Psicologia Clínica concentrados a partir dos anos 2000, período que ainda contempla produção na Psicologia do Esporte; indicando que outros campos também estão atentos a essa discussão. Optamos por priorizar a discussão do compromisso social a partir de POT e da Clínica por serem campos que receberam e ainda recebem muitas críticas, algumas sem considerar as particularidades e mudanças em curso.

Para refletir sobre o compromisso social em POT, Bastos (2009) analisa inicialmente a crítica externa, ou seja, promovida por aqueles que não pertencem ao campo, para posteriormente produzir um olhar interno, a partir de quem atua e constrói esses saberes e práticas. Sobre a crítica externa destaca a imagem da psicóloga organizacional e do trabalho como agente reprodutor do sistema; estabelecimento de relações de controle e poder com atuação eminentemente tecnicista e não contextualizada a realidade brasileira; caráter instrumental do trabalho a favor dos interesses do capital, que foca na produção de ajustes do trabalhador às necessidades da empresa.

A partir do “olhar interno” argumenta que a realidade de POT não se distingue qualitativamente de outros campos da psicologia tendo em vista as contradições presentes na atuação profissional frente à variedade de interesses e conflitos numa sociedade marcada pela divisão de classes. Defende que enfrentar as contradições e buscar melhorias para o trabalhador pode ser considerado uma postura de compromisso social, ainda que tais ganhos se revertam também para as empresas, ilustrando com o campo da qualificação, desenvolvimento de carreiras, preservação da saúde e bem-estar no trabalho.

Argumenta que as organizações também estão sujeitas às pressões sociais, culturais e legais, que colocaram em pauta temas como responsabilidade social, ambiental e ecológica, produzindo novos pactos entre patrões e trabalhadores. Mesmo com a apropriação diversa dessas questões, seja por marketing ou por crença em tais valores, Bastos (2009) assinala que a psicóloga tem sido um agente importante para instituir culturas organizacionais mais participativas, valorizando autonomia, saúde e outros compromissos sociais maiores. Reconhece, porém, que a prática ainda é limitada e por vezes subsidiada pelo viés tecnicista criticado anteriormente, mas que essa não é a única realidade passível de homogeneização para todo o campo, todos os profissionais e todas as organizações.

Outro aspecto que o autor considera simplista é a associação de POT sempre a atuação em empresas privadas, quando atualmente muitos profissionais exercem suas funções na esfera pública (administração direta ou empresas públicas) e em organizações do terceiro setor (ONGs, cooperativas). Além da tendência crescente de articulação dos segmentos públicos e privados para a prestação de serviços à população em rede. Outra mudança é o foco da inserção, antigamente centrada na indústria, para a atuação em outras instituições, principalmente no campo da saúde, como hospitais. Nesse caso, seriam contempladas novas organizações e novos arranjos produtivos em que o lucro pode não ser o objetivo central. Desconsiderar a complexidade, as mudanças e a diversidade de POT é o que qualifica determinadas críticas como estereótipos e preconceitos.

Para discutir as contribuições da psicologia do trabalho, apresentaremos o relato de algumas iniciativas no campo da economia solidária, como um exemplo, mas não o único, de ações que se apresentam alinhadas a uma perspectiva de

compromisso social. Furtado (2011) ao refletir sobre o trabalho de um ponto de vista crítico, considera que a noção de solidariedade e a expressão concreta da Economia Solidária nas experiências em curso no Brasil são ilustrativas de como a psicologia pode debruçar-se sobre uma temática social a partir dos referentes analíticos da dimensão subjetiva da realidade.

O autor compartilha a experiência de pesquisadores da PUC-SP em um trabalho multidisciplinar coletivo de acompanhamento de projetos de Economia Solidária desenvolvidos pelo “Nós do Centro”, na região central de São Paulo, com vistas a avaliar sua metodologia e propor alternativas. Destaca duas experiências: uma com jovens na busca do primeiro emprego e outra com travestis. Em ambos os casos, por motivos diferentes, é frequente uma baixa oferta de oportunidades de emprego, sendo necessário fomentar parcerias e questionar os elementos culturais que fortalecem a rejeição. Com os jovens a estratégia foi promover a qualificação para trabalhar com cenografia e iluminação nos teatros da região por ser um espaço com alta demanda. Para os travestis, acordou-se com escolas de samba próximas ao local, a contratação para a produção de fantasias do carnaval.

Furtado (2011) relata ainda a relevância de projetos de geração de renda e saúde mental implantados em CAPS, tais como os acompanhados pelos professores do núcleo de trabalho dos anos finais do curso de psicologia da PUC-SP. Tais iniciativas alinham-se às novas orientações da Reforma Psiquiátrica que reconhece a cidadania dos portadores de sofrimento psíquico, incluindo alternativas que favoreçam o direito da pessoa em prover o próprio sustento.

O autor chama a atenção de que tais experiências sempre envolvem contradições, conflitos e crises de ordem pessoal ou coletiva, para as quais os profissionais não estão necessariamente preparados a priori. Conclui que todos os trabalhos reportam-se a formas de subjetivação complexas envolvendo múltiplos determinantes. A psicóloga isoladamente não teria condições para analisar todas as dimensões, mas sem sua contribuição na equipe multiprofissional seria muito difícil uma avaliação consistente e que visibilizasse os aspectos subjetivos presentes.

No caso da psicologia clínica, é preciso considerar que essa atuação sofreu severas críticas desde a década de 70 do século passado, sobretudo pelo caráter elitista da restrição dos serviços àqueles que poderiam pagar por ele, à época uma

parcela muito pequena da população, como já denunciado pelo trabalho de Mello (1975) e também pela ênfase em um modelo médico, pautado por uma perspectiva individualista, curativa, apolítica e distante das questões sociais.

Conforme já vimos, contudo, as mudanças em curso na sociedade brasileira, incluindo o processo de redemocratização na década de 1980 que acentua a discussão sobre os direitos humanos, além de revisões na própria psicologia, conduzem a um movimento de expansão que desloca a psicóloga do consultório para outros locais de atuação, inicialmente com grande ênfase nas instituições públicas de saúde e progressivamente para outros espaços, impondo novos desafios. Em paralelo vão sendo nutridas apropriações teóricas que passam a incluir leituras sobre o contexto social na compreensão do problema individual.

Nessa direção, Moreira, Romagnoli e Neves (2007) defendem a construção de uma clínica social, que supere a cisão entre clínica e política, marcante no modelo tradicional, e institua-se como prática empenhada com a promoção da saúde e comprometida com a realidade social brasileira. Nessa perspectiva, a clínica não se reduz ao atendimento das camadas pobres da população nem mesmo a ampliação dos espaços de atuação que as psicólogas passam a integrar. Trata-se, muito mais, de uma postura ética e política diante do sujeito humano, que passa a ser compreendido a partir da sua realidade social.

As autoras defendem que no espaço clínico, seja no âmbito privado ou público, numa relação diádica, grupal ou coletiva, entra-se em contato com modos de subjetivação que buscam, de alguma maneira, rever-se. Isso implica uma dimensão política no fazer clínico, uma vez que este pode ser transformador; requerendo a reflexão dos profissionais quanto aos desdobramentos de suas práticas no campo social. “Não é o local que define a clínica, e sim, a posição do profissional e os objetivos de libertação e potencialização dos sujeitos” (MOREIRA; ROMAGNOLI; NEVES, 2007, p. 620).

Após discutir alguns dos desafios na relação entre as subáreas/campos, passaremos a uma reflexão sobre a relação do projeto do compromisso social com a diversidade teórica da psicologia. Rey (2001) vai localizar essa múltipla constituição teórica desde as diferentes aproximações com o tema da subjetividade, inicialmente associada ao sujeito do racionalismo, mas lembrando de que a psicologia tem um

surgimento alemão, marcada pelo empirismo e o positivismo; para depois se desenvolver no contexto americano. Isso sem contar a psicanálise, também de origem europeia, mas que estabeleceu outra aproximação ao estudo do homem.

Em direção complementar, Drawin (2009) propõe pensar o pluralismo teórico da psicologia não como dispersão ou falta de rigor metodológico, mas sim a partir da historicidade inerente aos objetos que esta profissão visa apreender, remetida às “ciências do homem”. Para o autor, o reconhecimento da legitimidade dessa diversidade teórica é antes um requisito e não um obstáculo para a assunção de um compromisso ético na psicologia. Propõe, portanto, pensar o futuro da psicologia não pela expectativa de produção de uma ciência unitária, mas antes pelo acolhimento das diferenças.

Tanto o estudo de Lopes (2005) quanto o de Amorim (2010) destaca a diversidade de orientações teóricas a construir o compromisso social. Na pesquisa da primeira autora cerca de metade dos artigos não informava o referencial teórico adotado. Nos demais, emergiram variados aportes: psicanálise, gestalt, comportamental, cognitivo comportamental e mesmo a psicologia comunitária, que se caracteriza como campo de atuação.

Nos artigos pesquisados por Amorim (2010), também foi observada tendência a não especificar o aporte teórico. Já entre os que apresentavam o referencial, duas abordagens foram as mais citadas com igual frequência de aparição: filosofia da diferença e psicologia sócio-histórica. Outras perspectivas citadas foram análise experimental do comportamento, fenomenologia, psicologia sistêmica, histórico-cultural, psicanálise, psicologia da libertação, psicologia social de base marxista, psicologia social comunitária, teoria de Bronfenbrenner, perspectiva teórica de Bleger e novo modelo de saúde pública.

Na análise sobre os limites e dificuldades da dimensão “orientação teórica” do compromisso social, após associá-la à adoção de um referencial sócio-histórico como aporte compreensivo da subjetividade humana em relação com a sociedade, Bastos (2009) problematiza que tal opção poderia levar a uma tentativa de supremacia teórica da psicologia sócio-histórica enquanto abordagem, desdobrando-se nos processos de construção de identidade e disputa de poder no interior da profissão. É preciso considerar algumas questões.

Como apontado acima, as pesquisas de Lopes (2005) e Amorim (2010) indicam que diferentes referenciais teóricos vêm contribuindo para subsidiar as reflexões envolvendo o compromisso social da psicologia, o que evidencia a impossibilidade de restringir a história do compromisso social a abordagens teóricas específicas. Ademais, o recurso de análise que busca considerar os elementos sociais e históricos para produzir leituras críticas da realidade e dos fenômenos pode ser utilizado por diferentes referenciais teóricos, sendo a psicologia sócio-histórica uma abordagem que busca produzir esses esforços, mas não a única.

As contribuições de Vilhena (2009) e Fink (2014) são ilustrativas dessa disposição em produzir leituras teóricas críticas, que consideram os elementos sociais e históricos na constituição dos fenômenos. Vilhena (2009) apresenta uma série de trabalhos comprometidos com a realidade brasileira que vem sendo produzidos a partir da psicanálise nas universidades, centros de saúde, nas comunidades, nas escolas e nas periferias, destacando a interface das discussões com a defesa dos direitos humanos. Nas palavras da autora: “há que se ressaltar a dimensão objetiva da desigualdade social, a dimensão ética da injustiça e a dimensão subjetiva do sofrimento” (VILHENA, 2009, p. 256). E conclui: “fazer psicanálise seria desvelar a maneira pela qual um singular se insere em uma determinação universal” (p. 274).

Com o objetivo de pesquisar a atuação de pesquisadores brasileiros acerca dos problemas sociais, Fink (2014) analisou sessenta e quatro artigos a partir de quatro periódicos específicos da análise do comportamento. Situa como injustificadas as críticas frequentes na psicologia que associam o estudo sobre o controle do comportamento como uma posição manipuladora, situando os analistas do comportamento em favor dos ditadores e detentores de poder na sociedade.

Nos artigos selecionados por trabalharem com problemas sociais, a autora observou prevalência da discussão sobre educação, sendo os relatos de aplicação e pesquisas básicas desenvolvidas, geralmente, em escolas públicas. Identificou ainda preocupações pautadas no compromisso social do analista do comportamento a exemplo de pesquisas que visam aperfeiçoar tecnologias na prática educativa com populações de baixa renda. Conclui que é “difícil delimitar o que seria um problema social para a análise do comportamento, já que todo conhecimento produzido na

área tem como objetivo melhorar a compreensão do comportamento humano e, dessa forma, propiciar algum tipo de transformação social” (FINK, 2014, p. 62).

Ainda que seja importante considerar os limites e as potencialidades epistemológicas e metodológicas implicadas em cada referencial teórico, Blanco (2001) alerta sobre a necessidade de distinguir, ainda, a teoria do uso que dela se faz, por que em muitos casos o uso pode ser dirigido à emancipação ou a opressão. Do mesmo modo, situa como um falso dilema associar adjetivos como reacionário ou progressista às teorias com base na nacionalidade dos seus autores. Em todos os casos, aponta-se para a necessidade do corpo teórico desdobrar um pensamento crítico, capaz de produzir mudanças na própria teoria, e que sustente novas possibilidades de intervenção sobre a realidade.

A partir das considerações acima, algumas conclusões vão se delineando. Cumpre destacar que o compromisso social não é propriedade de nenhum segmento específico (seja subárea, campo de atuação ou abordagem teórica), pois as ações profissionais se qualificam por seus princípios, métodos e impactos. Cabe ressaltar também que não localizamos em nenhuma das fontes utilizadas neste trabalho alguma abordagem, subárea ou campo que reivindicasse para si o compromisso social como construção exclusiva ou particular.

Ademais, no curso do desenvolvimento próprio a cada subárea/campo novas possibilidades vão sendo gestadas ao fazer tradicional. Desse modo, diferentes subáreas/campos vão produzindo contribuições de acordo às suas possibilidades e especificidades para o projeto do compromisso social, principalmente quando se considera os diferentes níveis de impacto da ação profissional, desde uma dimensão mais individual até intervenções sociais mais amplas. Assim, antes de inviabilizar o projeto do compromisso social, a diversidade da psicologia o qualifica.

#### **3.3.4. A formação em psicologia na perspectiva do compromisso social**

A preocupação com a adequação da formação às necessidades colocadas pelas novas práticas profissionais e pelo projeto do compromisso social é frequente nas deliberações de todas as edições do Congresso Nacional da Psicologia,

realizado desde 1994. O debate sobre a importância de qualificar a formação é ainda mais antigo no Sistema Conselhos.

Em 1992, por exemplo, é realizado o primeiro encontro nacional, precedido por encontros regionais, com representantes de cursos de psicologia das agências formadoras de todo o país para debater os principais desafios da formação, identificando dificuldades e propostas de ação. Como síntese das discussões é publicada a Carta de Serra Negra, expressando os seguintes princípios norteadores para a formação acadêmica em psicologia:

**1) desenvolver a consciência política de cidadania, e o compromisso com a realidade social** e a qualidade de vida; 2) desenvolver atitude de construção de conhecimento, enfatizando uma **postura crítica, investigadora e criativa**, fomentando a pesquisa num contexto de ação-reflexão-ação, bem como viabilizando a produção técnico-científica; 3) **desenvolver o compromisso da ação profissional cotidiana baseada em princípios éticos**, estimulando a reflexão permanente destes fundamentos; 4) **desenvolver o sentido da universidade, contemplando a interdisciplinaridade** e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; 5) desenvolver a formação básica pluralista, fundamentada na discussão epistemológica, **visando a consolidação de práticas profissionais, conforme a realidade sócio-cultural**, adequando o currículo pleno de cada agência formadora ao contexto regional; 6) **desenvolver uma concepção de homem, compreendido em sua integralidade e na dinâmica de suas condições concretas de existência**; 7) desenvolver práticas de interlocução entre os diversos segmentos acadêmicos, para avaliação permanente do processo de formação. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1992a, p. 1, grifo nosso).

A Carta de Serra Negra se tornou uma referência importante para as discussões subsequentes, incluindo posicionamentos críticos apresentados no debate das diretrizes curriculares (BRASIL, 2011). Essas diretrizes são de suma importância no que se refere à formação em psicologia e sua instituição é fruto das demandas impostas pela Lei n. 9394, que instituiu as diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 1996), levando à extinção do currículo mínimo. De acordo com o parecer 776/97 emitido pelo Conselho Nacional de Educação por meio da Câmara de Educação Superior, as diretrizes curriculares constituem-se em “orientações para a elaboração dos currículos que devem ser necessariamente respeitadas por todas as instituições de ensino superior” (BRASIL, 1997, p. 2).

As diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em psicologia se diferenciam pela explicitação de princípios e compromissos norteadores da formação nessa área, incluindo tópicos convergentes ao projeto do compromisso social: “IV - compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do País, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão; V - atuação em diferentes contextos, considerando as necessidades sociais e os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011, p. 01).

E como formar psicólogas em uma perspectiva crítica? Para responder a essa questão nos parece importante retomar o cenário e os desafios postos ao ensino superior no Brasil e especialmente à formação em psicologia. Nessa direção, Yamamoto, O. et al. (2010) alertam para a consolidação e expansão dos cursos de psicologia no país, acompanhado de uma participação massiva do ensino privado. Uma vez que 80% das psicólogas formadas nos últimos anos são egressas de instituições privadas, analisar a formação básica em psicologia no Brasil implica olhar para as características do ensino nesta rede.

As críticas sobre as deficiências da formação são antigas. Concebida como mercadoria ao invés de direito, a educação fica fortemente sujeita às relações de mercado, muito marcada pelo monopólio dos grupos educacionais e precariedades diversas pelo acirramento das políticas neoliberais, incluindo o esvaziamento dos conteúdos críticos e das disciplinas de outras áreas das humanidades nos currículos, que passam a ser cada vez mais pautados em termos de mercado (ministrados na modalidade à distância ou em salas superlotadas reunindo diversos cursos nessas disciplinas introdutórias). Cumpre retomar algumas dessas deficiências de modo mais específico, sobretudo pelos desafios que desdobram ao projeto do compromisso social.

Desde a década de 1980, Pessotti (1988) já alertava para a crescente tecnificação do currículo acompanhada pelo empobrecimento da formação humanística, teórica e metodológica nos cursos de psicologia. As críticas ao tecnicismo também foram endossadas por Bock, A. (2010a) e Gonçalves (2011), que problematizam ainda a distância da formação com as questões da realidade brasileira.

Nesse cenário, a deficiência técnica e, sobretudo, a deficiência na formação epistemológico-científica vem conferindo o tom das discussões em torno da formação da psicóloga brasileira (LISBOA; BARBOSA, 2009). Dado evidenciado também por Gondim, Bastos e Peixoto (2010) que ao analisar os resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) realizado em 2006 observaram que “Fundamentos Históricos e Epistemológicos” é um dos eixos no qual os estudantes apresentam os piores desempenhos em todo o país.

Todas essas questões firmam-se como um grande desafio, principalmente pela formação estar umbilicalmente ligada à profissão, sendo um campo muito estratégico para a constituição da identidade profissional. Formar implica sempre uma direção e no caso da formação profissional a disputa de currículos também representa a disputa por hegemonia entre diferentes projetos para a profissão, os quais por sua vez se vinculam a diferentes projetos societários. Sobre o projeto do compromisso social, Gonçalves (2011) e Rechtman (2014) destacam a atenção desse projeto quanto à relação entre formação e profissão, reconhecendo a importância tanto de sua qualidade técnica quanto da posição ético-política nele definida.

Refletindo sobre as condições para a efetivação do projeto ético-político do serviço social, Silva, Marcela (2012) chama a atenção para a imbricada relação entre formação e profissão. Uma vez que a graduação propicia as primeiras experiências do futuro profissional, torna-se fundamental no fortalecimento da direção ético-política da profissão. De maneira complementar, Iamamoto, M. (2009) discutirá o perfil profissional das assistentes sociais, necessário à materialização do projeto ético-político desta categoria, destacando a exigência de uma competência crítica (teórica, técnica e ético-política) capaz de promover leituras sobre a realidade social, bem como propor alternativas para subsidiar sua transformação.

Ainda que este perfil possa parecer exigente, sobretudo quando se considera as precárias condições da formação, consideramos pertinente a extensão dessa reflexão à psicologia. Reunimos a seguir algumas indicações da literatura que podem inspirar uma formação que embase o compromisso social. Como investir em uma formação que prepare as psicólogas para serem além de profissionais, agentes políticos de transformação?

As transformações ocorridas na psicologia, a partir da defesa por uma atuação mais empenhada com a transformação da realidade social e a importância da formação como um espaço fundamental de construção do profissional, ratificam a necessidade de estudos que possam aprofundar como a formação vem se organizando para contemplar as demandas sociais das últimas décadas; pois, como bem situa o Conselho Federal de Psicologia,

Se queremos uma mudança é preciso definirmos qual a mudança e em que direção, pois não basta dizer do compromisso social da Psicologia e falar do psicólogo como agente de mudança. Por isso, é preciso definir o papel do psicólogo na sociedade brasileira e latino-americana. É neste contexto brasileiro e para este contexto que devemos formar o psicólogo – uma realidade econômica de desigualdades, opressão, preconceitos de diferentes ordens, homofobia, violência contra as mulheres, crianças, realidade de exclusão social, de falta de direitos. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013, p. 22).

Para que o fenômeno psicológico possa ser compreendido em sua complexidade e diversidade é imprescindível a articulação da psicologia com a realidade social do país, conforme apontam também Blanco (2001), Antunes (2004) e Rey (2001). Este último assinala ainda a importância de incluir na formação momentos práticos em que o estudante possa fazer contato com a diversidade populacional típica do país. Tais experiências curriculares devem, assim como as demais, pautar-se por um contato problematizador com a realidade, superando a postura colonialista de receber e aplicar, passando a dialogar com o conhecimento estrangeiro de modo a torná-lo familiar e útil.

Em direção análoga, no campo do serviço social, Iamamoto, M. (2009) propõe uma reflexão que pode ser estendida à psicologia sobre a necessidade de enriquecer a formação a partir do diálogo com outras instâncias da profissão e da sociedade. Sugere assim, “uma articulação orgânica da Universidade com as forças representativas da sociedade civil, em especial com entidades sindicais, associações profissionais e organismos representativos dos usuários, como os Conselhos de Direitos Sociais e das Políticas Sociais de Seguridade, reforçando o intercâmbio entre a academia e a sociedade” (IAMAMOTO, M., 2009, p. 148).

São muitas as possibilidades, mas a despeito das intensas mudanças no campo da profissão e mesmo na dinâmica da sociedade, Freitas (2015) e Mello (2010) problematizam que a formação não acompanhou o ritmo das mudanças, mantendo currículos defasados às necessidades atuais. Ambas as autoras, apontam para a necessidade de revisão dos currículos com vistas a contemplar as novas demandas da profissão e da sociedade. Nessa direção, Gonçalves (2011) sugere que direitos humanos, políticas públicas e democracia são eixos indispensáveis a serem incluídos como diretrizes para a formação.

Em leitura convergente com o já exposto, o estudo de Rechtman (2014) indicou quatro principais aspectos que influenciam a formação da psicóloga para a realidade brasileira: as diretrizes curriculares com seus limites e potencialidades; a realidade do ensino superior no país, marcado pelos interesses privados; o currículo dos cursos e o papel dos professores, que podem ser agentes de mudança ou de reprodução das visões tradicionais da psicologia. Sobre o “como se preparar para atuar comprometido socialmente”, os sujeitos da pesquisa, alunos do último ano, situam a importância do aprofundamento teórico, da leitura interdisciplinar enriquecendo-se com outras áreas como sociologia e filosofia; do posicionamento político e da atuação para o fortalecimento dos sujeitos visando uma transformação social significativa, que implicaria na superação das relações de opressão.

Tornou-se quase um senso comum na área afirmar que a formação precisa se transformar. Há, inclusive, indicativos firmes quanto à direção! Contudo, para ampliar as mudanças em curso, será necessário desenvolver estratégias coletivas e potentes para enfrentar a precariedade das condições de trabalho nas universidades, principalmente na rede privada, e as políticas restritivas e mercantilistas dos grupos educacionais, que como já visto dominam a maioria dos cursos de formação em psicologia no Brasil.

Cumprido destacar, porém, que nas relações de força que movem as mudanças, não são apenas os determinantes externos que criam obstáculos. É preciso investigar os entraves próprios ao campo e mesmo a cada profissional enquanto brasileiros e brasileiras.

É preciso que nos perguntemos, sempre, que sociedade, que homem e que vida pretendemos ajudar a construir? Quais estamos efetivamente construindo, através das ações que executamos e das práticas que propomos? Em outras palavras, é preciso ter claro, permanentemente, qual deve ser e qual vem sendo o nosso compromisso e com quem estamos nos comprometendo. (TOMANIK, 2001, p. 252).

Trata-se de avaliar nossas ações profissionais considerando os limites estruturais a que estamos expostos, mas sem utilizá-los para nos eximir da responsabilidade de contribuir para o processo de transformação. Nesse sentido, é possível que uma das maiores dificuldades de efetivação do projeto do compromisso social seja a pouca reflexão sobre o nosso lugar social, uma transformação que exigiria em seu sentido mais radical, questionar privilégios que muitas de nós psicólogas também gozamos, gerando embaraços entre aspirar à transformação social, mas por vezes pertencer à classe dominante.

Tais reflexões apontam para a necessidade já indicada por Martinez (2009) de que os espaços de formação possam se comprometer para além da transmissão de conteúdos curriculares com o desenvolvimento de recursos subjetivos facilitadores de ações sociais na direção desejada, os quais possam contribuir para a formação da psicóloga na condição de sujeito. O desafio segue sendo formar com qualidade; mas a qualidade técnica, distinta do tecnicismo, depende que a técnica possa ser nutrida por uma eficiente formação epistemológica, teórica, metodológica, ética e política em diálogo com a realidade social para qual a técnica se destina.

#### 4. TECENDO (A) MANHÃ: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final dessa tecitura mantendo a inspiração das palavras de João Cabral de Melo Neto - “um galo sozinho não tece a manhã: ele precisará sempre de outros galos”. Esses versos nos alertam sobre as tarefas que não podemos realizar sozinhos, especialmente daqueles trabalhos que se distinguem por sua qualidade indispensavelmente coletiva. Tecer (a) manhã é como tecer a história. Simboliza, assim, tanto a tecitura do momento presente, mas também a tarefa de tecer o amanhã, representando as infinitas possibilidades do futuro. O processo histórico é síntese que contém as determinações do passado e do presente, mas sempre aberto a novos devires movidos pela vontade coletiva dos homens.

Ao longo da construção deste trabalho foram se constituindo algumas reflexões que apresentaremos como considerações provisórias, não porque sejam menores ou expressem vacilação por parte da autora, mas antes em uma tentativa de honrar a postura teórico-epistemológica adotada nesta tese, que compreende também a produção da ciência em seu caráter histórico e, portanto, mutável. Trata-se, ainda, do reconhecimento de que essas contribuições partem de um ponto de vista que não se pretende único nem totalizador, e que com certeza pode se enriquecer com a análise de outros dados ou ainda dos mesmos dados, a partir de outros interlocutores. Concluir a tese é, nesse sentido, estar disponível para prosseguir a conversa com os outros.

Ao estudar o projeto do compromisso social essa tese se volta para a história da psicologia, busca apreender um objeto em movimento, investigando como este projeto contribuiu para a transformação dessa ciência e profissão e da sociedade, ao passo em que também se transforma em contato com diferentes condições sócio-históricas. É por um lado, um processo referido à psicologia como uma totalidade, mas que, por outro, impacta os profissionais de modos variados, em diferentes momentos históricos. Isso nos leva aos desafios vivenciados na história de Marilza Ribeiro.

Conhecemos a história de Marilza, psicóloga pioneira no Mato Grosso, por meio do relato de Jane Cotrin e Marcus Vinicius Lopes, ambos da Universidade

Federal do Mato Grosso, na apresentação de trabalhos do I Simpósio Nacional Psicologia e Compromisso Social, realizado em São Paulo, em março deste ano. Estávamos no mesmo grupo, denominado “Psicologia: teorias e história”, coordenado pela professora Mitsuko Antunes. O trabalho intitulado “História da psicologia em Mato Grosso e o compromisso social de seus precursores” apresentou uma pesquisa que investiga a história da psicologia no centro-oeste brasileiro.

Nesse processo, ao fazer contato com os primeiros profissionais que se instalaram no Mato Grosso a partir de 1969, os autores perceberam que a profissão se apresentava prioritariamente na educação, na empresa, na clínica e no trânsito, campos hegemônicos naquele período. Contudo, eles também descobriram histórias que defendiam a luta da categoria pelos direitos de grupos sociais marginalizados, ao que conheceram a vida de Marilza Ribeiro, primeira psicóloga a atuar na Assistência Social naquele Estado.

Em seu trabalho como psicóloga, Marilza destacou a importância de “dar voz” às vítimas das violências sociais, atuou com grupos, produziu peça de teatro, denunciou autoridades locais, trabalhou fortalecendo as vítimas das políticas locais, sempre buscando dar visibilidade aos grupos atendidos, ao que os referidos pesquisadores compreendem como uma atuação pautada por compromisso social.

Enquanto eles nos contavam sobre as iniciativas profissionais criativas dessa pioneira, pouco convencionais para a época, cada um de nós no grupo ia vibrando em reconhecimento pelo valor da atuação de Marilza. Eis que os autores, então, ressaltam que este trabalho desenvolvido, muito dele contando com uma profunda sensibilidade poética e social de Marilza, não era reconhecido como psicologia. Passado o estranhamento que durou poucos segundos, nos demos conta do quanto ouvíamos o passado com as expectativas e valores do presente e constatamos naquela história o quanto a psicologia mudou. Compreendemos, em ato, o princípio da historicidade enquanto um recurso potente para desnaturalizar a realidade e nos mostrar que nem sempre as coisas foram como o são hoje.

No presente trabalho, iniciamos nossa trajetória retomando a história da psicologia e dos seus compromissos, a qual aponta para um tradicional estabelecimento de vínculos dessa ciência e profissão com os interesses das elites, promovendo um trabalho pautado no ajustamento e na categorização que legitimava

diversas exclusões. No curso do movimento histórico, contudo, são gestadas novas possibilidades a partir das contradições do próprio sistema. É nessa direção que apresentamos as condições da conjuntura histórica e profissional que possibilitaram à psicologia rever sua relação com a sociedade, constituindo outra ordem de compromisso, designado de “compromisso social”.

O compromisso social é um tema antigo. Tão antigo que desde a história das ideias psicológicas podem ser observadas posturas qualificadas como socialmente comprometidas em intelectuais pioneiros e posteriormente em psicólogas como Marilza Ribeiro e outros casos, relatados no capítulo 2. Interessou-nos investigar, entretanto, a passagem da exceção à disputa da hegemonia, compreendendo o percurso que possibilitou a proposição, difusão e consolidação desse projeto ético-político para a psicologia. Observamos que esse processo só foi possível diante de determinadas relações de força, contando com elementos internos e externos à profissão, síntese entre as condições objetivas e a vontade coletiva das psicólogas.

Nas análises desenvolvidas por Gramsci (1978), ao estudar as relações de força de uma determinada situação, destacam-se algumas dimensões para investigação: as relações internacionais, as relações sociais objetivas e as relações políticas imediatas. Considerando o projeto do compromisso social, no campo das relações internacionais observamos o fortalecimento de relações sociais progressistas na América Latina desde a década de 1980, incluindo os esforços de redemocratização dos países que passaram por ditaduras militares no continente.

Havia um campo favorecedor das relações latino-americanas tanto no cenário mais amplo, com iniciativas como o MERCOSUL, por exemplo, que estimulavam diversos intercâmbios entre os países, incluindo as categorias profissionais; quanto na própria psicologia, quando áreas como a psicologia social e campos como a psicologia comunitária já vinham questionando a dependência cultural e acadêmica da psicologia brasileira e latino-americana aos países de economia central. Somam-se a esse cenário, posteriormente, os esforços das entidades representativas da área para fomentar a organização da psicologia latino-americana, incluindo a ULAPSI e a ALFEPSI como alguns dos espaços para tal articulação.

Nas relações políticas imediatas observamos a centralidade que o enfrentamento à ditadura militar e os esforços pela redemocratização do país

apresentaram por propiciar um espaço de militância política, valorização dos direitos humanos e a compreensão do Estado como espaço para a garantia dos direitos sociais, que irá culminar na Constituição de 1988 e em seus desdobramentos no campo da educação, saúde, assistência social, legislações específicas garantindo direitos às crianças e adolescentes, aos idosos, dentre outros.

As psicólogas aproximam-se dos movimentos sociais e da luta por melhores condições de vida para toda a população, incluindo a participação no Movimento Sanitarista e no Movimento da Luta Antimanicomial, pautando a defesa assertiva da Reforma Psiquiátrica no campo da saúde mental. Todo esse processo reverbera na profissão, abrindo ou ampliando espaços de trabalho em instituições públicas e apresentando a possibilidade de um horizonte mais amplo de atuação.

As psicólogas problematizam desde a década de 1970 o perfil profissional da categoria e buscam rever sua função social. Emergem leituras críticas da realidade na produção do conhecimento psicológico e produção de críticas ao fazer *psi* nos campos tradicionais da clínica, educação e do trabalho, sendo questionada a função adaptativa da prática, centrada no modelo médico de intervenção. Na academia, as reflexões são favorecidas pela ampliação do acesso à universidade e a abertura dos cursos de pós-graduação, expandindo a pesquisa nacional.

Nas relações sociais objetivas, incluindo tanto a base material quanto as relações de força política e de partido é preciso considerar, ainda, que no bojo dos enfrentamentos à ditadura militar, as entidades representativas da categoria como sindicatos e conselhos profissionais vão sendo sistematicamente ocupadas por grupos progressistas, que reorientam os interesses corporativistas para o engajamento da profissão em lutas sociais mais amplas.

Tais grupos contribuíram para a democratização das entidades, que na década de 1990 irão se materializar em mudanças concretas como a reformulação do modo de gestão do Sistema Conselhos e a formação do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia, congregando em um mesmo espaço de construção coletiva diversas entidades. Destacam-se, ainda, a criação de diversas entidades no período, incluindo associações profissionais, a exemplo da ABEP, e sindicais.

O compromisso social é um processo desencadeado pelas revisões internas da categoria das psicólogas, mas também a partir dos movimentos da própria sociedade brasileira na sua luta por redemocratização, que terá expressão em várias profissões, incluindo educadores e assistentes sociais. Nesse sentido, a referência a contribuições tanto do campo da educação como do serviço social neste trabalho é expressão do reconhecimento dos esforços empreendidos em diferentes áreas para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, democrática e solidária, bem como responde a uma característica interdisciplinar do próprio objeto, que requer leituras complexas para a apreensão do seu movimento.

Todo esse processo propiciou as condições históricas para o estabelecimento do compromisso social da psicologia. Investigamos, também, as significações associadas a este objeto, concluindo que nos debates mais recentes, por volta dos anos 2000, o compromisso social passa a apresentar como eixo central a reflexão sobre a qualidade da relação estabelecida pela psicologia - incluindo ciência e profissão, seus atores institucionais e individuais - com a sociedade, destacando-se a preocupação com as necessidades da maioria da população e foco na realidade que a envolve com vistas à transformação social na direção de uma sociedade mais justa, igualitária, solidária e democrática, o que implica uma determinada perspectiva ética e posicionamento político, firmando a condição filosófica para a proposição de um projeto profissional.

Considerando a natureza política do compromisso social, sua compreensão fica remetida ao projeto profissional que representa. O exercício de uma profissão é uma inserção na sociedade, é contribuição para a vida coletiva. Nesse sentido, o projeto do compromisso social implica uma determinada relação da profissão com o Estado e a sociedade, mas também perceber que o exercício profissional é um exercício político, que ao primar pelo bem comum pode contribuir para a emancipação da vida de todos e todas, e não somente de alguns.

Essa reorientação de perspectiva posta pelo compromisso social na psicologia quando assume a qualidade de projeto pode ser compreendida como um momento catártico na perspectiva gramsciana, possível por relações de força que incluem fatores internos e externos a profissão: “o momento ‘catártico’, o momento da liberdade, da teleologia, do dever ser, da iniciativa dos sujeitos, ou, em suma, o

momento da política, não é criação absoluta, não opera no vazio, mas no interior das determinações econômico-objetivas que limitam (mas sem de modo algum cancelar) as margens de realização da liberdade” (COUTINHO, 2011, p. 117).

A revisão de literatura e o mapeamento das discussões no âmbito acadêmico-profissional, por meio de eventos que contaram com o compromisso social como preocupação temática, nos permite afirmar a existência desse objeto e observar que este vai mudando de qualidade ao longo da história da psicologia. Analisando-o sob o ponto de vista de um projeto ético-político, observamos mudanças qualitativas que compõem suas variadas dimensões, se configurando como um tema de interesse e preocupação na categoria das psicólogas, um forte discurso das entidades representativas e um conjunto de ações e reflexões representativas de suas variadas expressões sociais.

Ainda que tais dimensões sejam apresentadas na literatura isoladamente, observamos que em conjunto, tais elementos compõe a totalidade de um projeto crítico para a profissão, indicando a condição para a sua existência, mas também aspectos importantes do seu processo de difusão e consolidação. Dialeticamente o compromisso social é e não é todas essas coisas (lema, tema, deliberações), sobretudo quando se considera diferentes períodos históricos e diferentes interlocutores, cada um a seu modo disputando a hegemonia da compreensão.

Nesse sentido, o projeto do compromisso social apresenta diferentes dimensões, mas não é passível de redução a nenhuma delas. A partir de uma concepção dialética, insistimos que se trata de “dimensões do projeto” e não “fases que levam ao projeto”, o que reportaria a uma perspectiva linear do desenvolvimento histórico. Propomos, então, a compreensão das dimensões a partir das suas contradições, bem como a necessidade de estar atentas às mediações que se estabelecem entre elas para compreender a totalidade desse projeto crítico.

Frente à natureza política do compromisso social, chegamos à conclusão de que uma das suas dimensões mais significativas se reporta a uma natureza eminentemente ideológica no sentido de uma ideologia orgânica: um movimento social, profissional, tornado possível pela ação de psicólogas que insatisfeitas com o desenho da sua profissão desejam empreender uma transformação. Essa dimensão de “tema” constitui a condição para o estabelecimento do projeto por inspirar um

horizonte ético-político para a psicologia alinhado a projetos societários alternativos. Por outro lado, autores como Amorim (2010) e Yamamoto, O. (2012) questionam a viabilidade do projeto problematizando o sentido de transformação adotado, considerando não ser possível uma profissão fazer frente a mudanças estruturais no capitalismo e os obstáculos decorrentes da posição da psicóloga na divisão social do trabalho.

O compromisso social como “lema”, também designado na literatura como “palavra de ordem” corresponde à dimensão que favoreceu a difusão do projeto, momento em que o compromisso social se caracterizou como um amplo discurso na categoria, fomentado principalmente pelas entidades representativas da área, a exemplo do Sistema Conselhos. Esse é um dos pontos de maior crítica na literatura pelo risco de esvaziamento do ideal a um rótulo que pode valorar práticas ou profissionais sem efetivamente cumprir sua função.

O lema, contudo, tem uma função que precisa ser analisada à luz das necessidades da sua época, que associamos à sensibilização, fundamental para alinhar esforços na construção de novos consensos. Como já alertava Gramsci (1987) há “determinadas necessidades para todo movimento cultural que pretenda substituir o senso comum e as velhas concepções do mundo em geral, a saber: não se cansar jamais de repetir os próprios argumentos (variando literariamente a sua forma) [...]” (p. 27).

Nesse sentido, o discurso tem um papel na história e é preciso considerá-lo. Se hoje podemos criticá-lo com vistas a avançar, é também por que em certa medida ele já cumpriu o seu papel, fornecendo as bases para a consolidação de um projeto em disputa por hegemonia, construindo consensos, ainda que mínimos. Concordando sobre “o quê”, no sentido do alinhamento a um determinado horizonte ético-político, resta permanentemente inventar o “como”, aprimorando o método.

É preciso considerar, porém, que o movimento é contraditório e será vivenciado de formas distintas pelos diferentes atores profissionais, individuais e institucionais. Nesse sentido, a sensibilização é acompanhada do risco de “apaixonar-se” mais pela ideia do que empreender os árduos esforços necessários para transformá-la em práxis. Assim, o mesmo discurso que sensibiliza, por outro lado pode se reduzir, contribuindo para a reprodução do *status quo* quando é

dissociado da práxis. Interessa-nos captar as mudanças, mas é importante reconhecer que elas não são homogêneas, compreendendo que essa é uma construção coletiva e cotidiana, é um ser e ao mesmo tempo um vir-a-ser.

Em certo sentido, o que podemos observar a partir da reunião de diferentes fontes é que o compromisso social efetivamente se difundiu como um discurso na categoria das psicólogas, o que alerta para o risco de ser apropriado como um modismo na profissão. Nessa direção, Ferreira, M. (2009) chama a atenção que a adesão a uma ideia por estar na moda encontra-se em profunda contradição com o exercício do pensamento crítico. O quanto desse projeto foi apropriado por alguns segmentos da categoria como um discurso sem vincular-se ao ponto original da crítica, no sentido da preocupação em produzir as mediações necessárias para transformar a psicologia e a sociedade?

Essa é uma avaliação que precisa ser conduzida permanentemente para ultrapassar os riscos da assunção de um discurso “politicamente correto” e avançar para uma práxis politicamente posicionada, superando o modismo em prol da hegemonia. Trata-se de uma tarefa que é também geracional no sentido da formação política, de sensibilizar permanentemente novos profissionais, que por não terem vivido os mesmos contextos que fomentaram a constituição do projeto poderão partir de pontos de vistas por vezes distintos, ainda que com o mesmo objetivo de transformação.

Gramsci chamou várias vezes a atenção para a importância das rupturas e das crises geracionais na luta pela hegemonia, assim como para a responsabilidade dos mais idosos, dos velhos e dos não tão velhos, nessa batalha. A crise geracional tem uma relação direta com mal-estar cultural. E, nela, é essencial encontrar uma linguagem comum através da qual pessoas de diferentes idades, que aspiram a transformar o mundo, possam se entender e comunicar entre si vivências distintas. (BUEY, 2003, p. 35).

Contudo, se por um lado há muito a avançar, sendo essa disposição um desafio cotidiano, por outro a quantidade de ações construídas não permitem reduzir os esforços empreendidos apenas a dimensão de um discurso ou um modismo, desconsiderando a base material das mudanças. Como já afirmado, iniciativas que visam à transformação convivem com ações que reproduzem o *status quo*, a

exemplo da postura assistencialista, pois o movimento histórico não se dá sem contradições. Mesmo os profissionais críticos são formados como pessoas a partir de uma socialização conservadora que deixam marcas na subjetividade de todos os brasileiros. Importante estar atento à análise das práticas e ao horizonte crítico da práxis que coletivamente movem as mudanças.

É no campo dessas mudanças que emerge a dimensão das “deliberações”, constituída pelos múltiplos campos de expressão do projeto, enquanto um agregador de diferentes estratégias políticas, reunidas pela designação ampla do compromisso social. O desenvolvimento dessas ações e reflexões foi fundamental para a consolidação do projeto. Incluem-se nesses esforços a inserção e qualificação da atuação das psicólogas nas políticas públicas, valorização de perspectivas interdisciplinares e trabalho coletivo, defesa dos direitos humanos e enfrentamentos a dominação de diversas ordens, ampliação e fortalecimento da democracia, combate ao colonialismo cultural e valorização das produções brasileiras e latino-americanas, reformulação crítica dos saberes e práticas.

As deliberações apresentadas buscam enfrentar o tema da dominação e transformam a psicologia ao construir perspectivas e ações que visam colaborar com a transformação da sociedade. Elas expressam determinadas posições políticas, representadas por sujeitos e coletivos específicos, a partir de métodos também determinados. É preciso destacar, então, que esses são alguns campos de expressão, não necessariamente os únicos, que expressam o compromisso social. Nesse sentido, por exemplo, não são apenas as psicólogas inseridas nas políticas públicas que definem uma atuação com compromisso social, mas a entrada dessas profissionais nesse campo indica a disposição dessa profissão de ampliar o acesso aos seus serviços e trabalhar pela garantia de direitos sociais, ao que se relacionam com o projeto, sem restringi-lo a esse aspecto.

O projeto é, portanto, remetido à totalidade da psicologia, requerendo uma atitude de respeito à diversidade desta ciência e profissão, em que se somam contribuições de diferentes subáreas e campos de atuação, além de variadas orientações teóricas produzindo leituras e compreensões enriquecedoras, tendo como elemento aglutinador o posicionamento a partir da criticidade. Desse modo, o pensamento crítico parece caracterizar diferentes posições sobre o compromisso

social, sendo uma postura transversal entre diferentes atores e períodos históricos. Consideramos que a principal característica do pensamento crítico é ser carregado de historicidade, desdobrando leituras desnaturalizadoras da realidade.

Reconhecemos que a psicologia se firma a partir de um acentuado pluralismo teórico-metodológico, subsidiário de saberes e práticas típicas dessa categoria profissional. Nesse sentido, torna-se indesejável e mesmo inviável desconsiderar a tradicional diversidade da psicologia, sendo o fundamento teórico de um projeto ético-político nesse campo profissional remetido a reflexão epistemológica que considere uma perspectiva histórica e social dos fenômenos, produzindo leituras críticas da realidade, mas que não se restringem a abordagens específicas. A diversidade antes de ser um obstáculo ao projeto do compromisso social o qualifica.

Tais discussões colocam em cena a presença necessária de muitos atores para a materialização do projeto do compromisso social. Enquanto responsabilidade coletiva da psicologia, o compromisso é assumido tanto no plano individual pelas psicólogas, estudantes e pesquisadores, quanto no plano institucional pelas diversas entidades da área. É reconhecido também que o compromisso social extrapola os muros dessa ciência e profissão, requerendo parcerias com o Estado, com entidades da sociedade civil, incluindo outras categorias profissionais, e com a população a quem se destina o trabalho. A partir dessa reunião de forças, o projeto contribui tanto para a transformação da sociedade, quanto da própria psicologia.

A noção de transformação social relacionada ao compromisso social requer ampla discussão. Por um lado sua direção é macroestrutural, no sentido mais amplo do alinhamento a um projeto societário alternativo a ordem capitalista, mas não de maneira isolada. Trata-se, portanto, de oferecer contribuições ao processo de transformação que é coletivo. Por isso a ênfase, tanto nas discussões do projeto do compromisso social da psicologia quanto nas reflexões do serviço social sobre seu projeto ético-político em relação à necessidade de alinhamento dos profissionais e suas entidades com outras categorias, com os usuários e com os movimentos progressistas da sociedade civil.

Desse modo, a categoria profissional atua no cotidiano produzindo transformações microestruturais, cujo impacto por vezes pode ser até individual ou grupal, mas que visam contribuir para um projeto mais amplo referido à sociedade.

O reconhecimento do caráter não patológico dos modos de vivência da sexualidade divergente ao padrão heteronormativo é um desses exemplos de intervenção que favorece a transformação social, pois tem impactos nas pessoas e na sociedade, tencionando transformações em componentes profundamente conservadores na subjetividade social. No horizonte da práxis, é preciso estar atento aos espaços de autonomia relativa que podemos construir e potencializar na produção de conhecimentos e intervenções.

A diversidade do compromisso social pode ser analisada por diferentes perspectivas, sendo qualificado, por vezes, como um objeto polêmico, controvertido ou polissêmico nas discussões da área. Tal diversidade, no entanto, é característica tanto da sua complexidade enquanto um projeto ético-político-profissional alternativo quanto das disputas internas na categoria pela hegemonia, fruto do embate com outros grupos ou projetos profissionais.

Nesse cenário, a polissemia pode ser compreendida como confusão ou a partir da riqueza semântica desse objeto que reúne vários significados: o termo compromisso social designa diferentes dimensões deste projeto crítico (como condição, difusão reportada ao lema e designação ampla); além de múltiplas estratégias empreendidas na ação política, acrescidas das críticas que desdobram também associarem-se ao campo de significações desse objeto. E por que se assumem tantos significados ao longo do tempo?

Ao longo da história da psicologia, as significações atribuídas ao compromisso social mudam por que mudam os determinantes histórico-sociais que constituem a base para o seu desenvolvimento, desdobrando novas necessidades e condições para a efetivação desse projeto no curso do processo histórico. Considerando ainda que ao mesmo tempo em que se constitui como um projeto ético-político, o compromisso social disputa espaço com outros projetos, incluindo a perspectiva tradicional na área, a polissemia se reporta às variadas significações em diferentes períodos históricos, mas também pode ser argumentada com outros fins a depender dos interesses do interlocutor que as enuncia.

Observamos, assim, movimentos de desqualificação do projeto, em uma tentativa de enfraquecê-lo, política e academicamente. Reconhecer a pluralidade do projeto do compromisso social em suas diversas expressões e apreensões,

compreendendo seu caráter, por vezes, polêmico também como parte das contradições do processo histórico e das disputas por hegemonia dentro da categoria, como cabe em todo projeto profissional, é diferente de qualificá-lo como simplista, maniqueísta, confuso ou amorfo, esvaziando-o em sua força política.

Compreendemos que o “compromisso com as elites” pode se caracterizar como um projeto profissional para a psicologia, inicialmente hegemônico, inclusive por um grau tão profundo de naturalização, que nem precisava se apresentar como projeto, parecia ser o único caminho, convertendo-se em senso comum na categoria. O compromisso social apresenta-se como outro projeto, na medida em que faz a crítica ao projeto anterior. Nesse sentido, não se trata do compromisso social ser o único projeto profissional para a psicologia, mas sim que ele constitui um projeto ético-político que disputa a hegemonia nessa área.

Nesse campo plural há divergências, tanto de princípio, marcando diferentes projetos, quanto de método, indicando diferentes posições mesmo entre os que defendem uma mesma bandeira de compromisso social. Hegemonizar a discussão ou situá-la num plano do “politicamente correto” naturaliza um processo que é rico e diverso, ao passo em que o enfraquece, uma vez que fica destituído da sua condição de alteridade frente a outros projetos em disputa. É preciso considerar, ainda, a possibilidade já enunciada por Netto (2008) de existir mais de um projeto profissional alinhado a projetos societários alternativos. Isso pode auxiliar na compreensão sobre as divergências, principalmente de método no desenvolvimento das ações, mesmo entre os que se apresentam sobre a mesma consigna do compromisso social ou defendendo bandeiras semelhantes.

De acordo a discussão desenvolvida pelas assistentes sociais, categoria que se firmou como referência no tema dos projetos profissionais, ainda que afirme seus eixos fundamentais, o projeto deve manter um caráter aberto e flexível, incorporando novas questões, a partir dos desafios enfrentados. Configura-se, portanto, um projeto que tem como característica principal o fato de estar ao mesmo tempo “feito e por fazer”. Nas palavras de Netto (2008, p. 155): “um projeto que também é um processo, em contínuo desdobramento”. Isso nos faz refletir sobre as necessidades postas pelo momento atual e as condições históricas do tempo presente.

O momento é muito difícil. Mais do que uma crise econômica, vivemos uma crise ética, política, por assim dizer, uma crise civilizatória. Ao lado dos avanços das últimas décadas caminharam forças conservadoras, que constroem novas estratégias e requerem outros enfrentamentos. No cenário político mais amplo, o afastamento da presidente Dilma Roussef, no ano passado, marcou a retomada acirrada das políticas neoliberais, implementando um projeto de governo que não foi eleito pelas urnas, por meio de um golpe que reuniu forças parlamentares, jurídicas e da grande mídia, sob o manto moralista da luta contra a corrupção (SOUZA, J., 2016).

Essa doutrina do ajuste e da austeridade como definiu Frigotto (2017) já apresenta suas consequências desastrosas, acirrando a desigualdade social como meio de lidar com a crise econômica, estratégias que destacam elementos culturais representativos da história brasileira, com sua marca escravocrata e profundamente desigual. A seguridade social prevista na Constituição Brasileira de 1988 como um tripé (Saúde como direito de todos, Previdência de caráter contributivo e Assistência Social para os que dela necessitar) encontra-se profundamente ameaçada por ações concretas como a aprovação de emendas constitucionais que congelam por 20 anos os investimentos nessas áreas, conhecidas como PEC da Desigualdade ou PEC da Morte e pela proposta de Reforma da Previdência.

O ataque à seguridade se complementa com a perda de diversos direitos dos trabalhadores por meio da Reforma Trabalhista, ampliando os recursos para exploração do trabalho. Nesse sentido, o golpe que vivemos hoje é contra a democracia e a constituição de 1988 que ampliou direitos sociais e subjetivos, bem como seus desdobramentos específicos na saúde (SUS - 1990), educação (LDB - 1996) e assistência social (SUAS - 2004). Há diversas ações de desmonte do espaço público e do caráter democrático na gestão pública em curso, que sinalizam a intenção de retirar a responsabilidade do Estado pelo provimento de políticas universais. Destacam-se, ainda, diversos cortes nas ações relativas à cultura, ciência e tecnologia, políticas de igualdade racial e de gênero, além dos indicativos de retomada de um modelo manicomial no campo da saúde mental.

Todo esse processo vem se sustentando na sociedade por meio da retomada de posições conservadoras, incluindo até mesmo a censura a exposições de arte

quando questionam algum tipo de padrão social ou lidam com temas tabus, a exemplo da sexualidade. Todo esse processo nos faz pensar sobre qual será a contribuição da psicologia nesse cenário, compreendendo que muda a qualidade da luta, mas não se finda a necessidade de lutar.

Frente ao histórico do Brasil e diante das reorganizações postas pelo sistema capitalista, será necessário um alto investimento da sociedade, incluindo diferentes áreas do conhecimento e campos de atuação para promover e consolidar mudanças. É preciso, porém, considerar o princípio da mudança qualitativa, pois mesmo diante dos recuos, as coisas não continuam iguais. Elas seguem um movimento de transformação, ainda que lento, pois a vida não se resume a mera repetição. A transformação requer um acúmulo de elementos quantitativos para emergência do qualitativamente novo, que é síntese de múltiplas determinações.

Sobre o futuro do compromisso social é preciso lembrar que “nenhuma filosofia é definitiva, mas sim historicamente determinada” (GRAMSCI, 1987, p. 53). Nesse sentido, enquanto a sociedade for autoritária, desigual e injusta, haverá a necessidade do compromisso social como princípio e projeto, ainda que possa ser apresentado com outros lemas e designações, ou venha a requerer outras estratégias políticas para seu desenvolvimento, incluindo a formação de outros campos de expressão social. Trata-se, portanto, da necessidade de cada profissional e entidade resistirem e construírem coletiva e cotidianamente a psicologia que considera adequada aos interesses de uma nova sociedade.

Após essa longa trajetória, para além das respostas que conseguimos produzir se colocam outras questões, que apresentaremos como indicação de novos estudos. O interesse inicial dessa pesquisa era investigar a formação para o compromisso social. Ao afirmar a consistência deste projeto recomendamos a realização de estudos que possam aprofundar tanto a relação do projeto do compromisso social com a formação de um ponto de vista histórico, quanto mapear os esforços para produzir uma formação comprometida socialmente, dando visibilidade aos saberes e práticas que sustentam tal processo em estudos que considerem a contribuição de diferentes atores (coordenadores de curso, professores e alunos) e também de fontes documentais.

Compreendemos, ainda, que o nosso trabalho optou por uma olhar panorâmico sobre o projeto do compromisso social e muitos temas abordados precisam de aprofundamento. Nesse sentido, cada campo de expressão pode desdobrar novas pesquisas, que problematizem as discussões específicas e sua interface com o projeto do compromisso social. Outro tema que merece aprofundamento é a recepção do compromisso social pelos profissionais e especificamente sobre a possível relação entre o acolhimento do projeto na inter-relação com a origem social da psicóloga. Por exemplo, a ampliação da base social na universidade com as ações afirmativas e o ingresso de estudantes das camadas pobres na pós-graduação teria a possibilidade de alterar o foco e a natureza das pesquisas para temas com uma perspectiva de compromisso social?

É preciso considerar, também, que a nossa narrativa priorizou a análise sobre o projeto do compromisso social a partir da literatura encontrada e de algumas produções do Sistema Conselhos. A retomada histórica evidenciou um importante papel das entidades da área, sendo importante que estudos futuros possam ampliar a investigação sobre as contribuições de outras entidades, a exemplo da análise de dados dos encontros regionais e nacionais da ABRAPSO.

Concluimos essa jornada reafirmando o valor da pesquisa histórica e, sobretudo, daqueles trabalhos que investigam a história no movimento das lutas para contemplar a todos e todas. Importante, também, destacar o valor da construção coletiva do projeto do compromisso social como um horizonte ético-político para a categoria das psicólogas, enquanto um modo dos sujeitos profissionais se inserirem na sociedade contribuindo para a sua transformação. Inserção esta que não é aleatória, tendo antes, na postura crítica, seu balizador.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

AMORIM, Keyla Mafalda de Oliveira. **Compromisso social do psicólogo em artigos publicados em periódicos científicos no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

ANDERY, Alberto Abib. Psicologia na comunidade. In: LANE, Silvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley (Orgs.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: editora brasiliense, 1984. p. 203-220.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Algumas reflexões acerca dos fundamentos da abordagem social. In: BROZEK, Josef; MASSIMI, Marina (Orgs.). **Historiografia da psicologia moderna: versão brasileira**. São Paulo: edições Loyola, 1998. p. 363-274.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. A Psicologia no Brasil no século XX: desenvolvimento científico e profissional. In: MASSIMI, Marina; GUEDES, Maria do Carmo (Orgs.). **História da Psicologia no Brasil: novos estudos**. São Paulo: EDUC; Cortez, 2004. p. 109-152.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Materialismo histórico-dialético: fundamentos para a pesquisa em história da psicologia. In: ABRANTES, Angelo Antonio.; SILVA, Nilma Renildes da; MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira. **O método histórico-social na psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2005.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Algumas reflexões acerca de minha formação como pesquisadora em história da psicologia. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org.). **História da psicologia: pesquisa, formação, ensino [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 84-93. Disponível em: SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. **A Psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição**. 5. ed. São Paulo: EDUC, 2012a.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. **Psicologia: ciência e profissão**. v. 32, n. esp., p. 44-65, 2012b.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v32nspe/v32speca05.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

ARAÚJO, Saulo de Freitas. Wilhelm Wundt e o estudo da experiência imediata. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Francisco Teixeira (Orgs.). **História da Psicologia: rumos e percursos**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nau, 2013. p. 107-120.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA PARA LA FORMACIÓN Y ENSEÑANZA DE LA PSICOLOGÍA. **Estatuto aprobado por la asamblea constitutiva del 19 de mayo de 2011 de La Asociación Latinoamericana para la Formación y Enseñanza de la Psicología**. Cajamarca, Lima, 2011. Disponível em: <<http://www.alfepsi.org/acerca-de/estatutos/>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt. O mundo das organizações e do trabalho: o que significa compromisso social para a psicologia? In: SOUZA, Mauricio Rodrigues; LEMOS, Flávia Cristina Silveira (Orgs.). **Psicologia e compromisso social: unidade na diversidade**. São Paulo: Escuta, 2009. p. 9-42.

BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt; ACHCAR, Rosemary. Dinâmica profissional e formação do psicólogo: uma perspectiva de integração. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.). **Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994. p. 299-330.

BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt; GONDIM, Sônia Maria Guedes; RODRIGUES, Ana Carolina Aguiar. Uma categoria profissional em expansão: quantos somos e onde estamos? In: BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt; GONDIM, Sônia Maria Guedes (Orgs.). **O trabalho do psicólogo no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 32-44.

BLANCO, Amalia. Hacia una epistemología psicología latinoamericana: el realismo crítico de Ignacio Martín Baró. In: CANIATO, Angela Maria Pires; TOMANIK, Eduardo Augusto (Orgs.). **Compromisso social da psicologia**. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, 2001. p. 112-155.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **As aventuras do Barão de Münchhausen na Psicologia: um estudo sobre o significado do fenômeno psicológico na categoria dos psicólogos**. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estudos de Psicologia**, v. 4, n. 2, p. 315-329, 1999. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v4n2/a08v4n2.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

BOCK, Ana Mercês Bahia. O compromisso social da psicologia: contribuições da perspectiva sócio-histórica. **Psicologia & m foco**, Aracaju, Faculdade Pio Décimo, v. 1, n. 1, p. 01-05, jul./dez. 2008. Disponível em: <[http://linux.alfamaweb.com.br/sgw/downloads/161\\_052333\\_1.pdf](http://linux.alfamaweb.com.br/sgw/downloads/161_052333_1.pdf)>. Acesso em: 21 fev. 2017.

BOCK, Ana Mercês Bahia (Org.). **Psicologia e o compromisso social**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009a.

BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In: BOCK, Ana Mercês Bahia (Org.). **Psicologia e o compromisso social**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009b. p. 15-28.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A Psicologia como profissão: entrevista com Ana Bock. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 30, n. esp., p. 246-271, 2010a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30nspe/v30speca13.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

BOCK, Ana Mercês Bahia. Apresentação da Coleção. In: GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2010b. (Coleção construindo o compromisso social da psicologia).

BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologia e desigualdade social. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 5, n. 2, p. 255-262, 2016. Disponível em: <<https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/1112/776>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

BOCK, Ana Mercês Bahia. et al. Sílvia Lane e o Projeto do “Compromisso Social da Psicologia”. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, edição especial 2, p. 46-56, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe2/a1819ns2.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

BOCK, Silvio Duarte. O neoliberalismo, as políticas públicas e a orientação profissional. In: BOCK, Ana Mercês Bahia. (Org.). **Psicologia e o compromisso social**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009. p. 365-382.

BOCK, Silvio Duarte. **Orientação profissional para as classes pobres**. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção construindo o compromisso social da psicologia).

BOMFIM, Elizabeth de Melo. Da ideia de criação à realidade: 10 anos de ABRAPSO. **Psicologia e Sociedade**, v. 8, p.11-18, 1989.

BOTOMÉ, Silvio Paulo. A quem nós, psicólogos, servimos de fato? **Psicologia**, v. 5, p. 1-15, 1979.

BOTOMÉ, Silvio Paulo. A quem nós, psicólogos, servimos de fato? In: YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; COSTA, Ana Ludmila Freire. (Orgs.). **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil**. Natal, RN: EDUFRRN, 2010. p. 168-202.

BRASIL. **Lei n. 4.119**, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Brasília, 1962.

BRASIL. **Lei n. 5.766**, de 20 de dezembro de 1971. Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências. Brasília, 1971.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990a.

BRASIL. **Lei n. 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990b.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE nº 776/97**. Orienta para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Brasília: DF, 1997. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/superior/legisla\\_superior\\_parecer77697.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_parecer77697.pdf)>. Acesso em: 01 mar. 2017.

BRASIL. **Lei n. 10.2016**, de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 5, de 15 de março de 2011**. Institui as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a formação de professores de psicologia. Brasília: DF, 2011. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&category\\_slug=marco-2011-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&category_slug=marco-2011-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 01 mar. 2017.

BROZEK, Josef; GUERRA, Erlaine. Que fazem os historiógrafos? Uma leitura de Josef Brozek. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org.). **História da psicologia**: pesquisa, formação, ensino [*on-line*]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 04-20. Disponível em: SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

BUEY, Franciso Fernández. Gramsci no mundo de hoje. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 27-38.

BUTTIGIEG, Joseph. Educação e hegemonia. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 39-50.

CAMPIONE, Daniel. Hegemonia e contra-hegemonia na América Latina. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 51-66.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. A função social do psicólogo. **Educação & Sociedade**, v. 16, p. 74-84, 1983.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Introdução à historiografia da psicologia. In: BROZEK, Josef; MASSIMI, Marina (Orgs.). **Historiografia da psicologia moderna**: versão brasileira. São Paulo: edições Loyola, 1998. p. 15-20.

CANÇADO, Carlos Renato Xavier; SOARES, Paulo Guerra; CIRINO, Sérgio Dias. O behaviorismo: uma proposta de estudo do comportamento. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Francisco Teixeira (Orgs.).

**História da Psicologia: rumos e percursos.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2013. p. 205-222.

CANIATO, Angela Maria Pires; TOMANIK, Eduardo Augusto (Orgs.). **Compromisso social da psicologia.** Porto Alegre: ABRAPSOSUL, 2001.

CARDOSO, Frederico Assis; AMORIM, Mariana Alves; LACERDA, Wânia Maria Guimarães. A educação como objeto de análise da sociologia: pensando a relação dos estudantes com o ensino superior. Entrevista com o Professor Saeed Paivandi. **Educação em Perspectiva.** Viçosa, v. 5, n. 1, p. 215-239, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/viewFile/521/139>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.** 6. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

CARVALHO, Bruno Peixoto. **A Escola de São Paulo de Psicologia Social: uma análise histórica do seu desenvolvimento desde o materialismo-histórico-dialético.** Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

COIMBRA, Cecilia. **Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas *psi* no Brasil do “Milagre”.** Rio de Janeiro: oficina do autor, 1995.

CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 1., 1994, Campos do Jordão. **Documento 001/94 do Fórum de Entidades do Conselho Nacional da Psicologia.** Campos do Jordão: Conselho Nacional da Psicologia, 1994. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2014/06/Caderno-de-Delibera%C3%A7%C3%B5es-do-I-CNP.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 2., 1996, Belo Horizonte. **Documento do II Congresso Nacional de Psicologia.** Belo Horizonte: Fórum de Entidades, 1996. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2014/06/Caderno-de-delibera%C3%A7%C3%B5es-do-II-CNP.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 3., 1998, Florianópolis. **Deliberações e Encaminhamentos do III Congresso Nacional de Psicologia.** Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 1998. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/publicacao/caderno-de-deliberacoes-do-iii-cnp/>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 4., 2001, Brasília. **Caderno Síntese de Deliberações do IV Congresso Nacional de Psicologia.** Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2001. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2014/06/Caderno-de-delibera%C3%A7%C3%B5es-do-IV-CNP.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 5., 2004, Brasília. **Caderno de Deliberações do V Congresso Nacional de Psicologia.** Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2004. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/publicacao/caderno-de-deliberaes-do-v-cnp/>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 6., 2007, Brasília. **Caderno de Deliberações do VI Congresso Nacional de Psicologia.** Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2007. Disponível em: <[http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/01/caderno\\_deliberacoes.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/01/caderno_deliberacoes.pdf)>. Acesso em: 05 jan. 2017.

CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 7., 2010, Brasília. **Caderno de Deliberações do VII Congresso Nacional de Psicologia.** Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2010. Disponível em: <[http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/12/Deliberacao\\_VII\\_CNP.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/12/Deliberacao_VII_CNP.pdf)>. Acesso em: 05 jan. 2017.

CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 8., 2013. **Caderno de Deliberações do VIII Congresso Nacional de Psicologia.** Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/08/MinutaCadernodelibera%C3%A7oes14.08.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA, 9., 2016. **Caderno de Deliberações do 9º Congresso Nacional de Psicologia.** Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016. Disponível em: <[http://9cnp.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/20/2016/02/CFP\\_9CNP\\_Caderno\\_Deliberacoes.pdf](http://9cnp.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/20/2016/02/CFP_9CNP_Caderno_Deliberacoes.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.). **Quem é o psicólogo brasileiro?** São Paulo: Edicon, 1988.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.). **Carta de Serra Negra.** 1992a.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.). **Psicólogo brasileiro: construção de novos espaços.** Campinas, SP: Átomo, 1992b.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.). **Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP n. 001/99**. Brasília, 1999. Disponível em: <[http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao\\_1999\\_1.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao_1999_1.pdf)>. Acesso em: 22 jan. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relatório Final do Banco Social de Serviços em Psicologia**. Brasília, 2005. Disponível em: <[http://www2.pol.org.br/publicacoes/pdf/MSE\\_Relatorio\\_Final.pdf](http://www2.pol.org.br/publicacoes/pdf/MSE_Relatorio_Final.pdf)>. Acesso em: 19 jan. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota do CFP sobre o método democrático de construção das resoluções no Sistema Conselhos de Psicologia**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/nota-do-cfp-sobre-o-mtodo-democrtico-de-construo-das-resolues-no-sistema-conselhos-de-psicologia/>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Contribuições do Conselho Federal de Psicologia à discussão sobre a formação da(o) psicóloga(o)**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Discussao-sobre-a-formacao-do-psicologo.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

CONTINI, Maria de Lourdes Jeffery. Psicologia e a construção de políticas públicas voltadas à infância e à adolescência: contribuições possíveis. In: Bock, Ana Mercês Bahia. (Org.). **Psicologia e o compromisso social**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009. p. 295-312.

COSTA, Ana Maria. Saúde é desenvolvimento. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governo pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 239-252.

COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. Catarse. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017a. p. 93-95.

COUTINHO, Carlos Nelson. Relações de força. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017b. p. 682-685.

CUIDAR DA PROFISSÃO. **Primeiro Documento do Cuidar da Profissão**, 1996. Disponível em: <<http://cuidardaprofissao.org/site/primeiro-documento-do-cuidar-da-profissao/>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

CUIDAR DA PROFISSÃO. **Documento da Convenção Nacional do Movimento Cuidar da Profissão**, 2015. Disponível em:

<<http://cuidardaprofissao.org/site/documento-da-convencao-nacional-do-movimento-cuidar-da-profissao-2015/>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

DANTAS, Candida Maria Bezerra. **Psicologia e pobreza no Brasil**: limites e perspectivas da produção de conhecimento e atuação do psicólogo. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

DIMENSTEIN, Magda. O psicólogo e o compromisso social no contexto da saúde coletiva. **Psicologia em Estudo**, v.6, n. 2, p. 57-63, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v6n2/v6n2a08.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

DRAWIN, C. R. O futuro da Psicologia: compromisso ético no pluralismo teórico. In: Bock, Ana Mercês Bahia (Org.). **Psicologia e o compromisso social**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009. p. 55-74.

DUMONT, L. **O individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ENCONTRO TEMÁTICO DE PSICÓLOGOS DO MERCOSUL E PAÍSES ASSOCIADOS, 4., 1999. Porto Alegre. **Anais...** Brasil, Rio Grande do Sul: Comitê Coordenador de Psicólogos do Mercosul e Países Associados, 1999.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PSICÓLOGOS. **Estatuto Social da Federação Nacional dos Psicólogos**. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<http://www.fenapsi.org.br/institucional/estatuto>>. Acesso em: 16 set. 2017.

FERREIRA, Marcos Ribeiro. Inventamos ou erramos: sobre a necessidade de combater colonialismo cultural e promover uma Psicologia brasileira e latino-americana. In: Bock, Ana Mercês Bahia (Org.). **Psicologia e o compromisso social**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009. p. 255-276.

FERREIRA, Renato. Dez anos de promoção da igualdade racial: balaços e desafios. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governo pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 361-376.

FILIPPINI, Michele. Elite/Elitismo. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 238-239.

FINK, Júlia Daher. **O compromisso social dos analistas do comportamento: caracterização e exame de publicações em periódicos brasileiros da área.** Dissertação (Mestrado em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

FONSECA, Leandro de Campos; COSTA, Lucio. Sinpsi – Sindicato dos Psicólogos de São Paulo. In: MARTINS, Marcos Francisco (Org.). **História dos movimentos sociais da região de Sorocaba: origens, conquistas e desafios.** Holambra, SP: Editora Setembro, 2012. p. 109-116.

FONTENELE, Adna Fabíola Guimarães Teixeira. **Psicologia e Sistema Único da Assistência Social – SUAS. Estudo sobre a inserção dos psicólogos nos centros de referência da assistência social – CRAS's.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.  
FÓRUM DE ENTIDADES NACIONAIS DA PSICOLOGIA BRASILEIRA. **BVS-Psi: 10 anos divulgando a Psicologia.** Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 58. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974/2014.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** 36. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979/2014.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária – Práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 1960 a 1990, no Brasil. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org.). **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia.** 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 44-65.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 17-34.

FURTADO, Odair. Psicologia e compromisso social: base epistemológica de uma psicologia crítica. **PSI – Rev. Psicol. Soc. Instit.**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 217-229, dez. 2000.

FURTADO, Odair. Psicologia para fazer a crítica, a crítica para fazer a psicologia. In: Bock, Ana Mercês Bahia (Org.). **Psicologia e o compromisso social.** 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009. p. 241-254.

FURTADO, Odair. **Trabalho e solidariedade**. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção construindo o compromisso social da psicologia).

GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação**: um estudo introdutório. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

GENTILI, Pablo; OLIVEIRA, Dalila Andrade. A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governo pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 253-264.

GONÇALVES, Dreyf de Assis; PUPO, Ligia Rivero. Articulação institucional na prevenção das DSTs/Aids: desafios na implementação de políticas públicas para populações excluídas. In: Bock, Ana Mercês Bahia (Org.). **Psicologia e o compromisso social**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009. p. 347-364.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. **Psicologia Sócio-Histórica e Políticas Públicas**: a dimensão subjetiva de fenômenos sociais. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. A contribuição da psicologia sócio-histórica para elaboração de políticas públicas. In: Ana Mercês Bahia (Org.). **Psicologia e o compromisso social**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009. p. 277-294.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção construindo o compromisso social da psicologia).

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. **O papel da formação em um projeto ético-político de compromisso social**. Texto síntese de palestra proferida no VIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ensino da Psicologia, Goiânia, Goiás, 2011.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair. A perspectiva sócio-histórica: uma possibilidade crítica para a Psicologia e para a Educação. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de (Orgs.). **A dimensão subjetiva do processo educacional**: uma leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2016. p. 27-42.

GONCALVES FILHO, José Moura. Humilhação social - um problema político em psicologia. **Psicol. USP [online]**. 1998, vol.9, n.2, p.11-67. Disponível em:

<<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65641998000200002>>. Acesso em: 15 de set. 2017.

GONDIM, Sônia Maria Guedes; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt; PEIXOTO, Liana Santos Alves. Áreas de atuação, atividades e abordagens teóricas do psicólogo brasileiro. In: BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt, GONDIM, Sônia Maria Guedes & cols. (Orgs.). **O trabalho do psicólogo no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 174-199.

GORENDER, Jacob. Introdução – O Nascimento do Materialismo Histórico. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1845/2007.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GUARESCHI, Pedrinho. Compromisso Social da Psicologia. In: CANIATO, Angela Maria Pires; TOMANIK, Eduardo Augusto (Orgs.). **Compromisso social da psicologia**. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, 2001. p. 60-96.

GUERRA, Andrea Maria Campos. Pensando o compromisso social da psicologia: concepção de homem e seus fundamentos éticos no campo das teorias psicossociais. **Rev. Psicol. Plural**, Belo Horizonte, ano XII, n. 18, p. 19-27, 2003.

GUZMÁN; Mario Orozco; VALLEJO, Karla Ileana Caballero. (Orgs.). **Psicología latinoamericana experiencias, desafíos y compromisos sociales**. México: Asociación Mexicana de Alternativas en Psicología, 2014.

HERNANDÉZ; Raul Jaimes. (Org.). **Memorias IV Congreso ALFEPSI: identidad innovacion y compromiso social**. Colômbia, Santa Marta, 2015.

HILGARD, Ernest R.; LEARY, David E.; McGUIRE, Gregory R. A história da psicologia: um panorama e avaliação crítica. In: BROZEK, Josef; MASSIMI, Marina

(Orgs.). **Historiografia da psicologia moderna**: versão brasileira. São Paulo: edições Loyola, 1998. p. 399-432.

HUR, Domenico Uhng. **Políticas da psicologia de São Paulo**: as entidades de classe durante o período do regime militar à redemocratização do país. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Orgs.). **Serviço social e saúde**: formação e trabalho profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez editora, 2008. p. 161-196.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 17. ed. São Paulo: Cortez editora, 2009.

KAHHALE, Edna Maria Severino Peters. Orientação sexual na adolescência: uma experiência. In: Bock, Ana Mercês Bahia (Org.). **Psicologia e o compromisso social**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009. p. 333-346.

KAHHALE, Edna Maria Severino Peters. et al. **HIV/Aids enfrentando o sofrimento psíquico**. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção construindo o compromisso social da psicologia).

KAHHALE, Edna Maria Severino Peters; ROSA, Elisa Zaneratto. A construção de um saber crítico em psicologia. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina (Orgs.). **A dimensão subjetiva da realidade**: uma leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez Editora, 2009. p. 19-53.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. Uma proposta para desenvolver em psicologia clínica um trabalho preventivo junto à população operária. In: OLIVEIRA, Luiz Marcellino; FONTE, José Carlos Simões; CARVALHO, Silvio Morato. (Orgs.). **Anais da VIII Reunião Anual de Psicologia**. Brasil, São Paulo, Ribeirão Preto, 1978. Disponível em: <<http://www.membros.sbponline.org.br/resources/anais/1978.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. Psicologia social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: LANE, Silvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley. (Orgs.). **Psicologia Social**: o homem em movimento. São Paulo: editora brasiliense, 1984. p. 10-19.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org.). **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996/2015.

LEHMAN, Yvette Piha. A Contemporaneidade e seus Mitos: modos de subjetivação atuais. In: CANIATO, Angela Maria Pires; TOMANIK, Eduardo Augusto (Orgs.). **Compromisso social da psicologia**. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, 2001. p. 211-234.

LIGUORI, Guido. Ideologia. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 398-402.

LHULLIER, Louise A. (Org.). **Quem é a psicóloga brasileira? Mulher, psicologia e trabalho**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013.

LHULLIER, Louise A.; ROSLINDO, Jéssica J. As psicólogas brasileiras: levantando a ponta do véu. In: LHULLIER, Louise A. (Org.). **Quem é a psicóloga brasileira? Mulher, psicologia e trabalho**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013.

LIMA, Maria José. **A clínica psicológica contemporânea como ação social**. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

LISBOA, Felipe Stephan; BARBOSA, Altemir José Gonçalves. Formação em Psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 29, n. 4, p.718-737, 2009.

LOPES, Andreia de Araripe. **O compromisso social dos psicólogos brasileiros evidenciado nas publicações da revista Psicologia Ciência e Profissão**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

LOUREIRO, Ines. Luzes e sombras. Freud e o advento da psicanálise. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Francisco Teixeira (Orgs.). **História da Psicologia: rumos e percursos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 9. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2015.

MACEDO, João Paulo Sales. **Participação e ação política dos psicólogos frente à política de saúde mental no Piauí**. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2011.

MACÊDO, Kátia Barbosa; HELOANI, Roberto; CASSIOLATO, Rosângela. O psicólogo como trabalhadora assalariado: setores de inserção, locais, atividades e condições de trabalho. In: BASTOS, Antonio Virgilio Bittencourt; GONDIM, Sonia Maria Guedes & cols. (Orgs.). **O trabalho do psicólogo no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 131-150.

MANCENO, Denise. Modernidade e produção de subjetividades: breve percurso histórico. **Psicologia: ciência e profissão**. v. 22, n. 1, 2002.

MARTÍNEZ, Albertina Mitjans. Psicologia e compromisso social: desafios para a formação do psicólogo. In: Bock, Ana Mercês Bahia (Org.). **Psicologia e o compromisso social**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009. p. 143-162.

MARTÍNEZ, Albertina Mitjans; REY, Fernando González. **Psicologia, educação e aprendizagem escolar: avançando na contribuição da leitura cultural-histórica**. São Paulo: Cortez, 2017. (Coleção construindo o compromisso social da psicologia).

MARTINS, Maria do Carmo Fernandes; PUENTE-PALACIOS, Katia. O psicólogo e sua inserção em equipes de trabalho. In: BASTOS, Antonio Virgilio Bittencourt; GONDIM, Sônia Maria Guedes & cols. (Orgs.). **O trabalho do psicólogo no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 200-222.

MARX, Karl. **Anexo: Teses sobre Feuerbach**. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1845/2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1845/2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1848/2011.

MASSIMI, Marina. As ideias psicológicas na produção cultural da Companhia de Jesus no Brasil do século XVI e XVII. In: MASSIMI, Marina; GUEDES, Maria do Carmo (Orgs.). **História da Psicologia no Brasil: novos estudos**. São Paulo: EDUC; Cortez, 2004a. p. 27-48.

MASSIMI, Marina. As ideias psicológicas no Brasil nos séculos XVII e XVIII. In: MASSIMI, Marina; GUEDES, Maria do Carmo (Orgs.). **História da Psicologia no Brasil: novos estudos**. São Paulo: EDUC; Cortez, 2004b. p. 49-70.

MASSIMI, Marina. Ideias psicológicas na cultura luso-brasileira, do séc. XVI ao séc. XVIII. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Francisco Teixeira (Orgs.). **História da Psicologia: rumos e percursos**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nau, 2013a. p. 85-96.

MASSIMI, Marina. O processo de institucionalização do saber psicológico no Brasil do século XIX. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Francisco Teixeira (Orgs.). **História da Psicologia: rumos e percursos**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nau, 2013b. p. 181-192.

MASSIMI, Marina; CAMPOS, Regina Helena de Freitas; BROZEK, Josef. Historiografia da psicologia: métodos. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org.). **História da psicologia: pesquisa, formação, ensino** [*on-line*]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 21-48. Disponível em: SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

MATTOSO, Jorge. Dez anos depois. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governo pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 111-122.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Tradução: Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MELLO, Sylvia Leser de. **Psicologia e profissão em São Paulo**. São Paulo: Ática, 1975.

MELLO, Sylvia Leser de. Porque escrevemos antes? Por que escrevermos agora? In: Yamamoto, Oswaldo Hajime; Costa, Ana Ludmila Freire (Orgs.). **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil**. Natal, RN: EDUFRN, 2010. p. 163-168.

MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci**. Tradução: Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

MORAES, Marcia. O gestaltismo e o retorno à experiência psicológica. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Francisco Teixeira (Orgs.). **História da Psicologia: rumos e percursos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2013. p. 341-360.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho; NEVES, Edwiges de Oliveira. O surgimento da clínica psicológica: da prática curativa aos dispositivos de promoção da saúde. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 27 n. 4, p. 608-621, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v27n4/v27n4a04.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

MORIN, Edgar. Desafios da transdisciplinaridade e da complexidade. In: AUDY, Jorge Luis Nicolas; MOROSINI, Marília Costa (Orgs.). **Inovação e interdisciplinaridade na universidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. p. 22-31.

MOTA, Alessivânia. **Entre o discurso do projeto ético político e as condições concretas da prática**: repercussões subjetivas na vivência dos assistentes sociais. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

NASCIMENTO, Leda Souza do; SARUBBI, Maria Renata Menezes; SOUZA, Paula Pimenta de. A dimensão subjetiva da desigualdade social: um estudo sobre a dimensão subjetiva da vivência da desigualdade social na cidade de São Paulo. **TransForm. Psicol. (Online)** v. 2, n. 1, p. 8-37, 2009.

NERI, Marcelo Cortes. **Desigualdade de Renda na Década**: FGV/CPS. 2011. Disponível em: Centro de Políticas Sociais da FGV <[http://cps.fgv.br/desigualdade\\_de\\_renda\\_na\\_decada](http://cps.fgv.br/desigualdade_de_renda_na_decada)>. Acesso em: 31 jul. 2011.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Orgs.). **Serviço social e saúde**: formação e trabalho profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 141-160.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Em defesa da política**. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2004. (Série Livre Pensar, n. 6).

NOSELLA, Paolo. Compromisso político como horizonte da competência técnica. **Educação & Sociedade**, v. 5, n.14, p. 91-97, 1983.

NOSELLA, Paolo. Compromisso político e competência técnica: 20 anos depois. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n.90, p. 223-238, jan./abr. 2005.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci. Dez anos de políticas para as mulheres: avanços e desafios. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governo pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 323-336.

OLIVEIRA, Luiz Marcellino; FONTE, José Carlos Simões; CARVALHO, Silvio Morato. (Orgs.). **Anais da VIII Reunião Anual de Psicologia**. Brasil, São Paulo, Ribeirão Preto, 1978. Disponível em: <<http://www.membros.sbponline.org.br/resources/anais/1978.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.

PAIVA, Ilana Lemos de. **Os novos quixotes da Psicologia e a prática social no âmbito do “terceiro setor”**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

PATTO, Maria Helena Souza. **Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984.

PESSOTTI, Isaias. Notas para uma historia da psicologia brasileira. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Quem é o psicólogo brasileiro?** São Paulo: Edicon, 1988.

PIACENTINI, Maria Tereza de Queiroz. Em se tratando de tecer, tecitura. In: **Não tropece na língua** nº 097. 3. ed. 2013. Disponível em: <[http://www.linguabrasil.com.br/img/colunas/Coluna\\_N097\\_2013-10-02.pdf](http://www.linguabrasil.com.br/img/colunas/Coluna_N097_2013-10-02.pdf)>. Acesso em: 16 out. 2017.

PIVA, Glauber. Cultura: políticas públicas e novas visibilidades. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governo pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 285-302.

PIZZOLANTE, Rose Lilian Curi Ramia. **A psicoterapia como compromisso social, político e ético em sua dimensão afetiva**. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

PRATES, Eduardo Freitas. **Os Encontros de Psicólogos da Área de Educação (1980-1982): um projeto de psicologia escolar e educacional em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

PROENÇA, Marilene. Formando o psicólogo na perspectiva do compromisso social: reflexões a partir da atuação profissional. Mesa Redonda Formação Profissional em questão: elementos para construção de uma atuação crítica em psicologia escolar. In: CONGRESSO DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL, 6., 2003, Salvador. **Anais...** Salvador: Faculdade Ruy Barbosa, 2003. p. 219-220.

RECHTMAN, Raizel. **A formação do psicólogo para a realidade brasileira:** identificando recursos facilitadores para a atuação profissional. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

REY, Fernando Gonzalez. Os desafios teóricos da Psicologia Social e suas implicações para as ações e o compromisso social. In: CANIATO, Angela Maria Pires; TOMANIK, Eduardo Augusto (Orgs.). **Compromisso social da psicologia.** Porto Alegre: ABRAPSOSUL, 2001. p. 27-59.

REY, Fernando Gonzalez. **Subjetividade e saúde:** superando a clínica da patologia. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção construindo o compromisso social da psicologia).

REZENDE, Sergio Machado. Uma década de avanço em ciência, tecnologia e inovação no Brasil. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governo pós-neoliberais no Brasil:** Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 265-284.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Compreender e ensinar:** por uma docência da melhor qualidade. 8. ed. 3. reimp. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Ética e competência.** 20. ed. 4. reimp. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

ROCHA, Nadia Maria Dourado. A Faculdade de Medicina da Bahia e a preocupação com questões de ordem psicológica durante os oitocentos. In: MASSIMI, Marina; GUEDES, Maria do Carmo (Orgs.). **História da Psicologia no Brasil:** novos estudos. São Paulo: EDUC; Cortez, 2004. p. 89-108.

ROCHA, Nadia Maria Dourado. Compromisso social em psicologia: a contribuição dos pioneiros. In: SOUZA, Mauricio Rodrigues de; LEMOS, Flávia Cristina Silveira (Orgs.). **Psicologia e compromisso social:** unidade na diversidade. São Paulo: Escuta, 2009. p. 175-189.

ROSA, Elisa Zaneratto. A saúde mental na rede pública: impasses e desafios enfrentados pelo CAPS no percurso pela desinstitucionalização. In: BOCK, Ana Mercês Bahia (Org.). **Psicologia e o compromisso social.** 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009. p. 313-332.

ROSA, Elisa Zaneratto. **Por uma Reforma Psiquiátrica Antimanicomial:** o papel estratégico da Atenção Básica para um projeto de transformação social. Tese

(Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

SADER, Emir. Apresentação. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governo pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 07-08.

SANTOS, Luane Neves. **O encontro das psicólogas com o “social”**: entre o suposto da igualdade e a concretude da desigualdade. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SANTOS, Luane Neves. **A psicologia na assistência social**: convivendo com a desigualdade. São Paulo: Cortez, 2014. (Coleção construindo o compromisso social da psicologia).

SAVIANI, Dermeval. Competência Política e Compromisso Técnico ou (o pomo da discórdia e o fruto proibido). **Educação & Sociedade**, v. 5, n.15, p. 111-143, 1983.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 19. ed. Campinas, SP: Autores associados, 2013.

SAVIOLI, Marcia Regina; ZANOTTO, Maria de Lourdes Bara. O real é edificado pela razão: Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831). In: ANDERY, Maria Amalia Pie Abib. et al. (Orgs.). **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 16. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 361-370.

SAWAIA, Bader Burihan. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**. v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009.

SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydney Ellen. **História da psicologia moderna**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SEIXAS, Pablo de Sousa. **Inserção e atuação profissional do psicólogo no campo das políticas sociais no Rio Grande do Norte**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

SEMERARO, Giovanni. Anotações para uma teoria do conhecimento em Gramsci. **Revista Brasileira de Educação**, n. 16, 2001.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ideias & Letras, 2015.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Camila Veras Pessoa da. Psicologia latino-americana: desafios e possibilidades. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 33, núm. esp., p. 32-41, 2013.

SILVA, Claudia Guedes Araújo. **Psicologia e compromisso social: intenção e realidade**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

SILVA, Juremir Machado da. Inter, multi ou transdisciplinaridade, uma questão de comunicação. In: AUDY, Jorge Luis Nicolas; MOROSINI, Marília Costa (Orgs.). **Inovação e interdisciplinaridade na universidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. p. 32-57.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed., 2 reimp. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Luis Inácio Lula da. O necessário, o possível e o impossível (entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili). In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governo pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 09-30.

SILVA, Marcela Mary José da. **A materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Campinas, SP: Papel Social, 2012.

SILVA, Marcus Vinicius de Oliveira. **Latinoamericanidade: uma perspectiva epistemológica para la psicologia**. Trabalho apresentado em mesa redonda de mesmo título. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE ALTERNATIVAS EN PSICOLOGIA, 1., 2000, Guanajuato, México.

SILVA, Marcus Vinicius de Oliveira. **A psicologia dos psicólogos: a invenção da profissão, ideologia profissional e a modernização brasileira**. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.  
SILVA, Marcus Vinicius de Oliveira. Psicologia, subjetividade e relações raciais no Brasil. In: Bock, Ana Mercês Bahia (Org.). **Psicologia e o compromisso social**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009. p. 93-110.

SILVA, Maria Palmira da. Racismo e Anti-Racismo no limiar do Século XXI: os dilemas da modernidade segundo o enfoque dos Movimentos Sociais de combate à discriminação racial. In: CANIATO, Angela Maria Pires; TOMANIK, Eduardo Augusto. (Orgs.). **Compromisso social da psicologia**. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, 2001. p. 171-202.

SINDICATO DOS PSICÓLOGOS NO ESTADO DE SÃO PAULO. **O perfil do psicólogo no Estado de São Paulo**. Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo / Conselho Regional de Psicologia 6ª. Região. São Paulo: Cortez, 1984.

SIVIERI, Luiz Humberto. O trabalho sob o neoliberalismo. In: CANIATO, Angela Maria Pires; TOMANIK, Eduardo Augusto (Orgs.). **Compromisso social da psicologia**. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, 2001. p. 156-170.

SOUSA, Fernando Ponte de. Neoliberalismo e Subjetividade. A Psicologia morreu: viva a Psicologia. In: CANIATO, Angela Maria Pires.; TOMANIK, Eduardo Augusto (Orgs.). **Compromisso social da psicologia**. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, 2001. p. 203-210.

SOUZA, Jessé. A má fé da sociedade e a naturalização da ralé. In: SOUZA, Jessé (Org.). **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009. p. 385-431. (Coleção Humanitas).

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SOUZA, Mauricio Rodrigues de; LEMOS, Flávia Cristina Silveira (Orgs.). **Psicologia e compromisso social: unidade na diversidade**. São Paulo: Escuta, 2009.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira. et al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TCHALEKIAN, Bruna Borba de Araújo. **Formação universitária, compromisso social e resistência em “Morte Vida Severina” (1965)**. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

TOMANIK, Eduardo Augusto. Da crítica à Psicologia Social à Psicologia Social Crítica: compromissos, desafios e perspectivas. In: CANIATO, Angela Maria Pires; TOMANIK, Eduardo Augusto (Orgs.). **Compromisso social da psicologia**. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, 2001. p. 235-254.

TRASSI, Maria de Lourdes; MALVASI, Paulo Arthur. **Violentamente pacíficos: desconstruindo a associação juventude e violência**. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção construindo o compromisso social da psicologia).

UNIÃO LATINO-AMERICANA DE ENTIDADES DE PSICOLOGIA. **Estatuto da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia**. Cidade de Puebla, México, 2002. Disponível em: <[http://ulapsi.org/portal/wp-content/uploads/2014/08/2014\\_ESTATUTOS-DE-LA-ULAPSI\\_final\\_PORTUGU%C3%8AS.pdf](http://ulapsi.org/portal/wp-content/uploads/2014/08/2014_ESTATUTOS-DE-LA-ULAPSI_final_PORTUGU%C3%8AS.pdf)>. Acesso em: 24 jan. 2017.

VERONA, Humberto; ANGELUCCI; Carla Biancha; MAGANO, Fernanda. Psicólogas e psicólogos, estudantes e demais participantes da 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia sejam todos muito bem vindos! In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.). **Caderno de Programação da 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia**. 2012.

VILHENA, Junia de. Qual a psicanálise que queremos? Clínica psicanalítica e realidade brasileira. In: SOUZA, Mauricio Rodrigues de; LEMOS, Flávia Cristina Silveira (Orgs.). **Psicologia e compromisso social: unidade na diversidade**. São Paulo: Escuta, 2009. p. 253-278.

VIOLA, Solon Eduardo Annes. Direitos humanos no Brasil: abrindo portas sob neblina. In: SILVEIRA, Rose Maria Godoy et al. (Orgs.). **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2010. p. 119-134.

WERTHEIMER, Michael. Pesquisa histórica – Por quê?. In: BROZEK, Josef; MASSIMI, Marina (Orgs.). **Historiografia da psicologia moderna: versão brasileira**. São Paulo: edições Loyola, 1998. p. 21-42.

WITTER, Geraldina Porto. et al. Atuação do psicólogo: espaços e movimentos. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicólogo brasileiro: construção de novos espaços**. Campinas: Átomo, 1992. p. 161-179.

WOODWARD, William R. Rumo a uma historiografia crítica da psicologia. In: BROZEK, Josef; MASSIMI, Marina (Orgs.). **Historiografia da psicologia moderna: versão brasileira**. São Paulo: edições Loyola, 1998. p. 61-90.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. **A crise e as alternativas da psicologia**. São Paulo: Edicon, 1987.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 30-37, 2007.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso da psicologia. In: BOCK, Ana Mercês Bahia (Org.). **Psicologia e o compromisso social**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009. p. 37-54.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. 50 anos de profissão: responsabilidade social ou projeto ético-político? **Psicologia: ciência e profissão**, v. 32, num. esp., p. 6-17, 2012.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. et al. A formação básica, pós-graduada e complementar do psicólogo no Brasil. In: BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt, GONDIM, Sonia Maria Guedes & cols. (Orgs.). **O trabalho do psicólogo no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 45-65.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Introdução. In: SILVEIRA, Rose Maria Godoy et al. **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2010. p. 15-26.

## APÊNDICE

### **A trajetória do projeto ético-político do serviço social brasileiro: algumas pontes para refletir sobre o compromisso social da psicologia**

Para iniciar nossa discussão, é preciso lembrar que a assistência ao outro é uma prática antiga na humanidade, que precede em muito a própria conformação do serviço social como uma profissão moderna. Em geral exercida por grupos filantrópicos e religiosos, é com a civilização judaico-cristã que essa “ajuda” assume a expressão de caridade e serviço ao próximo, como força moral de conduta. Somente depois, e fruto de um extenso processo, é que algumas dessas ações vão sendo reconhecidas como responsabilidades públicas, incluindo a assistência (SPOSATI, et al., 2010).

Segundo Mota (2011), não por acaso, a origem do serviço social brasileiro tem suas bases associadas ao movimento social católico desenvolvido pelas damas de caridade do Estado de São Paulo na década de 1930. Nesse período, a intervenção profissional ocorria através de ações de caridade junto aos trabalhadores, visando o auxílio a suas necessidades de moradia, alimentação, transporte, acesso a escola, dentre outros. Destacava-se também pela difusão de uma prática ideológica, baseada nos princípios da Doutrina Social da Igreja Católica, que simultaneamente reafirmava os costumes e a moral, ao passo em que pregava a reconstrução social e a luta por uma vida mais digna aos menos favorecidos. Essa ética conservadora presente nas origens da profissão atravessa todo o desenvolvimento profissional do campo.

Na década de 1940, com a inserção dos assistentes sociais nas principais instituições sociais brasileiras emergentes no período: Conselho Nacional de Serviço Social, Legião Brasileira de Assistência, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Serviço Social da Indústria, Serviço Social do Comércio e a Fundação Leão XIII, o serviço social inicia o processo de ruptura com as origens caritativas, desenvolvendo elementos inovadores em suas intervenções, por meio da adoção dos referenciais teóricos da Psicanálise, do Positivismo e do Funcionalismo (MOTA, 2011).

A autora problematiza, contudo, que do viés caritativo assume-se, então, a perspectiva do ajustamento das supostas disfunções sociais e individuais, visando integrar e adaptar os sujeitos assistidos à estrutura social vigente. A atuação carecia, nesse momento, de um posicionamento crítico da categoria profissional, que fosse capaz de refletir sobre as determinações responsáveis pelo sistema de desigualdades. A reflexão sobre a tendência de ajustamento presente nas práticas profissionais também se organizou na psicologia, evidenciando que subjaz a esta perspectiva um intenso e ideológico processo de culpabilização do sujeito por sua condição, ao passo em que a realidade é naturalizada como boa e justa em si.

Impulsionada pela industrialização e urbanização, bem como por suas consequências sociais, a profissionalização do serviço social é tornada possível pelo crescimento da produção e das relações sociais capitalistas. Nesse contexto, a luta dos trabalhadores por seus direitos também disputa espaço na cena política, requerendo do Estado atenção e ação. O serviço social participa desse processo, transformando enquanto profissão seu caráter caritativo e filantrópico, tradicionais, para se posicionar como um eixo importante da execução das políticas públicas e de setores empresariais, seus empregadores mais significativos até a atualidade (IAMAMOTO, M., 2008).

Sobre este tópico, Silva, Marcela (2012) alerta que para a consolidação da burguesia local cada profissão contribuiu com diferentes tarefas históricas a partir de suas áreas de competência e especialidade, favorecendo o desenvolvimento das diversas dimensões do projeto societário capitalista, tais como a pedagógica, política, cultural, dentre outras. Nesse sentido, o que poderia ser qualificado como o projeto profissional do serviço social naquele período, buscava resguardar os interesses burgueses de produção e reprodução da força de trabalho, fundamentais para a acumulação do capital.

Cumprido destacar que reflexão parecida também foi desenvolvida na psicologia, quando se apontou o histórico compromisso dessa profissão com as elites. Entretanto, como é típica nas ações conservadoras, nem no serviço social nem na psicologia, tal posição da categoria profissional era assumida ou intitulada como um projeto profissional. Observa-se, assim, um intenso processo de naturalização dos projetos profissionais quando alinhados ao projeto societário

vigente, dispensando sua enunciação como projeto (que poderia implicar a emergência de versões alternativas) e adquirindo o aspecto de um dado natural e quase inevitável, que dificulta o questionamento dos mesmos.

Mesmo com todas essas dificuldades, o combate se instaurou. O enfrentamento e a denúncia do conservadorismo profissional no serviço social tiveram no Movimento de Reconceituação iniciado na década de 60 do século passado na América Latina e nas condições sócio-históricas decorrentes da luta pela redemocratização do país na transição da década de 1970 à de 1980, suas principais fontes de nutrição.

No Brasil, o Movimento de Reconceituação logrou projeção com o enfraquecimento do regime ditatorial e as decorrentes aspirações democráticas. Este movimento alertava para a necessidade de mudanças, fundamentando-se em análises críticas da sociedade, questionadoras das suas contradições. Nessa direção, propiciou extensa discussão sobre o caráter político do exercício profissional, problematizando seus princípios e métodos, além de propor um redirecionamento profissional para o compromisso com os interesses das classes trabalhadoras e subalternas (NETTO, 2008).

Tal compromisso conecta os profissionais com a necessidade de produzir saberes e práticas a partir da realidade brasileira, enfrentando a reprodução de conhecimentos importados, tipicamente mantenedores do *status quo*. Como um movimento substancialmente latino-americano, os profissionais influenciados pela Reconceituação, passam a questionar os métodos conservadores e tradicionais utilizados na prática profissional, reproduzidos a partir das escolas europeias e americanas que forneceram os fundamentos da formação técnica dos pioneiros (IAMAMOTO, M., 2009).

A discussão sobre voltar-se para a realidade brasileira também é basilar no projeto do compromisso social da psicologia, fortemente influenciada por uma perspectiva latino-americana de valorização das realidades nacionais e do continente, o que aponta para importância das condições sócio-históricas do período na América Latina a nutrir reflexões dessa natureza em diferentes áreas.

Reconhecendo a dimensão contraditória presente nos processos de mudanças, observa-se que o Movimento de Reconceituação produziu avanços e limitações para o desenvolvimento e redirecionamento do serviço social. Dentre os avanços: fomento ao intercâmbio acadêmico e técnico entre os países latino-americanos, consolidação da dimensão política na ação profissional, aproximação com as ciências sociais, em especial o marxismo, e proposição do planejamento / pesquisa das políticas sociais, superando a restrição em sua execução. Entre os equívocos, que repercutem até a atualidade, destaca-se: o desenvolvimento de ações militantes e ativistas, em detrimento do seu desenvolvimento teórico e científico, e rejeição a teorias referentes ao conhecimento do sujeito em sua singularidade, que não fossem explicativas da realidade macro sociais, tais como a psicologia (MOTA, 2011; IAMAMOTO, M., 2009).

Nas lutas contra a ditadura e no processo de redemocratização se instituiu a base para a construção de um projeto profissional alternativo no serviço social: a condição política. Sua importância reside dentre outros aspectos, na conquista de direitos cívicos e sociais presentes na restauração democrática brasileira. Netto (2008) chama a atenção, por exemplo, para as práticas interventivas com segmentos sociais específicos, tais como crianças, adolescentes e idosos, que se tornaram possíveis institucionalmente quando adquiriram respaldo jurídico-legal a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Política Nacional do Idoso.

Ganha relevo nessa análise, a importância das condições sócio-históricas, que possibilitaram a construção de projetos profissionais alternativos no serviço social e também na psicologia, sobretudo a luta pela redemocratização do país no enfrentamento a ditadura militar e a aproximação dos movimentos sociais. A partir dessas condições concretas derivam as três principais expressões entre si articuladas do projeto ético-político do serviço social, também proeminentes no projeto do compromisso social da psicologia: defesa da democracia, dos direitos humanos e das políticas sociais públicas.

Netto (2008) e Iamamoto, M. (2009) indicam ainda outras condições a favorecer o redirecionamento profissional do serviço social: transformações na categoria profissional a partir do seu aumento quantitativo, incluindo a inserção progressiva de membros oriundos das novas camadas médias urbanas, produção

de conhecimento a partir da própria área, surgimento dos cursos de pós-graduação e incentivo às especializações, interlocução com as ciências sociais, emergência de concepções teóricas e metodológicas alinhadas com projetos societários alternativos à ordem capitalista, debate sobre a formação profissional com vistas a subsidiar a construção de um novo perfil profissional coerente ao projeto ético-político que se organizava.

A partir das condições citadas, se estabelece na segunda metade dos anos 1990 o debate sobre o que vem sendo designado como projeto ético-político do serviço social. Um projeto profissional vinculado ao projeto societário (pós-ditatorial) de construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia gênero. Apresenta como princípios e valores éticos: o reconhecimento da liberdade, da autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais e de seus direitos. Defende a consolidação da cidadania e da democracia, socialização da participação política e da riqueza produzida, a universalidade no acesso a bens e serviços, posicionando-se radicalmente a favor da equidade e da justiça social (IAMAMOTO, M., 2008, 2009; MOTA, 2011; NETTO, 2008; SILVA, Marcela, 2012).

O projeto estabelece uma nova relação com os usuários, pautada no compromisso com a qualidade dos serviços ofertados. A defesa da democracia deve se expressar na transparência (inclusive sobre os recursos) e abertura a participação nas decisões institucionais para os sujeitos a que se destina o trabalho. A formação compreendida como permanente deve instigar uma postura investigativa. Netto (2008) alerta, porém, que o desempenho ético-político dos assistentes sociais só se potencializará por meio de um trabalho articulado com profissionais de outras áreas, que compartilhem de objetivos semelhantes, e os movimentos associados à luta geral dos trabalhadores.

O projeto ético-político do serviço social se expressa a partir de três pilares, construídos coletivamente no processo de renovação dessa profissão: o código de Ética Profissional (reformulado em 1986 e revisado em 1993), a legislação relativa à regulamentação da profissão (Lei n. 8.662/1993 que revogou a primeira lei, datada de 1957) e as diretrizes curriculares para a formação em Serviço Social, publicada em 2002 a partir das demandas impostas pela Lei n. 9394/96, que instituiu as

diretrizes e bases da educação nacional (IAMAMOTO, M., 2009; MOTA, 2011; NETTO, 2008; SILVA, Marcela, 2012).

Após analisar os cinco códigos de ética formulados em momentos distintos pelo serviço social brasileiro, Silva, Marcela (2012) alerta que ao indicar elementos característicos da identidade profissional, em todos os códigos é possível apreender expressões do projeto político da categoria dos assistentes sociais enquanto expressões da formação dos valores até então existentes; evidenciando que os códigos constituem-se em documentos ricos em informação sobre o projeto profissional.

Ainda que afirme seus eixos fundamentais, como todo projeto profissional, o projeto ético-político do serviço social mantém um caráter aberto e flexível, incorporando novas questões, a partir dos desafios enfrentados. Configura-se, portanto, um projeto que tem como característica principal o fato de estar ao mesmo tempo “feito e por fazer”. Nas palavras de Netto (2008, p. 155): “um projeto que também é um processo, em contínuo desdobramento”.

Após a apresentação desse projeto profissional em seus princípios, consideramos importante discutir os desafios para sua materialização, bem como o custo emocional para os profissionais de tal empreendimento. Para tanto, recorreremos às contribuições do estudo de Silva, Marcela (2012) e Mota (2011), que pesquisaram sobre o exercício profissional de assistentes sociais, tendo como eixo de observação o projeto ético-político.

No estudo de Silva, Marcela (2012), parcela acentuadamente expressiva dos assistentes sociais indicou acreditar no projeto ético-político da sua profissão, mas destacou uma noção mais procedimental, voltada para o estabelecimento de padrões de atuação, notadamente em seus aspectos éticos: uma guia do exercício profissional. Sobre as barreiras encontradas para a concretização do projeto observou-se dois blocos de respostas: um voltado para a falta de condições materiais e estruturais de trabalho (acentuada pelos aspectos burocráticos e governamentais) e outro sobre a percepção de falta ética / compromisso na conduta dos pares, indicando diversidade na compreensão ética sobre a atuação profissional e desafios voltados à própria categoria.

Já a pesquisa de Mota (2011) evidenciou que os assistentes sociais apresentam múltiplas apreensões do projeto, a depender das particularidades profissionais, sobretudo pela posição que ocupam na categoria profissional. Os profissionais representantes do conselho profissional, ainda que reconhecessem as dificuldades para efetivação do projeto e as necessidades frequentes de reformulação, expressaram forte adesão a ele. Já entre os profissionais em serviço foi mais frequente a rejeição e descrença, problematizando as condições concretas do exercício profissional: submissão institucional, vínculos trabalhistas precários, questões sociais complexas e técnicas profissionais frágeis, excesso de demandas e insuficiência de recursos, dentre outras.

Entre os profissionais da clínica (prática contra-hegemônica no serviço social), a despeito da preparação técnica comprovada para produzir leituras subjetivas dos sujeitos atendidos incluindo os aspectos presentes nas questões sociais, estes não demonstraram apropriação sólida desses elementos em sua prática; ainda que não rejeitassem os princípios do projeto ético-político (MOTA, 2011).

Para analisar esses dados, recordemos que a característica principal deste projeto profissional é o de não estar sintonizado ao projeto societário vigente. Nesse sentido, ainda que seja hegemônico na categoria profissional, situa-se de maneira distinta na relação com a ordem social, requerendo uma postura de resistência, que se desdobra em múltiplos desafios para os profissionais no cotidiano.

É preciso lembrar que o desenvolvimento da prática profissional do assistente social, em geral, realiza-se por meio da sua admissão em instituições públicas ou privadas, a partir de um contrato de trabalho, caracterizando-o como um trabalhador assalariado, que depende da venda de sua força de trabalho especializada para a aquisição dos meios de sobrevivência. Estabelece-se, assim, uma tensão entre autonomia profissional e condição assalariada (IAMAMOTO, M. 2008), situação também vivenciada pelas psicólogas.

As instituições empregadoras possuem poder para normatizar as atribuições e competências exigidas de seus funcionários. Nesse sentido, estabelecem as relações de trabalho e as condições para seu desenvolvimento: salário, jornada, ritmo e intensidade, direitos e benefícios, oportunidades de capacitação e treinamento, que impactam no conteúdo e nos resultados obtidos. Esse cenário

adquire maior complexidade, quando se considera as necessidades dos usuários, que no processo de lutas sociais transformam-se em demandas profissionais, mas reinterpretadas pela ótica dos empregadores.

Para discutir os limites e possibilidades do exercício profissional que busca contribuir para transformação social, Iamamoto, M. (2008) propõe e assegura a existência de uma categoria no serviço social denominada de “espaço de autonomia relativa”. Trata-se da produção de um espaço autônomo de intervenção, no qual os profissionais direcionam socialmente seu exercício junto à clientela. Tal condição é construída na resistência cotidiana e nas brechas da contradição, buscando fazer a diferença: uma atuação que aspira ser revolucionária, mas com dificuldade consegue ser progressista. Assim, para consolidação do projeto é necessário avançar do discurso para produção de uma práxis efetivamente transformadora.

O desafio é re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. (IAMAMOTO, M., 2009, p. 75).

E para construir rotas alternativas é necessário manter uma postura autocrítica consistente, que reconhece os avanços, mas permite enxergar as lacunas. Nessa direção, Iamamoto, M. (2009) salienta que a ênfase nas relações do serviço social com as políticas sociais do Estado e os dispositivos institucionais que a implementam tem se sobreposto ao necessário foco na sociedade civil e mesmo sobre o que tradicionalmente se denomina como sua “clientela” (investigar os modos de vida e trabalho das classes trabalhadoras, incluindo o reconhecimento de sua diversidade interna), componentes que têm apresentado menor produção acadêmica nessa área.

Mota (2011) analisa que no processo histórico de desenvolvimento profissional, o serviço social brasileiro traz em sua origem as marcas profundas de uma concepção religiosa, ancorada nos valores cristãos de ajuda e caridade ao próximo, passa por uma reformulação conceitual pautada na adaptação e funcionalidade dos sujeitos, mas sem articulação com as reais necessidades destes indivíduos, para recentemente consolidar uma perspectiva teórica, técnica e política,

laica, de base marxista com ideais revolucionários. Nessa trajetória, o projeto ético-político do serviço social não apenas emergiu como também se tornou hegemônico. Sobre as condições para tal processo:

Diante do processo de profissionalização do Serviço Social no Brasil caracterizado pela precária formação de seu estatuto ontológico – imprecisão conceitual, inexistência de um corpo de conhecimento específico, falta de elementos específicos e inteligíveis da profissão, disseminação de valores e princípios generalistas – o projeto ético político tornou-se o maior atributo de coesão e legitimação da profissão na sociedade. (MOTA, 2011, p. 33).

Trajetória distinta é vivenciada pela psicologia, que se firma a partir de um acentuado pluralismo teórico-metodológico, subsidiário de saberes e práticas típicas dessa categoria profissional, ainda que convivam em seu interior conhecimentos controversos e por vezes imprecisos. Nesse sentido, torna-se indesejável e mesmo inviável desconsiderar a tradicional diversidade teórica da psicologia, sendo a proposição de um projeto ético-político nesse campo profissional remetido a bases de reflexão epistemológica que considerem uma perspectiva histórica e social dos fenômenos, produzindo leituras críticas da realidade, mas que não se restringem a abordagens teóricas específicas.

No campo de profissões tradicionalmente ligadas a interesses burgueses como a psicologia e o serviço social, a emergência de projetos profissionais divergentes ao projeto societário dominante apresenta-se como um desafio necessário. Destaca-se, contudo, uma diferença fundamental: enquanto o objeto do serviço social é o social (reformulado a partir do seu projeto ético-político como “questão social”), na psicologia o objeto tradicionalmente é o indivíduo. Nesse sentido, torna-se ainda mais complexa a instituição de um projeto como o compromisso social nessa ciência e profissão, o que pode, inclusive, dar pistas para compreensão das diferenças no desenvolvimento dessas profissões em termos da hegemonia dos seus projetos.

Destaca-se ainda que a discussão sobre a viabilidade (ou não) de projetos profissionais alternativos aos projetos societários vigentes está expressa no serviço social, assim como na psicologia, a despeito da hegemonia estabelecida pelo projeto ético-político da primeira. Também isso faz parte da arena de disputas, além de ser

um elemento fundamental para manter a reflexão crítica que incentiva que os discursos transmutem-se em práxis.

Se a profissão é socialmente determinada por circunstâncias sociais objetivas, as quais conferem uma direção social predominante à prática profissional – condicionando ou mesmo ultrapassando a vontade e consciência de seus agentes individuais -, ela é também produto da atividade dos sujeitos que a constroem coletivamente, em condições sociais dadas (IAMAMOTO, M. 2009, p. 204).